

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

MARIA WANDA DE ALENCAR RAMOS

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO COLETIVA A PARTIR DO  
TRABALHO NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO  
AGROECOLÓGICOS NO LITORAL DO PARANÁ

CURITIBA – PR

2022

MARIA WANDA DE ALENCAR RAMOS

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO COLETIVA A PARTIR DO  
TRABALHO NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO  
AGROECOLÓGICOS NO LITORAL DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMade, Pró-  
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, Setor  
de Ciências Agrárias Universidade Federal do Paraná –  
UFPR, como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador – Prof. Dr. Valter Roberto Schaffrath  
Coorientador – Prof. Dr. Claus Magno Germer  
Coorientadora – Prof. Dra. Katya Regina Isaguirre

CURITIBA-PR

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Ramos, Maria Wanda de Alencar

Produção e reprodução social: construção coletiva a partir do trabalho nos circuitos curtos de comercialização agroecológicos no Litoral do Paraná / Maria Wanda de Alencar Ramos. – Curitiba, 2022.

1 recurso online: PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Schaffrath

Coorientador : Prof. Dr. Claus Magno Germer

Coorientadora : Prof. Dr<sup>a</sup>. Katya Regina Isaguirre

1. Agricultura familiar. 2. Feiras. 3. Vendas. I. Schaffrath, Valter Roberto. II. Germer, Claus Magno. III. Isaguirre, Katya Regina. IV. Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. V. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MARIA WANDA DE ALENCAR RAMOS** intitulada: **Produção e reprodução social: construção coletiva a partir do trabalho nos circuitos curtos de comercialização agroecológicos no litoral do Paraná**, sob orientação do Prof. Dr. **VALTER ROBERTO SCHAFFRATH**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

**CURITIBA, 28 de Setembro de 2022.**

Assinatura Eletrônica

06/10/2022 15:22:27.0

VALTER ROBERTO SCHAFFRATH

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

12/10/2022 20:14:44.0

JULIO CARLOS BITTENCOURT VEIGA SILVA

Avaliador Externo (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/09/2022 11:52:22.0

DIMAS FLORIANI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/09/2022 10:12:22.0

MOACIR ROBERTO DAROLT

Avaliador Externo (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ)

Rua dos Funcionários 1540 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80035-050 - Tel: (41) 3350-5764 - E-mail: [made@ufpr.br](mailto:made@ufpr.br)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 225487

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 225487**

FIGURA 1 - CAMPONESES/AS À “SOMBRA” DO MANDACARU  
PRATICANDO SUA RELIGIOSIDADE



FONTE: Sebastião Salgado – êxodo (2000).

Dedico este trabalho a todos/as que acreditam em um mundo melhor, que acordam e lutam, apesar de todas as adversidades. A vida é o universo de muitos mais encantamentos do que de desenganos, embora, na maioria das vezes, temos a sensação do contrário. Aos trabalhadores/as em geral, e aos agricultores/as familiares, em especial, não sei como olharia o mundo se não fosse ter vivido as bases iniciais da vida sem o aconchego do campo, da terra, da flora e fauna da Caatinga e do jeito de ser desse povo. Assim, como não poderia deixar de dedicar aos meus pais, *in memoriam*, pela oportunidade da vida e suas lições.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer necessitaria tornar-se hábito, no sentido do aprendizado para valorizarmos tudo o que nos é importante. Na finalização deste trabalho, torna-se difícil, no que se refere às pessoas que colaboraram de alguma forma para a construção da pesquisa, seria grande a lista, porém terei de restringi-la.

Começo agradecendo a todos/as que me precederam na luta à manutenção das universidades públicas, gratuitas e de qualidade, temos o dever de continuar o legado do conjunto, mantendo-as públicas, gratuitas e de qualidade, e no momento histórico pelo qual passa o nosso País, isso é fundamental, contudo, o momento está tão crítico que, segundo Domenico de Masi, é como se tivéssemos de forçar cientistas a provar de novo a esfericidade da Terra e retomarmos debates, alguns situados na Idade Média, ou no século XIX, como se fossem novidades.<sup>1</sup> Todavia, o sol voltará a brilhar, ele sempre volta, lutemos!

Nominalmente, ao orientador, Professor Valter Schafrath, você faz parte do grupo de pessoas que coopera para que eu possa me sentir uma pessoa de sorte, sou eternamente grata por cada momento e não me refiro somente à tese, mas desde a dissertação, também aos laços de amizade que vão se estabelecendo fora do mundo acadêmico, tu és um Grande Ser Humano.

A Claus Germer, que inicialmente tinha o papel de colaborar com a abordagem da renda da terra, entretanto, ao longo da pesquisa, isso foi se alterando. Mas, mesmo assim, permaneceu e tornou-se fortaleza onde consegui me apoiar, e mais, tornarmo-nos bons amigos. Na verdade, tenho dificuldade de estabelecer barreiras, até porque elas não existem, tudo está correlacionado ao todo e estamos imersos neste universo. “Eu fico com a pureza das respostas das crianças...” Kátya Isaguirre, temos estabelecido contato desde o mestrado e partilhado bons momentos juntas, uma Grande Mulher do Sul brasileiro. Precisamos de mais mulheres como você no mundo e em nossas vidas: engajadas, comprometidas e solidárias.

Dimas é um presente em forma de pessoa, sensível, companheiro e genial, gosto de ouvir suas muitas histórias e partilhar dos mesmos espaços onde ele constrói morada e campos de edificação coletiva, desde a Casla a casa em Itapoá, sempre me incluindo nos convites das grandes datas, isso é grandioso.

Chegando depois e não menos importante, tive o prazer de contar com ele na banca, Moacir Darolt, que fez um trabalho formidável, atencioso e preciso, muito bom partilhar esse

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://viladeutopia.com.br/sociologo-italiano-domenico-di-masi-constata-o-rebaixamento-da-inteligencia-coletiva-brasileira/>. Acesso em: 13 maio 2020.

momento, igualmente aos demais, o desejo é de continuarmos juntos na caminhada. Júlio Veiga, um grande homem! Conhecemo-nos desde a época do mestrado, na linha ruralidades, sempre gentil e disposto a contribuir e foi assim na tese, ainda que com todas as demandas, conseguiu me encaixar e contribuir no processo do trabalho. Minha eterna gratidão, que possamos manter a caminhada juntos/as.

Aos agricultores/as familiares que me receberam de braços e corações abertos nos assentamentos – Contestado (Sandra, Paulo Brizola, Catani, Antônia) e José Lutzemberger (Jonas, Sara, Vera...); nas comunidades do litoral, encontrei conterrâneos criando cabras e ovelhas (Genivaldo e Vanilda), tal qual fazia no Nordeste, ainda que com os muitos percalços; a Ana e Marcelo que me acolheram e muitos/as outros/as (Inês, Edgard/Nira etc.).

À minha querida amiga, Alessandra Schneider, doutoranda da turma XII do Made, compartilhamos angústias, mas, sobretudo, sonhos e esperanças e a tantos outros/as dessa turma. Ao meu amigo, Rodrigo Ozelame, da turma XIII do doutorado, que aprendi a conhecer e admirar, você, eu, nós somos como as cebolas e suas muitas camadas, é preciso ter tempo para percorrer os muitos níveis. A Leonardo de Leon, parceiro de muitas pesquisas, inclusive de culinárias, assim como Jairo e outros/as.

À Milena Oliveira, Célia Cristina e Rodrigo Aguiar, no universo de Guaratuba, vocês foram e são os ombros amigos nos momentos mais difíceis pelos quais passei aqui, o mundo se torna mais colorido e doce quando ele é experienciado com pessoas que nos compreende e nos quer bem. Ao Hermínio Molinari que se tornou meu chefe e amigo, uma pessoa querida e do bem, foi uma dádiva, ainda que na reta final da tese. Manteremos acesas as chamas de um mundo justo e solidário, a você e ao Universo sou grata. E a tanto outros e outras.

E a família parental, vocês estão sempre disponíveis para nos fortalecer, é muito bom ter com quem contar durante toda a nossa jornada da vida. Durante o período da tese, tive de me despedir de Mainha, quanto aprendizado e quanta dedicação direcionada aos filhos/as e ao sertão nordestino, a vida segue seu curso, tal qual o rio, ora contornando obstáculos, ora enfrentando-os, ora sereno, ora arrebatando, sejamos rios de gratidão por alcançar o mar e recomeçar novo ciclo.

## EPÍGRAFE

### MAINHA! QUERO SER GRANDE

Na imensidão de uma noite de verão,  
Um grão de areia dos sertões, mirou a lua e recitou:  
Quero brilhar nos dias e reluzir nas noites,  
Intento estender meu brilho para iluminar  
A noite dos desesperançados.

No crepúsculo de uma tarde de outono,  
A ave de arribação reparou o vento e manifestou:  
Quero deslizar-me nas tuas ondas,  
Flutuar nas tuas cordas e fluir no teu compasso.

Em tempos de inverno, a asa branca se alimenta  
De sementes e frutos ao seu alcance,  
Saboreando o doce sabor do orvalho,  
Almejando o aroma das flores,  
Cantando e encantada em tardes de rara beleza.

No alvorecer de uma manhã de primavera,  
O mandacaru olhou para o sol e murmurou:  
Sol! Necessito crescer, florescer: **Quero ser grande.**

Nesse compasso de interações harmoniosas da natureza  
Homens e mulheres em comunhão com mandacarus e suas flores,  
Que desabrocham na primavera, irradiam nos dias de sol no verão,  
Na convivência com aves de arribaçãs em tardes de outono,  
E, lá! Nós! assobiando na sombra do juazeiro,  
Verde, de verão à primavera.

Eis que a safra na Caatinga foi boa,  
Agora, é hora da festa da colheita,  
Para suavizar o compasso do trabalho árduo,  
Mainha anuncia: Meninos e meninas peguem os seus instrumentos,  
Por que hoje tem festa, e, das boas.

Cícero, pega o pandeiro!

Maria traga a sanfona!

Joaquim se acomode na zabumba!

Francisca! Se aposse do triângulo

Antônio! Se ajeite no chocalho

Por que estão chegando, tantos outros e outras Martas, Raimundos, Antonietas, Jacós. Eu e painho vamos começar!

E assim seguiram: plantio – colheita – festa.

O tempo passou, e Maria resolveu expandir,

Buscar outros conhecimentos além daqueles aprendidos nos rincões,

Deixou a enxada, e saiu para o mundo,

Juntou-se a outras tantas gentes que queriam mudar o mundo,

Começaram a ir para as ruas,

Maria rumou a espaços desconhecidos,

Passou a visitar bibliotecas, teatros, passear em livros,

Ouvir histórias, partilhar experiências, se encantou com o novo,

Quis dançar, quis mudar, quis amar, ainda mais,

Os seus irmãos e irmãs de todos os recantos,

Desabrochou, agora é flor, flor do sertão, flor que desabrocha para a

Vida, como o sol em dias claros de inverno.

É mandacaru. É ave de arribação. É ventania.

É rocha e grão de areia.

É asa branca.

É orvalho em noites enluaradas.

É terra que acolhe a semente

Sonha, ama, lutou e luta

Olha para o seu passado

Mira o seu futuro

Clama à sua ancestralidade

### **MAINHA! QUERO SER GRANDE**

**O Dilema:** *Ser poeta é muito bom porque eu não tenho nenhuma obrigação de veracidade.*

*Eu posso criar à vontade, cientista é que não pode.*

Ariano Suassuna (adaptado)

Sou Maria Wanda, nordestina da Chapada do Araripe, importante Área de Proteção Ambiental (APA), englobando três estados: CE, PE e PI. Sou filha de camponeses, nasci na zona rural, e como muitos e muitas tivemos de sair e encarar as adversidades que os camponeses/as enfrentam numa sociedade de classes. Além de que, agora, ser nordestina e morar no Sul do País têm sido cada vez mais um desafio, pois ao longo da história o Nordeste foi quase sempre desprestigiado nos investimentos públicos nacionais, aliada à nossa realidade climática, o que fazia com que essa situação de vida fosse muito difícil, tendo de deixar a terra Natal rumo a outras regiões para atuar em todos os tipos de trabalhos. Ao longo do tempo sofremos preconceitos e discriminação, mas nada comparado ao que temos enfrentado atualmente, já que éramos “inofensivos”. Quando, no momento presente, estamos reconstruindo a nossa identidade, inclusive aprendendo a votar, reconhecendo o que foi realizado no período de governos democráticos com políticas voltadas à nossa realidade e região, estão passando a tratar-nos com hostilidade e violência: “como pode esse povo decidir eleições presidenciais, quando deveriam apenas estar servindo com trabalho ‘braçal’”. Obviamente que essa construção é de parte de uma elite racista e preconceituosa que tem escravizado a população e isso tem ressonância na deficiência e dissonância cognitiva que tem andado a galope. Contudo, seguimos com alegria e esperança reconstruindo esse país digno do nosso povo belo e cheio de vitalidade.

Sou apaixonada pela vida e pelas coisas da natureza, gosto de poesia, de música, gente boa e comida nordestina. Acredito na força coletiva da classe à qual pertença construindo e lutando por uma sociedade justa, solidária e fraterna.

A história da Caatinga é o povo, e a história do povo é a Caatinga – parafraseada.

## RESUMO

Os problemas enfrentados pelos agricultores familiares perante um modelo de produção agropecuário, que tem priorizado a grande produção ou agronegócio, o qual se pauta na monocultura e não somente das culturas agrícolas, mas na reprodução de padrões pré-estabelecidos, do uso intensivo de insumos externos, do desrespeito à capacidade de regeneração do ambiente, da concentração da terra e dos recursos naturais etc. Este conjunto de fatores tem dificultado a vida de milhares de agricultores/as familiares, impactando na cultura dos povos e na soberania alimentar. Se, no campo da produção tem sido difícil, na área da circulação ou comercialização de mercadorias foram, e são cada vez mais árduas as batalhas enfrentadas, devido às inter-relações do mercado global se tornarem cada vez mais complexas. Os Circuitos Curtos de Comercialização, tradicionalmente, tem sido os canais utilizados pelos agricultores/as familiares, diante das adversidades que estes encontram para acessar os mercados a fim de comercializarem seus produtos. Esta pesquisa tem por objetivo analisar os Circuitos Curtos de Comercialização agroecológicos como forma de garantia da produção e reprodução social dos agricultores familiares no litoral do Paraná. A metodologia empregada consiste de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, documentos e bases de dados públicos e/ou privados, entrevistas a servidores públicos de órgãos e entidades públicas e pesquisa de campo, com agricultores/as familiares que praticam venda direta ao consumidor/a, em quatro das sete cidades do litoral do Paraná (Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá), seguindo os princípios da pesquisa participante, analisados à luz do método do materialismo histórico dialético, sendo a categoria trabalho utilizada para mediar a relação dos agricultores/as e natureza. Tendo como resultado da investigação a identificação de que os Circuitos Curtos de Comercialização têm contribuído à melhoria da qualidade de vida das agricultoras e dos agricultores familiares que praticam a modalidade de comercialização. No litoral do Paraná, ainda que esta melhoria tenha sido mais bem alcançada no nível econômico, uma vez que as famílias possuem boa estrutura de casas, implementos agrícolas, boas alimentações, carecendo ser balanceada com lazer, cultura e participação coletiva. Dispor deste suporte material poderá engendrar as bases para as inúmeras possibilidades do desenvolvimento das demais riquezas necessárias ao desenvolvimento pleno do Ser.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Soberania alimentar. Feiras. Venda direta.

## ABSTRACT

The problems faced by family farmers in the face of an agricultural production model, which has been prioritizing large production or agribusiness, which are based on monoculture and not only of agricultural crops, but on the reproduction of pre-established patterns, the intensive use of external inputs, on the disregard for the environment's ability to regenerate, the concentration of land and natural resources, etc. This set of factors has hampered the lives of thousands of family farmers, impacting peoples' culture and food sovereignty. If, in the field of production it has been difficult, in the area of circulation or commercialization of goods it has been, and is increasingly arduous, the battles faced, due to the interrelationships of the global market are becoming increasingly complex. The Short Circuits of Commercialization, traditionally, have been the channels used by the family farmers, in the face of the adversities that they find to access the markets in order to commercialize their products. This research aims to analyze the agroecological Short Circuits of Commercialization as a way of guaranteeing the production and social reproduction of family farmers on the coast of Paraná. The methodology used consists of bibliographic research in books, articles, documents and public and/or private databases, interviews with public servants of public bodies and entities and field research, with family farmers who practice direct sales to the consumer, in four of the seven cities on the coast of Paraná (Antonina, Guaratuba, Morretes and Paranaguá), following the principles of participatory research, analyzed in the light of the method of dialectical historical materialism, with the work category used to mediate the relationship of farmers and nature. Having the identification that the Short Circuits of Commercialization have contributed to the improvement of the quality of life of the farmers and family farmers who practice the commercialization modality as a result of the investigation. On the coast of Paraná, although this improvement has been better achieved at the economic level, since families have a good structure of houses, agricultural implements, good food, needing to be balanced with leisure, culture and collective participation. Having this material support will be able to engender the bases for the innumerable possibilities of the development of the other riches necessary for the full development of the Being.

Keywords: Family farming. Food sovereignty. Fairs. Direct sale.

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - CAMPONESES/AS À “SOMBRA” DO MANDACARU PRATICANDO SUA RELIGIOSIDADE .....	4
FIGURA 2 - PROCESSO CÍCLICO DA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E REINSERÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO.....	25
FIGURA 3 - INTERAÇÕES COM BASE NA CONCEPÇÃO DA TOTALIDADE: “TUDO ESTÁ EM CONEXÃO COM TUDO, O TODO É MAIS QUE AS PARTES” .....	27
FIGURA 4 - A CEBOLA UTILIZADA COMO ATRIBUTO DE SOBREDETERMINAÇÃO, EM RAZÃO DAS MÚLTIPLAS CAMADAS, UMA SOBREDETERMINANDO A OUTRA .....	29
FIGURA 5 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA .....	74
FIGURA 6 - FEIRA AGROECOLÓGICA DE CRATO-CE.....	78
FIGURA 7 - ESPACIALIZAÇÃO DO LITORAL NO CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL .....	93
FIGURA 8 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ.....	100
FIGURA 9 - ESTRUTURA DA TESE .....	115
FIGURA 10 - FOTOGRAFIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA EM GUARATUBA.....	121
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO LITORAL .....	129
FIGURA 12 - ESPACIALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ.....	130
FIGURA 13 - ESPACIALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ .....	131
FIGURA 14 - ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB .....	139
FIGURA 15 - MODO DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA (AS FEIRAS) .....	142
FIGURA 16 - CRIANÇA DEITADA SOBRE AS CAIXAS DA FEIRA .....	143
FIGURA 17 - PÁGINA DOS PRODUTOS DA TERRA.....	153
FIGURA 18 - CESTA DE PRODUTOS SORTEADOS NA FEIRA.....	157
FIGURA 19 - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	159
FIGURA 20 - CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE UM ESTABELECIMENTO NO LITORAL.....	161

FIGURA 21 - PAISAGEM DO ESTABELECIMENTO – FOGO.....	174
FIGURA22 - ROTA DE TRILHA ESTAB. ACAÍ JUSSARA .....	174
FIGURA 23 - REPRESA E RIO QUE ABASTECEM AS COMUNIDADES – MARIA LUIZA, SÃO LUIZ E QUINTILHA.....	183
FIGURA 24 - RESIDÊNCIAS DAS FAMÍLIAS .....	184
FIGURA 25 - RODA DE CONVERSA SOBRE SAÚDE DA MULHER.....	207
FIGURA 26 - PROCISSÃO DA BANDEIRA DO DIVINO .....	209

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – NORMAS QUE ENVOLVEM A CERTIFICAÇÃO REFERENTE AO SELO ARTE.....	62
TABELA 2 - CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006 POR MUNICÍPIO DO LITORAL .....	103
TABELA 3 - CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017 POR MUNICÍPIO DO LITORAL .....	103
TABELA 4 - Nº TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NO CENSO DE 2006.....	103
TABELA 5 - Nº TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NO CENSO DE 2017.....	103
TABELA 6 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL COM AGROINDÚSTRIA RURAL POR UNIDADES E TIPOLOGIA.....	107
TABELA 7 - CATEGORIAS, INDICADORES E MEIO DE VERIFICAÇÃO A SER EXAMINADO .....	112
TABELA 8 - COMPOSIÇÃO, IDADE, SEXO E DISPONIBILIDADE DE TRABALHO FAMILIAR.....	124
TABELA 9 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES DAS FAMÍLIAS.....	126
TABELA 10 - CONDIÇÃO DO AGRICULTOR EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE DA TERRA.....	134
TABELA 11 - VARIEDADE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO LITORAL.....	136
TABELA 12 - VARIEDADE DE ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE PARANAGUÁ.....	145
TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA COMERCIALIZAÇÃO NOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS .....	148
TABELA 14 - VARIAÇÃO DE PREÇO NO PERÍODO DE 01 ANO.....	155
TABELA 15 - ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DAS FAMÍLIAS DO LITORAL.....	175
TABELA 16 - CATEGORIAS, INDICADORES, MEIO DE VERIFICAÇÃO E INFERÊNCIA DE DADOS .....	179

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES FAMILIARES.....	126
GRÁFICO 2 - CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE DA TERRA .....	134
GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DOS GRUPOS ALIMENTARES NO ESTABELECIMENTO FAMILIAR.....	137
GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DOS ALIMENTOS IN NATURA-VEGETAL, DE ORIGEM ANIMAL E PROCESSADOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE PARANAGUÁ ....	146
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS .....	149
GRÁFICO 6 - RELIGIÃO DOS/AS DIRIGENTESAS FAMILIARES .....	177

## ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER .....	206
ANEXO 2 - DISPOSIÇÃO DA FEIRA DO AGRICULTOR/A DE PARANAGUÁ .....	210
ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA .....	211
ANEXO 4 - LISTA PARA QUANTIFICAR PREÇOS.....	214
ANEXO 5 - COMPOSIÇÃO, IDADE, SEXO E DISPONIBILIDADE DO TRABALHO FAMILIAR (TABELA.....	215
ANEXO 6 - ESTATUTO DA FEIRA DE PARANAGUÁ .....	216
ANEXO 7 - PANFLETO DA FEIRA DE PARANAGUÁ.....	220
ANEXO 8 - MAPA DE FEIRAS ORGÂNICAS DO ESTADO DO PARANÁ .....	221

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>O TRABALHO E A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICOS</b> .....	23
2.1	Sobredeterminação .....	26
2.2	Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa de campo.....	31
2.2.1	A pesquisa participante.....	32
2.2.2	Dimensões .....	32
2.2.3	Paulo Freire e Fals Borda .....	33
2.2.4	Diversidade de origens .....	35
<b>3</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA</b> .....	39
3.1	Precedentes .....	39
3.2	A agroecologia .....	42
3.3	A agroecologia sob três dimensões – movimento, prática e ciência .....	45
3.3.1	Dimensão Movimento.....	46
3.3.2	Dimensão Prática .....	49
3.3.3	Dimensão Ciência .....	50
<b>4</b>	<b>NORMAS SANITÁRIAS E AS BARREIRAS À COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.</b> .....	53
4.1	Política agrícola e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.. .....	55
4.2	As Instâncias.....	56
4.3	O Sistema .....	56
4.4	O Selo Arte .....	60
<b>5</b>	<b>OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO</b> .....	65
5.1	Canais de comercialização .....	75

5.1.1 As feiras livres .....	75
5.1.2 Cestas agroecológicas .....	81
5.1.3 Os pontos varejistas de comercialização .....	83
5.1.4 Participação em eventos .....	83
5.1.5 Vendas em supermercados e minimercados .....	83
5.1.6 Mercados institucionais.....	84
5.2 Os consumidores .....	85
5.3 Temas Transversais envolvendo os Circuitos Curtos de Comercialização a serem destacados como importante elemento à compreensão da venda direta. ....	87
<b>6 O TERRITÓRIO DA PESQUISA - LITORAL DO PARANÁ – DESENCONTROS E ENCANTOS DE INUMERÁVEIS RIQUEZAS.....</b>	<b>93</b>
6.1 Os Europeus no litoral e as frentes pioneiras.....	93
6.2 Aluviões auríferas e “ocupação” do litoral paranaense .....	95
6.3 Questão Agrária .....	96
6.4 Outros usos e antropização .....	97
6.5 Agricultura familiar no litoral.....	<b>101</b>
<b>7 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>109</b>
7.1 Um percurso pela turma XIII do Made.....	109
7.2 Arranjo .....	113
7.3 Da estrutura da tese e suas analogias.....	116
<b>8 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS .....</b>	<b>120</b>
8.1 Caracterização das famílias .....	123
8.1.1 Composição, idade, sexo e disponibilidade do trabalho familiar .....	123
8.1.2 Escolaridade .....	125
8.1.3 Origem das famílias .....	127
8.2 Dos estabelecimentos agropecuários .....	128
8.2.1 Estrutura e infraestrutura do local do estabelecimento.....	132
8.2.2 Condição do agricultor em relação a propriedade da terra .....	134

8.3 Produção local.....	135
8.3.1 A Assistência Técnica e a Extensão Rural – ATER.....	138
8.3.2 Financiamento.....	141
8.4 A comercialização .....	142
8.4.1 A Feira Regional de produtos agrícolas, pesca e do artesanato, ou Feira da Catedral 142	
8.4.2 Programas institucionais – PAA e PNAE.....	146
8.4.3 Cestas agroecológicas no litoral do Paraná.....	150
8.4.4. A composição de preços na comercialização das famílias.....	154
8.4.5 A variação de preços na comercialização das famílias.....	154
8.5 Produção animal e regularização dos estabelecimentos no litoral do Paraná .....	159
8.5.1 A importância da produção animal à segurança alimentar e nutricional na comercialização direta.....	159
8.5.2 Regularização da produção e requisitos à estruturação do estabelecimento e do produto para o registro de estabelecimentos e produtos de origem animal .....	162
8.6 As experiências locais do litoral paranaense .....	165
8.6.1 No município de Guaratuba .....	165
8.6.2 No município de Morretes .....	166
8.6.3 No município de Paranaguá .....	167
8.6.4 No município de Antonina .....	167
8.6.5 No município de Pontal do Paraná .....	167
8.7 Registro dos estabelecimentos e dos produtos de origem vegetal.....	169
8.7.1 Produtos alimentícios de competência do SNVS .....	169
8.7.2 No município de Guaratuba .....	170
8.7.3 No município de Morretes .....	171
8.7.4 No município de Antonina .....	172
8.8 Diversificação das fontes de renda .....	173
8.9 Associativismo e cooperativismo .....	178

<b>8.10 Indicadores e meios de verificação .....</b>	<b>178</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>192</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura praticada na África, na Europa, na Ásia, na América Latina, na Oceania, por todo o mundo e ao longo do Brasil, nas suas mais diversas formas de cultivos, segundo Mazoyer e Roudart (2008), desde o momento da domesticação das plantas e animais, no período neolítico, até o período contemporâneo, tem um propósito: alimentar a vida. Se a utilizam para outros fins, é por não compreenderem, ainda, as relações e inter-relações dessa dimensão extraordinária da vida alimentada e realimentada pelas agriculturas.

Há mais de 5.000 anos, após peregrinar pelo planeta Terra por mais de 100 mil anos, a humanidade começa a se assentar, os seres humanos aglomeram-se perto dos rios ao longo do Tigre, do Eufrates, do Nilo, do Indo, do Amarelo e do Yang-se, as civilizações estão dando saltos quali-quantitativos no seu desenvolvimento. Porém, antes disso, elas necessitavam dominar algo – o intercâmbio de produtos – quanto mais trocarem bens e experiências com outros grupos e territórios, aprenderão e crescerão cada vez mais rápido. O intercâmbio e a comunicação a longa distância são um precursor necessário que permite a existência da civilização como a conhecemos (VAN LOON, 2004).

No Brasil, há pluralidade e diversidade de práticas implementadas (agriculturas). A riqueza dos modos de produzir se apresenta nos traços socioculturais miscigenados do povo brasileiro. A heterogeneidade da base produtiva e do perfil socioeconômico dos produtores é uma marca da agricultura brasileira, presente também em seu estrato familiar (JUNIOR et al., 2019).

A agricultura familiar<sup>2</sup> é responsável pela maioria da produção de alimentos no Brasil e também pela mão de obra trabalhadora no campo. De acordo com o Censo do IBGE (2017), a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro daquele ano, representando 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Ainda assim, há um importante segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue se sustentar economicamente devido a diferentes fatores, desde os mecanismos de comercialização da produção e dos insumos, à vinculação ao mercado ocorrer por meio de intermediários ou comerciantes regionais-locais, reduzindo as margens de escolha na comercialização e as possibilidades de desenvolvimento (DE MORAES, 2016).

---

<sup>2</sup> Enquanto pequena produção familiar, a agricultura caipira, a cabocla, a camponesa, a quilombola, entre outras denominações, que envolvem um jeito de produzir e de se relacionar com os recursos naturais.

No litoral do Paraná, composto por sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, embora seja um espaço rico do ponto de vista dos recursos biológicos, incluídos, nele, três dos cinco patrimônios nacionais do meio ambiente, segundo a Constituição Federal,<sup>3</sup> a saber: Mata Atlântica, Serra do Mar e Zona Costeira, há uma riqueza de cultura e de comunidades tradicionais. Contudo, a diversidade ecológica é mais amplamente conhecida do que a diversidade de comunidades e de povos que se constituem nesse espaço (DIEGUES, 2012). Menos ainda, o próprio histórico de apropriação e expropriação dos recursos naturais ao longo de seu processo de ocupação desde a chegada dos colonizadores europeus (MIGUEL, 1997).

Diante da necessidade de garantir as condições de vida, e vida com dignidade pelos/as agricultores/as familiares rurais e as circunstâncias reais desse direito, numa região marcada por um processo de antropização acelerado e mudanças nos padrões de produção e consumo, além do enfrentamento das intempéries impostas pelas próprias condições naturais das muitas variáveis (clima, relevo e composição do solo etc.) que envolvem a agricultura, associada àquelas determinadas pelo sistema mundial, desde o acesso à terra, ao crédito, à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), às políticas públicas etc., entende-se que a busca pela superação das barreiras impostas à produção, e o ingresso ao mundo da circulação, são desafios constantes na vida dos agricultores/as, empreendidos diariamente no litoral do Paraná.

### **Problema de pesquisa**

Ao longo da história, o intercâmbio comercial tem sido um dos grandes problemas a ser enfrentado pela humanidade. Se no princípio os obstáculos estavam associados às distâncias e aos próprios limites das forças produtivas, com as transformações ocorridas e o desenvolvimento social, econômico e cultural da humanidade, as mudanças empreendidas se intensificaram significativamente nos hábitos das pessoas, determinadas por transações comerciais cada vez mais intensas. Nesse aspecto, os espaços se tornaram cada vez mais curtos, em decorrência dos meios de transporte e de comunicação facilitarem e ampliarem as redes de trocas, sendo possível o deslocamento de um lugar para outro ou obter informações de forma

---

<sup>3</sup> § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a **Mata Atlântica**, a **Serra do Mar**, o Pantanal Mato-Grossense e a **Zona Costeira** são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988). Art. 225, item VII, parágrafo quarto). Grifo nosso. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

cada vez mais rápida e instantânea, fazendo com que o nível de desenvolvimento das forças produtivas se amplie vertiginosamente.

Contudo, o modelo de produção capitalista tem se constituído por ciclos ou fases. Na atual fase de globalização, as fusões têm cooperado para o surgimento ou fortalecimento dos grandes cartéis globais, vestindo-se com aparência ideológica de solução dos problemas dos povos oprimidos. Segundo Mamigonian (2004), a globalização é um projeto econômico-político liderado pelo ultra-imperialismo americano. No âmbito da comercialização, a globalização tem assinalado um período em que dominam as grandes corporações dos sistemas agroalimentares ou complexos agroindustriais, cada vez mais concentradas, dominando o mercado de alimentos, em quantidade, homogeneidade, rastreabilidade e pontualidade de entrega estabelecida pelas grandes distribuidoras (VAN DER PLOEG, 2008).

Uma vez que se têm mercados da área do setor agroalimentar concentrados cada vez mais nas mãos de poucos, os governos que deveriam estabelecer um regime de políticas agrícolas, comerciais e de consumo nas quais, muitas vezes, as empresas operam, acabam por legislar com políticas governamentais que colocam os interesses dos governantes entrelaçados aos das corporações. À medida que foram ocorrendo mudanças nas políticas econômicas, foi sendo reduzido, consideravelmente, o controle do governo sobre os mercados e fluxos de capital. As regulamentações nacionais que deveriam dificultar a criação de cartéis, o mau uso de posições dominantes e a formação de monopólios, coibindo-os ou impondo condições a serem cumpridas pelas empresas, não tem conseguido cumprir o seu papel (ALVES, 2021).

Diante dessa realidade, que impacta negativamente na comercialização dos pequenos negócios locais, em razão dos métodos de gestão e preços praticados pelos gigantes grupos oligopólicos, os quais são capazes de impor padrões e requerimentos que restringem os espaços de manobra à tomada de decisão sobre o que, quanto, como, para quem, e sob quais condições comercializar, tem causado a perda da autonomia dos agricultores e, por conseguinte, o fechamento de pequenos comércios locais (VARGA, 2002; ÁVILA, 2018).<sup>4 5</sup>

Nesse sentido, valorizar e retomar a grandeza da diversidade de sistemas de abastecimento alimentar dos Circuitos Curtos de Comercialização (CCCs) como sistemas agroalimentares alternativos, onde a aproximação do produtor/a e do/a consumidor/a é fundamental para o fortalecimento da agricultura local e regional, de modo que a proximidade geográfica facilita a distribuição, transporte e gestão das vendas. Os/as usuários/as desse

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2403200216.htm>. Acesso em: 03 mai. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://sul21.com.br/colunascoluna-do-gepad/2018/03/a-concentracao-do-sistema-agroalimentar-global-e-os-desafios-do-brasil/>. Acesso em: 04 mai. 2019.

sistema procuram, em geral, alimentos saudáveis, produzidos com respeito às relações de trabalho no campo, à biodiversidade e ao ritmo da natureza (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013), sob suas múltiplas formas, como: as feiras livres, as cestas agroecológicas, a venda no próprio estabelecimento etc. Logo, isso acaba incidindo, entre outros aspectos, no esforço de reduzir as distâncias materiais e simbólicas que separam produtores/as e consumidores/as. Em suma, devem-se eliminar assimetrias de informação e construir uma relação mais justa e equilibrada entre a órbita do consumo e a da produção e, sobretudo, a viabilização de espaço de interação social, de convergência e exercício da liberdade (DAROLT, 2013; MEDEIROS; MARQUES, 2013; ROVER; DAROLT, 2021).

É nessa perspectiva que a pesquisa se constitui, perante as contrariedades vivenciadas pelos agricultores familiares na busca para garantir renda do e no campo, de maneira a manter a produção e a reprodução social das famílias, sendo o terreno da comercialização nos CCCs no litoral do Paraná o espaço onde é possível manter a dinâmica social, econômica, ambiental e cultural das famílias. Desse modo, buscando colaborar nos processos de justiça social, no desenvolvimento da relação sociedade e natureza, perpassando pela agroecologia, enquanto jeito de produzir e de se relacionar com o meio, na interação campo e cidade onde os/as consumidores/as encontram na alimentação significados, que transcendem a mera satisfação de necessidades imediatas (ANJOS; CALDAS, 2017). A partir dessa compreensão da questão central, hipótese e objetivos, propõe-se a circunscrever sobre essa problemática.

**Da questão central:** Se o trabalho realizado na comercialização dos CCCs agroecológicos garante a reprodução social das famílias no litoral do Paraná.

**Da hipótese:** A hipótese suscitada é de que é possível garantir a reprodução social às famílias, ainda que com todos os óbices enfrentados no campo/rural, e manter-se no campo com boa qualidade de vida.

**Dos objetivos:** Considerando a problemática, a questão central e a hipótese apresentadas, o objetivo geral desta investigação consiste em analisar os CCCs agroecológicos como uma das formas de garantir a produção e reprodução social dos/as agricultores/as familiares no litoral do Paraná.

**Dos procedimentos:** Em busca de elementos para alcançar os objetivos da pesquisa, ela foi delineada abarcando os seguintes aspectos: I. Análise dos pressupostos teórico-metodológicos que fosse capaz de envolver e dar conta da temática abordada; II. Caracterização do ambiente onde são praticados os CCCs – litoral do Paraná; III. Identificação e análise de campo junto aos/às agricultores/as que estão praticando a comercialização direta, relacionando aos seus modos de produção e de vida; e IV. Analisar os dados da investigação atendendo aos desafios propostos no trabalho.

A exposição divide-se em oito capítulos, além desta introdução, sendo os três primeiros referentes aos aspectos teórico-metodológicos.

O Capítulo 2 aborda o referencial teórico por meio do método materialista histórico-dialético, sob o enfoque do desenvolvimento das forças produtivas, em que o constante trabalho realizado pelo ser humano sobre a natureza humaniza-o no metabolismo sociedade e natureza. No processo de produção e reprodução da vida, isto é, na busca pela satisfação das necessidades humanas como o motor, a partir do qual se constitui a história humana e por meio do qual se deve entender a análise da vida econômica, social, política e intelectual.

O Capítulo 3 apresenta a agroecologia não somente como um modelo que busca a ruptura técnica, mas também a centralidade do combate à agricultura prejudicial e degradante do meio ambiente. Os movimentos sociais do campo vêm apostando na agroecologia como uma proposta contra-hegemônica ao desmonte do sistema alimentar protagonizado pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros, a agroecologia não apenas como produzir sem adubos sintéticos e agrotóxicos, mas repensando a construção da nova mulher e do novo homem. A soberania alimentar como dimensão política e essencial da agroecologia.

O Capítulo 4 refere-se aos aspectos da vigilância e defesa sanitárias, de modo a ilustrar que a normatização criada para os produtos alimentícios foi pensada para um modelo empresarial e, dessa forma, não contemplando a agricultura familiar.

Na sequência, o Capítulo 5 trata do estado da arte ou revisão bibliográfica dos CCCs no Brasil, de maneira a compreender o debate e a construção da temática em torno deles, mostrando a grande diversidade de venda direta, seus avanços e gargalos de organização e manutenção desses espaços destinados à comercialização.

No Capítulo 6, aborda-se a caracterização do litoral do Paraná de maneira a contextualizar a história de ocupação desse território e a descrição dos principais aspectos da agricultura familiar, fundamentais à compreensão das relações econômicas, socioculturais e ambientais do local.

O Capítulo 7 apresenta o percurso metodológico da pesquisa, os arranjos e a estrutura da tese e suas analogias, compreendendo o processo e a caminhada da investigação.

Dando continuidade, o Capítulo 8 é o espaço onde são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada junto agricultores/as a partir das feiras e cestas agroecológicas no litoral, tratando dos diversos aspectos desde a produção, a organização social e a comercialização das famílias.

A pesquisa é ambientada nessa ótica, de ser semente que, em conjunto com as demais, semeadas pelos milhares de trabalhadores/as do campo e da cidade, e outros tantos pesquisadores/as que intencionam colher flores e frutos e outras tantas sementes.

Significativo enunciar que esta tese é fruto da persistência e aprendizados das mais diversas formas, inclusive, de muitas mudanças de rotas durante a pesquisa, constituída do seio da interdisciplinaridade em um campo rico e vasto do meio ambiente e desenvolvimento, uma área por sua natureza abrangente e geral, com suas muitas contradições, assim também são os CCCs, uma contradição menor, contida em outra contradição maior e, assim, seguindo os ciclos da vida.

O desafio tem sido explorar as contradições no sentido de transformar rumo ao novo e às novas formas de produção e reprodução social. O ser humano tem essa capacidade de mudar, podendo deixar de ser individualista, já que ele/a não tem uma natureza em abstrato genérica, ele/a é um ser que se constrói historicamente, ele/a é hoje, mas pode deixar de ser amanhã, e isso não é uma ação individual, só pode ser coletiva, dado que o individual tem limites alguém pode renunciar ao egoísmo, porém estará excluído da sociedade. Ademais, a sociedade como um todo pode renunciar ao egoísmo e construir outra baseada nos valores de uma ética solidária (LUKÁCS, 2015b).

É nesse terreno que se permeia a produção e a reprodução social: uma construção coletiva a partir do trabalho nos CCCs Agroecológicos no litoral do Paraná, os quais serão tratados a partir deste momento.

## ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

*A experiência exalta como o mais feliz  
aquele que fez mais pessoas felizes.*

Karl Marx

## 2 O TRABALHO E A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICOS

O primeiro pressuposto da existência humana e, portanto, de toda a sua história, é o de que os seres humanos têm de estar vivos para "fazer história". Contudo, para estar vivo, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e demais elementos necessários ao viver. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esse ato é, sem dúvida, uma condição fundamental de toda a história. Hoje, como há milênios, ela carece de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter-nos vivos (ENGELS; MARX, 2010).

E o pressuposto de manter-se vivo, segundo Marx, é mediado pelo trabalho a partir de

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2011b, p. 327-328).

É nessa simbiose onde a natureza é modificada pelo ser humano num metabolismo de transformação, em que os seres humanos, à medida que transforma a natureza, ele/a é também transformado. E à proporção que avança o processo histórico da humanidade na terra, enquanto tempo de permanência e relações sociais construídas, essa interação torna-se cada vez mais complexa, pois esses indivíduos introduzem na realidade determinações especificamente sociais, que antes não existiam. Desta forma, transformando a natureza de um modo especificamente humano ou social. Não há como enxergar a natureza dissociada dessas transformações sociais, tendo em vista que, ao passo que se transforma, criam-se condições de trabalho, portanto, novas realidades (PFEIFER, 2016).

Por exemplo, em determinado momento da história humana, uma comunidade desenvolveu meios para se contar os dias e ajudar no plantio, uma vez desenvolvida a capacidade de contagem, passa a utilizá-la para outras atividades e desenvolver outras habilidades, outros conhecimentos.

A necessidade de calcular os movimentos periódicos do Nilo criou a astronomia egípcia [...] [“O solstício é o momento do ano em que começa a elevação do Nilo, aquilo que os egípcios tinham de observar com a máxima atenção [...]. Era esse ano trópico que lhes importava fixar para se orientarem em suas operações agrícolas [...]”], (MARX, 2011b, p. 1362).

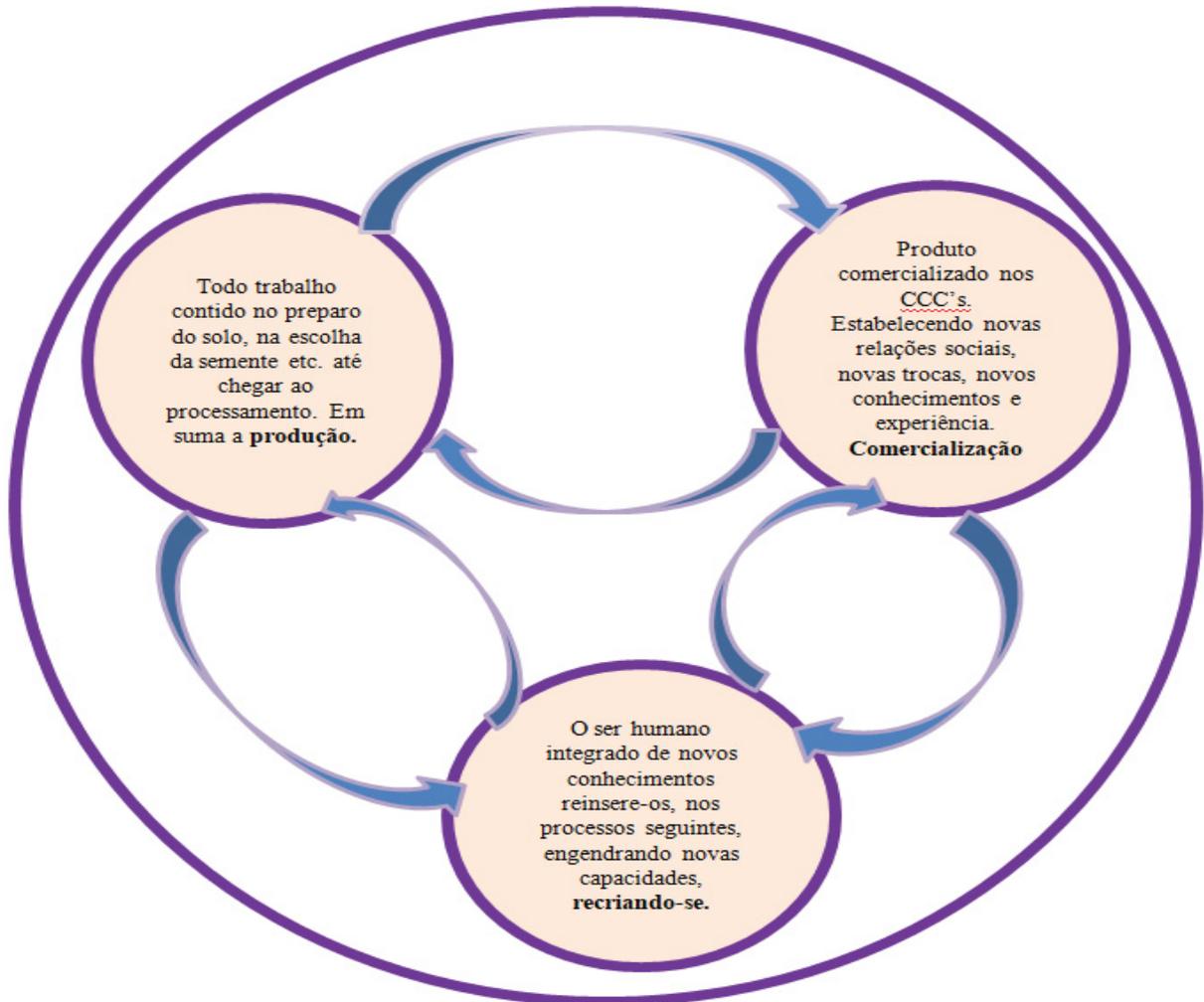
Dentre as diversas formas de comercialização, aquela estabelecida na pesquisa – os CCCs – é a concretização ou resultado de todo um trabalho na produção anterior, produção que diz respeito à formação do próprio mundo. As características pelas quais se produz e se organiza a produção, irão determinar que tipo de mundo nós vivemos, e o tipo de mundo em que habitamos é o que circunstanciará as nossas possibilidades de organização da produção. Assim sendo, há a necessidade de criar outras relações humanas, de modo a construir novas possibilidades para a promoção do real potencial humano.

O trabalho que transforma a natureza é o mesmo que a adapta às nossas necessidades, isto é, transforma a natureza bruta em objetos úteis, enquanto ação consciente do ser humano, teleológico, que se manifesta no produto “final,” no caso dos CCCs, na comercialização. Nessa relação e interação, o ser humano que iniciou o trabalho na produção, realizou todo o processo, comercializou seu produto (CCCs), na interação com outros atores sociais, posteriormente reinsere esse elemento na produção alterando, melhorando, adaptando, desenvolvendo competências à manifestação de novas formas de produção e relações sociais e da produção de riquezas. Conforme Marx (2011b) a produção da riqueza é, na verdade, a transformação da natureza e a adaptação dela às nossas necessidades, tendo uma dupla origem, natureza e trabalho, em qualquer época histórica, e também na época capitalista, sendo ela algo dado e ele como o esforço que o ser humano realiza para poder obter a riqueza a partir da natureza dada. O ser humano e a sociedade, portanto, a riqueza capitalista é produto do trabalho dada a existência da natureza.

Sendo o trabalho fonte de riqueza, tendo o ser humano o potencial de identificar o tipo de trabalho e de reinserção dele, de modo a ressignificar os processos seguintes, uma vez despertada a capacidade, no caso da produção e comercialização dos produtos agrícolas, possibilitaram o avanço das forças produtivas, cíclico, não se tem um início e fim, são

processos, contínuos, permanentes e integrados. A Figura 2 mostra um resumo desse movimento.

FIGURA 2 - PROCESSO CÍCLICO DA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E REINSERÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO



Fonte: Autora (2022). Ilustração das interações da reinsertão nos processo de trabalho

O processo de transformar o meio e a si mesmos/as, criando circunstâncias que antes não existiam, acrescentando-se que esses conhecimentos reinsertidos podem ser reutilizados para pensar outras finalidades que não foram aquelas projetadas inicialmente, constituindo-se no desenvolvimento das forças produtivas. Esse metabolismo entre ser humano e natureza é exercido, predominantemente, por meio do trabalho. À medida que se avança o processo de

trabalho, insere-se sobredeterminações<sup>6</sup> especificamente sociais no mundo, onde a natureza se torna continuamente socializada (LUKÁCS, 2015a).

## 2.1 Sobredeterminação

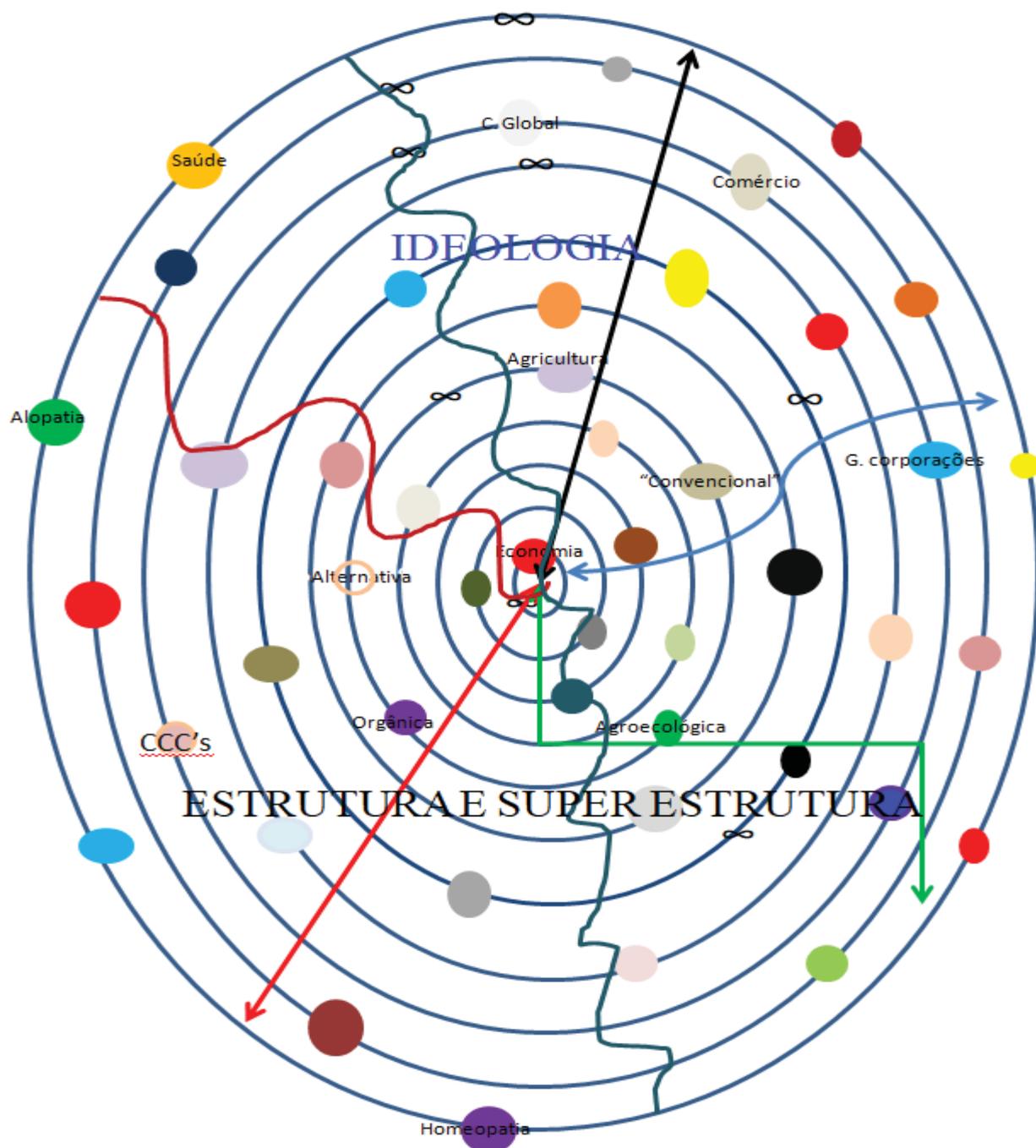
A partir do conceito de sobredeterminação na concepção da totalidade<sup>7</sup>, partindo do pressuposto de que cada um dos círculos da Figura 3 representa uma área ou um setor da sociedade (agricultura, saúde, educação, cultura etc.), entende-se que dentro de cada um desses setores há outros representados por outro círculo, os quais estão em conexão. Por exemplo, na área da agricultura (agroecológica, convencional etc.) e assim sucessivamente, numa interação ôntica e ontológica.

---

<sup>6</sup> Foi o franco-argelino Louis Althusser, quem melhor desenvolveu o conceito de sobredeterminação. Para Althusser, a tese de uma corrente que atribuía a Marx o pressuposto de que a economia seria o único fator responsável pelo desenvolvimento histórico, conduziu a um consequente determinismo histórico (ALTHUSSER, 1979). Ou seja, a de que Marx pressupunha o entendimento mecanicista e dogmático de que a queda do capitalismo viria de uma contradição simples. Como se a formação social existente fosse de apenas uma contradição principal capaz de determinar seu presente, seu passado e seu futuro, isto é, a contradição entre Capital e Trabalho. Segundo Althusser, tanto Marx quanto Lenin, compreendiam a existência de uma contradição geral, que pode ser a contradição entre Capital e Trabalho, porém, tal contradição está muito longe *de per se* provocar uma situação revolucionária, para que isso ocorra é preciso que uma contradição geral ou principal se associe a outras muitas contradições, sendo elas correlacionadas (LIRA, 2021).

<sup>7</sup> “Tudo está em conexão com tudo, e o todo é mais que as partes.”

FIGURA 3 - INTERAÇÕES COM BASE NA CONCEPÇÃO DA TOTALIDADE: “TUDO ESTÁ EM CONEXÃO COM TUDO, O TODO É MAIS QUE AS PARTES”



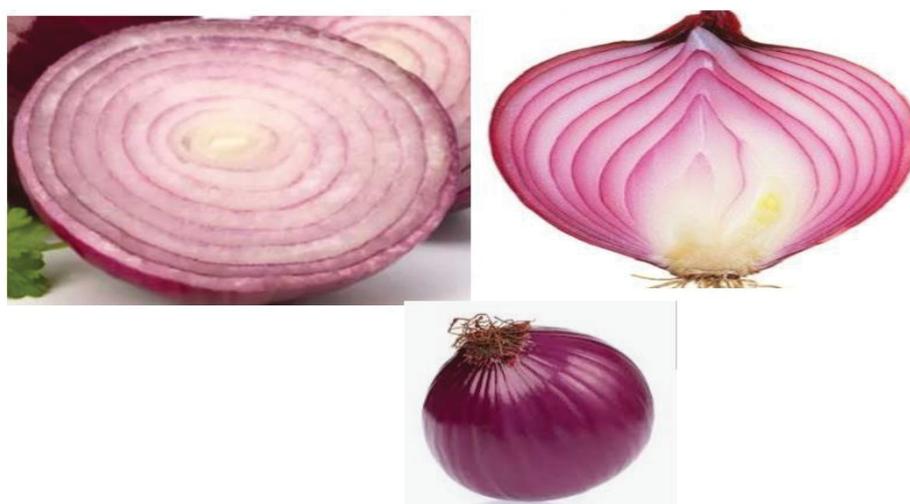
FONTE: Elaborada pela autora (2022).

Essas interações estão correlacionadas, interagindo entre si. Partindo do pressuposto de que em um círculo desses, a agricultura, por exemplo, há várias interseções, no mesmo círculo, como as diversas agriculturas, a comercialização e sucessivamente os elementos inteiramente indissociáveis dela, precisam que a sobredeterminação esteja intimamente ligada ao conceito de totalidade. E, por conseguinte, a ideia de que se as mudanças não forem

construídas a partir da compreensão do todo, ainda que minimamente, elas serão muito restritas e faltarão por serem incorporadas no sistema vigente sem alteração do quadro atual.

A cebola é um bom exemplo para mostrar a ideia de sobre-determinação, além das múltiplas camadas, uma sobre determinando a outra, ela compõe uma totalidade, um sistema, que se pode observar sobre diversos ângulos, na Figura 4, a seguir, estão dispostos três ângulos, porém, posso dispô-los de variadas maneiras. Por exemplo, o clima, uma variável sobre determinando outra variável. No caso da pesquisa observando os CCCs agroecológicos dentro desse sistema, buscando relações sobre determinadas por outros valores, ainda que se esteja sobre determinados pela mercantilização.

FIGURA 4 - A CEBOLA UTILIZADA COMO ATRIBUTO DE SOBREDETERMINAÇÃO, EM RAZÃO DAS MÚLTIPLAS CAMADAS, UMA SOBREDETERMINANDO A OUTRA



FONTE: Imagens ilustrativas, a partir de buscas da internet (2022).

No capitalismo, o modo de produção é sobredeterminado pela mercantilização e pela forma capitalista de reproduzir a vida que impõe a reprodução por meio de uma relação muito destrutiva com a natureza – antropocêntrica – manifestada sob a forma de crise ambiental, numa visão míope de senhores do universo, com capacidade de destruir o planeta, de acabar com a água potável, de poluir o solo, o ar, de extinção das espécies animais/vegetais e outros organismos. Em geral, parte-se da premissa de que, posteriormente, alguma tecnologia poderá resolver o problema. Para o sistema capitalista o determinante é a necessidade insaciável de sempre obter mais valor e, por isso, a de explorar cada vez mais os recursos naturais, sem levar em conta as consequências, essa é em essência a natureza do capitalismo, logo, vislumbra-se a incompatibilidade de um desenvolvimento sustentável dentro desse sistema (GOUVÊA, 2016).

O que se procura abordar é que, há outras formas societárias nas quais esse controle não é tão destrutivo, quando se refere à agroecologia, ainda que no interior da sociedade capitalista, o desafio é a instituição de vínculos que propiciem o estabelecimento da construção do novo homem e da nova mulher, é no velho que se nasce o germe do novo, de maneira a superar essa forma agressiva de relação entre sociedade e natureza.

Quando se trata do trabalho e da composição societária, não se está pensando a partir das primeiras formas instintivas do trabalho, por exemplo, no paleolítico, ou em períodos históricos em que se estava conformando a espécie que se tem hoje. Segundo Engels (1990), a transformação do macaco em homem (ser humano), por meio do trabalho, foi se definindo historicamente a partir da capacidade, que não é uma capacidade em abstrato, mas uma

capacidade historicamente construída, e que se modifica ao longo da história humana. Em vista disso, não se tem a mesma capacidade de abstração, de teleologia e de trabalho, que se tinha há 500 ou 300 mil anos, o caráter social do trabalho não pode ser dissociado da história, porque a própria capacidade humana de trabalho modifica-se ao longo do tempo. Não se pode pensar no trabalho como essência humana dissociada da história, essência humana na associação trabalho, práxis (porque o trabalho é uma forma da práxis humana, mas não somente) e historicidade, na capacidade teleológica da habilidade de se modificar ao longo da história humana, condicionada, sempre, e concretamente<sup>8</sup> pelo que existe.

É preciso analisar o trabalho não limitado a uma alteração na forma do elemento natural que ele realiza nesse último, mas, ao mesmo tempo, seu objetivo, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (teoria e prática). A práxis humana se transforma, ou seja, ela muda a forma do elemento natural ou social, muda a realidade, de acordo com um objetivo previamente ideado ou teleológico. A realização desses objetivos no processo de trabalho, ou na práxis humana, determinará o tipo de trabalho e o modo da atividade, a forma da práxis. O trabalho, em geral, é a maneira da própria atividade no mundo. Práxis não é atividade prática, é a unidade, entre a atividade teórica e atividade prática, projeta-se os fins e os meios adequados para conseguir transformar a realidade. Porém, é importante enfatizar que, ao produzir uma mercadoria, o ser humano já projetou o que almejava, uma vez que ele possuía consciência do objeto fim, contudo, isso não se aplica à organização da sociedade em geral e das suas formas históricas particulares (GOUVÊA, 2017).

É possível imaginar a produção de mercadoria, e todo o processo que ela envolve, como uma atividade teleológica no particular. A forma de organização dos agricultores em conjunto na sociedade, por sua vez, é vista como um modo histórico no geral. Esse último elemento com a limitação de determinar seus fins, mas de ser capaz de constituir, conjuntamente, caminhos que nos conduza a novas relações humanas e sociais, por conseguinte, nova sociedade.

A unidade e a vontade orientada a um fim (teleologia), isto é, a liberdade de criação humana de conceber meios que não estavam anteriormente dispostos, e com isso, modificando e alterando a realidade, transformando as possibilidades, e conseqüentemente a sociedade, ocorre por meio de pequenas ações que, somadas a outras, são capazes de se ramificar e reconstruir o novo. É belíssima a liberdade e a capacidade humana de criar, entretanto, a depender das relações sociais nas quais essa capacidade de criação esteja se reproduzindo, já

---

<sup>8</sup> Entendendo o concreto não somente pelo tocável e visível.

que essas relações concretas são as que determinam a nossa capacidade de representar a realidade, que determinam as nossas ideias, elas condicionaram toda a nossa capacidade de construir. Toda ação humana estará condicionada pelos valores do modelo dominante, no capitalismo, pelo objetivo de obter valor de troca, decerto que os valores de uma época são condicionantes da ação humana independente de qual for a época, mas esses valores são os predominantes na nossa época, logo, as nossas relações sociais estão permeadas pela mercantilização, sejam as relações de amizade, afetivas, de trabalho etc. (GOUVÊA, 2016).

Isso amputa, inclusive, o processo criativo do trabalho, constituindo-se num processo de trabalho alienado e alienante, no qual, nós, seres humanos, nos alienamos da nossa própria força de trabalho para sermos inseridos no processo de trabalho. Às vezes, sequer nos reconhecemos enquanto trabalhador/a, não reconhecemos a nossa capacidade de planejamento sobre o processo de trabalho, perdendo, de fato, o controle sobre o que estamos fazendo, e isso vai se refletir num desgosto profundo, aonde se vai ao trabalho a contragosto, pois ele é uma carga pesada demais para ser suportada. O que tem levado a pensar o trabalho como problema, contudo, não é o trabalho, todavia a maneira pela qual este trabalho é realizado, portanto, necessitamos constituir condições históricas de realmente aproveitar o potencial transformador do trabalho humano, isto requer desenvolver as forças produtivas na atualidade, e talvez, desenvolver as forças produtivas hoje, não seja necessariamente industrializar mais, mas aproveitar o potencial criador humano, e criar melhores condições de nos relacionarmos com a natureza, criar formas comunitárias de vida, de não extinguir as espécies que estão no planeta. Isso é desenvolvimento das forças produtivas como objetivo, mas esta tarefa requer superar a forma capitalista de produção, este é o desafio, por meio das nossas ações cotidianas, por exemplo, nos Circuitos Curtos de Comercialização.

## **2.2 Aspectos teóricos metodológicos da pesquisa de campo**

A investigação cuidou de acrescentar uma teoria que fundamentasse a pesquisa de campo no levantamento das informações juntos aos agricultores/as, encontrando na pesquisa participante a direção dos seus princípios e ferramentas metodológicas, de modo que este estudo seguiu os princípios e a estrutura metodológica dessa perspectiva investigativa. Assim sendo, faz-se necessário acrescentar nos aspectos teórico-metodológicos os fundamentos do método.

### 2.2.1 A pesquisa participante

Os elementos da pesquisa participante descritas nesta síntese referem-se à interpretação realizada a partir das obras dos seguintes autores: Brandão (1981, 2003, 2006), Arl (2015) e Verdejo (2010), exceto quando a afirmação se referir a outros autores, portanto, não serão citadas as referências aqui mencionadas.

A pesquisa participante é uma estrada de mão dupla: de um lado a **participação** popular no processo da investigação, de outro, a **participação** da pesquisa no correr das ações populares. A **pesquisa participante** não costumava ser pensada como uma experiência de ação social ou um instrumental dirigido a resolver algum “problema comunitário”. Na tradição latino-americana, raramente era compreendida como algo limitado a realizar alguma melhoria setorial das condições locais ou regionais de comunidades populares. Em quase todas as suas formas mais difundidas, ela foi e, em boa medida, segue sendo pensada como um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares, de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora. Por meio dela, não se pretende melhorar ou desenvolver alguns aspectos precários da vida social. Objetiva-se criar alternativas populares de transformação das estruturas sociais que tornam a vida exigente de ser sempre melhorada.

### 2.2.2 Dimensões

A pesquisa participante apresenta-se como uma alternativa de “ação participante” em, pelo menos, duas dimensões.

1. Agentes sociais populares são considerados mais do que apenas beneficiários passivos dos efeitos diretos e indiretos da pesquisa e da promoção social dela decorrente. Eles são percebidos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à **pesquisa participante**. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque os atores sociais populares participam como coadjuvantes, mas porque ela se projeta, se realiza e se desdobra por meio da participação ativa e crescente dos envolvidos.
2. A própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular.

Nas últimas décadas, tomando uma direção crescentemente institucional e acadêmica, diferentes modalidades de investigação social reivindicam serem também participantes, a partir

da perspectiva da origem dos pesquisadores e porque, de certa forma, contam com a participação dos “objetos.”

Uma pesquisa é participante em duas dimensões: I. As pessoas da comunidade ou grupo social participam; II. a investigação é parte de um processo de ações emancipadoras a partir de um segmento social e popular. Compreendendo a pesquisa participante não como uma atividade emancipadora em si mesma, mas como um momento de um trabalho interativo, pedagógico e político de uma ação de educação popular, em sua dimensão mais ampla.

Como resultante do avanço da pesquisa participante, constituiu-se diferentes abordagens da Investigação Ação Participativa (IAP),<sup>9</sup> cabendo ao grupo a composição e adequação daquela abordagem que melhor se acomoda à atuação do conjunto.

Por exemplo, na reconstrução coletiva da história, ao contrário do que se “ensina e aprende” nas escolas, não se trata de uma “história pronta a ser aprendida tal como parece ser”, mas uma história construída a várias mãos e mentes. Portanto, uma reconstrução coletiva da história que se aprende não depois de quando “outros a escreveram”, mas ao longo do próprio processo, de recriá-la coletivamente. Dessa maneira, ela é também uma prática pedagógica ao longo de todo o seu acontecer.

Outra abordagem é o da cartografia social, sem, necessariamente, o comprometimento da precisão cartográfico-científica, o que importa é o registro de um outro olhar. De um “olhar nosso”, ou um “nosso olhar”, pesquisado e registrado “por nós e para nós”. Importa a realização de algo que, elaborado pelo coletivo, com o auxílio de pessoas assessoras, seja entre o seu processo e o seu produto, algo da comunidade e compreensível por seus integrantes. Cuba, que acrescentou a nova cartografia social, tem sido um exemplo do trabalho realizado. Foi por meio dela que se fez interagir a cartografia e a memória social da comunidade.

### **2.2.3 Paulo Freire e Fals Borda**

A proposta metodológica da pesquisa participante diz respeito àquela desenvolvida por Paulo Freire e Orlando Fals-Borda, além de outros autores que se utilizaram de métodos de investigação que proporcione a lógica de saberes destinados a um aprendizado do viver, possibilitando a formação de seres construtores/as de suas próprias histórias, partilhando o conhecimento apreendido e entendendo o que se sabe, como um conhecimento emancipatório

---

<sup>9</sup> Embora a linha seja tênue entre pesquisa-ação e pesquisa participante, alguns autores apresentam abordagens diferentes. Como o objetivo não é debater as distintas concepções, mantiveram-se os termos abordados pelos pesquisadores referenciados.

capaz de criar frentes de resistência, resiliência e a lutar por direitos, de modo a transformar o/s seu/s mundo/s e reescrever/em as suas próprias histórias. Importante destacar que, muitos dos termos por nós utilizados no decurso da história, têm sido apropriados ou capturados por outros grupos, inclusive, empresariais, modificando o sentido originalmente dado, por exemplo, o de participação e de participante.

A concepção de Fals-Borda partia da ideia de outra maneira de criar conhecimentos por meio da investigação social derivada de sua proposta de uma sociologia da libertação, com o auxílio da investigação que:

Pedagogicamente desaguem em saberes dialogados entre pessoas destinadas a: aprender a viver as suas vidas; a construir com liberdade os seus destinos; a partilhar o que aprendem, a saber, e a “senti-saber”; a emancipar as suas mentes; a gerar suas frentes de resistência, resiliência, re-existência e luta: a transformar os seus mundos de vida e de destino; a saber dizer a sua palavra; finalmente, a escrever a sua história (BRANDÃO, 1986. p. 2).

E reescrever a própria história requer um processo investigativo e reestruturante, pois, quando se faz a pergunta, é porque já se sugere a resposta, formulando em uma dupla direção:

a) A primeira, antes mesmo de que viesse a se tornar uma ideia comum entre antropólogos, e um fundamento inovador na prática pedagógica da educação popular, Fals-Borda constitui a cultura e o saber popular como uma “ciência própria”. Ele atribui aos saberes do povo um valor de conhecimento crítico da vida e da realidade social qualitativamente diferente, mas não desigual diante dos saberes acadêmicos, eruditos etc.

b) A segunda, instaurando a “vertente sociológica e latino-americanista” da investigação participativa, porque ao lado do valor “saber popular”, ele estabelece algo além de uma “sociologia crítica”, tal como pensadores “do Norte” consentem e difundem. Ele propõe uma “Sociología de la Liberación” e por meio dela desloca, uma vez mais, o que era uma prática-teórica acadêmica, em direção a uma modalidade de criação e partilha de saberes que mesmo derivada, em alguma medida do “mundo acadêmico”, salta da academia e do “crítico-erudito” para o movimento popular, para a comunidade popular e para um “ativo-popular”.

Assim, a ruptura criadora em Orlando Fals-Borda provém da interação entre uma sociologia ativa e comprometida com causas populares, que se desdobra em uma pesquisa-ação participativa, organicamente associada a um diálogo com o popular. E isto se realiza em dupla dimensão. Ora como uma fonte própria de saberes populares, tradicionais, patrimoniais em diálogo com “outros saberes”, ora como o território de saberes e sentidos “desde abajo y desde laperiferia”, a partir do qual, para além das tradições da academia, as nossas ciências, pesquisas e pedagogias encontram o seu lugar e desvelam o seu horizonte.

Entre o inédito viável de Paulo Freire e a vocação *sentipensante* de Orlando Fals-Borda, como diferentes modalidades de pesquisas coletivas e comprometidas com as causas populares e sociais de construção de “um outro mundo possível” que, convergentes em seus princípios e vocações, apresentam-se como diferentes modalidades de realização de processos em construção. A pesquisa participante de Freire e Fals-Borda torna real o imaginário do “inédito viável”, em que busca o desdobramento de uma **ciência sentipensante**, não apenas emancipadora de pessoas e povos, mas ousadamente apontada para um horizonte aberto à criação de ideários, de seres livres da opressão e de imaginário, finalmente, libertados de qualquer colonização e dispostos a voos da mente e do coração.

#### 2.2.4 Diversidade de origens

Alguns estudiosos do tema costumam rastrear uma das origens da **pesquisa participante**. Nos estudos de Kurt Lewin e de outros cientistas sociais dos Estados Unidos da América ou da Europa, comumente, os estudos e pesquisas dirigiam-se a uma compreensão mais dinâmica, integrada e operativa do campo social, empregando-os no aprimoramento das relações de atores culturais envolvidos em experiências de ação agenciada, em favor de algum tipo de mudança ou desenvolvimento social, com vistas à melhoria de um ou vários indicadores de qualidade de vida.

Outros pesquisadores, no entanto, preferiam associar a **pesquisa participante** aos trabalhos realizados em volta da investigação operária de Karl Marx, reconhecendo em seu procedimento uma estratégia para o acesso de pessoas e grupos das classes populares a instrumentos confiáveis de conhecimento científico a respeito da realidade social. Utilizando-se de termos, tais como: atores sociais, conformidade, participação, mudança, desenvolvimento social e tantos outros: classes sociais, conflito, mobilização, transformação e revolução social, existindo a possibilidade de áreas de fronteira nos limites entre uma tendência de origem e outra.

Ainda que as diferentes experiências de pesquisa participante tenham surgido no Equador, à margem da academia, são os sujeitos do mundo acadêmico que são lembrados como os criadores. É preciso não se esquecer de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva, sobretudo quando pretende constituir-se como uma prática objetiva e neutra, enfatizadas por Freire, Fals-Borda e tantos/as outros/as educadores/as e cientistas sociais na América Latina.

A consequência desse ponto de partida da **pesquisa participante** é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na

contribuição de sua prática na busca coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário, possivelmente esta pesquisa se conecta com essa corrente.

A partir dessa concepção, a **pesquisa participante** não cria, mas responde a desafios a incorporar-se em programas que coloca em prática novas alternativas de métodos ativos na educação de jovens e adultos, de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento de formação, na participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais, antes postos à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou recolonizados ao longo de seus processos. Para realizar projetos de “organização social”, de “mobilização popular” e de “mudança” ou “transformação” são necessárias novas modalidades de produção sistemática de conhecimentos sobre a “realidade local”. Na América Latina, merece destaque a **educação popular, a teologia da libertação, os movimentos sociais populares** e, mais adiante, a **pesquisa participante**.

No Brasil, a pesquisa participante está associada, de forma indireta, aos processos de ação política e pedagógica que deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja proximidade constante com a educação popular e com as comunidades eclesiais de base, originadas da teologia da libertação, é bastante reconhecida. A educação popular de ontem e do agora, em que vários dos/as educadores/as populares foram e seguem sendo ativistas sociais de orientação marxista, tem-se que muitos deles/as ainda estão inseridos/as na militância cristã das comunidades eclesiais de base e difusores da teologia da libertação.

Em suma, a pesquisa participante é mais do que uma metodologia popular é, sobretudo, uma tentativa de aliar a arte de tornar-se capaz. É a mística que provoca a indignação dos oprimidos, reacendendo o ânimo do povo, qualificando o trabalho de base e incentivando a ligação das frentes de luta e de convivência.

Uma ferramenta bastante difundida, e de certa maneira, utilizada nesta pesquisa, constituindo-se, como um meio didático educativo e participativo à promoção da participação das comunidades, pessoas ou famílias no processo de diagnóstico é o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Ele foi considerado, pois pode contribuir com a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural<sup>10</sup> sustentável à agricultura familiar e suas organizações,

---

<sup>10</sup> O espaço rural não é uno, nele ocorre um conjunto de mudanças com significativo impacto sobre suas funções e conteúdos sociais. No contexto da pesquisa, segundo Karam (2004) compreende-se campo, rural e ruralidade sem distinção, mas como um modo de vida, uma sociabilidade pertinente ao mundo rural, com relações

de maneira a integrar as dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições ao exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

O DRP é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Dessa maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenha sido concebido para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a ideia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. A intervenção de quem coordena o trabalho tem de ser a de facilitador do conhecimento e das dinâmicas locais.

Afinal, objetiva-se não somente colher dados dos participantes, mas, sobretudo, que eles iniciem um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. As orientações são bastante interessantes para o trabalho de campo e as ferramentas, por exemplo, as perguntas e o tamanho do questionário e as diferentes formas de coletas. Distintas abordagens como a de Ignorância ótima, como o nível ótimo de conhecimento adequado, descartando detalhes desnecessários ou irrelevantes, evitando medir quando comparar for suficiente, associando diversos meios que não se baseiam apenas nas explicações verbais e escritas.

Portanto, associar a análise da pesquisa sob as bases do materialismo histórico-dialético à pesquisa participante, no processo de construção do trabalho da produção e reprodução social, por meio dos CCCs no litoral no Paraná, fez suavizar as interações entre temas e suas relações práticas e cotidianas, possibilitando uma leitura do ser humano embrenhado numa realidade da busca pela sobrevivência e ao mesmo tempo, buscando a reprodução de culturas e modos de vidas.

---

específicas e variadas alterando-se em multiplicidade de aspectos socioculturais, econômicos e ecológicos. Existem bastantes e bons trabalhos que discutem o tema. Para mais informações ver: MARQUES, Marta Inez Medeiros et al. O conceito de espaço rural em questão. *Terra livre*, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002. DE MEDEIROS HESPANHOL, Rosangela Ap. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013; e muitos outros.

Nesse aspecto, a agroecologia deriva como alicerce necessário à compreensão no campo da realidade empírica dos agricultores/as que a praticam nas suas formas de vida, no seu mundo simbólico, dessa forma, percorrer-se-á o universo das práticas agroecológicas e suas dimensões.

### 3 O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA

*A natureza com seus caprichos e mistérios,  
condensa em pequenas coisas o poder de dirigir as grandes,  
nas sutis a potência de dominar as mais grosseiras,  
nas coisas simples a capacidade de reger as complexas.*

Ana Maria Primavesi

#### 3.1 Precedentes

##### **Do agravamento da crise ambiental ao desenvolvimento sustentável**

A implementação do modelo de desenvolvimento baseado na utilização indiscriminada de recursos naturais, manifestada sob a forma de crise ambiental, em decorrência do processo histórico, em especial, a partir de meados do século XIX, da produção socializada e do lucro privado, fez com que expandisse os problemas ambientais como conhecemos na atualidade, tendo como consequência o iminente risco de supressão dos recursos naturais e, por conseguinte, o acirramento das relações ser humano e natureza. Essa realidade propiciou o surgimento de diversas correntes do pensamento crítico ao modelo ora em curso, tanto do ponto de vista da crítica naturalista quanto à luz dos problemas sociais engendrados.

A partir do cenário político do final dos anos 60 e princípios dos anos 70 do século XX, a discussão sobre as questões ambientais resultou na produção de inúmeros materiais científicos de cunho alarmista e catastrofista, de modo a apontar os problemas decorrentes e medidas drásticas que necessitavam serem tomadas de imediato, sob pena de vivenciarmos um colapso mundial em algumas décadas (PIERRI, 2002). O relatório intitulado os limites do crescimento, lançado em 1972, foi especialmente importante para a problemática ambiental, principalmente, em decorrência da imensa divulgação internacional, fazendo com que a questão ambiental fosse colocada em primeiro plano na agenda político mundial, discutindo-se os problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico os deixaram à sombra. A proposta central estabelecida pelo relatório era aquela de parar o crescimento econômico e populacional. Dessa forma, os Limites do Crescimento, considerado de tom pessimista, passava a mensagem de que havia limites claros para o crescimento econômico e apontava três questões centrais: poluição, crescimento populacional e tecnologia (DE OLIVEIRA, 2012).

Essa corrente de caráter ecologista conservacionista é expressa nos muitos trabalhos realizados por biólogos e ecólogos no primeiro informe ao clube de Roma, tese que por sua vez tem antecedentes históricos na teoria econômica clássica, tendo como precursores mais relevantes Thomas Malthus e David Ricardo (PIERRI, 2002). A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, apresentou como desdobramento a elaboração da Declaração de Estocolmo.

No intuito de “barrar” a tese do crescimento zero resultante dessa proposta, são repensadas novas estratégias de modo que emerge o relatório Brundtland, em 1987. Conforme Godoy (s/d), foi a partir dele que ocorreu uma inversão de conceitos. Em face disso, se nos anos 70 o desenvolvimento era a causa da deterioração do meio ambiente, desde essa concepção, a destruição dele limita o crescimento, portanto, há de se evitar a degradação de maneira a manter o progresso.

A resultante do elo teórico-político entre a proposta do crescimento zero dos anos 70 e a proposta de desenvolvimento com conservação limitada de Brundtland é, por conseguinte, a proposição do desenvolvimento sustentável como a ponte entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Dessa maneira, incluindo o meio ambiente de maneira global, como uma herança a ser preservada, com base na cooperação internacional e na participação dos Estados, sendo o crescimento apontado como solução para a reestruturação dessa economia em crise, todavia, indicando alternativas tecnológicas e energéticas, que possam fazer dessa aliança a resposta para a condição de crise da atual fase do capitalismo. Sendo possível, assim, alterar, inclusive, a percepção da responsabilidade pela crise ambiental. Se no passado o poder hegemônico era responsabilizado como principal promotor da crise, a partir desse “novo” olhar, ele passou a ser o principal condutor da resolução desse conflito (PIERRI, 2002; GODOY, S/D). E como condutor responsável pela resolução, novos termos e novas abordagens são utilizadas, o desenvolvimento sustentável surge como aliança capaz de congrega os diferentes interesses.

## **O Desenvolvimento Sustentável**

Nessa seara, o desenvolvimento sustentável, que se apresenta nessa conjuntura, congregou as mais diferentes correntes de pensamento, sendo pauta de debates e implementação das proposições na maioria dos países e nas mais diversas instâncias tanto governamentais quanto não governamentais. Todavia, com essa característica genérica ou imprecisa do termo, bem como comportando interesses políticos estratégicos conflitantes, o conceito de

desenvolvimento sustentável suscitou e suscita polêmicas. Não obstante, mantêm-se implementando as propostas criadas e os debates permanecem ocupando os diferentes espaços, como a Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou a Cúpula da Terra, de maneira tal que o desenvolvimento sustentável ainda é agenda de compromissos e encontros por todo o mundo, congregando as mais diversas correntes de pensamentos.

## **O Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS**

A partir da abordagem do Desenvolvimento Sustentável, é que surge o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), que conforme Almeida (1995) é concebido na vereda do contraponto da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento da sociedade.

Na página web do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2022) encontra-se a descrição da transição para o modelo de DRS. Segundo tal relato, essa ação depende da realização de ações e medidas:

Fazer a transição para o desenvolvimento rural sustentável depende da motivação e construção de consensos, mediados por uma relação democrática e com diálogo entre a política ambiental e as populações rurais. A transição para a sustentabilidade do rural é entendida e conduzida como parte estruturante do projeto de desenvolvimento nacional em curso, cujo objetivo central é assegurar o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos ecossistemas (MMA, 2022).<sup>11</sup>

Observa-se há contradição, pois o DRS é constituído por meio de consensos, como se latifundiários/as, indígenas, agricultores/as familiares e diversos outros grupos dessem as mãos e, doravante, realizassem um diálogo “democrático” para assegurar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades sociais, ou seja, teriam os mesmos interesses. É uma retórica impraticável do ponto de vista real. Na visão de Almeida (1995), trata-se de descrições imprecisas e contraditórias, em uma direção não muito clara, diante das contradições dispostas.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/search?SearchableText=DesenvolvimentoRuralSustentavel>. Acesso em: 02 mar. 2022.

### 3.2 A agroecologia

Tendo em vista essa circunstância, a agroecologia é apresentada como um paradigma técnico-científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, entendendo-a como uma disciplina que estuda os sistemas agrícolas por meio de uma perspectiva ecológica e socioeconômica (ALTIERI, 1993).

Portanto, esta análise parte da premissa de agroecologia, não apenas como um ramo da agricultura que comercializa produtos certificados seja pela Organização de Controle Social (OCS), ou pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), ou ainda pela auditoria, mas como um modo de produzir, que agrega agricultores/as familiares em torno da produção e comercialização, sendo certificados de maneiras não “oficiais” ou padronizadas. Ademais, leva-se em consideração que esse modo de estudar agricultura se apresenta como mecanismo de construção de identidades sociais e de estilos de vida, como a expressão insofismável de exercício da cidadania (ANJOS; CALDAS, 2017).

A agroecologia é tratada como um avanço do debate sobre as possíveis saídas da crise ambiental. Além disso, nota-se que, em determinada época, a adesão e a alienação a valores e necessidades voltados à centralidade ideológica e técnica, de como desenvolver, de como alcançar os padrões de modernidade e crescimento econômico dos países centrais, são vistas como uma maneira de “melhorar” as culturas locais por meio do consumo. À medida que se alteram perspectivas e conceitos o rural incorpora as preocupações de integrar a produtividade dos sistemas agrícolas a aspectos econômicos, sociais e ambientais. Referindo-se à sustentabilidade como a habilidade de um agroecossistema em manter a produção, face às intempéries ecológicas e pressões socioeconômicas de longo prazo.

Nesse ínterim, o que atualmente denomina-se agroecologia, remonta à década de 1930 (WEZEL, 2009), manifestada sob diferentes olhares, designações e ressignificações ao longo do tempo, o que pode causar confusões, reinterpretações e reconsiderações. Contudo, a agroecologia tem aumentado o campo de estudo e interesse por agricultores/as, consumidores/as e pesquisadores/as, de maneira que, a partir do seu conhecimento acumulado, possa contribuir à construção das muitas questões relacionadas à natureza e à sociedade.

A origem da agroecologia no Brasil tem uma variada gama de influências do pensamento agrônomo e ecológico, com aproximações e distanciamentos de movimentos esotéricos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e mais recentemente se institucionalizando na academia e nos Programas de Pós-graduação (VAILATI; DE CARVALHO, 2021), para cada uma dessas concepções, a agroecologia corresponde a uma

gama de inquietudes que os seus respectivos movimentos procuram “resolver” ou apontar saídas.

A institucionalização ou o reconhecimento da agroecologia para o caso da produção de alimentos de base agroecológica suscita diversas questões a serem observadas pelos movimentos agroecológicos. Conforme Brandenburg (2002):

A institucionalização da agroecologia enquanto uma alternativa diferenciada de organização produtiva e social [...] favorece a sociedade com um maior acesso a alimentos de maior qualidade [...] Embora haja ganhos, tanto por parte do movimento como da sociedade, alguns fatos recentes provocam a inquietação dos militantes, agricultores ecológicos e estudiosos. Uma das questões diz respeito à possibilidade ou não de manter o caráter alternativo do movimento ecológico (BRANDENBURG, 2002, p. 22).

O mesmo autor faz referência ao trabalho dos pesquisadores Schmidt e Jasper quanto à certificação dos produtos agroecológicos e os efeitos do processo de certificação ou institucionalização, demonstrando que há muitas questões a serem desenvolvidas, de maneira a lançar luz sobre os movimentos acadêmicos e sociais, possibilitando encontrar as melhores respostas e, assim, instrumentalizar a caminhada dessas organizações (BRANDENBURG, 2002).

Quando os/as agricultores/as experienciam suas formas de produzir baseadas nos conhecimentos ancestrais, os quais foram se aprimorando ao longo de gerações, adaptadas aos diferentes tipos de solos, às condições climáticas, geomorfológicas, à seleção das espécies, e isso se soma ao conhecimento produzido na academia, por meio de práticas científicas, esse somatório coopera para a melhoria da trajetória de vida das comunidades, facilitando seus processos produtivos, desaguando na comercialização de produtos diferenciados, numa relação de proximidade com o consumidor. Dito isso, pensa-se que juntos eles estão criando o germe de um movimento que, dado o sentido ou identidade adequada, contribuirão ao porvir de novas relações humanas/sociais, baseadas em outros valores que não sejam exclusivamente a acumulação de bens materiais.

Para Miguel Altieri, a agroecologia se constitui no pressuposto capaz de oferecer suporte a uma transição para estilos de agriculturas sustentáveis, de modo a contribuir ao estabelecimento de processos de DRS (COSTABEBER; CAPORAL, 2003), e não na perspectiva dicotômica sem clareza de direção, mas fundamentada no conhecimento como base a evolução e a continuidade dos avanços no campo da agricultura agroecológica, enquanto espaço de lutas e resistências. Entre os muitos aspectos desenvolvidos pelo autor, é preciso entender a agroecologia como uma dimensão

[...] mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas podendo levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1998, p. 21). (Ajuste dos verbos para melhor adequação ao texto).

Baseado na agroecologia enquanto ecologia humana dos sistemas agrícolas, da sustentabilidade e com capacidade de dar suporte aos princípios ecossistêmicos, é que ela foi se expandindo em análises, conceitos e perspectivas.

### **Agroecologia como política pública**

A criação do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012<sup>12</sup>, institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em um período no qual o Brasil passava por um momento fértil da conjuntura nacional, já que a pauta da agricultura familiar estava em voga, colaborando para o incremento da agroecologia. Como exemplos têm-se a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003<sup>13</sup>, que dispunha sobre a agricultura orgânica; a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006<sup>14</sup>, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Precisa salientar que a comercialização direta é uma extensão da agricultura familiar no que se refere à manutenção e garantia de renda da pequena produção agrícola. Contudo, diante do atual cenário brasileiro de enfraquecimento das políticas públicas destinadas à promoção da agricultura familiar e, por conseguinte, da agroecologia, a principal instância de gestão da PNAPO foi revogada por meio do Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019<sup>15</sup>.

A partir de tal acontecimento, o PT ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos do Decreto que extinguiu colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. À vista disso, após o julgamento da ação, a Suprema Corte

---

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 07 ago. 2021.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 08 ago. 2021.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 07 ago. 2021.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.784%2C%20DE%207%20DE%20MAIO%20DE%202019&text=Declara%20a%20revoga%C3%A7%C3%A3o%2C%20para%20fins,de%202019%2C%20de%20decretos%20normativos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.784%2C%20DE%207%20DE%20MAIO%20DE%202019&text=Declara%20a%20revoga%C3%A7%C3%A3o%2C%20para%20fins,de%202019%2C%20de%20decretos%20normativos). Acesso em: 09 ago. 2021.

suspendeu apenas parte da Norma, de maneira que conselhos que não foram criados por lei, ou que não foram mencionados em lei posterior, como é o caso do Decreto nº 7.794/2012, pudesse ser extinto por outro Decreto<sup>16</sup>. Ora, se a partir do conselho seria elaborada a proposta do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), a articulação e demais ações de gestão, à medida que se extingue o Conselho, torna-se sem efeito prático a PNAPO.

De modo a abordar os avanços da discussão sobre a agroecologia, apresenta-se um enfoque que, ultimamente, tem sido amplamente discutido. O intuito é realizar a aliança da agroecologia com os CCCs, procurando desmistificá-la como uma prática agrícola que permite a certificação de alimentos, como já mencionado (OCS, SPG, auditoria), mas como outras formas de apreensão desse modo de produzir e de se organizar nos espaços rurais.

### **3.3 A agroecologia sob três dimensões – movimento, prática e ciência**

De acordo com Wezel (2009), o termo agroecologia tem sido utilizado sob três usos principais: ciência, prática e movimento. Ratificando esse pressuposto, o etnoecólogo Victor M. Toledo, da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), tem asseverado que hodiernamente os debates no campo da construção do conhecimento agroecológico tomam como referência a compreensão da Agroecologia como sendo, ao mesmo tempo, ciência, prática e movimento social (QUIROZ, 2016).

Segundo Wezel (2009), a ligação política (movimento) e a aplicação tecnológica (práticas), que são usadas para alcançar os objetivos e uma forma de produzir o conhecimento (ciência), suscitam uma questão fundamental para os pesquisadores, o que significa analisar como essas conexões tênues podem influenciar a ciência da agroecologia. Em suma, nota-se que haverá aplicação para atender a uma visão política a partir de um conjunto de práticas tecnológicas.

Por exemplo, quando a agroecologia científica é definida como a base científica de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que enfatiza a soberania alimentar, a conservação dos recursos naturais e a agrobiodiversidade e fortalece os movimentos sociais rurais, a própria ciência pode aparecer como uma atividade de defesa que será impactada por diversos objetivos e aplicações de resultados (WEZEL et al., 2009, p. 10).<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/304402/stf-impede-bolsonaro-de-extinguir-colegiados-criados-por-lei> e <https://oeco.org.br/reportagens/stf-barra-parcialmente-decreto-de-bolsonaro-que-extingue-conselhos-no-pais/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>17</sup> Tradução nossa. No original: “For example, when the science agroecology is defined as the scientific basis of a sustainable development strategy which emphasizes food sovereignty, conservation of natural resources and agrobiodiversity and empowers rural social movements, the science itself may appear as an advocacy activity hat will be impacted by diverse goals and applications of results.”

São muitos os desafios, pois à medida que se constrói propostas claras juntos aos movimentos sociais, aqueles que se beneficiam da ciência a serviço do desenvolvimento dos interesses hegemônicos, passam a denominá-la de ideológica, reincidindo na retórica da ciência neutra.

Wezel et al. (2009) realizou uma leitura separada e por regiões, partindo individualmente de cada uma das dimensões da agroecologia como uma ciência, um movimento e uma prática, havendo distinções peculiares nos países abordados – Alemanha, EUA, França e Brasil, onde alguns deles despendem mais estudos à pesquisa em laboratórios, enquanto outros dão mais ênfase social e cultural aos grupos promotores da expansão da agroecologia nas comunidades. De 1928 a aproximadamente 1970 a agroecologia permaneceu com a definição majoritária de “ciência” ou “disciplina científica”, porém, foi a partir de 1970 que ela gradualmente emergiu como movimento, possivelmente em resposta direta à Revolução Verde e ao movimento ecológico e, aproximadamente na década de 1980, começou a se configurar como um conjunto de práticas agrícolas.

As dimensões movimento, prática e ciência interagem entre si. Por esse motivo, faz-se importante abordar cada uma dessas vertentes, entendendo-as como avanços do debate e da compreensão da agroecologia.

### **3.3.1 Dimensão Movimento**

Faria et al. (2017), a fim de demonstrar e analisar a existência de vínculos político-pedagógicos entre agroecologia e educação popular, apresentou a agroecologia como um movimento social, em 3 (três) tempos, sendo eles:

1. Espaços de Germinação: das resistências às alternativas;
2. Dinâmicas de Interação: da Agricultura Alternativa à Agroecologia; e
3. Movimentos de Expansão: da Pequena Produção à Agricultura Familiar.

A germinação das resistências e interações com a agricultura alternativa e agroecologia, transitando à expansão da agricultura familiar, é realizada mediante contextualização de cada um dos tempos, por questões didáticas, expôs-se no conjunto a dimensão movimento.

Partindo dos espaços de germinação, importante destacar que o processo de reprodução do modelo de desenvolvimentista na agricultura ocorreu via introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde, cujos objetivos foram a reprodução ampliada, a monopolização e a territorialização do capital, a sujeição do campo à lógica de maximização

do lucro, por meio da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado. Acrescido à obtenção de *royalties*, por intermédio dos pacotes tecnológicos, criando um círculo de dependência do agricultor, frente às empresas transnacionais produtoras dos pacotes tecnológicos e de uma assistência técnica reprodutora das receitas oriundas do modelo direcionado à agricultura (ANDRADES; GANIMI, 2007).

A implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde utilizava-se da premissa de cessar a fome humana no Planeta. Segundo essa lógica, a agricultura da forma como era praticada não daria conta da futura e provável crise alimentar agravada, principalmente em países subdesenvolvidos, devido às suas limitações ambientais e genéticas. Assim, o pacote da Revolução Verde adquiriu vertiginosa aceitação pelos governos de diversas nações do mundo. A modernidade trazia consigo mudanças para o ambiente rural, pois era necessário modernizar, atualizar técnicas e modelos de produção de alimentos, de modo a abolir a fome no mundo (DE ALENCAR, 2018).

Contudo, apesar da vasta propaganda, da aceitação e implantação de modelos mecanizados, da utilização de agrotóxicos e da possibilidade de crescer economicamente, a Revolução Verde trazia consigo grandes impactos socioambientais (ALTIERI, 2010), como perda de biodiversidade e agrobiodiversidade, exaurimento de aquíferos, impactos negativos nos mercados locais de alimentos, paradoxalmente o aumento da fome, o êxodo rural, a poluição dos rios, do ar e esgotamento da terra, entre outros, sendo muitos desses irreversíveis (SHIVA, 2003; ALTIERI, 2010; ALY JUNIOR, 2021).

Baseado no uso intensivo do pacote tecnológico, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio e no consumo desordenado, principalmente dos países desenvolvidos, a revolução verde assinalou um processo de erosão genética evidenciado pela degradação provocada pela seleção das espécies e pelo desmatamento, acentuando a extinção de espécies, tanto animais quanto vegetais, em razão da seleção pelo cultivo de culturas economicamente mais “rentáveis” (DE LEON, 2018). Esse ponto deixa clara a incompatibilidade da monocultura e dos CCCs, sob vários aspectos: I. Precisa ser em grande escala; e II. Baixa variedade de alimentos. Dito isso, nota-se que somente esses dois itens já demonstram que grande escala precisa de grande estrutura destinada à comercialização e pouca diversidade não atraem consumidores que buscam variados alimentos para compor sua dieta alimentar, nem se está tratando da qualidade etc.

O desmatamento de vastas áreas destinadas ao cultivo de monoculturas acarretou a proliferação de pragas que se alimentavam desses cultivos e o surgimento de ervas

“indesejáveis” que competiam com a cultura por solo, nutrientes e água, fazendo com que houvesse um aumento incessante do uso de agrotóxicos – inseticidas, fungicidas e herbicidas – para eliminação das “pragas”, doenças e ervas “daninhas”. À medida que se utilizavam desses insumos para eliminação das pragas e ervas indesejáveis, elas se tornavam mais resistentes, demandando cada vez mais o uso de agrotóxicos, causando contaminação do solo, dos rios, dos animais e do ecossistema (DE ALENCAR, 2018).

Conforme Martine e Garcia (1987), o processo de modernização conservadora foi um dos principais vetores para a expansão e a aceleração do êxodo rural brasileiro. Furtado (1972) referia-se como um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, constituindo uma sociedade marcada pela existência no mesmo espaço e tempo, de uma economia moderna e ao mesmo tempo primitiva. A efetivação da Revolução Verde, resultante da derrota do movimento pela reforma agrária, seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse fragmentação da estrutura fundiária nacional, propulsora da consolidação do modelo de desenvolvimento (ANDRADES; GANIMI, 2007; RAMOS, 2007).

Enquanto dinâmica de interação, segundo Da Cunha Faria (2021), o movimento agroecológico brasileiro vem se constituído ao longo do tempo e como construção social se mantém em movimento e em permanente processo de aprimoramento, surgindo ou se fortalecendo, em decorrência dos problemas ocasionados pelo modelo de produção agrícola da revolução verde e modernização conservadora.

A transição ou dinâmicas de interação da agricultura alternativa à agroecologia irrompe da própria dinâmica social, dos avanços dos conceitos e concepções. Desde meados dos anos 80, o debate foi amadurecendo no campo teórico e prático dos movimentos sociais, fundamentalmente, no período em que o Brasil passava por um momento de ascensão das mobilizações sociais e retomada da democracia brasileira, passando a se posicionar politicamente em busca de um Projeto de Desenvolvimento do campo brasileiro, no qual a Agroecologia encontra ancoragem trazendo consigo novos ventos e novos horizontes, dando espaço ao surgimento a novas perspectivas à agricultura familiar (FARIA et al., 2017).

No Brasil nos anos 70, os/as agricultores/as que necessitavam enfrentar cotidianamente as adversidades ocasionadas pelo modelo de produção, intensificaram o trabalho no sentido de estabelecer laços com aqueles setores que mantinham atuação social e política junto aos movimentos populares do campo. Nesse período, havia um crescente e fértil movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, colaborando para o

surgimento das bases do movimento agroecológico brasileiro (VAILATI, 2021)<sup>18</sup>. Concomitantemente a organização das CEBs, o debate no campo acadêmico identificou-se em torno do conceito de “agricultura alternativa”, em que questionavam os impactos ambientais da agricultura moderna. Entre os pesquisadores de universidades brasileiras, estão importantes nomes que contribuíram para alcançar a denominação atual de agroecologia, entre eles o engenheiro agrônomo José Lutzenberger (EHLERS, 1996), que em razão do seu trabalho, tornou-se importante referência no assunto das questões socioambientais. Um dos assentamentos de Reforma Agrária visitados durante esta pesquisa no município de Antonina-PR tem o nome dele, em uma homenagem e reconhecimento ao trabalho prestado à causa.

Em síntese, foram vários movimentos e ações que se organizaram, buscando o estabelecimento de estilos de agricultura compatíveis com a vida animal e vegetal em harmonia com o meio ambiente, e capaz de proteger os recursos naturais ao longo das gerações. Em diversos países passaram a emergir as agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura etc. Cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, de acordo com os objetivos de sociedade almejada. Contudo, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar respostas aos problemas socioambientais que foram se acumulando, resultante do modelo da revolução verde que havia passado a predominar, particularmente, depois da II Grande Guerra.

### **3.3.2 Dimensão Prática**

A agroecologia enquanto prática se relaciona a um conjunto que envolve inovação tecnológica e prática. Entretanto, não se refere, necessariamente, às inovações tecnológicas despontadas nos centros de pesquisa e depois é repassada para os agricultores, porém como resultado da junção do conhecimento tradicional camponês junto ao conhecimento acadêmico. A concepção de agroecologia como prática surgiu no início da década de 1980 e, muitas vezes, mesclou-se com movimentos que foram se alterando ao longo das últimas décadas dos anos 80, em conformidade com três abordagens: (1) investigações em escalas de parcela e campo; (2) investigações em escalas de agroecossistema e fazenda; e (3) investigações cobrindo todo o sistema alimentar (WEZEL, 2009).

---

<sup>18</sup> Para Vailati (2021), o termo agroecologia possui origens na década de 1920 e, por sua vez, a definição tinha proveniência no termo Ecologia no século XIX. Portanto, há diferentes trabalhos que associam a origem a depender do país, onde o movimento contracultura questiona o modelo de produção agrícola (BRANDENBURG, 2002).

Nos países abordados pela pesquisa, conforme Wezel (2009), França, Alemanha, Brasil e EUA, cada um deles põe maior ênfase a um destes aspectos (Ciência, Movimento e Prática). Enquanto dimensão prática constitui-se de um conjunto de práticas agrícolas que visa desenvolver uma agricultura mais “amiga do ambiente” ou “sustentável”, tendo como referência os muitos casos em que ela tem lançado bases para um quadro de desenvolvimento agrícola, apoiado por ecologistas, agrônomos e etnobotânicos que trabalham especialmente no México e na América Central, ajudando os agricultores e indígenas locais a melhorar suas práticas agrícolas como uma alternativa à agricultura intensiva utilizadora de produtos químicos sintéticos viabilizados pelas grandes empresas transnacionais. E, assim, colabora para a conservação dos recursos naturais, o manejo da fertilidade do solo e a conservação da agrobiodiversidade. “Em geral, vistas como práticas ou técnicas novas, modificadas ou adaptadas que contribuem para uma agricultura mais ecológica, orgânica ou alternativa do meio ambiente”<sup>19</sup> (WEZEL, 2009, p. 9).

Desse modo, a agroecologia como prática, permanece construindo propostas no campo, por meio de metodologias e técnicas mais adaptadas à realidade social, ambiental e econômica dos/as agricultores/as familiares.

### 3.3.3 Dimensão Ciência

O debate da história da ciência é sobre a capacidade de, conforme Souza Santos (2005), transformação da ciência em uma única forma de conhecimento válido, o que envolveu vários fatores, inclusive, econômicos e sociais. Privilegiando uma forma em detrimento de outra, perpassando pela ascendência do capitalismo no século XVII, o qual modificou os critérios de validade do conhecimento, de maneira que a ciência moderna definisse, não somente o que era ciência, mas também o que era conhecimento válido, envolvendo a sobreposição das “verdades” ocidentais sobre as demais culturas do mundo e suas epistemes. Portanto, reinventar a emancipação social incide pensar a diversidade de epistemologias no mundo e a pluralidade de saberes que se apresentam nas práticas sociais e, como isso, é comumente reproduzido no questionamento da ciência moderna.

Segundo Mayr (2008), para a maioria dos autores, a palavra conhecimento tem em si a pretensão, não apenas de incluir a percepção dos fatos, mas também a interpretação deles. Ao

---

<sup>19</sup> Tradução nossa. No original: “In general, agroecological practices are seen as new, modified, or adapted practices or techniques that contribute to a more environmentally friendly, ecological, organic or alternative agriculture.”

longo do tempo os filósofos têm encontrado dificuldades para chegar a um consenso sobre o que é ciência, que pode ser entendida como o conjunto de esforços que tem mudado continuamente ao longo dos séculos. Por exemplo, a teologia natural, estudo da natureza com o propósito de entender as intenções de Deus, era considerada um ramo legítimo da ciência há cerca de 150 anos. A partir do século XX, há uma inversão na visão dos cientistas tanto nas ciências da vida quanto nas ciências físicas, mudando a noção estritamente determinista de como o mundo natural funciona para uma concepção de que ele é em grande parte probabilístico. Expressando a ciência, não como uma única forma de conhecimento válido, mas como uma construção em movimento destinada a abarcar um conjunto de saberes, à edificação de novos saberes.

Para Einstein (1949), a ciência pode ser apreendida como:

[...] Pressuposto de domínio do homem pela natureza, relaciona história, cultura, sociologia e o desenvolvimento do ser humano e da sua consciência de forma dialética baseada no estudo e alteração da natureza. Acaba por concluir que “o conhecimento científico é produzido pela consciência crítica da realidade e pela compreensão dialética da necessidade de criação de uma sociedade que permita ao homem atingir a plenitude de sua humanização”. Ou seja, a ciência serve para que o homem possa desenvolver condições de alcançar níveis elevados de humanização (EINSTEIN, 1949).

Reafirmando o pressuposto de que não há neutralidade da ciência<sup>20</sup>, tampouco dos cientistas, o que nos conduz a inferir que, sendo a história dos Estados como o conhecemos ocorrida pela “conquista”, em que os grupos societários conquistadores estabeleceram a si mesmos, legal e economicamente, como a classe merecedora do território conquistado, apossando-se do monopólio da propriedade da terra e demais recursos naturais, controlando a educação e estabelecendo uma ideologia dominante, constituindo a divisão da sociedade em classes como uma instituição permanente<sup>21</sup>, criando um sistema de valores pelo qual o comportamento social das pessoas passa a ser guiado, ainda que inconscientemente, como a verdade existente. A ciência não tem o poder de criar finalidades, a ciência pode fornecer os meios para alcançar dadas finalidades, que a depender dos propósitos éticos a que se destina poderá determinar a evolução da sociedade (EINSTEIN, 1949).

Prigogine (1996, 2002) apresenta a perspectiva de conceber a natureza com toda a complexidade e infinitude como o primeiro passo para derrubar algumas certezas de que a

---

<sup>20</sup> Devendo nos precaver no sentido de não superestimar a ciência e os métodos científicos quando o que está em questão são problemas humanos, portanto, não deveríamos presumir que somente especialistas têm o direito a se manifestar sobre as questões que afetam a organização da sociedade.

<sup>21</sup> Permanente enquanto modo de produção capitalista.

ciência insistiu em construir. Ela se tornará benéfica para a humanidade quando for possível despertar a atitude científica no seio da sociedade e, para isso, se tornar real é necessário que os cientistas compreendam melhor os fenômenos que estudam, buscando a transformação dessa sociedade mecanicista, pensada como tal e que nega uma descrição irreversível do tempo e complexa da natureza, criando um mundo estável e de certezas não compatíveis com a realidade (PRIGOGINE, 1996, 2002).

Talvez seja esse também um dos motivos da dicotomia que existe entre ciências naturais e humanas, onde cientistas das chamadas ciências duras não leem poesias e os cientistas humanistas são insensíveis à beleza da matemática. Os autores expõem a ideia de que a diferença entre as duas ciências é a compreensão que cada uma tem do tempo, mesmo considerando a complexidade e as diferenças entre os seus objetos, é na noção do curso de tempo que se encontra o divisor entre as duas (PRIGOGINE; STENGERS, 1992. 1984).

Desse modo, as questões permanecem em aberto para a ciência agroecológica, especialmente para aqueles que abraçam a definição mais expandida de agroecologia, carecendo de novas competências para pesquisadores e educadores que atuem com abordagem mais holística e sistêmica da ciência e da sociedade. Para Lieblein (2004), a questão de como o ensino superior e as atividades de aprendizagem precisará ser modificada para lidar com os sistemas, a incerteza e a complexidade são primordiais à evolução, enquanto processo de transformação dos/as trabalhadores/as e da sociedade.

A agroecologia enquanto ciência requer quebrar as barreiras da ciência neutra, da ciência incapaz de dar suporte aos anseios da maioria da sociedade, dando surgimento a uma ciência com capacidade de contribuir para que o ser humano desabroche para o seu potencial máximo criativo e, assim, ampliar as condições de alcance de níveis elevados de humanização. Isso posto, o movimento agroecológico nacional vai se constituindo na permanente busca por caminhos, não estritamente relacionados à produção de alimentos, mas de saberes, de cultura, de conhecimento e de novas descobertas, colaborando para a caminhada das agriculturas e dos/as agricultores/as.

Todavia, uma produção de alimentos de boa qualidade, com uma carga histórica de saberes, de cultura, de respeito ao ambiente envolto, depara-se com um grande obstáculo no momento da comercialização: as normas sanitárias.

#### 4 NORMAS SANITÁRIAS E AS BARREIRAS À COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

*O nosso produto tem vida,  
tem cor e sabor de terra,  
de vento, de chuva, de cantoria no quintal  
de canto de passarinho, de sorriso de criança  
tem batida de enxada e de coração,  
tem suor e trabalho  
tem mulheres e homens no campo  
latentes para a luta presente  
Apanhado na Roça (Maria)*

As normas sanitárias são um dos grandes problemas vivenciados pelos agricultores em se tratando da comercialização. O atendimento às exigências sanitárias mostra-se como um dos elementos manifestos ao impedimento da comercialização de produtos da agricultura familiar, reincidindo sobre esses alimentos a sentença da informalidade devido ao fato de não se adequarem ou passarem por uma inspeção sanitária ou registro em órgão público (DORIGON, 2008). Todavia, convém mencionar que, de maneira geral, a legislação sanitária foi elaborada a partir da realidade de grandes empresas de alimentos, estabelecendo uma estrutura de processamento que, na maioria das vezes, está aquém da capacidade produtiva e financeira dos produtores artesanais. Cumprir essas determinações da Norma, em muitos casos, pode levar à descaracterização do atributo artesanal, característica que distingue esse produto, fundamentado na forma de produção, sendo uma peculiaridade destacada como o diferencial competitivo das pequenas agroindústrias (SANTOS JUNIOR et al., 2013; DORIGON, 2008; GUIMARÃES, 2001).

As dificuldades impostas em relação à inflexibilidade da legislação para diferenciar as particularidades da pequena escala de produção e a impossibilidade de investimentos fazem com que muitos produtores rurais sejam compelidos à informalidade. Não obstante, convém destacar que, informalidade é diferente de ilegal ou clandestino, segundo Wilkinson e Mior (1999), ao tratarem da distinção apresentaram.

[...] o setor informal distingue-se do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos, como no caso de drogas ou contrabando. Trata-se de uma atividade cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Enquanto no primeiro caso o órgão repressor apropriado é a polícia, no segundo os organismos de fiscalização são responsáveis pelo enquadramento. O setor informal, portanto, é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado (WILKINSON; MIOR, 1999, p. 31).

No período recente da história nacional, a despeito de muita controvérsia, houve um grande movimento de organização e reestruturação das políticas voltadas à agricultura familiar, incluindo a comercialização. Conforme Cruz (2020), a década 90 representou um marco no que se refere às políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Foram diversas ações direcionadas ao incremento e desenvolvimento do/a pequeno/a agricultor/a, que entre elas contou com a incorporação de linhas de créditos para investimentos e, sobretudo, mereceu atenção o debate e o estímulo criados à agroindustrialização de alimentos, incentivando inúmeras famílias a processar e a comercializar seus produtos no meio rural. Logo, isso propiciou uma percepção sobre o processo de reconhecimento e de fomento à produção e ao processamento de alimentos pela agricultura familiar, bem como às características dos produtos provenientes desses espaços produtivos, especialmente no que se refere à necessidade de haver um marco regulatório específico para esse tipo de produção.

A obrigatoriedade ao cumprimento das exigências sanitárias para os produtos de origem animal e vegetal, no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar, está intrinsecamente vinculada à circulação de produtos alimentícios. Estabelecida por meio de Normas que, apesar dos esforços de setores de governos iniciados na referida década 90, mediante políticas que se baseavam na realidade da agricultura familiar e no processo de agroindustrialização da categoria agricultores/as familiares, procurando a aproximação e interação entre consumidores/as e produtores/as rurais em nível local, por exemplo, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (TRICHES; SCHNEIDER, 2010). Ainda que tenham surtido determinados efeitos positivos em razão da publicação de algumas normas favoráveis aos agricultores familiares, a regulamentação criada, não obstante, na maioria dos casos, resultou em embate com aquelas já estabelecidas pelo conjunto das leis sanitárias, ou seja, as regras determinadas para uma indústria, como, a Nestlé é a mesma para a agroindústria familiar. Mesmo que elaborando novos regulamentos, aqueles anteriormente existentes continuam vigentes, tornando-as contraditórias e de difícil execução prática, constituindo empecilhos à concretização e ao estabelecimento de padrões mais adequados à realidade das agroindústrias familiares.

As imposições fixadas pela legislação sanitária não estão dissociadas dos demais problemas enfrentados pelos/as agricultores/as à permanência no campo, tais como a posse ou a propriedade da terra e dos demais recursos naturais, a falta de investimentos, financiamentos

e políticas públicas de assistência técnica. Tendo em vista a necessidade do entendimento e explicitação dos principais elementos envolvidos nas Normas Sanitárias, este capítulo elenca os primordiais à compreensão do arcabouço legal, organizativo e normativo.

#### **4.1 Política agrícola e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA**

As questões sanitárias estão inseridas na política agrícola, a qual foi pouco detalhada na Constituição Federal (CF) de 1988, diferentemente das políticas sociais, aquela foi pouco detalhada, não estabelecendo o compartilhamento das responsabilidades entre os entes federativos. A introdução das obrigações nos três níveis de governo (Federal, Municipal e Estadual) foi remetida às legislações ordinárias. Em 1991, foi publicada a Lei nº 8.171, que instituiu a política agrícola brasileira, apesar de a defesa agropecuária ter sido selecionada como um de seus instrumentos, ela foi legalmente instituída em 1998, pela Lei nº 9.712. Essa lei determinou que as ações de defesa agropecuária fossem coordenadas pelo poder público nas várias instâncias federativas e no âmbito de suas competências por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Em 2006, esse sistema foi regulamentado pelo Decreto nº 5.741/SUASA, sendo ele o instrumento utilizado para coordenar e organizar a defesa agropecuária entre as diversas unidades federativas (União, Estados e Municípios), cada uma com suas competências específicas. Nele são estabelecidos os princípios a serem observados em relação às responsabilidades dos produtores, fabricantes e autoridades competentes (BRASIL, 1991; BRASIL, 1998; BRASIL, 2006).

O objetivo do sistema está relacionado às finalidades da defesa agropecuária de proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, à idoneidade dos insumos dos serviços utilizados na agropecuária, e a identidade, qualidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários destinados aos consumidores finais. Porém, para atingir esses objetivos, é necessário o desenvolvimento de ações permanentes pelo poder público de: I. Vigilância e defesa agropecuária; II. Inspeção e classificação dos produtos de origem animal e vegetal; e III. Fiscalização dos insumos e serviços utilizados nas atividades agropecuárias (BRASIL, 1991; BRASIL, 1998; BRASIL, 2006).

Na atualidade, essas atividades são tratadas de maneiras diferentes no SUASA, isso ocorre em razão de que União, Estados e Municípios possuem competências legais distintas em relação a cada uma delas. Em razão disso, algumas são organizadas em instâncias e outras em sistemas, vejamos cada uma delas.

## 4.2 As Instâncias

As atividades de **vigilância**<sup>22</sup> e **defesa**<sup>23</sup> sanitária vegetal e animal são organizadas por meio de instâncias. Nesse caso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) representa a instância central e superior e, os órgãos estaduais de defesa agropecuária, as instâncias intermediárias e locais, dando origem a certa confusão sobre o tema, pois muitos podem entender que as instâncias locais são os municípios. Não obstante, essa compreensão não está de acordo com o estabelecido no Art. 23 do Decreto nº 5.741/2006, que determina:

As atividades da Instância Local serão exercidas pela unidade local de atenção à sanidade agropecuária, a qual estará vinculada à Instância Intermediária, na forma definida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Instância Central e Superior, e poderá abranger uma ou mais unidades geográficas básicas, Municípios, incluindo microrregião, território, associação de Municípios, consórcio de Municípios ou outras formas associativas de Municípios (BRASIL, 2006).

Portanto, os órgãos estaduais de defesa agropecuária cumprem o papel de instâncias intermediárias e locais.

Entretanto, as atividades de **inspeção**<sup>24</sup> dos produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos e serviços agropecuários são organizadas em sistemas, isso existe em razão da complexidade e abrangência da defesa agropecuária.

## 4.3 O Sistema

Como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária foi instituída o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi), compondo-se de quatro sistemas, sendo: I. Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA)

---

<sup>22</sup> Conjunto de ações que visa eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde (BRASIL, 1990).

<sup>23</sup> São objetivos de a defesa agropecuária assegurar a sanidade vegetal e animal, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, a identidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores (PDA, 2016).

<sup>24</sup> Conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que visa a proteção da saúde individual e coletiva, por meio da verificação *in loco* do cumprimento dos marcos legal e regulatório sanitários relacionados às atividades desenvolvidas e às condições sanitárias de estabelecimentos, processos e produtos. A inspeção permite a adoção de medidas de orientação e correção de situações que possam causar danos à saúde da população (RDC, 560/2021. ART. 3º V).

(todos os produtos de origem animal); II. Origem Vegetal (SISBI-POV) (somente bebidas e polpas); III. Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários (SISBI-PEC); e IV. Insumos Agrícolas (SISBI-AGRI).

A participação dos estados e municípios no Sisbi/SUASA é por adesão, segundo consta a base é a equivalência, ou seja, a manutenção dos critérios de qualidade higiênicos sanitários e inocuidade dos produtos, ainda que o serviço de inspeção do estado ou município tenha sua própria legislação e que utilize critérios e procedimentos de inspeção e de registro dos estabelecimentos diferentes dos outros serviços de inspeção.

Quanto às responsabilidades de fiscalização, segundo a legislação sanitária, existe uma divisão de acordo com o tipo de matéria-prima principal que originam os produtos, isto é, a de origem animal ou vegetal. Sendo que para os estabelecimentos que trabalham com produtos de origem animal, há mais uma subdivisão de acordo com a área geográfica onde serão comercializados os produtos, se no âmbito municipal, estadual ou nacional.

#### **Para os serviços de inspeção animal:**

- Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Serviço de Inspeção Estadual (SIE); e
- Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

#### **Para os produtos de origem vegetal, a divisão é:**

- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV) do MAPA, cujo papel é inspecionar os estabelecimentos de bebidas incluindo polpas, fermentados acéticos e derivados de uva e vinho;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Vigilância Sanitária (Visa) de estados, Distrito Federal e municípios, que inspecionam os demais estabelecimentos de produtos de origem vegetal (exceto os de bebidas).

Cada um desses serviços dispõe de legislação própria, conforme Führ; Ancin e Triches (2019) foram identificadas várias contradições entre as regulamentações, sem o devido esclarecimento/capacitação dos próprios profissionais que atuam na Vigilância Sanitária dos municípios, prejudicando o alcance geral dos aspectos contidos por normas voltadas ao público da agricultura familiar. Destacando-se as confluências e as ambiguidades entre as diversas recomendações dispostas por distintas regulamentações que, de maneira aberta, resultam em uma situação confusa, tanto para o profissional da Vigilância Sanitária, quanto para o produtor

de alimentos, influenciando na dificuldade do alcance de determinados aspectos, incluindo, a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

### **Esforço para atender ao segmento da agricultura familiar**

Muitas foram as iniciativas que buscavam promover a criação de elementos facilitadores de inclusão social e econômica, como a RDC nº 49, publicada em 31 de outubro de 2013. Tal legislação foi instituída no âmbito da Vigilância Sanitária, tendo como finalidade a superação da situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, no arcabouço do Plano Brasil Sem Miséria. Também, o Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011<sup>25</sup>, intentava promover a geração de renda, emprego, trabalho, desenvolvimento socioeconômico, maior qualidade de vida dos produtores e consumidores e, por consequência, almejava contribuir para a fixação dos agricultores familiares em seus territórios, evitando o êxodo rural e erradicando a pobreza extrema.

A RDC-49/2013 tem por objetivo regularizar as atividades exercidas por três grupos<sup>26</sup>, entre eles, os empreendimentos da agricultura familiar, ou rural familiar, formalizada por meio da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), sendo eles considerados de baixo risco sanitário (BRASIL, 2013). As atividades de baixo risco<sup>27</sup> exercidas por esses empreendimentos teriam seus processos simplificados, de maneira a facilitar a regularização e, por conseguinte, a comercialização. Importante evidenciar que, baixo risco não significa eximir a responsabilidade legal das empresas, e da instalação e manutenção dos requisitos de segurança sanitária, sob pena de aplicação de sanções cabíveis

---

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm). Acesso em: 11 ago. 2021.

<sup>26</sup> I - Microempreendedor individual, conforme definido pela Lei Complementar nº 123, de 19 de dezembro de 2008 e suas alterações; II – Empreendimento familiar rural, conforme definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com receita bruta em cada ano-calendário até o limite definido pelo inciso I, do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e; III - Empreendimento econômico solidário, conforme definido pelo Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, com receita bruta em cada ano-calendário é o limite definido pelo inciso II, do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2013).

<sup>27</sup> A RDC nº 153/2017, define grau de risco como o nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física e à saúde humana, ao meio ambiente em decorrência do exercício de atividade econômica. Por conseguinte, define como nível de risco I ou baixo risco as atividades econômicas cujo início do funcionamento da empresa ocorrerá sem a realização de vistoria prévia e sem emissão de licenciamento sanitário, ficando sujeitas à fiscalização posterior do funcionamento da empresa e do exercício da atividade econômica (Redação dada pela Resolução – RDC nº 418, de 1º de setembro de 2020). Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2922152/%281%29RDC\\_153\\_2017\\_COMP.pdf/6deb5f6e-0a23-4e06-b876-fd90e513de0c](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2922152/%281%29RDC_153_2017_COMP.pdf/6deb5f6e-0a23-4e06-b876-fd90e513de0c). Acesso em 11 set. 2022.

(RDC 153/2017). Grande número de agroindústrias da agricultura familiar é enquadrado nessa condição.

Portanto, as pequenas agroindústrias com produtos considerados de baixo risco sanitário, antes de iniciar a produção, devem comunicar à Vigilância Sanitária local que iniciarão o processamento de alimentos. Esse comunicado de início de fabricação é o documento que comprova a regularização perante o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Resultado de um processo participativo de diálogo com movimentos sociais e diversos órgãos de governos (federais, estaduais e municipais), a RDC nº 49/2013 estabelece procedimentos simplificados para a legalização sanitária de agroindústrias. Avançou em relação à postura dos agentes de fiscalização sanitária, dando espaço para o uso do bom senso, a partir da realidade dos/as agricultores/as familiares, possibilitando aos agentes de fiscalização a tomada de atitudes adequadas e condizentes à estrutura social, cultural e histórica. De modo a considerar o risco sanitário e, assim, desconstruir a figura tão-somente policiaesca do fiscal agropecuário para integrar-se como educador, com a finalidade à incorporação dos processos, e evitar a duplicidade de cobranças. A Resolução também considerou o instituto da regularização sanitária automática de atividades de baixo risco, compreendendo residências, áreas desprovidas de regularização fundiária legal ou com regularização precária, isenção de taxas de fiscalização sanitária, entre outros incentivos compatíveis com a realidade da agricultura familiar (FÜHR; ANCIN; TRICHES, 2019).

Na pesquisa realizada sobre a aplicabilidade da Resolução nº 49/2013 em um município do sudoeste do Paraná para a agroindústria familiar, Führ; Ancini e Triches (2019), em entrevista com profissionais da vigilância sanitária, ainda que os/as técnicos/as apresentassem razoabilidade nas suas condutas de fiscalização, eles/as relataram a falta de informações sobre o documento supracitado. Além disso, os entrevistados afirmaram que só conseguiram ter conhecimento da Norma em função da pesquisa realizada pelos autores. Ainda que a Resolução tenha passado a vigorar desde abril de 2014, os órgãos oficiais responsáveis pela aplicabilidade dos atos normativos não haviam criado espaço para capacitar os/as técnicos/as que realizarão o trabalho. Essa realidade foi confirmada em Guaratuba e Paranaguá nas entrevistas junto aos servidores dos órgãos responsáveis.

Em atenção às contradições entre as Normas, se por um lado a Resolução nº 49/2013 caminhava rumo à criação de mecanismos adequados à realidade da agroindustrialização familiar, por outro lado, segundo Führ; Ancini e Triches (2019) é possível considerar que a

Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002<sup>28</sup>, a qual dispõe, entre outros tópicos, sobre os padrões de qualidade para o processamento de alimentos, fortalece a lógica excludente e concentradora. Os requisitos estabelecidos por pela resolução são incompatíveis com aqueles dispostos na RDC-49/2013. Isso posto, abandonam-se os sistemas alimentares alternativos, como as agroindústrias familiares, cujo apelo social é buscar produtos diversificados e artesanais, de conhecimentos tradicionais e socialmente incluídos (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). A lista de verificação e avaliação das boas práticas de fabricação estabelecida na RDC nº 275/2002 é extensa, dificilmente os pequenos agricultores poderão atendê-la.

A título de reflexão, apresenta-se o intitulado Selo Arte, amplamente divulgado como um simplificador do processo de regularização destinado à comercialização nacional de produtos alimentícios elaborados de forma artesanal que, normalmente, são associados aos produtos da agricultura familiar, note-se.

#### 4.4 O Selo Arte

O Selo Arte foi instituído por meio da Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018<sup>29</sup>, criado para identificar e permitir o comércio nacional de alimentos de origem animal elaborados de forma artesanal. Em maio de 2021, após três anos da publicação do documento e dois anos de regulamentação, existiam apenas 123 estabelecimentos credenciados em todo o Brasil, sendo a maioria deles nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com 160 produtos artesanais com selo arte, sendo que mais de 80% dos produtos certificados são de lácteos (SNA, 2021)<sup>30</sup>. Para se ter uma dimensão do descompasso, segundo dados do IBGE (2017), nos cinco municípios abrangidos por esta pesquisa, no litoral do Paraná, havia 214 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, nenhum com selo arte.

Conforme Araújo et al. (2020), a implementação de novas normas é algo natural, porém é preciso haver um amplo debate antes de sua aprovação, sem levar em consideração

---

<sup>28</sup> Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_275\\_2002\\_COMP.pdf/fce9dac0-ae57-4de2-8cf9-e286a383f254](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_275_2002_COMP.pdf/fce9dac0-ae57-4de2-8cf9-e286a383f254). Acesso em: 02 dez. 2021.

<sup>29</sup> Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13680.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13680.htm). Acesso em: 03 dez. 2021.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.sna.agr.br/brasil-tem-160-produtos-com-o-selo-arte/> e em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/selo-arte-presente-160-produtos/>. Acesso em: 10 out. 2021.

diversos fatores necessários ao novo regulamento, inevitavelmente, essas constantes atualizações podem gerar inconsistências e contradições entre as normas em vigência.

Consoante o Decreto nº 9.918, de 18 de julho de 2019<sup>31</sup>, para que um produto alimentar seja considerado artesanal, no âmbito do Selo Arte, ele precisa atender a sete requisitos, quais sejam:

- I - As matérias-primas de origem animal devem ser beneficiadas na propriedade onde a unidade de processamento estiver localizada ou devem ter origem determinada;
- II - As técnicas e os utensílios adotados que influenciem ou determinem a qualidade e a natureza do produto final devem ser predominantemente manuais em qualquer fase do processo produtivo;
- III - O processo produtivo deve adotar **boas práticas na fabricação de produtos artesanais** com o propósito de garantir a produção de alimento seguro ao consumidor;
- IV - As unidades de produção de matéria-prima e as unidades de origem determinada devem **adotar boas práticas agropecuárias** na produção artesanal;
- V - O produto final de fabrico deve ser individualizado, genuíno e manter a singularidade e as características tradicionais, culturais ou regionais do produto, permitida a variabilidade sensorial entre os lotes;
- VI - O uso de ingredientes industrializados deve ser restrito ao mínimo necessário, vedada a utilização de corantes, aromatizantes e outros aditivos considerados cosméticos; e
- VII - O processamento deve ser feito prioritariamente a partir de receita tradicional, que envolva técnicas e conhecimentos de domínio dos manipuladores (BRASIL, 2019, ART. 4º, grifos nossos).

À primeira vista, não há requisito que os/as agricultores/as familiares não possam atender. Todavia, ao observar os itens III e IV, as boas práticas na fabricação e as boas práticas agropecuária, segundo Araújo et al. (2020), as disposições do Regulamento Técnico de Boas Práticas Agropecuárias destinadas aos produtores rurais fornecedores de leite para a fabricação de produtos lácteos artesanais, necessário à concessão do selo Arte, direciona as condições sanitárias do rebanho e estabelece os requisitos higiênico-sanitários mínimos necessários às propriedades rurais para garantia da qualidade do leite. Para o cumprimento do anexo II da Resolução nº 275/2002 – lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos – os/as agricultores/as familiares teriam de contar com uma estrutura a qual eles/as não dispõem na atualidade, incidindo, assim, na inadequação da maioria dos/as agricultores/as familiares do Brasil.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9918-de-18-de-julho-de-2019-198615217>. Acesso em: 11 set. 2022.

No estado do Paraná, segundo notícias veiculadas nos meios de comunicação<sup>32, 33</sup>, foi encontrado apenas um produto, um tipo de queijo<sup>34</sup> com o selo arte, em 2021, em uma empresa cuja uma das proprietárias é engenheira agrônoma, o que fortalece ainda mais o pressuposto de que é muito difícil ao/a agricultor/a familiar com os recursos de que dispõe adentrar no mundo da “legalidade.” A fim de especificar melhor as Normas que envolvem o Selo Arte, dispôs-se, na Tabela 1, o conjunto referente ao certificado que os/as requerentes devem cumprir ou se adequarem para serem certificados.

Ainda de acordo com o Cadastro Nacional de Produtos Artesanais (CNPA) do MAPA, consta no estado do Paraná um (01) registro de produtor para dois tipos de queijos<sup>35</sup>.

TABELA 1 – NORMAS QUE ENVOLVEM A CERTIFICAÇÃO REFERENTE AO SELO ARTE

<b>Normas</b>	<b>Disposição</b>
1. Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018	Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal
2. Decreto nº 9.918, de 18 de julho de 2019	Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal.
3. Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019	Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências
4. Instrução Normativa nº 28, de 23 de julho de 2019	Definir, conforme estabelecido no Manual de Construção e Aplicação do Selo ARTE, disponibilizado no endereço eletrônico <a href="http://www.agricultura.gov.br">www.agricultura.gov.br</a> , o modelo de logotipo a ser utilizado na rotulagem dos produtos dos estabelecimentos registrados como artesanais nas Secretarias de Agricultura e Pecuária dos Estados e do Distrito Federal.
5. Instrução Normativa nº 67, de 10 de dezembro de 2019	Estabelecer os requisitos para que os Estados e o Distrito Federal realizem a concessão do Selo Arte, aos produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal, na forma desta Instrução Normativa.
6. Instrução Normativa nº 73, de 23 de dezembro de 2019	Estabelecer, em todo o território nacional, o Regulamento Técnico de Boas Práticas Agropecuárias destinadas aos produtores rurais fornecedores de leite para a fabricação de produtos lácteos artesanais, necessárias à concessão do selo ARTE, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo.
7. Instrução Normativa mapa nº 61 de 16/11/2020	Estabelecer, em todo o território nacional, o Regulamento para enquadramento dos produtos cárneos e artesanais, necessário à concessão do selo ARTE, na forma desta

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Queijo-artesanal-de-Salgado-Filho-e-o-1o-produto-paranaense-receber-o-Selo-Arte>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2021/08/22/queijo-de-salgado-filho-e-1o-produto-artesanal-do-parana-a-conquistar-selo-arte-reconhecido-como-parte-da-historia-da-regiao.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2021.

<sup>34</sup> Não foi possível identificar se houve outro/s.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte-selo-queijo-artesanal/cadastro-nacional-de-produtos-artesanais-cnpa>. Acesso em: 06 nov. 2022.

8. Portaria nº 176, de 16 de junho de 2021	Instrução Normativa. Estabelece o Regulamento para enquadramento do pescado e do produto alimentício derivado do pescado em artesanais necessário à concessão do selo ARTE.
9. Portaria nº 289, de 13 de setembro de 2021	Estabelece regulamento para enquadramento dos produtos de abelhas e seus derivados em Artesanal para concessão do selo ARTE.

---

FONTE: Elaborada pela autora (2021).

Com base na legislação disposta ao longo deste trabalho, comprovada pelas incursões a campo junto aos/as agricultores/as familiares do litoral do Paraná, é possível enunciar que, dentre os produtos de origem animal, as exigências à legalização aos estabelecimentos e aos produtos de origem animal, e dentre eles os produtos cárneos e derivados, são os mais difíceis de serem atendidos, o que pode conduzir à informalidade.

Apesar disso, os/as agricultores/as familiares têm buscado a regularização, com vistas a comercializarem seus produtos. Também, como forma de agregar valor, empenham-se à obtenção da certificação da produção agrícola compreendendo o conjunto de ações que objetivam garantir a qualidade e a procedência dos alimentos aos consumidores, em geral, realizada por ocasião de transações comerciais. A operacionalização desdobra-se em diferentes fases interdependentes tratadas com metodologia própria, incluindo procedimentos de campo e de escritório, com normas específicas apontando critérios para a produção, armazenagem, transporte, transformação e comercialização de produtos vegetais ou animais (VIEIRA et al., 2014).

São muitos os obstáculos manifestados por meio das legislações sanitárias vigentes no Brasil, contudo, tais barreiras não podem ser tratadas de forma isoladas, elas fazem parte da lógica de apropriação dos territórios, sejam eles materiais ou imateriais. Na visão de Araújo et al. (2020), a atribuição dos órgãos de inspeção e fiscalização é a de fornecer orientações técnicas aos/as pequenos/nas produtores/as, ou seja, é importante destacar que os órgãos e entidades de assistência técnica e extensão rural detêm papel fundamental para o trabalho junto aos/as produtores/as rurais, objetivando à orientação sobre o manejo sanitário do rebanho e das demais práticas essenciais à qualidade dos produtos. Ou seja, esse deveria ser um trabalho conjunto, de divisão de responsabilidades, mas que coadunassem para um objetivo comum, no caso da agricultura familiar, criar as condições de comercialização e melhoria da qualidade de vida dos/as agricultores/as familiares.

Cada vez mais, é preciso estruturação das organizações/movimentos sociais, por meio das diversas instâncias (associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores/as rurais etc.) a fim de politizar a discussão, de que, para muito além da comercialização de seus produtos há

uma realidade a ser transformada e isso só é plenamente possível no estabelecimento de outras relações sociais compatíveis com uma nova forma de constituir a agricultura, podendo ser por meio da agroecologia, do fomento à comercialização, e de regramento legal harmonizável com a realidade da agricultura familiar.

Em resumo, fomentar mecanismos que viabilizem a regularização sanitária aos/as agricultores/as familiares, de modo que eles/elas consigam comercializar seus produtos, fundamentalmente nos locais de fácil acesso, ou comércio local, reduzindo distâncias, entregando produtos frescos e de boa qualidade, estabelecendo relações com consumidores/as e garantindo renda, e, por conseguinte, a reprodução da vida é o que vislumbra por meio dos CCCs. Com essa finalidade e eixo condutor, apresenta-se o estado da arte para o tema dos CCCs.

## 5 OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO

*[...] Bolo de milho broa e cocada  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar  
Pé de moleque, alecrim, canela[...]  
Cabresto de cavalo e rabichola[...]  
Farinha, rapadura, e graviola[...]  
Pavio de candeeiro, panela de barro  
Menino vou me embora tenho que voltar  
Xaxar o meu roçado que nem boi de carro  
Alpargata de arrasto não quer me levar  
Porque tem um sanfoneiro no canto da rua [...]*

Maria Da Gloria Pordeus Gadelha/Severino Dias De Oliveira  
Interpretada por Clara Nunes

O vínculo relacionado às trocas entre produtores e consumidores existe desde os tempos remotos, porém, diante das grandes transações comerciais ou cadeias longas do sistema convencional globalizado, que afasta cada vez mais a relação consumidor/a e produtor/a, os CCCs agroecológicos surgem como proposta alternativa ao modelo dominante/convencional, de como os agricultores familiares de diferentes regiões do Brasil, diante das suas limitações financeiras está construindo saídas ao problema da escala e da logística, frente ao funcionamento dos mercados e suas lógicas (ROVER; DAROLT, 2021). Ademais, a comercialização é compreendida como o conjunto de atividades de transferência de mercadoria, da produção ao consumidor final, integra o percurso da produção, circulação e consumo<sup>36</sup>. A exposição desta seção é realizada segundo a tipologia efetuada por Maluf (2004), dividindo-se a comercialização em circuitos curtos e circuitos longos de comercialização, aquele associado à agricultura familiar e esse ao agronegócio.

---

<sup>36</sup> A produção não mais comanda a circulação, quem controla é a distribuição e o consumo, de maneira a conformar e presidir a produção. O domínio da produção se deu na primeira e na segunda Revolução Industrial. A partir da segunda metade do século XX, a situação muda sensivelmente e as redes, a competitividade, o poder da informação e a necessidade de fluidez territorial se impõe, e criam uma geografia da produção, da circulação e do consumo que se caracteriza, entre outras bases, pela seletividade, pela concentração territorial e ao mesmo tempo pela dispersão espacial ou geográfica (VILAR, 2011). Importante mencionar que este comando é do ponto de vista do poder dos conglomerados, pois em última instância, só há circulação se existe produção. Produção e circulação são interdependentes, numa economia de mercado, produz-se o que é possível vender. Em um mercado oligopolizado os grandes conglomerados conseguem, em grande medida, controlar o mercado, isso vale para a produção e comercialização.

## Os circuitos longos

Os circuitos longos de comercialização realizados pelo agronegócio, ideologicamente, têm sido difundidos pelos setores conservadores como responsáveis por garantir o crescimento econômico. Por sua vez, garantindo-se na sua dinâmica empreendedora, capaz de gerar emprego e renda, assim, resolver os problemas da sociedade, transformando paradigmas e o sentido de realidade a partir: I. da mudança de centralidade da produção pela circulação como condutor do valor, importando uma efêmera ideia de saldo na balança de pagamentos; II. da relevância do trabalho pela exploração extrema, causando a extenuação dos/as trabalhadores/as, ocupando-os, ainda que em condições indignas, como resposta aos problemas da miséria e da fome; e III. da luta de classes pela pseudo-inclusão no consumo, marcada pelos limites de renda no mercado (DE SOUZA, 2009).

Os circuitos longos de comercialização compreendem, em geral, o comando de um reduzido grupo de empresas transnacionais ligadas ao setor do agronegócio, da indústria de alimentos e das grandes redes de supermercados, numa perspectiva que tem transformado o alimento em mercadoria, e que o objetivo maior, e talvez único, seja à obtenção de lucros (VAN DER PLOEG, 2008).

Os canais de circulação dos circuitos longos, segundo a classificação dos autores/as De Oliveira et al. (2017), são realizados por meio das grandes cooperativas, atravessadores, centros de distribuição, grandes varejistas e empresas especializadas (indústria, empresa integradora e empresa de orgânicos). Embora se possam associar os circuitos longos à espacialidade, convém enfatizar que essa categorização de circuitos longos talvez não seja tão precisa, pois, na prática, um agricultor que comercializa seu produto com uma grande empresa integradora, ainda que esteja ao lado do seu estabelecimento, obedece à lógica do circuito longo de comercialização.

O Atlas do Agronegócio dispôs os dados da disputa pelo mercado mundial, onde cinquenta fabricantes correspondem por 50% das vendas globais de alimentos, concorrendo para se apropriarem de fatias cada vez maiores desse mercado, provocando uma extensão ou expansão direcionada para contextos emergentes e países em desenvolvimento. Segundo o estudo, o Brasil é mostrado como um dos países do mundo em que está ocorrendo uma das maiores concentrações de fabricantes de alimentos: entre 60 e 70% das compras de produtos dos supermercados necessários ao consumo de uma família são produzidas por dez grandes empresas, entre elas: Unilever, Nestlé, Procter & Gamble, Kraft e Coca-Cola. Uma tendência

tem sido a apropriação ou fusão com empresas do segmento de produtos naturais e orgânicos, diante da crescente demanda dos consumidores por produtos naturais. Entre as estratégias das fusões está a redução de custos, incluindo nela, o corte de empregos, de maneira a continuar o financiamento dos negócios e aumentar as ações no mercado e as margens de lucro (ALVES, 2021).

Nessa perspectiva, a desregulamentação da economia por meio da incorporação-fusão e aquisição de grandes empresas, da desnacionalização, do domínio monopolista do capital, e do discurso ideológico de que a biotecnologia está pensada, necessariamente, para o aumento da produção e produtividade ou da busca de caracteres melhores de resistência às intempéries naturais, essa retórica não somente esconde o real interesse do controle da produção por dependência tecnológica, mas realça o caráter de um processo essencialmente econômico, objetivando não apenas padrões genéticos, mas *royalties* na comercialização a serem coordenados por grandes empresas. Assim, estabelecendo o controle da produção, da comercialização, do consumo e conseqüentemente da renda, o que representa a perda da capacidade produtiva e do consumo de forma autônoma e segura (DE SOUZA, 2009).

Para Medeiros e Marques (2013), existe uma corrente de pensamento que defende a globalização do sistema agroalimentar como um modelo, que deve ser incorporado por todos os produtores corporativos ao longo do tempo. Destacando-se o fenômeno da “supermercadoização,” referindo-se ao modo como, ao longo das duas últimas décadas, as mudanças ocorridas fizeram com que esses produtores precisaram se adaptar da melhor maneira possível às regras de um mercado influenciado por um regime dominante e fortemente concentrado dos padrões de produção capitalista e normas de qualidade crescentemente restritivas. Para o caso dos orgânicos, a certificação, o acesso aos mercados de exportação e às prateleiras dos grandes supermercados, aliados à regulação governamental, garante a identidade e a confiabilidade desse produto, como vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Isso posto, entende-se que essa forma de fazer negócio é o único caminho capaz de assegurar a viabilidade econômica de uma agricultura ambientalmente sustentável.

Muñoz e Niederle (2018), em críticas cívicas ao regime alimentar corporativo, utilizaram-se do conceito de “regime alimentar corporativo” de McMichael, que tem a ver com o contra movimentos ao regime alimentar do setor varejista, o qual assumiu o controle da cadeia alimentar, definindo critérios de qualidade, determinando dietas alimentares e se apropriando da maior parcela do valor agregado, ditando regras à produção e se apropriando de *royalties*, por exemplo, das sementes patenteadas.

No setor sucroalcooleiro, por exemplo, para manter os ganhos de produtividade agrícola e agroindustrial, faz-se necessário a junção de diversas estratégias, entre elas, inovações biológicas (variedades), aperfeiçoamentos dos usos físico-químicos (fertirrigação, fermentação), inovações mecânicas (tratores e implementos agrícolas), formas de organização do trabalho e métodos de produção – gerenciamento da produção agrícola e industrial, aproveitamento do bagaço da cana – energia, de maneira a ampliar a competitividade (DE SOUZA, 2009). Decerto que esse conjunto de estratégias se viabiliza na comercialização.

É essa associação entre o agronegócio e os circuitos longos de comercialização que permite a contraposição entre os circuitos curtos e a agricultura familiar.

### Os Circuitos Curtos de Comercialização

Conforme Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), ainda não há, no Brasil, uma definição oficial para CCCs. Os autores realizaram um estudo sobre a diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos a partir da experiência brasileira e francesa. Para eles, o conceito de Circuitos Curtos orienta para a proximidade de produtores e consumidores. Ainda de acordo com os estudiosos, na França, há dois casos de distinção: I. **venda direta** – o produtor entrega diretamente o produto ao consumidor; e II. **venda indireta** – quando há a passagem por um único intermediário, no caso, uma pessoa física ou jurídica, exemplificado com: cooperativas, associações, lojas especializadas, restaurantes, ou mesmo pequenos mercados locais. Por fim, esse conceito é útil institucionalmente, porém traz problemas, pois um supermercado poderia comprar diretamente de um produtor e realizar a comercialização da maneira que lhe conviesse, retirando o diferencial, que é criar condições de acesso aos produtos agroecológicos ao maior número de trabalhadores/as (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG; 2013).

Para Darolt (2013), a categoria CCC associa-se à ideia de vínculo social, de proximidade geográfica, do estreitamento da relação entre produtor e consumidor nos processos de desenvolvimento local e pertença territorial. Compreendendo-os como *circuitos de proximidade* ou circuitos locais, reforçando a noção de proximidade geográfica, referenciando os aspectos sociais e relacionais estabelecidos entre consumidor e produtor nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação.

Os circuitos curtos, sob a perspectiva da ótica daqueles que acreditam ser possível transformar as relações de produção, distribuição e consumo, dominantes no atual sistema agroalimentar, incorporando a essa modificação, não somente variáveis relacionadas à sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos, mas também valores éticos, sociais e

culturais, princípios de justiça social, da soberania alimentar, da reciprocidade, da autonomia dos povos, do respeito à diversidade cultural etc. Sua tradução prática, do ponto de vista das relações sociais, permeia a produção e o consumo, reafirmados como dimensões-chave do processo de transição para uma agricultura de base ecológica (MEDEIROS; MARQUES, 2013).

Mais recentemente o conceito de **inovação social** é apresentado como um avanço na compreensão da relação de proximidade entre produtor/a e consumidor/a, em que os CCCs possibilitam a reconstrução da identidade entre o alimento, a sociedade e o território, perpassando para a noção de uma mudança de atitude, refletindo-se nas ações de determinados grupos, balizando-os rumo à construção de movimentos participativos e colaborativos. Isso tem permitido a disseminação dessa proposta por diversas partes do mundo, facilitando o abastecimento de alimentos na perspectiva agroecológica por meio dos CCCs (ROVER; DAROLT, 2021).

A identificação e conexão entre os temas dos CCCs e da agroecologia são recorrentes em diversos estudos, dada a realidade da agricultura familiar na produção agroecológica e suas estratégias de comercialização, normalmente realizadas pelos CCCs. Para Rover e Darolt (2021), há uma intersecção sob “diversos interesses, como a resistência a formas dominantes de gestão dos sistemas agroalimentares, busca de acesso e segurança alimentar e nutricional, assim como para gerar condições para uma transição agroecológica efetiva” (ROVER; DAROLT, 2021, p. 27).

O conceito de construção social de mercado tem surgido em diversos estudos. Santana et al. (2013), analisaram os fatores que influenciam e condicionam as estratégias de produção e inserção dos produtores familiares no mercado, em áreas de agricultura familiar e em assentamentos rurais no noroeste do estado de São Paulo, nas microrregiões de Andradina, Jales e São José do Rio Preto, especialmente em processos de comercialização diretos ou semidiretos, como a venda sem intermediação ao varejo e/ou ao consumidor dos produtos da agricultura familiar, sejam eles, *in natura* ou com algum tipo de agregação de valor. Segundo os autores, os agricultores familiares têm se vinculado de forma subalterna às grandes cadeias agroindustriais no noroeste paulista, predominantemente composta pela pecuária de carne bovina e leite, produção da cana e da laranja e seus respectivos derivados. Não obstante, têm buscado formas diferenciadas de inserção no mercado por meio da comercialização nos CCCs e das relações mais horizontais entre os agentes, muitas vezes de caráter informal, baseado no interconhecimento, marcado pelas tradições tanto das práticas de fabricação, quanto do funcionamento e da construção social do mercado, em busca por legitimação.

No que concerne à construção social de mercado, Gazolla e Pelegrini (2010) tem visões complementares com vários outros autores, inclusive, com a abordagem desta pesquisa. Um exemplo disso é a noção de que a qualidade dos produtos agroindustriais da agricultura familiar dispostos nos mercados contém atributos de valor social. Valor social que é atribuído pelos atores e grupos sociais que participam ou constroem os mercados de proximidades, acrescentando que os agricultores participantes dessa modalidade de mercado possuem estratégias de resistências para ampliar os meios de vida. Mas diferentemente desta pesquisa, um dos enfoques teóricos abordados é o da Perspectiva Orientada aos Atores (POA). Para os autores, essa abordagem foge do viés estruturalista ou dos “modelos” da teoria marxista. Por fim, repete-se em coro o pensamento já criticado por Althusser (1979) e Lira (2021), os quais rebatem àqueles que atribuem ao marxismo um determinismo linear dos acontecimentos históricos, a partir de uma compreensão reducionista, mecanicista e dogmática sobre a complexidade que envolve as relações sociais.

A divergência fundamental da POA, segundo Gazolla e Pelegrini (2010), é a de que cada indivíduo age isoladamente no mundo, essa visão afasta-se da perspectiva da Unidade, da Estrutura. Cada um procura meios individuais para enfrentar a vida. Não é sobre essa premissa que se enfrenta ou se altera um sistema. Quando se pressupõe construção social de mercado, o nome em si já é alto explicativo é social, e não individual, por mais que se tente justificar que não é tão individual e que o ser humano sob a POA é um agente que tem contato com o outro para “reconstruir seu sistema cognitivo.” De fato, o que nos induz é que ele não é um ser social. É uma fusão do pentecostalismo com o empreendedorismo, só que com uma roupagem diferenciada. Com efeito, não é a esse projeto ou constituição social que eles se referem quando se trata da construção social de mercado.

Medeiros e Marques (2013) também trataram da controvérsia do lugar dos mercados no processo de fortalecimento da agricultura de base ecológica. Nesse sentido, eles levaram em conta o debate central as relações entre consumidores e agricultores familiares e outros atores sociais envolvidos na construção social de mercados e no desenvolvimento de cadeias curtas de comercialização, com valores e práticas sociais específicas, abrangendo diversos espaços na comercialização, sejam por meio das feiras, cestas etc.

Historicamente, a região Sul do Brasil tem se destacado com significativo papel nos CCCs. Nessa região, o debate em busca de outros modelos de agriculturas tem se mantido

historicamente<sup>37</sup>. Sendo no Sul, onde há a maior incidência de consumo de alimentos orgânicos, em três meses de pesquisa a despeito do consumo de alimentos orgânicos, fora detectado que 34% da população das três capitais consumiram algum alimento ou bebida orgânicos (PUGAS; ROVER, 2021).

Conforme Santos e Darolt (2021), é na região Sul onde está concentrado o maior número de propriedades orgânicas no Brasil, aproximadamente, 36%, sendo que o Paraná apresenta relevância alta, reunindo 3.490<sup>38</sup> propriedades orgânicas certificadas e cadastradas no MAPA, percentualmente, aproximadamente 16% das propriedades brasileiras. A Região Metropolitana de Curitiba concentra cerca de 40% dos produtores orgânicos do Paraná (SANTOS; DAROLT, 2021).

### **Redução do incentivo às políticas destinadas à agricultura familiar e ampliação dos Circuitos Curtos de Comercialização**

Frente ao enfraquecimento das políticas públicas à agricultura familiar, em especial, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>39, 40</sup>, que foi um divisor de águas na garantia de renda às famílias, por meio da produção de alimentos agroecológicos, impulsionando a produção de alimentos pelas famílias camponesas. Se por um lado a sua inviabilização contribuiu para a fragilização das organizações sociais, como associações, cooperativas etc., por outro, isso impulsionou o debate no sentido de encontrar canais destinados ao escoamento da produção. Desta forma, os CCCs ganharam notoriedade entre agricultores familiares e suas organizações.

---

<sup>37</sup> A região sul tem sido pioneira, em 1981, foi realizado o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – EBAA, na cidade de Curitiba (PR), por iniciativa da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, com apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba (FARIA et al., 2017).

<sup>38</sup> Na planilha do Mapa, atualizada em 01/11/2022, estão cadastrados com certificação orgânica 3.915 produtores/as rurais no Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 05 nov. 2022.

<sup>39</sup> Este programa foi tão importante ao estímulo à agricultura familiar, que a partir de sua criação, por meio da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso em: 11 set. 2021; foram inúmeros artigos científicos publicados, tratando da temática e seus reflexos, como o aumento da produção, tendo em vista a segurança, por parte dos agricultores familiares, na hora da comercialização da produção.

<sup>40</sup> A criação do PAA tinha por finalidade unir as pautas do fortalecimento da agricultura familiar, e do combate à fome e redução da pobreza. Para isso, o programa elaborou instrumentos visando facilitar e apoiar a comercialização de produtos dos agricultores ou de suas organizações e, também, a disponibilização de alimentos para abastecer as entidades que realizam trabalhos junto a pessoas em situação de insegurança social ou alimentar (PERIN, 2021).

Conforme Contrigiani et al. (2020), a desestruturação do Programa foi ocorrendo de forma gradual, mesmo antes da operação agrofantasma<sup>41</sup>, em 2013<sup>42</sup>. Segundo as autoras, somente no ano de 2017, 67% dos recursos destinados ao Programa foram cortados, fazendo com que os agricultores precisassem se recriar frente a essa nova realidade. A execução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar não apenas do PAA, mas também do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fez surtir efeitos econômicos e sociais diretos ao público beneficiário, aumentando a renda, diversificando a produção, integrando produtores e aumentando a variedade de alimentos ao consumidor.

Diante da interrupção ou redução de recursos destinados aos programas, as diversas modalidades de venda direta ao consumidor se fortalecem, encontrando-se em processo de readequamento, recriando-se de maneira a acessarem os mercados, fomentando a geração de renda das famílias. Logo, os CCCs se apresentam como uma alternativa ou estratégia de comércio em um campo, em geral, dominado pelo modelo industrial agroalimentar. As redes de cooperação social ganham cada vez mais importância, aproximando produtores e consumidores, ou produção e consumo, por meio da dinamização dos mercados locais que valorizam a identidade territorial e a circulação de produtos com qualidade diferenciada, permitindo ao consumidor identificar onde, quem e como foi produzido o alimento ou produto que ele está consumindo, além do fortalecimento das relações campo e cidade (CONTRIGIANI et al., 2020).

### **Interação de táticas e estratégias**

São crescentes e variadas as experiências buscadas pelos agricultores para a comercialização dos seus produtos, compreender como vem ocorrendo essas dinâmicas dos/as agricultores/as familiares de norte a sul do país, de se colocarem frente aos mercados, têm sido um desafio diante de suas particularidades e contextos sociais. No estudo realizado por Oliveira et al. (2017) sobre os canais de comercialização da produção em uma área rural no estado de São Paulo, os autores fizeram uma classificação que mostra a riqueza e pluralidade das

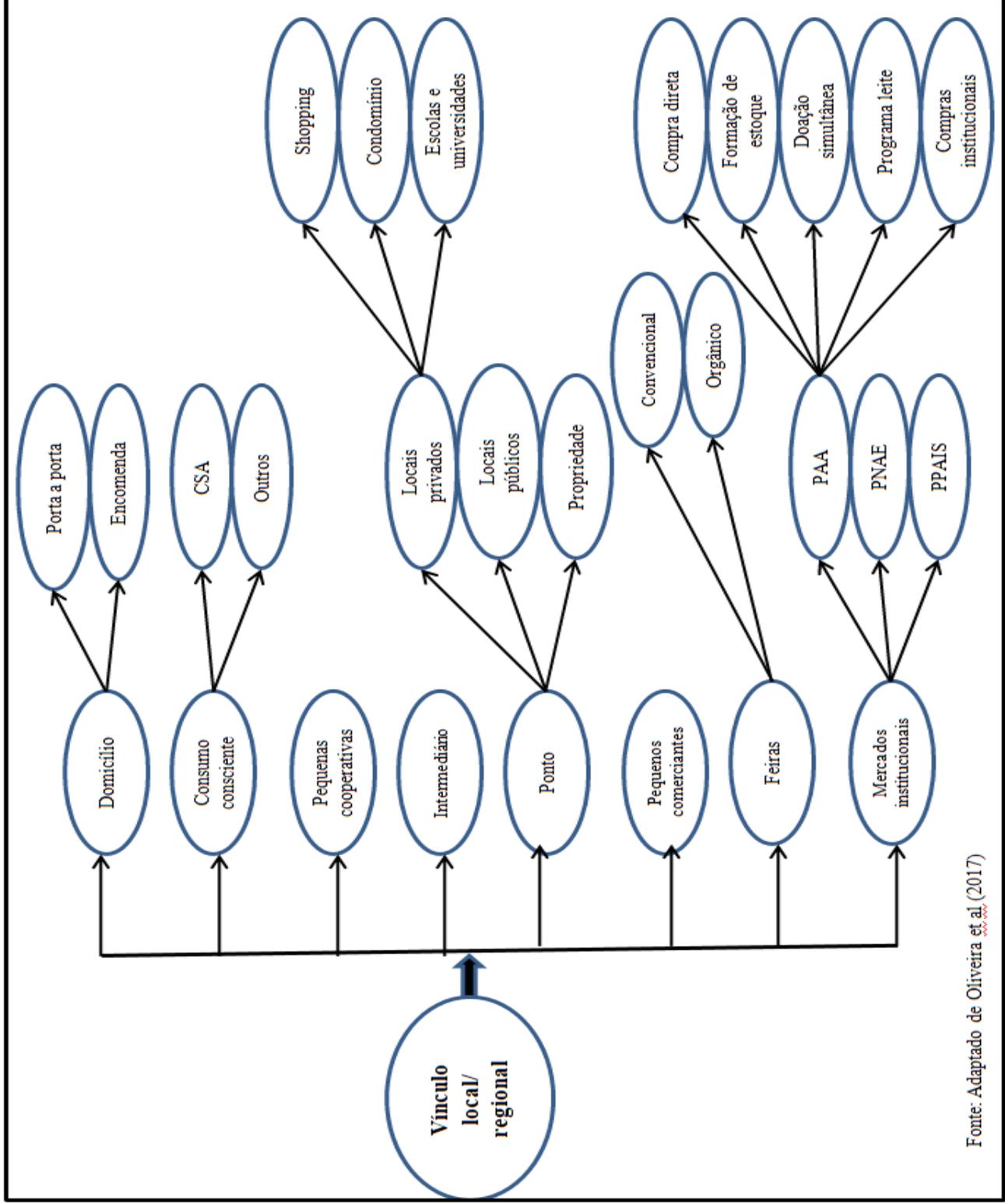
---

<sup>41</sup> Operação deflagrada pela Polícia Federal sob a alegação de analisar supostas fraudes no PAA. Para mais informações, ver dissertação de mestrado de Juliana de Oliveira Sales: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e da operação Agro-fantasma: entre o desenvolvimento rural e a violência institucionalizada. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56541>. Acesso em: 13 ago. 2021.

<sup>42</sup> Em 2012, a Conab havia implementado o Plano Nacional de Fiscalização das Operações do PAA a fim de acompanhar a execução do programa como sugerido pelos órgãos de controle (PERIN, 2021).

estratégias que os agricultores familiares podem associar. A figura 5 é uma adaptação do diagrama apresentado pelo estudo.

FIGURA 5 – OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA



Fonte: Adaptado de Oliveira et al. (2017)

Diversos trabalhos têm mostrado e a pesquisa a campo no litoral do Paraná asseverou a versatilidade e a interconectividade entre as diferentes formas de produção e de comercialização por parte dos agricultores, de modo a atingir diferentes consumidores e inserir-se na comercialização e, desse modo, manterem-se na produção.

## **5.1 Canais de comercialização**

Como uma das mais tradicionais e ainda consistentes formas de comercialização direta, as feiras livres têm se mantido desde os primórdios da história. Sobre essa modalidade de comercialização direta, procurou-se percorrer explorando melhor os meandros do caminho, tendo em vista que muitas das riquezas e adversidades enfrentadas nas feiras são, também, confrontadas pelas demais modalidades de comercialização direta.

### **5.1.1 As feiras livres<sup>43</sup>**

#### **Feiras no geral**

A feira, a despeito de ser inserida no setor informal da economia de subsistência, considerada circuito secundário da estrutura econômica. Ainda assim, não há razão para a minimização da sua importância enquanto espaço de comercialização da pequena produção rural, como fonte de renda dos produtores e conhecimento da procedência dos alimentos para consumidores, funcionando como uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico e social. Sendo expressiva à manutenção da vida dos/as agricultores/feirantes, pois, para muitos/as deles/as, essa é a única fonte de renda ou importante complementação salarial, o que ressalta a influência da feira livre para os agricultores familiares escoarem a sua produção.

No estudo realizado por Coutinho et al. (2006), a respeito das feiras livres no brejo paraibano, os autores reportam-se às feiras livres como uma prática comercial muito antiga, tendo garantido o suprimento de gêneros alimentícios nas cidades nordestinas, embora percebida como modelo comercial ultrapassado, que preserva características medievais, as feiras têm promovido o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia das pequenas cidades interioranas. Ainda de acordo com eles, quanto menor o município, mais importante é a feira para o seu desenvolvimento local, já que garante a comercialização da

---

<sup>43</sup> O Anexo 08, dispõe do mapa das feiras livres do estado do Paraná. Salienta-se que de acordo com os dados do mapa há 0 (zero) entrega em domicílio, porém houve um período que funcionou aqui no litoral, em Matinhos e Guaratuba. Na feira de Paranaguá a barraca de produtos orgânicos faz entrega em domicílio, mediante taxa.

produção familiar, da pequena agroindústria e de produtos artesanais. A feira também beneficia outros setores da economia por meio da circulação de capital pelos feirantes que, após a comercialização de seus produtos, costumam comprar à vista em vários estabelecimentos locais, utilizando todo ou parte do todo que receberam no comércio da cidade, favorecendo a permanência do dinheiro na esfera municipal (COUTINHO et al., 2006).

As feiras são um microcosmo do panorama socioeconômico e cultural de algumas cidades. Nelas, as pessoas se encontram, trocam informações, fazem articulações políticas ou simplesmente se divertem. Muitos homens vão à feira por lazer, “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado.” É um local de troca de informações, de combinar negócios ou estabelecer alianças da forma típica da sociabilidade tradicional rural, baseada na confiança e informalidade (COUTINHO, 2006; SANTANA et al., 2013).

Na feira, além dos produtos alimentícios, há uma variedade de outros produtos que podem agradar toda a família, uns dedicados às mulheres, outros mais direcionados aos homens, outros às crianças. Há ervas para garrafadas e banhos de assento, produtos destinados à culinária, colheres de diversas origens, abanadores, balaios, vassouras de palhas, panelas, cachaças, chapéus de palha, cinturões de couro cru, materiais para criação de animais e montaria, bonecas de pano, bодоques, pião e uma infinidade de outros produtos, além do espaço para tomar um delicioso caldo de cana com pastel, junto com a família e amigos. Para Coutinho (2006), os feirantes são exímios na arte da comercialização desenvolvida, às vezes, de geração a geração, outras vezes, por instinto de sobrevivência.

Tão importante econômica e culturalmente, a composição de Ornildo Almeida, imortalizada por Gonzagão, cantada em verso e prosa, demonstra a dimensão da diversidade de uma das feiras mais conhecidas do Brasil – a Feira de Caruaru/PE. Sendo ela um patrimônio imaterial brasileiro, devido à sua singularidade e riqueza, Miranda destaca:

É um lugar de referência viva da história e da cultura nordestina para camadas cada vez mais amplas da população, ao se manter a história e a cultura que a produziram. É ainda, um lugar de memórias e de continuidade do saber e do fazer, produtos tradicionais e expressões populares que, sem sua dinâmica e sem o mercado, certamente já teriam desaparecido (MIRANDA, 2009, p. 147).

A variedade de produtos concentrada num mesmo lugar e preços reduzidos são dois grandes atrativos das feiras, possibilitando o consumo pelas camadas da população de menor poder aquisitivo, mas não somente, a feira alcança consumidores com variadas capacidades de compra. No entanto, para o consumidor de baixa renda, a importância da feira é intensificada, em razão dos preços praticados, disponibilidade de produtos populares, facilidade de acesso e ambiente inclusivo (COUTINHO, 2006. MEDEIROS; MARQUES, 2013).

## Feiras no particular

Em relação às feiras agroecológicas, elas são um incentivo adicional para investir mais e de modo melhor na produção ecológica e na diversificação produtiva, haja vista que, quem vai à feira, quer heterogeneidade de alimentos para compor suas compras. Nesse espaço existe pluralidade de produtos e de produtores, numa composição diversa de selos e certificações, expedidos para produtos orgânicos e agroecológicos. Mantidos por empresas de certificação especializadas, que pode ser utilizado como um dos artifícios empregados pelos agricultores para garantir aos consumidores maior segurança sobre as formas de produção e as origens dos alimentos.

Na pesquisa realizada por Picolotto e Bremm (2016), concernente à ecologização da agricultura familiar e feiras de produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul, constatou-se que diversos municípios da região têm se utilizado de instrumentos de distinção dos produtos oriundos da agricultura familiar para diferenciar suas mercadorias. Os/as agricultores/as tem por finalidade obter reconhecimento da qualidade de seus produtos junto aos consumidores, em razão das características da produção levar em consideração o respeito ao meio ambiente, à saúde e a geração de vínculos com a tradição e a cultura local. Desse modo, funcionando como um distintivo da comercialização dos **produtos coloniais**, que, em geral, são vendidos e comprados como artefatos singulares. Logo, um produto relacionado ao imaginário, aos signos e à identidade do grupo social. É um modo de externalizar o saber fazer tradicional do grupo social dos colonos, percebido como um valor positivo, valorizando suas raízes e seus alimentos típicos e, assim, facilitar o encontro de mercados locais e regionais com consumidores conscientes do valor social desses produtos.

Referente ao modo de produção, Souza e Tavares (2017) analisaram a experiência da feira agroecológica do município de Crato, no estado do Ceará, em que buscam identificar os benefícios da participação na feira pelos/as agricultores/as e compreender o modo de produção e sua relação com os meios de se fazer: terra e água, como recursos de maior dificuldade de acesso aos agricultores familiares no Nordeste e as dificuldades de permanência na feira. Na figura 6, fotografias da feira de Crato que, embora não abarcasse o campo desta pesquisa, em viagem a essa cidade, realizada pela autora, visitou-se a feira, uma vez que já havia lido o artigo, de maneira a sentir a feira, os feirantes/as, a produção e dialogar com eles/as, além, é claro, das compras.

Em Crato<sup>44</sup> e Juazeiro do Norte há outras feiras, contudo, a que foi visitada, em especial, segue a proposta de outras em diversas partes do país, compostas por produtos orgânicos, agroecológicos ou em transição, em uma região marcada pelas adversidades econômicas, sociais e climáticas. É como um oásis aos olhos daqueles/as que acreditam nesse tipo de alternativa como forma de produção e reprodução de suas condições de vida.

FIGURA 6 - FEIRA AGROECOLÓGICA DE CRATO-CE



FONTE: Capturadas pela autora (2022)

<sup>44</sup> Crato faz parte do conjunto urbano da Região Metropolitana do Cariri (RMC), composta por nove municípios. Três cidades (Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha) mantêm vínculos estreitos tanto em termos de proximidade territorial quanto relacional, formando um mesmo espaço geográfico (conurbação).

Entre os feirantes entrevistados por Souza e Tavares (2017), 60% deles não detêm a posse da terra. São moradores, meeiros, parceiros e arrendatários que necessitam pagar a renda dela<sup>45</sup>, quer seja com trabalho para o proprietário do terreno, quer seja com parte da produção, quer seja com dinheiro para continuar a produzir, sendo essa condição citada como o principal obstáculo enfrentado pelas famílias locais. Para eles, atuar na feira lhes permite não somente obter ganhos econômicos, mas também a troca de saberes e de conhecimentos entre o urbano e o rural, fortalecendo a construção de relações solidárias, ainda que para alguns seja difícil a permanência como feirante, em decorrência de todas as intempéries (climáticas, econômicas e sociais) para produzir no semiárido.

Em outro estudo referente aos empecilhos e horizontes das feiras livres no Brejo Paraibano<sup>46</sup>, Coutinho et al. (2006) mostra que, para a realidade nordestina, as feiras se apresentam como relevante atividade de incremento e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural, uma vez que facilita o escoamento da produção familiar por meio da comercialização de alimentos a preços reduzidos, valorizando a produção artesanal, preservando hábitos culturais e promovendo renda e integração sociocultural.

### **Adversidades encontradas à manutenção das feiras**

Ainda que um universo rico e permanente, as feiras enfrentam vários problemas. Para alguns agricultores, diante das dificuldades de produção, os feirantes passaram a vender produtos externos à produção territorial, de forma a subtrair as possibilidades de sobrevivência da produção local. Outra dificuldade enfrentada pelos produtores é a distância, que para alguns deles é um fator limitante, em razão da dependência de transporte, necessitando de organização e alianças para superar esta barreira. Outro obstáculo é a necessidade de diversificação da produção, pois, se por um lado, a diversificação é objetivo da produção agroecológica e também de atração dos consumidores, por outro pode constituir-se em um problema para alguns agricultores que, impossibilitados de produzirem de forma tão diversificada, enfrentam dificuldades para garantirem a regularidade no espaço da feira, sendo isso materializado em um

---

<sup>45</sup> A renda da terra está vinculada ao caráter restrito da propriedade privada. Pois, uma vez a terra tendo um proprietário, este tem o poder de cobrar pelo uso dela, por parte de indivíduos que a queiram utilizá-la. Sendo uma decorrência da concentração da terra pela sociedade burguesa, pois em havendo abundância de terras, isso inviabilizaria a própria renda fundiária, ninguém pagaria pelo uso da terra, se houvesse disponibilidade de terras desprovidas de dono (BOTELHO, 2016).

<sup>46</sup> O Brejo paraibano compõe-se de 15 cidades no interior do estado da Paraíba.

indício de abandono (MEDEIROS, MARQUES, 2013; COUTINHO et al., 2006; SOUZA, TAVARES, 2017; PICOLOTTO, BREMM, 2016).

Os aspectos impostos pela legislação sanitária e a própria estrutura das feiras, tem sido empecilho à manutenção desse espaço destinado à comercialização direta, uma vez que elas têm resistido às inovações contemporâneas e o acompanhamento e evolução dos mercados e dos serviços prestados ao consumidor na comercialização de alimentos. Muitas feiras ainda apresentam falta de higiene, má estrutura das barracas, comercialização de produtos não permitidos, falta de segurança e desorganização, contribuindo para colocar em risco a sobrevivência das feiras, agravados pela falta de fiscalização e inadequação das instalações e condições precárias de trabalho e baixa remuneração. Alguns/algumas agricultores/as, para manterem uma renda que lhes garantam as condições de vida, necessitam trabalhar em diversas atividades, por exemplo: são caminhoneiros, eletricitas, ajudantes de pedreiros, entre outros ofícios. Muitos são pensionistas, funcionários públicos etc. Na pesquisa sobre as dinâmicas da feira livre do município de Taperoá-PR, Vieira (2004) demonstrou que para alguns agricultores e, sobretudo, para os contratados para realizar trabalhos junto aos feirantes, as razões para a permanência na atividade estão preponderantemente associadas à falta de emprego e renda, mantendo-se na feira mesmo frente a todas as adversidades enfrentadas.

Coutinho et al. (2006) apontou que os aspectos sanitários e de gestão são essenciais ao funcionamento das feiras, sugerindo a reinvenção a partir da incorporação de práticas higiênicas e de formas organizativas de gestão e do fortalecimento da unidade entre feirantes, de modo a atrair novos/as e diferentes consumidores/as. Ao mesmo tempo precisa se ater a proteger os seus aspectos folclóricos e culturais, principal fator de diferenciação, pois existe uma clientela fiel, que frequenta as feiras com base em outras concepções, buscam produtos naturais e artesanais a preços populares, o burburinho dos transeuntes e comerciantes, a variedade de produtos, a possibilidade da pechincha, encontros ocasionais etc.

Ainda que diante de todos os problemas, a feira permanece como principal canal de comercialização direta e a grande maioria dos/as agricultores/as integrantes dela mostram-se satisfeitos. Contudo, indicaram a redução paulatina do público participante desse espaço. Estigmatizada como um comércio onde não apresenta boas condições de higiene, ultrapassada e incompatível com as novas exigências do consumo “moderno”, a feira segue indiferente ao processo de padronização e globalização, figurando como foco de resistência e de tradições locais, como espetáculo de manifestações populares. É um prodigioso encontro do caos com a criatividade. Assim, elas são um ponto de confluências onde as pessoas reencontram amigos, trocam experiências e falam sobre as lutas, os sonhos e a vida (VIEIRA, 2004).

### 5.1.2 Cestas agroecológicas

As cestas agroecológicas já eram uma estratégia que ocorria em diversas partes do país, porém em menor escala. Entretanto, após o declínio de investimentos por parte do Estado nos programas institucionais e fundamentalmente no período da pandemia da Covid-19, limitou-se a circulação de pessoas e a paralisação das feiras livres. Esse “novo” cenário fez com que as famílias se reorganizassem e inovassem nas estratégias destinadas à comercialização da produção por meio das cestas (BESTAKU; BERTE; DE TOLEDO PEREIRA, 2020). Na grande Vitória/ES, esse aumento foi de 136% em meio à pandemia do novo coronavírus (INCAPER, 2020)<sup>47</sup>. Essa modalidade de comercialização atua como facilitadora à aquisição de alimentos de boa qualidade, normalmente, entregues em casa ou em pontos fixos, funcionando como mecanismo promissor à manutenção da produção, à geração de renda e a difusão da agroecologia.

As compras são realizadas via grupos de mensagens criados com a participação de consumidores e produtores. Esse meio de comunicação tem proporcionado o estabelecimento do diálogo entre consumidores mais preocupados com a qualidade dos alimentos, além da comodidade de receber os produtos em casa (CCA/PR).

Muitas experiências ao longo do território brasileiro têm sido formuladas de forma similar ao estudo de caso sobre as estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema/SP, apresentado por Rabelo, Silva e Negrão (2019), por meio da comercialização das cestas agroecológicas. Nessa região, a parceria ocorreu entre a associação dos/as agricultores/as, ligados ao MST, e o grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, para vender os produtos da reforma agrária, tendo como público-alvo estudantes, professores/as, servidores/as, entre outros.

Contrigiani et al. (2020), no estudo de caso referente ao uso de estratégias de marketing destinadas à comercialização de cestas agroecológicas realizado na Cooperflora<sup>48</sup>, que comercializa produtos da agricultura familiar na região metropolitana de Campinas/SP, descobriu-se a evolução dos grupos estabelecidos para a comercialização das cestas, em que esses foram se adequando de acordo com as demandas dos consumidores. Inicialmente, a composição dos produtos da cesta mudava a cada semana, pois os alimentos eram produzidos

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/entrega-de-cestas-de-produtos-organicos-e-agroecologicos-cresce-136-na-pandemia>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>48</sup> Cooperativa da agricultura familiar de Americana, Cosmópolis, Limeira e Piracicaba, situada no Assentamento Milton Santos, entre as cidades de Americana e Cosmópolis.

em conformidade com os ciclos naturais das espécies, adequando-se às estações do ano. Porém, essa proposta não prosperou, fazendo com que os/as produtores/as tivessem de alterar a produção de acordo com as necessidades ou escolhas dos/as consumidores/as.

Em relato de experiência sobre as estratégias de comercialização de cestas com produtos agroecológicos de assentamento de reforma agrária vinculado ao MST, em Itamaraju/Bahia, onde parte da área do assentamento fora destinada à construção de uma Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta, o objetivo foi a formação agroecológica dos agricultores familiares, filhos e filhas deles, na região do extremo sul da Bahia. Rangel et al. (2020) mostra que nessa região há grandes plantações de café e que à época da colheita da cultura do café os agricultores saem para trabalhar nas propriedades fora do assentamento, deixando de produzir nos seus lotes, ocasionando diversos problemas não somente na produção, mas na própria luta pela terra. A iniciativa da comercialização de cestas agroecológicas, numa parceria com e o Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA/ESALQ/USP), tem garantido renda e evitado as saídas sazonais para trabalhos externos. O diferencial nessa experiência é que o público-alvo da comercialização foram famílias de baixa renda que, em geral, não acessam esse tipo de produto, orgânicos e agroecológicos, em razão do alto preço no mercado.

A partir dessa iniciativa, várias outras foram sendo estimuladas, tal qual a instalação de feiras com produtos locais, processados, artesanais etc. Além da replicação do projeto das cestas para diversos outros locais, há várias outras propostas, para o período pós pandemia da Covid-19, tais como: excursões para que os/as consumidores/as possam conhecerem os estabelecimentos agropecuários; realização de atividades recreativas e de lazer; ações educativas e trocas de saberes, acrescidas de uma excelente estratégia para manter a atividade em movimento. Afinal, essas são umas formas de comercialização em expansão, pois, se no período da pandemia foi necessário devido às restrições à locomoção e o sair para realizar as compras, posteriormente, se bem conduzidas, poderão se tornar uma forma comum de comercialização (DE OLIVEIRA ALVES et al., 2019).

Assim segue o comércio virtual de alimentos agroecológicos como um canal inovador de comercialização desses produtos, entregando cestas de alimentos, organizadas por diferentes grupos de produtores/as e de consumidores/as. Também por apoiadores de movimentos sociais e de uma agricultura com uma proposta socioambiental e cultural. Essa modalidade de comercialização contribuiu para que os/as agricultores/as pudessem continuar a produção mesmo com o declínio dos programas institucionais. Ainda que seja um canal limitado, trata-

se de uma estratégia de comercialização que avança para o universo em crescente expansão das vendas mediadas por tecnologias de informação e comunicação (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018).

### **5.1.3 Os pontos varejistas de comercialização**

Referem-se ao estabelecimento de lojas em pontos centrais da cidade, administradas por organizações sociais dos agricultores ou parceiros se caracterizam como lojas de alimentos orgânicos sem agrotóxicos e livres de transgênicos, ou oriundos da agricultura familiar. Tem por objetivo a abertura de um espaço físico permanente de relacionamento e diálogo com os/as consumidores/as urbanos/as, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de escoamento da produção. A maioria dos/as consumidores/as desses espaços é composta por uma parcela expressiva de consumidores/as “militantes” das causas sociais/agroecológicas, que assumem um papel proativo de “consumo-atores” que tornam suas práticas um ato político (NIEDERLE, 2014).

### **5.1.4 Participação em eventos**

A participação em eventos é uma estratégia destinada à construção social de mercados, realizada por meio da participação em eventos e espaços, como feiras esporádicas que ocorrem ao longo do calendário anual por todo o Brasil. Além de serem locais onde se comercializam volumes significativos de alimentos produzidos pela agricultura familiar, são importantes espaços de diálogo com a sociedade e mobilização política (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018).

### **5.1.5 Vendas em supermercados e minimercados**

Diante do aumento da produção, algumas organizações dos agricultores familiares têm se estruturado para ocupar os espaços dos minis e grandes supermercados. A busca pela comercialização nos pequenos e médios ‘mercados de bairro’ se circunstancia na importância que as redes dos pequenos e médios mercados podem representar na aquisição de grandes volumes destinados à comercialização da produção, significativos para o abastecimento alimentar das populações com menor poder aquisitivo, atingindo um dos objetivos da produção agroecológica ou orgânica, o alcance por parte da classe trabalhadora. No que se refere aos grandes mercados, ocupar também esses espaços é necessário ao escoamento da produção, todavia, devendo-se ter o cuidado com a dependência e a submissão à lógica das grandes redes supermercadistas. A efetividade dessas estratégias tem apresentado problemas, pois a

comercialização do arroz agroecológico do MST, em uma das maiores redes de supermercados de Porto Alegre foi suspensa pelo próprio Movimento, devido à constatação de que o supermercado estava operando com uma margem de lucro de mais de 100% sobre o valor pago à cooperativa, tornando o produto excessivamente caro ao consumidor. Portanto, impossibilitando o acesso àqueles de menor poder aquisitivo. Porém, são contradições necessárias que precisam ser enfrentadas de modo a gerar renda e, no caso do MST, contribuir para as lutas políticas (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018).

### **5.1.6 Mercados institucionais**

A partir de meados da década de 90, o Estado brasileiro iniciou um processo de estabelecimento dos programas de políticas públicas, específicos e abrangentes, para o segmento da agricultura familiar: o Pronaf criado em 1996; o PAA lançado em 2003; o PNAE regulamentado por meio da Lei nº 11.947 de 2009, que estipulou a obrigatoriedade das prefeituras gastarem pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – com aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Esses programas contribuíram para um alargamento da autonomia dos/as agricultores/as familiares (DE CAMARGO; BACCARIN; DA SILVA, 2016).

O PAA iniciado, em 2003, é entendido como um programa intersetorial e interministerial, que combina política agrícola de incentivo com a produção de alimentos pela agricultura familiar, mostra-se com um cunho social e tendo o principal objetivo combater o flagelo da fome nos segmentos menos favorecidos da sociedade. Por meio desse programa, o governo adquire produtos da agricultura familiar por um preço compensatório, o que retira o papel, muitas vezes, abusivo dos atravessadores, além da garantia da venda, tornando esses alimentos disponíveis para a população seja pela doação direta ou compondo os estoques governamentais (DE CAMARGO; BACCARIN; DA SILVA, 2016).

As “Compras Institucionais” possibilitam às instituições públicas adquirirem produtos da agricultura familiar por meio de Chamadas Públicas, dispensando, portanto, o procedimento específico licitatório. A licitação, em geral, tem primado pelo menor preço, o que deixa os/as agricultores/as familiares em desvantagens, já que eles não conseguem adquirir produtos de diversas fontes e em grandes quantidades a ponto de oferecer o menor preço.

No caso da chamada pública, o procedimento administrativo voltado à seleção das propostas para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, não é pautado pelo princípio do menor preço ofertado. Dessa forma, o PNAE prioriza produtos produzidos em âmbito local, o

que possibilita o fortalecimento dos hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional, fazendo com que seja potencializada a afirmação da identidade, a redução da pobreza e da insegurança alimentar no campo, a reorganização das comunidades, incluindo povos indígenas e quilombolas, o incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, bem como a ampliação da oferta de alimentos de qualidade (DE CAMARGO; BACCARIN; DA SILVA, 2016).

## **5.2 Os consumidores**

Os consumidores são, também, protagonistas essenciais desses grupos que buscam alimentos saudáveis com lastro socioambiental. Eles participam desde a organização dos grupos, da logística de distribuição, além do consumo de alimentos agroecológicos. Prezam pela discussão das questões relacionadas aos mercados alimentares e a importância da participação ativa dos consumidores na reestruturação das práticas de comercialização. Assim sendo, o consumidor é o ator que pode interferir na forma de produzir, determinando mudanças no campo e no comportamento, exercendo pressão na adoção de práticas agroecológicas por parte dos/as agricultores/as (SOUZA; TAVARES, 2017).

Esse público é, muitas vezes, caracterizado pelos substantivos, entre outros, da fidelidade e da confiança. Santana et al. (2013), em entrevista junto aos consumidores, relata que a fidelidade exercida na aquisição de produtos da comercialização direta permanece há aproximadamente 30 anos. Nas feiras, cerca de metade dos consumidores já conheciam os agricultores, em razão de outras relações outrora estabelecidas, reforçando que a preferência vai muito além do produto em si, envolvem outros nexos sociais entrelaçados com relações afetivas, muitas vezes de longa data. Para os consumidores, os produtos remetem a um modo de vida ligado ao campo ou ao rural, que são valorizados por eles, seja por fazer parte do passado deles/as ou de seus pais, seja pela representação da ideia de uma convivência com a natureza onde parecia ser mais harmoniosa (SANTANA et al., 2013).

Conforme De Oliveira Alves et al. (2019), a relação entre os/as agricultores/as e os/as consumidores/as é baseada na confiança e na troca de saberes, destacando a necessidade de espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar junto aos/as consumidores/as, devido às dificuldades que eles têm de compreender as dinâmicas que envolvem os agricultores e a agricultura. Também foi destacado que a preferência do/a consumidor/a pela aquisição de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, em primeiro lugar está associada à saúde, em segundo lugar, relaciona-se à valorização dos/as agricultores/as, e

em terceiro, à busca por uma reconexão com as suas origens. Em um país que até a década de 1960 a maioria da população estava no campo<sup>49</sup> ou em comunidades muito próximas, quem não nasceu no espaço rural, naquela época, tinha um parente próximo nessa condição.

No município de Santa Maria/RS, os/as agricultores/as lançam mão de diversas estratégias para atrair os/as consumidores/as e estabelecerem laços de reciprocidade. O procedimento empregado pelos/as agricultores/as, inicialmente, constituía-se em torno de cada agricultor/a. Havia um grupo de consumidores onde os/as agricultores/as empregavam um conjunto de técnicas na produção, como: cultivo consorciado, rotação de culturas, recuperação e enriquecimento de Áreas de Preservação Permanente (APPs), manejo de mato e alternância de capinas, ausência de fogo, adubação verde, adubos orgânicos, diversificação da produção, sistemas agroflorestais (SAFs), quebra-ventos, cobertura do solo e cultivos em faixas. Seguindo os princípios da agroecologia no manejo dos agroecossistemas de modo sustentável, de maneira a manter a produção e a produtividade em longo prazo. Essas ações eram acompanhadas pelos consumidores sob a perspectiva da busca da valorização e fortalecimento da agricultura de pequena escala, do desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis orgânicos e agroecológicos, e de construções sociais de mercados locais (DE OLIVEIRA ALVES et al., 2019).

Em estudo realizado por Santana et al. (2018) sobre as relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta, no noroeste paulista, foram identificados que 2/3 (dois terços) dos/as agricultores/as que vendem direto ao consumidor conseguiram uma renda maior do que a média obtida pelos produtores de leite, a principal atividade da maioria dos agricultores familiares da região estudada. Isso mostra a importância da comercialização direta ao consumidor e não somente para a geração da renda monetária mensal às famílias, mas pelo estabelecimento de vínculos ligados à satisfação pessoal e à composição do capital cultural gerado pelo interconhecimento de relações constituídas nos espaços de comercialização e da vida, partilhadas e socializadas entre produtores familiares e consumidores.

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 15 set. 2021.

### **5.3 Temas Transversais envolvendo os Circuitos Curtos de Comercialização a serem destacados como importante elemento à compreensão da venda direta**

A diversidade não diz respeito apenas às formas de comercialização, mas à pluralidade de temas que permeiam os CCCs. A fim de demonstrar essa riqueza, apresentam-se, a seguir, alguns temas entrecruzados e algumas abordagens.

#### **O consumo consciente**

A discussão do consumo de produtos agroecológicos (coloniais, orgânicos etc.) associa-se a uma opção política de engajamento, de consumo responsável, sob diferentes conotações, cabendo destacar: a contribuição às causas ambientais e o estímulo à produção de alimentos saudáveis. Igualmente, o apoio aos agricultores familiares contribui para que eles continuem a produzir utilizando-se das suas técnicas e conhecimentos, como um ato de resistência à padronização dos produtos industrializados. O/A consumidor/a consciente utiliza-se da expressão aos produtos agroecológicos como “bens de crença”, pois muitas vezes a qualidade do produto não pode ser comprovada pelas certificações, mas está baseado na confiança, o que torna o consumo um ato político relacionado às escolhas alimentares e ao apoio a determinado formato de produção e comercialização, de modo a repercutir no alimento muito além das questões nutricionais (PICOLOTTO; BREMM, 2016).

#### **Estratégia de vida**

É inquestionável o papel da comercialização para garantir a renda dos agricultores familiares, porém, a produção e comercialização não são orientadas apenas pela lógica econômica. Estudos mostram que os/as agricultores/as incorporam diferentes lógicas para compor suas estratégias de vida. Assim, analisar apenas variáveis econômicas para compreender a dimensão da reprodução social dos/as agricultores/as é insuficiente. Ademais, necessitando-se analisar outras variáveis de sustentabilidade, sejam elas as causas ambientais, a diversidade das formas de produção, suas trajetórias e seus modos de vida, dado que os/as agricultores/as familiares associam várias estratégias, como: a diversificação da produção; a agregação de valor dos produtos por meio do processamento; os diversos meios de comercialização; o aumento da escala de produção ou da produtividade de atividades específicas; a produção para autoconsumo; as formas educacionais; a estrutura fundiária, a adoção de pluriatividade etc. (SANTANA et al., 2013).

## **Valorização dos saberes populares**

Os saberes e o jeito de fazer das famílias mantidas por gerações colaboram para que os/as camponeses/as saibam melhor conviver com os diferentes biomas, suas características naturais e adversidades, no semiárido, por exemplo. O sertanejo é um profundo conhecedor dos ciclos naturais e das condições climáticas e geomorfológicas do semiárido numa vivência construída por meio da observação e da prática. Tais habilidades têm proporcionado manejar os recursos naturais e conseguir produzir, ainda que com todas as intempéries deste sistema. Esse conhecimento permite a convivência com a seca e suas particularidades, sabendo o que, como, onde e quando plantar para cultivar seus alimentos, de acordo com o ambiente natural, buscando aproveitar todas as suas potencialidades (SOUZA; TAVARES, 2017). No Sul, os Caiçaras, muitas vezes, são considerados, como aqueles responsáveis pela conservação e preservação da Mata Atlântica (ADAMS, 2002).

A aquisição de um alimento artesanal, por exemplo, um queijo coalho no Nordeste, uma farinha do Pará no Norte ou uma erva mate no Sul é mais do que a compra de um produto diferenciado, é um ato cultural, repleto de representações e signos, de uma volta ao passado, à infância, à valorização de um modo de vida e o resgate do sentido de pertencimento àquele meio. Em face disso, reconstroem-se vínculos de pertencimento à cultura, à valorização do saber fazer dos agricultores, despertando a elevação da autoestima, contribuindo para o fortalecimento da identidade sociocultural por meio da produção de alimentos (PICOLOTTO; BREMM, 2016).

## **O Feminino/feminismo**

O debate sobre o papel da mulher na sociedade é amplo e repleto de divergências, contudo, essa discussão tem evoluído de modo a incluir e tornar visível a realidade e as demandas do trabalho das mulheres no campo e nossa participação histórica no desenvolvimento dos sistemas alimentares. O movimento feminista sofreu e sofre uma constante demonização realizada pelas sociedades patriarcais e machistas, não reconhecendo o papel fundamental das mulheres, desde a invenção da agricultura, da colheita e propagação de sementes, da proteção e salvaguarda da biodiversidade e dos recursos genéticos. É preciso sensibilidade para enxergar-nos como um dos principais pilares afetivos e éticos de nossa sociedade (VIA CAMPESINA, 2022).

Após analisar a diversidade de tarefas realizadas por mulheres sitiantes paulistas tanto no âmbito da casa, como na área agrícola, sendo que algumas dessas tarefas são bastante

pesadas, De Moraes Silva, De Melo Melo e De Moraes (2016), concluíram que o trabalho “leve”, logo, de baixa remuneração, o é assim considerado não em função de suas próprias características, “mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho”. A força de trabalho das mulheres na agricultura familiar, ainda que responsável pelos trabalhos essenciais para o desenvolvimento da produção, constantemente é apresentado como aquela força tão somente ligada às atividades consideradas “reprodutivas” da família, do cuidado da casa e dos/as filhos/as, assim, desobrigando às famílias de contratar os serviços externos de outras pessoas para as atividades laborais dos sitiantes.

Em estudo acerca da produção leiteira, onde o processo de naturalização do feminino impõe dupla marginalização, seja enquanto mulheres e enquanto produtoras, as razões são: I. possuir habilidades para desenvolver tarefas que requerem flexibilidade e suportar desconfortos; II. “aceitar” remuneração relativamente inferior àquela auferida pelos homens; III. serem portadoras da “docilidade” típica feminina, esse conjunto de características constituídas socialmente tem contribuído para a desqualificação do papel social das mulheres no campo (PAULILO, 1987; NOBRE, 1998; PAULILO, GRANDI, SILVA, 2000).

Segundo De Moraes Silva, De Melo Melo e De Moraes (2016), não se trata apenas de reconhecer a pluriatividade das atividades exercidas pelas mulheres, mas de entender que as atividades femininas, além de cumprirem um papel preponderante à reprodução econômica e social do estabelecimento agropecuário, impedem que os excedentes sejam apropriados pelos agentes do mercado financeiro e comerciantes, havendo não apenas a reprodução simples, também a possibilidade da reprodução ampliada da unidade de produção. E mais, a reprodução econômica garante a reprodução social, barrando a venda ou o arrendamento da terra para as usinas canavieiras.

## **Extensão Rural**

Frente à discussão dos CCCs estendida à agroecologia, a extensão rural tem sido um gargalo face ao incentivo ou às políticas destinadas a expansão da produção agroecológica, pois são poucos os extensionistas capacitados na produção agroecológica e, os poucos existentes, muitas vezes, estão incumbidos da tarefa da gestão do estabelecimento rural e da organização da comercialização e dos consumidores. Além disso, sabe-se que essas atividades ainda são mais difíceis de serem administradas pelos/as agricultores/as, pois eles estão com toda a energia voltada à produção, até porque historicamente desenvolveram essa atividade. Logo, o processo produtivo permanece sob a responsabilidade dos/as agricultores e, muitas vezes, quando há

técnicos/as extensionistas, esses colaboram com as etapas da comercialização, planejamento e organização do estabelecimento agropecuário (DE OLIVEIRA ALVES et al., 2019).

## **Campo e cidade**

O debate em torno da relação campo e cidade afasta-se da mera discussão de espacialidade, das formas de organização socioespaciais desses territórios, e da materialidade de atividades econômicas, sociais e políticas para prevalecer, consoante Rabelo, Silva e Negrão (2019):

O entendimento de que a relação cidade e campo está pautada pela dinâmica de classe da classe trabalhadora, ou seja, o sentido desta relação recai sobre os sujeitos que vivem do trabalho (tanto na cidade quanto no campo), que, a partir de suas experiências enquanto sujeitos e das trajetórias vividas, reconfiguram suas estratégias de vida e organização do trabalho, se organizando socioespacialmente de acordo com suas necessidades. Prevalece, ainda, a solidariedade de classe, que aproxima os trabalhadores do campo ao trabalhador da cidade por meio da produção e consumo de alimentos (RABELLO; SILVA; NEGRÃO, 2019, p. 75).

Incidindo, portanto, a relação trabalho enquanto sujeitos que vivem do trabalho, quer seja no campo, quanto na cidade, e essa relação é pautada em outros vínculos que não estão relacionados à espacialidade ou à posse do pequeno estabelecimento, mas à identidade de classe.

Nas feiras livres, a relação campo e cidade tem sido importante à consolidação desse vínculo, criando uma interação direta entre o/a produtor/a e o/a consumidor/a, relação essa que tem sido cada vez mais valorizada pelo/a consumidor/a. E desde sempre relevante e prestigiada pelo/a produtora, fundamentalmente sob o ponto de vista do trabalho, já que a maioria dos/as feirantes comercializa produtos oriundos da sua própria produção.

## **Resistência ao modelo do agronegócio**

A agroecologia emerge a partir de um modelo insustentável de produção agrícola. O agronegócio, ou produtor de *commodities*, analisado sob o ponto de vista do ideário liberal, travestido de modernidade, encarado de maneira pontual e fragmentada, a partir de indicadores de desempenho, sem a devida reflexão do papel do Brasil no cenário mundial, ocultando o atraso e os efeitos perversos dele decorrentes, como, a concentração da terra, o êxodo rural, o desemprego manifestado pela conseqüente violência nos centros urbanos, mostra a insustentabilidade do agronegócio como modelo de desenvolvimento social e econômico no campo brasileiro. Organizado de tal modo, que para evitar ameaças por parte da sociedade

organizada, empresários e governo se unem para garantir a manutenção e ampliação da margem de lucro ou acumulação de capital por meio das reformas trabalhistas, flexibilização e precarização do trabalho, além da exploração absoluta da mais-valia. Setores sociais vinculados aos/as agricultores/as familiares têm alertado para os inúmeros malefícios do agronegócio. Por exemplo, o mau uso do solo, comprometendo a sustentabilidade dos demais recursos naturais, como a água, as matas e a biodiversidade como um todo. O modelo está associado à precarização do trabalho, à desconstrução do estatuto do trabalhador assalariado no campo, gerado a partir das inúmeras lutas dos trabalhadores rurais. Assim, paulatinamente o trabalho vivo vai sendo denotado não mais como um elemento fundamental à ampliação dos níveis de acumulação, dessa forma, perdendo espaço na composição orgânica do capital (DE SOUZA, 2009).

De Souza (2009) questiona o modelo de produção do agronegócio sob diversos aspectos, uma vez que o modo de produzir padronizado do pacote tecnológico faz desaparecer elementos da cultura, correspondentes à identidade e patrimônio cultural de alguns grupos sociais que param de produzir e consumir determinados alimentos, havendo perda de saberes e fazeres, de laços construídos ao longo da história. Assim, grupos são desfeitos, individualizando as formas de produção e reprodução da vida, esvaecendo a essência da solidariedade entre os povos do campo.

### **Recursos naturais – terra**

Para os agricultores, a terra diz respeito à constituição coletiva e complexa, além do visível, do tocável. Para eles/as, a terra está associada ao mundo imaterial e simbólico dos elementos culturais e dos valores transmitidos pelos ascendentes impregnados nas práticas individuais e coletivas. O trabalho e a terra são identificados como valores de distinção e honra. O amor a terra reflete o significado dela, não como mercadoria, mas como valor simbólico, fruto e reflexo da busca dos/as agricultores/as para sobreviverem, criarem os filhos e filhas, e conseguirem, por meio dela, as condições necessárias à manutenção da vida. Amar a terra (enquanto conjuntos dos elementos naturais constituintes) é um aprendizado transmitido de geração a geração, intensificando-se ao longo da vida, é elemento indenitário do/a agricultor/a, é figura de valor, um símbolo socialmente apreendido, transmitido por gerações (DE MORAES SILVA; DE MELO MELO; DE MORAES, 2016).

Finalmente, a valorização dos produtos da agricultura familiar não aconteceu por acaso, ela foi uma construção planejada dos/as atores/atrizes envolvidos/as. Decerto que

enfrentaram e enfrentam muitos problemas, em razão do tecido social que nos encontramos. Contudo, os/as agricultores/as produzem ao mesmo tempo em que buscam mercados para destinarem e comercializarem seus produtos e como construção coletiva e de aprendizado, são processos de tentativa e erro<sup>50</sup>, assim, vão experimentando uma nova reconfiguração da relação produtor/a-consumidor/a: a venda direta. Desse modo, adaptando-se, ajustando-se, remodelando-se e recriando novas habilidades sociais, reconstituindo-se em novos laços estabelecidos entre produtores/as e consumidores/as.

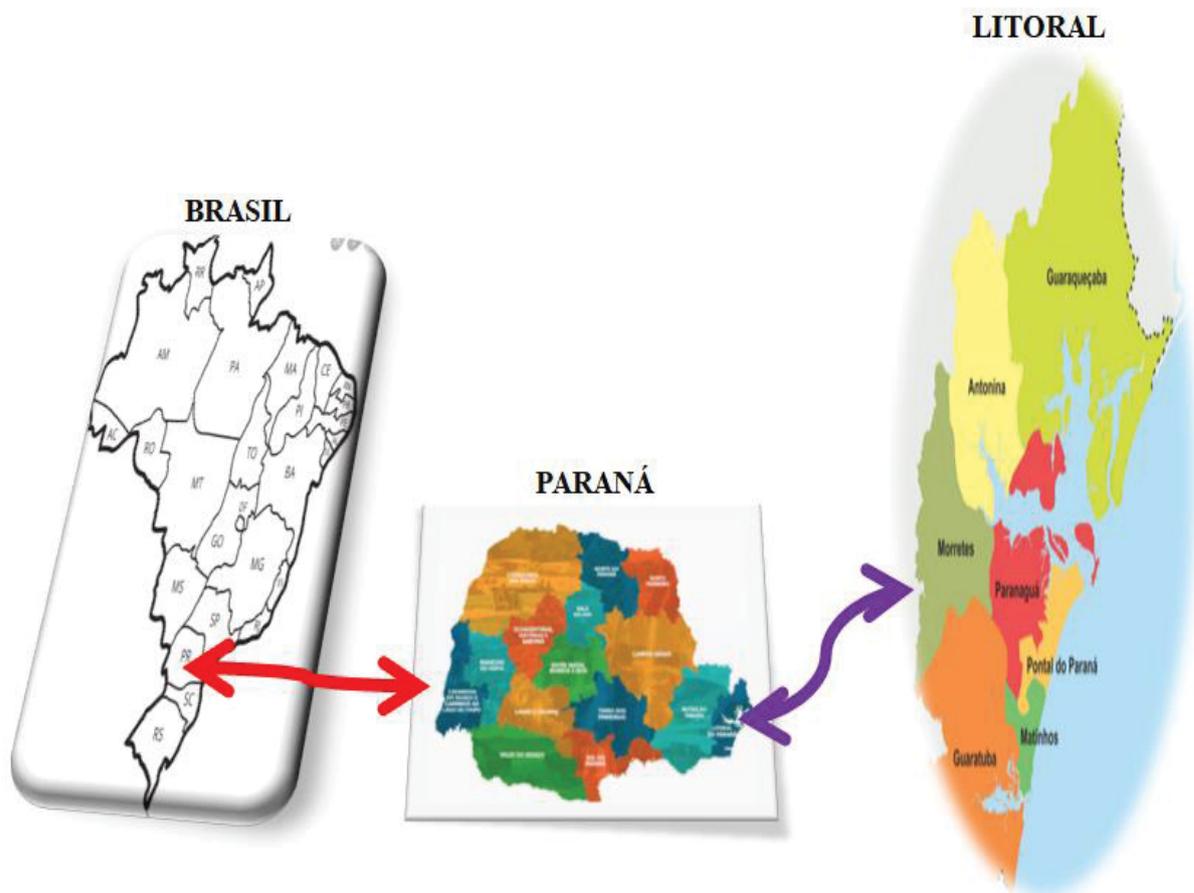
A investigação ocorre e percorre o litoral paranaense e, para isso, é preciso conhecer um pouco da história e os dados da agricultura familiar desse espaço, de maneira que o alicerce da pesquisa seja posto em terreno explorado. A Figura 7 mostra a espacialização do litoral do Paraná nos mapas do Paraná e Brasil.

---

<sup>50</sup> Tentativa de resgatar ou preservar a tradição envolvendo a organização do presente em relação ao passado com o objetivo de modelar o futuro. É uma forma de racionalizar elementos da tradição do passado, no presente, constituindo o futuro, de maneira a encontrar respostas às questões socioambientais, à geração de alternativas de renda e a criação de novos canais de mercados possibilitando outras relações entre agricultores e consumidores.

## CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL

FIGURA 7 - ESPACIALIZAÇÃO DO LITORAL NO CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL



*[...] Que seja inverno ou istio,  
Se tratando de adjunto,  
Um dos animado assunto,  
Se as cabôca em desafio  
Pilando o arroz e o mio  
Na mais doce animação  
Joga tum-tum no pilão  
De madeira jatobá;  
Tum Tum Tum, Tum TumTum pá!  
É coisa do meu sertão [...]*

Patativa do Assaré

## 6 O TERRITÓRIO DA PESQUISA - LITORAL DO PARANÁ – DESENCONTROS E ENCANTOS DE INUMERÁVEIS RIQUEZAS

### 6.1 Os Europeus no litoral e as frentes pioneiras

Quando os portugueses chegaram nesse espaço denominado, posteriormente, litoral paranaense, entre final do século XVI e início do século XVII, aqui se encontravam os tupis-guaranis. Eles estavam instalados às margens das baías e na foz de grandes rios, onde tinham acesso aos recursos naturais dos ecossistemas estuarinos e florestais. Deslocavam-se de acordo com a carência de alimentos do local, fabricavam seus instrumentos de trabalho e viviam da caça, pesca e coleta de alimentos para a subsistência. Cultivavam mandioca "amarga", milho, mandioca "doce", pimentão, cabaça, abacaxi, tabaco etc. Utilizavam o sistema de corte e queima para plantar, com posterior pousio (MIGUEL, 1997).

Antes do século XIX, referir-se a uma entidade sociopolítica chamada "Paraná" é um equívoco, uma vez que esse espaço geográfico é uma realidade administrativa que foi se modificando ao longo da história do Brasil (NADALIN, 2001). Apenas uma pequena parte do Paraná atual era oficialmente portuguesa até os tratados de 1750 e 1777 (MARTINS, 1995), conforme os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, respectivamente.

As três frentes pioneiras que deram ao Paraná a completa ocupação de seu território ficaram historicamente conhecidas como: I. Frente pioneira do *Paraná Tradicional*, que avançou do litoral até o planalto de Curitiba e, em seguida, aos campos gerais e aos campos de Guarapuava, a frente pioneira da *região Norte*; e II. A frente pioneira da *região Sudoeste* (PROCÓPIO, S/D).

Os caminhos para o litoral paranaense eram primitivamente percorridos entre Cananéia e a ilha de Superagui pelo canal do Ararapira. Os primeiros registros escritos foram elaborados pelo marinheiro alemão Hans Staden, o primeiro europeu a citar a ilha de *Suprawai* (Superagui), aonde chegou em 1549, fugindo de uma tempestade. Ao chegar, Staden já encontrou os portugueses vindos de Cananéia (STADEN, 1999). Conforme Maack (1968) até o começo do século XVII, o topônimo Superagui foi mais frequente que o topônimo Paranaguá nos relatos de viagens e nos mapas produzidos no início da ocupação portuguesa.

Contudo, Picanço e Mesquita (2012), apresentam outra versão. Para eles, desde o início da ocupação e colonização portuguesa, inclusive anteriormente, o planalto curitibano era um território de passagem, que comunicava o litoral pelo vale do Ribeira e, secundariamente, pelos vales dos rios Itapocu e Itajaí, com o interior do continente, contrariando a versão anterior e assinalando outra narrativa, de que os movimentos iniciais de ocupação foram realizados através do planalto curitibano e não pela baía de Paranaguá, o que implicou numa evolução diferente para cada região.

De acordo com esse entendimento, o planalto curitibano configurou seu povoamento inicial principalmente através dos caminhos do vale do rio Ribeira. Esse era, durante boa parte

do século XVII, o melhor caminho entre o planalto e a marinha. Por exemplo, João Manuel França, último capitão-mor da Capitania de Paranaguá, pagava em Iguape – e não em Paranaguá – o imposto do quinto sobre o ouro que extraía de Itambé, nas proximidades do atual Campo Largo (PICANÇO; MESQUITA, 2012). Uma vez que essa caracterização do litoral não tem por finalidade discutir as diferentes correntes históricas, contudo dispôs, a título de exemplo, divergências entre historiadores e histórias, sob diversos aspectos. Logo, para um melhor conhecimento sobre o tema, é necessário adentrar pela história de ocupação desse espaço rico, denominado litoral paranaense.

## **6.2 Aluviões auríferas e “ocupação” do litoral paranaense**

Segundo Serra (1992) a ocupação do litoral paranaense pelos mineradores paulistas – os vicentinos – ocorreu durante o século XVII, iniciando a primeira fase comercial do Litoral, explorado às margens da baía de Paranaguá. No local, encontraram aluviões auríferas nos córregos e rios que descem da serra do mar. Nos anos de 1630-1640 formavam os primeiros arraiais da região, sendo o principal deles o que se tornaria a cidade de Paranaguá.

Conforme Wachowicz (2016), o litoral do Paraná só se tornou atrativo à ocupação após a difusão da notícia de existência de ouro na região ribeirinha. No entanto, devido ao rápido esgotamento do ouro, restaram dessa fase pioneira de expansão alguns núcleos populacionais esparsos, os quais começaram a se fixar no litoral e no planalto de Curitiba.

Para Papy (1952), os trabalhadores da mineração, após o declínio da exploração aurífera, no início do século XVIII, sem opção de trabalho, direcionaram-se para a agricultura, a exploração dos recursos florestais, a pesca e alguns outros ofícios. A produção agrícola destinava-se principalmente ao autoconsumo e, em menor grau, ao abastecimento do mercado regional e, dessa forma, mantiveram-se por um longo período. Entretanto, a acumulação de capital e dos meios de produção durante o período do ouro, parece ter desempenhado um papel fundamental na formação e estratificação social nessa sociedade, que a partir do final do século XVIII, devido a crises no abastecimento dos mercados mundiais com café, açúcar e arroz, criaram-se as condições para a produção desses produtos no Brasil, fazendo com que a produção agrícola fosse direcionada para o abastecimento do mercado mundial.

Nesse período, a região litorânea paranaense já se constituía com uma vantagem notável em consequência da proximidade com os portos marítimos do próprio Paraná e de outras regiões como São Paulo. Todavia, quem possuía as condições de se beneficiar dessa circunstância eram aqueles que haviam acumulado no período anterior de extração do ouro

(PAPY, 1952). Ao longo de sua história, o litoral passou por diversos ciclos econômicos com períodos de prosperidades e depressões (ZANETTI et al., 2011).

### 6.3 Questão Agrária

A questão agrária foi e é um elemento relevante na construção das desigualdades sociais dos/as agricultores/as da região litorânea. O processo de legislação fundiária instalado, primeiro pelas sesmarias<sup>51</sup> e, posteriormente, com a criação da Lei de terras, em 1850, esses dois instrumentos se mostraram suficientes para o agravamento do desequilíbrio social local. A Lei de terras foi deficiente para lidar com os graves problemas fundiários na região, em razão de limitar a regularização fundiária a cerca de duas vezes a área agrícola efetivamente cultivada, sem levar em conta áreas abandonadas no momento da rebrota. As áreas agrícolas regularizadas eram menores do que os espaços agrícolas realmente necessários e, geralmente, a regularização era realizada em torno das habitações. A maioria das parcelas e florestas mais distantes usadas para coletar e explorar seletivamente certos recursos florestais permaneceu como posse ou áreas devolutas. Além do mais, o processo de regularização fundiária exigia que os agricultores contassem com um grau de organização junto à administração local e investimentos de capital para a regularização. Requerer a compra da terra e multiplicar os requisitos necessários à regularização fundiária de "posses", tais mecanismos apresentaram-se como obstáculos quase intransponíveis para os pequenos posseiros da região, agravados pela continuação do crescimento populacional regional, e conseqüentemente do número de camponeses e escravizados (MIGUEL, 1997).

Assim, o litoral foi se alterando e se constituindo ao longo de sua história. Para Marchioro (1999), um fato importante que influenciou a questão agrária local foi a política de assentamento de colonos europeus, não portugueses, no século XIX. Os projetos de assentamentos eram realizados por empresas colonizadoras que, em troca, recebiam terras do governo da província do Paraná em colaboração com o governo imperial. Muitos dos colonos tiveram dificuldades de adaptação, mudando-se para a região do Primeiro Planalto e, aqueles

---

<sup>51</sup> O processo de apropriação de grandes porções de terra na região iniciou-se, desde muito cedo, em 1614, Diogo de Unhate requereu e obteve uma sesmaria, localizada entre os rios Ararapira e Superagui, região de Paranaguá. Não obstante, é bastante duvidoso que Unhate realmente houvesse tomado posse de sua sesmaria, uma vez que ele morava em Santos em 1636 e foi um dos fundadores de São Sebastião (Martins, 1995; SERRA, 1992). Diogo de Unhate foi escrivão da Câmara de São Paulo lavrou o auto de compromisso da expedição contra os índios carijós no litoral paranaense, para justificar ser merecedor de sesmaria, alegou as batalhas que tivera na captura de índios no litoral (MARTINS, 1944).

que permaneceram, absorveram muitos dos valores e características culturais das populações caiçaras<sup>52</sup> (BORSATTO, 2007).

Conhecer a estrutura fundiária local é uma das dificuldades encontradas na regularização fundiária. De acordo com o censo agropecuário 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiram-se as áreas dos estabelecimentos em seis tipologias para nomear a área total dos estabelecimentos, sendo: própria, concedida, arrendada, em parceria, em regime de comodato e ocupadas.

De acordo com a metodologia empregada pelo IBGE para compor a área do estabelecimento agropecuário, não foram formuladas perguntas diretas, e a condição do produtor em relação às terras do estabelecimento fora obtida por meio da composição da área do estabelecimento, desse modo, era o próprio produtor quem informava o tamanho da terra, seja ela própria, arrendada, em parceria, ou ocupada, área pela qual o produtor não pagava pelo seu uso. Conhecer a real situação agrária e agrícola do litoral do Paraná é uma tarefa difícil e requer projetos públicos destinados à identificação.

Os meios de produção são elementares à promoção da produção, como se pode pensar e propor políticas públicas ou organização da produção, se não se conhece a situação real do local, quem são os proprietários dos meios de produção, como foram constituídos. A regularização fundiária requer empenho a curto, médio e longo prazo para sanar essa lacuna na produção e desenvolvimento local e regional.

#### **6.4 Outros usos e antropização**

A partir da década de 20, o litoral paranaense foi sendo ocupado para as férias de verão, com propósito recreativo e por residências não primárias. Após 1950, esse uso se intensificou, devido aos vários canais dragados para melhorar a navegação, o que tornou as terras mais secas deixando a orla marítima com praias mais arenosas. Os processos antrópicos na zona costeira do Paraná estão relacionados à agricultura, geração de energia, atividades portuárias, turismo e recreação (ANGULO; DE SOUZA; NOERNBERG, 2020).

---

<sup>52</sup> O Caiçara é a denominação atribuída aos povos das comunidades tradicionais do litoral, que fora se constituindo ao longo deste processo de ocupação (ADAMS, 2002). Maiores informações ver o debate em torno da identidade caiçara: exclusão histórica e socioambiental, em que é apresentado o processo pelo qual a concepção à identidade Caiçara, vai se modificando de acordo com o momento histórico, da autora acima identificada e de outros muitos como Antônio Carlos Diegues.

O litoral paranaense é tão rico do ponto de vista dos recursos biológicos que nele estão incluídas três dos cinco patrimônios nacionais do meio ambiente, segundo a CF<sup>53</sup>, a saber: Mata Atlântica, Serra do Mar e Zona Costeira. De acordo com Diegues (2012), essa diversidade ecológica é mais conhecida do que a diversidade de comunidades e de povos que se constituem neste espaço.

Entre as mudanças de rumos desta pesquisa, inicialmente, planejou-se pesquisar um dos maiores problemas do litoral: as questões socioambientais, fundamentalmente, aquele mais recorrente citado pelos/as agricultores/as familiares, a reprodução de uma narrativa, que no momento atual da história brasileira está cada vez mais presente e fortalecida, para a região Amazônica, em razão da sua representatividade diante do tema, ela tem se manifestado mais intensamente. Aquela de que o impedimento ao processo, por conseguinte, do desenvolvimento econômico: são as leis ambientais restritivas, que faz com que agricultores/as e a população em geral sejam impedidas de produzir, pois as florestas, visto que não é analisada sua contribuição para os ciclos das águas, do ar e da biodiversidade, é um problema<sup>54</sup>.

Conforme Estades (2003), ainda que haja muitas Normas de proteção à natureza, elas têm sido ineficazes para evitar os crescentes impactos ambientais, ou seja, as legislações criadas para evitar os impactos ambientais não têm surtido o efeito esperado.

De acordo com Rodrigues (2002), cerca de 80% do litoral paranaense está inserida em Unidades de Conservação (UCs), essa característica tem exercido grande influência sobre sua história e dinâmica social. Miguel e Zanoni (1998) destacam que a região apresenta importante cobertura vegetal e ecossistemas variados, porém, diante do desmatamento e degradação dos ecossistemas, dos conflitos, tanto fundiários, quanto aqueles que dizem respeito à utilização dos recursos naturais, em 1985, a totalidade da área do litoral fora instituída como APA.

Além de uma importante cobertura florestal, o litoral do Paraná apresentava ecossistemas naturais bastante variados: seus mangues figuram entre aqueles de melhor conservação no Brasil, e o estuário era considerado como um dos principais do mundo em termos de produtividade primária. A aceleração do processo de desmatamento das áreas de Mata Atlântica e de degradação dos ecossistemas de estuário e a eclosão de numerosos conflitos, tanto fundiários como relativos a utilização dos recursos naturais, fizeram com que, em 1985, a totalidade do litoral norte do Paraná, fosse classificado como "área de proteção ambiental" pelo Ministério do Meio Ambiente (MIGUEL; ZANONI, 1998, p. 180).

---

<sup>53</sup> Art. 225. PARÁGRAFO QUARTO, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988).

<sup>54</sup> Contudo, foram identificadas questões que seriam muito difíceis para continuar com a pesquisa, portanto, alterando a direção.

Este estudo, no momento, não teria condição de afirmar se a totalidade, em razão de não encontrar material suficiente para confirmar, contudo, a partir de *shape* do observatório do litoral paranaense, construiu-se a Figura 8. Por meio dela, é possível identificar que a maior área do litoral é composta por UCs. Entre elas, APA. Conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no artigo 15, tem-se:

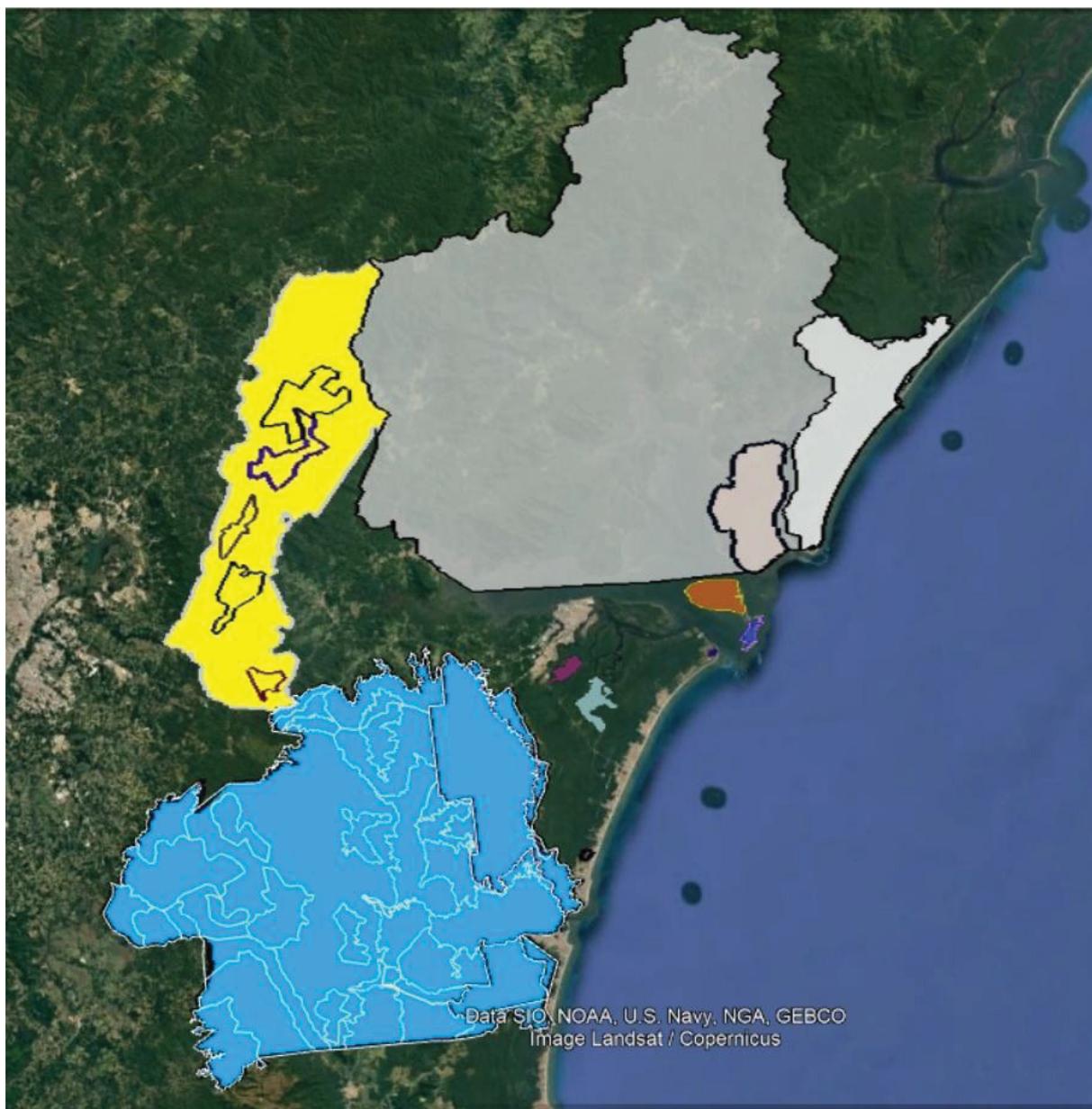
A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000. Art. 15).

Nessas áreas é possível a conciliação das atividades da produção, desde que observados alguns parâmetros que garantam a permanência dos ciclos naturais ou ecossistêmicos. Em Guaratuba, por exemplo, 99,2% de seu território pertence à APA de Guaratuba (GOVERNO DO PARANÁ, 2006). Apenas a área urbana do município não pertence à UC. Contudo, se a agricultura familiar no município não é expressiva, ela não se pode atribuir, necessariamente, à legislação ambiental, já que Guaratuba é o maior produtor de Banana<sup>55</sup> do Estado do Paraná (DA ROCHA et al., 2013). A Figura 8 mostra as UCs da região litorânea.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Em-Guaratuba-mar-verde-de-bananas-gera-renda-no-Litoral-e-supera-desafios>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FIGURA 8 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Elaborado pela autora (2022), a partir de shape do laboratório do litoral paranaense/UFPR<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> As grandes áreas destacadas são APAs. APA Federal de Guaraqueçaba (cinza), APA estadual de Guaratuba (azul) e APA da serra do mar (amarela). No interior delas, contém parques e estações ecológicas. Neste mapa (Parque Estadual – PE – do Boguaçu, PE do Pau Oco, PE Engenheiro Ribas Lange, PE da Graciosa, PE do Pico do Marumbi, Parque Nacional Saint-Hilari Lange, e PE Pico do Paraná). Além do Parque Natural Municipal do Manguezal, Estação Ecológica Estadual (EEE) – de Guaraguaçu, EEE da Ilha do Mel, Parque Florestal do Rio da Onça, Parque Nacional de Superagui Parque Estadual Ilha do Mel e Floresta estadual do Palmito, fora das APAs nas pequenas áreas demarcadas.

De acordo com a Figura 8, as áreas em cinza, amarelo e azul são APAs. No interior dessas áreas, conforme delimitados, anteriormente, existem parques<sup>57</sup>. Contudo, as próprias características geomorfológicas existentes nas áreas como as da serra do mar, os limites impostos na Lei da Mata Atlântica e demais áreas sensíveis, como manguezais, conduz-nos para que nessas áreas o manejo tenha um tratamento especial. A área verde, ao centro, cujo *download* realizado a partir dos *shapes* do laboratório do litoral paranaense/UFPR, não consta como UC. Portanto, de acordo com tal informação, a manifestação realizada por Miguel e Zanoni (1998) não conduziria com a realidade atual das UCs do litoral paranaense.

As características naturais do litoral, as quais poderiam ser usufruídas como um capital natural, do ponto de vista ao melhor aproveitamento do seu leque de potencialidades, por exemplo, do turismo, da produção agroflorestal, da pesquisa, da agroecologia etc. têm encontrado espaço cada vez maior para o conflito. Decorrendo as consequências como os desmatamentos, as ocupações irregulares, as poluições, entre outros. Aproveitar sua aptidão é um grande passo na direção da harmonização sociedade e natureza. Desmatar uma área declivosa para cultivar determinados alimentos é incompatível com a produtividade, e consequentemente com a sustentabilidade dessa região.

## 6.5 Agricultura familiar no litoral

Esta pesquisa é situada no terreno da agricultura familiar agroecológica, logo, se faz necessário desenvolver a compreensão de agricultura familiar de referência. Isso posto, neste trabalho, quando se menciona a terminologia agricultura familiar, ela abarca de modo amplo, sem especificar todas as diferenças conceituais que há em cada uma das designações que envolvem a pequena produção familiar, a agricultura caipira, cabocla, camponesa, entre outras denominações, historicamente bloqueadas pelo modelo hegemônico. Tratada tanto na esfera da ação pública quanto em parte da produção acadêmica, como inexpressiva e marginal em diversos setores econômicos e políticos do Brasil (FERREIRA; ZANONI, 1998).

A agricultura familiar, enquanto diversidade de produção e da renda, segundo Villwock e Perondi (2016), em referência à pesquisa de Wanderley sobre o mundo rural, como um espaço de vida:

[...] a produção familiar que se reproduz nas sociedades modernas representa um novo agente social e que, do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos

---

<sup>57</sup> Esses sim pertencem ao grupo das Unidades de Proteção Integral, tendo como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Esse entendimento passa a ser flexibilizado e tem sido permitida a permanência por comunidades tradicionais.

recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro (VILLWOCK E PERONDI, 2016, p. 220).

Esse agente social, com suas multiplicidades de estratégias e valorização dos recursos de que dispõe nos seus estabelecimentos agropecuários por todo o país, de maneira a retirar deste espaço o sustento e a garantia da reprodução familiar.

A importância de se destacar essa conjuntura é exprimir que o debate da agroecologia, da sustentabilidade ou da reprodução social, sem mencionar os meios de produção necessários à garantia da produção, torna-se uma discussão infrutífera, e a terra é a base central da produção e sobre estão diversos recursos naturais essenciais à produção e à manutenção da vida.

Segundo os dados dos censos agropecuários do IBGE, buscou-se identificar as mudanças ocorridas no número e na área dos estabelecimentos, especialmente da categoria 0 a 100 hectares (agricultura familiar) nos cinco municípios trabalhados na pesquisa. Nas Tabelas de 3 a 6, são mostrados e comparados os dados dos censos de 2006 e 2017.

TABELA 2 - CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006 POR MUNICÍPIO DO LITORAL

Censo - 2006					
Municípios	Categorias de análise	Nº de estabelecimentos	% sobre o nº de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	% sobre a área dos estabelecimentos
Antonina	0 - 100 ha	292	89,02	4.126	19,89
	100 - 1000 ha	33	10,06	9.529	45,94
	Acima de 1000 ha	3	0,91	7.088	34,17
<b>TOTAL</b>		<b>328</b>	<b>100,00</b>	<b>20.743</b>	<b>100,00</b>
Guaratuba	0 - 100 ha	310	94,51	4.285	18,47
	100 - 1000 ha	12	3,66	2.480	10,69
	Acima de 1000 ha	6	1,83	16.435	70,84
<b>TOTAL</b>		<b>328</b>	<b>100,00</b>	<b>23.200</b>	<b>100,00</b>
Matinhos	0 - 100 ha	14	82,35	43	2,61
	100 - 1000 ha	3	17,65	1.607	97,39
	<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>100,00</b>	<b>1.650</b>	<b>100,00</b>
Morretes	0 - 100 ha	657	96,48	10.894	75,76
	100 - 1000 ha	22	3,23	x	x
	Acima de 1000 ha	2	0,29	x	x
<b>TOTAL</b>		<b>681</b>	<b>100,00</b>	<b>14.380</b>	<b>75,76</b>
Paranaguá	0 - 100 ha	284	98,61	1.718	57,34
	100 - 1000 ha	4	1,39	1.278	42,66
	<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>100,00</b>	<b>2.996</b>	<b>100,00</b>

TABELA 4 - Nº TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NO CENSO DE 2006

TOTAL GERAL - CENSO 2006			
Litoral do PR	0 - 100 ha	1557	94,82
	100 - 1000 ha	74	4,51
	Acima de 1000 ha	11	0,67
<b>SUB-TOTAL</b>		<b>1642</b>	<b>100,00</b>
<b>Total geral com a diferença de Morretes</b>		<b>59.483</b>	<b>94,46</b>
			<b>5,54</b>

Elaboração própria (2022). A partir dos censos agropecuários de 2006 e 2017 – IBGE.

#### Legendas

(-) Zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento, por exemplo, em determinado município não existem pessoas de 14 anos de idade sem instrução.

(X) Valor inibido para não identificar o informante, por exemplo, só há uma empresa produtora de determinado produto.

TABELA 3 - CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017 POR MUNICÍPIO DO LITORAL

Censo - 2017					
Municípios	Categorias de análise	Nº de estabelecimentos	% sobre o nº de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	% sobre a área dos estabelecimentos
Antonina	0 - 100 ha	271	89,74	3.599	20,76
	100 - 1000 ha	29	9,60	11.534	66,54
	Acima de 1000 ha	2	0,66	2.200	12,69
<b>TOTAL</b>		<b>302</b>	<b>100,00</b>	<b>17.333</b>	<b>100,00</b>
Guaratuba	0 - 100 ha	355	94,41	4.989	19,81
	100 - 1000 ha	17	4,52	4.499	17,86
	Acima de 1000 ha	4	1,06	15.702	62,33
<b>TOTAL</b>		<b>376</b>	<b>100,00</b>	<b>25.190</b>	<b>100,00</b>
Matinhos	0 - 100 ha	6	100	88	100,00
	<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>88</b>	<b>100,00</b>
	Morretes	0 - 100 ha	498	94,68	5.084
100 - 1000 ha		28	5,32	5.098	42,70
<b>TOTAL</b>		<b>526</b>	<b>100,00</b>	<b>11.939</b>	<b>85,28</b>
Paranaguá	0 - 100 ha	132	96,35	1.725	69,73
	100 - 1000 ha	5	3,65	749	30,27
	<b>TOTAL</b>	<b>137</b>	<b>100,00</b>	<b>2.474</b>	<b>100,00</b>

TABELA 5 - Nº TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREAS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NO CENSO DE 2017

TOTAL GERAL - CENSO 2017			
Litoral do PR	0 - 100 ha	1262	93,69
	100 - 1000 ha	79	5,86
	Acima de 1000 ha	6	0,45
<b>SUB-TOTAL</b>		<b>1347</b>	<b>100,00</b>
<b>Total geral com a diferença de Morretes</b>		<b>57.024</b>	<b>3,08</b>

De acordo com as Tabelas de 3 a 6, nota-se a representatividade da agricultura familiar, frente ao conjunto dos estabelecimentos dos municípios e suas mudanças. Isto é, ela é predominante enquanto número de estabelecimentos. Para a constituição da apresentação, uniram-se os estabelecimentos de 0 a 100 hectares<sup>58</sup>, tendo em vista a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º, considera agricultor familiar, aquele que preenche simultaneamente alguns requisitos, entre eles, não deter a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais<sup>59</sup>. Nesses municípios, o módulo fiscal é de 16 hectares<sup>60</sup>, portanto, somando um total de 64 hectares. Diante disso, considerou apresentar os estabelecimentos de até 100 hectares em uma mesma categoria, em razão de que eles estariam inseridos no campo da agricultura familiar.

Entretanto, reuniu-se em 03 categorias, a primeira já destacada, a segunda de 100-1000 hectares e a terceira acima de 1000 hectares.

Salienta-se que, na organização das tabelas, muitos dos dados não estavam dispostos<sup>61</sup>, fundamentalmente nas categorias acima de 1000 hectares. Desse modo, a montagem da tabela foi realizada por dedução.

### **Análise dos dados nos cinco municípios**

Em razão da tendência entre todos os municípios, ou seja, do predomínio dos estabelecimentos da agricultura familiar sobre o total dos estabelecimentos, e ao mesmo tempo da baixa representatividade sobre a área total dos estabelecimentos, apresenta-se o total geral do litoral.

Com base no censo de 2006 – Tabela 5 – observa-se que, enquanto os estabelecimentos de 0 a 100 hectares representavam 94,82% sobre o total dos estabelecimentos agropecuários, eles se apropriam de apenas de 33,45% do total da área dos municípios.

---

<sup>58</sup> O IBGE divide os estabelecimentos em 18 grupos por tamanho de área, Dispostas: **1.** mais de 0 a menos de 0,1 ha; **2.** de 0,1 a menos de 0,2 ha; **3.** de 0,2 a menos de 0,5 ha; **4.** de 0,5 a menos de 1 ha; **5.** de 1 a menos de 2 ha; **6.** de 2 a menos de 3 ha; **7.** de 3 a menos de 4 ha; **8.** de 4 a menos de 5 ha; **9.** de 5 a menos de 10 ha; **10.** de 10 a menos de 20 ha; **11.** de 20 a menos de 50 ha; **12.** de 50 a menos de 100 ha; **13.** de 100 a menos de 200 ha; **14.** de 200 a menos de 500 ha; **15.** de 500 a menos de 1.000 ha; **16.** de 1.000 a menos de 2.500 ha; **17.** de 2.500 a menos de 10.000 ha; e **18.** de 10.000 ha a mais. Além de um grupo de produtor sem área.

<sup>59</sup> Além de:

II - utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 1986).

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 27 fev. 2022.

<sup>61</sup> Havia o número total dos estabelecimentos, outras vezes o total da área dos estabelecimentos, nestas categorias (acima de 1000) continha o X (não identificar o informante), uma vez identificadas as categorias existentes, a diferença, compunham o quadro restante. Exceto o município de Morretes no censo de 2006.

Em 2017, os mesmos estabelecimentos (0-100 ha) reduziram-se tanto no total dos estabelecimentos agropecuários, 93,69%, quanto sobre a área ocupada, 27,16%, os municípios – Tabela 6.

O que mostra a concentração da terra no litoral do Paraná, em Guaratuba, por exemplo, em 2017, Tabela 4, a categoria acima de 1000 hectares detinha 04 estabelecimentos, porém acumulava mais de 60% sobre a área total dos estabelecimentos, enquanto a categoria 0-100 hectares mantêm 94,41% do total dos estabelecimentos, ela detém apenas 19,81% do total da área dos estabelecimentos agropecuários no município.

É preciso destacar o caso de Matinhos, o qual reduziu o número de todos os estabelecimentos e da área entre os censos de 2006 e 2017, Tabelas 3 e 4. O número de estabelecimentos de 0 a 100 ha foi reduzido em 57% entre os censos. E sobre a área total dos estabelecimentos a redução foi de 95%. Com as informações de que se dispõe, não é possível anunciar uma justificativa plausível, deixando aberto para investigações, bem como para as mudanças entre censos.

Em Morretes, no censo de 2006, Tabela 3, não foi possível realizar os mesmos procedimentos destinados aos outros municípios, em razão da letra X<sup>62</sup> está em categorias distintas. Dessa forma, os 24,24% da área dos estabelecimentos estão distribuídos entre as categorias 100-1000 ha e acima de 1000 ha. No censo de 2017, a questão foi: existem 14,72% da área total dos estabelecimentos que não consta em categoria alguma, pois na tabela original, os dados constam como – (zero absoluto). Se isso houvesse ocorrido no censo de 2006, poderia ser usada a explicação de que:

No Censo Agropecuário 2006, identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento, em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda aquela produção foi considerada como parte do estabelecimento, e todos os dados colhidos integraram o único questionário aplicado ao estabelecimento. Caso tenha sido informado que a administração da referida criação/ produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário foi aberto para o empregado, como se fosse um novo estabelecimento agropecuário, sendo nele registradas todas as características referentes e seus respectivos quantitativos, aplicando-se todos os parâmetros da pesquisa, e este produtor empregado foi considerado como um “**produtor sem área**” [...] Para o Censo Agropecuário 2017, não se abriu questionário para esse produtor empregado/morador, e toda a produção/criação referida a esta condição integrou o questionário do estabelecimento agropecuário (IBGE, 2017.grifo nosso).

Isso posto, essa diferença não é do produtor sem área e não se sabe como se chegou à área total sem especificá-la na apresentação dos dados do censo.

---

<sup>62</sup> Valor inibido para não identificar o informante, por exemplo, só há uma empresa produtora de determinado produto.

Em suma, é um campo que necessita ser explorado e entendido, de modo a termos elementos a propor mudanças. As informações ainda são confusas e, às vezes, antagônicas, contudo, é preciso que haja outros estudos, ou propostas de trabalho destinadas ao conhecimento da situação fundiária local. Isto requer planejamento, programas e políticas públicas que deem conta tanto da compreensão da situação, quanto ao fomento à justiça social que englobe o conjunto dos produtores rurais do litoral do Paraná.

### **Processamento de alimentos no litoral**

No intuito de diagnosticar o beneficiamento da produção, no litoral, os quais promovem agregação de valor na comercialização, foi construída uma tabela com dados importantes à análise.

Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural por unidades e tipologia, a Tabela 7 apresenta os seguintes dados.

TABELA 6 - QUANTIDADE DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL COM AGROINDÚSTRIA RURAL POR UNIDADES E TIPOLOGIA

Município	Total	Aguard. de cana	Café torrado em grão	Café torrado e moído	Doce e geleias	Farinha de mandioca	Fubá de milho	Legumes e verduras processa.	Licore	Manteiga	Melado vegetal	Óleos e vegetais	Pães, bolos e biscoitos	Polpa de frutas	Queijo e requeijão	Rapadura	Sucos de frutas	Carne de suínos (verde)	Carne de outros animais (verde)	Embutidos (linguiças, salsichas, etc.)	Carvão vegetal	Outros produtos	Goma ou tapioca
Antonina	41	2	-	1	11	12	-	5	1	-	2	1	-	5	2	-	-	2	6	-	1	4	-
Guaratuba	58	-	-	2	12	30	-	2	-	-	1	-	4	1	3	-	14	-	5	1	-	3	-
Matinhos	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morretes	72	2	1	5	12	7	-	9	2	-	2	-	-	5	10	-	3	1	15	-	-	13	1
Paranaguá	42	-	-	-	6	8	1	2	-	2	1	-	4	1	9	1	1	-	12	-	-	10	-
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>41</b>	<b>58</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>38</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>

FONTE: Elaborada pela autora (2022), a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 - IBGE.

São quantidades consideráveis, ou seja, 214 estabelecimentos agropecuários com agroindústria no litoral. Esses números e a realidade vivenciada apresentam diferenças visíveis. Pode ser que, de 2017 aos dias atuais, muitas mudanças houvessem ocorrido ou talvez a própria metodologia empregada pelo IBGE. Por exemplo, no município de Paranaguá, não consta nenhuma agroindústria com café torrado e moído, entretanto, foi visitada unidade de beneficiamento de café, entre outros casos.

De acordo com a Tabela 7, e a situação vivenciada pelos agricultores familiares, é possível inferir que, salvo raras exceções, essas agroindústrias não são regularizadas, deixando os/as agricultores/as em situação de clandestinidade, o que requer um olhar para os processos de comercialização e agregação de valor como estratégicos para a geração de renda.

Constituído os elementos necessários à pesquisa, o percurso metodológico é parte fundamental da caminhada, é o modo de fazer que permitirá obter o resultado esperado.

## 7 PERCURSO METODOLÓGICO

*Caminhante, não há caminho,  
o caminho se faz ao caminhar.*

Antônio Machado

Como parte da metodologia, faz-se necessário explicitar o ambiente acadêmico onde são dadas as ferramentas e a instigação para se constituir a pesquisa: o Made.

### 7.1 Um percurso pela turma XIII do Made

O PPGMade iniciou suas atividades no ano de 1993, em meio ao contexto de denúncia da crise ambiental que se manifestava na metade final do século XX (FLORIANI et al., 2011). Influenciado pela Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o debate em torno do tema meio ambiente e desenvolvimento ganha espaço na academia, na sociedade civil e no poder público. No meio acadêmico, nos espaços que se mostraram sensível a esta problemática, a discussão resultou no desafio de pensar a questão ambiental de forma a considerar a gravidade e complexidade com que se apresentava e para a qual as visões disciplinares tradicionais da ciência se mostravam insuficientes. Como resposta, numerosos espaços acadêmicos apontaram a interdisciplinaridade como opção aos limites disciplinares da ciência, como o PPGMade (FLORIANI, 2018; DA SILVA, 2021).

A problemática ambiental é uma ponte para a interdisciplinaridade, e o contrário também. Essa interconexão alcança o PPGMade. Embora o programa esteja vinculado à área de Ciências Ambientais na Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), na proposta pedagógica dele, a prática interdisciplinar sempre foi tratada com centralidade. O programa possui como horizonte construir uma análise globalizante sobre a problemática socioambiental, sobretudo aquela que reside na inter-relação ser humano-natureza (FLORIANI et al., 2011). Nessa ligação entre duas grandes áreas do conhecimento, as Ciências Ambientais e a Interdisciplinar, o PPGMade busca a construção de pontes entre os conhecimentos, tanto de dentro quanto de fora da academia, visando a analisar e contribuir para a resolução de conflitos socioambientais (RAYNAUT, 2018; DA SILVA, 2021).

No PPGMade, apesar da estrutura e do funcionamento serem constantemente avaliados e aprimorados, a formação para a pesquisa interdisciplinar, via de regra, se completa e se concretiza por um conjunto de módulos, disciplinas e uma oficina, bem como o

agrupamento dos discentes e docentes em linhas de pesquisa. As linhas de pesquisa, tradicionalmente, são quatro: I. Epistemologia Ambiental ou Linha da Epistemologia; II. Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano ou Linha do Urbano; III. Ruralidades, Ambiente e Sociedade, ou Linha do Rural; e IV. Usos e Conflitos em Ambientes Costeiros ou Linha do Costeiro (FLORIANI, 2018; DA SILVA, 2021).

A doutoranda pertencia à linha do Rural, que na turma XIII, compunha-se por seis doutorandos/as de distintas formações. O programa tem metodologia que procura atender aos princípios da interdisciplinaridade, de modo a propiciar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas. A parte inicial do curso se dá pela participação nos Módulos, seguida por outras disciplinas, por exemplo, a Construção da Pesquisa Interdisciplinar, que tem como horizonte contribuir no debate das formas de praticar a interdisciplinaridade.

Ponto culminante no programa é a oficina de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (denominada Oficina Interdisciplinar), dividida em três etapas. A primeira é a construção do projeto coletivo de pesquisa da turma, a partir do qual, posteriormente, é desdobrada em projetos das linhas. Na segunda etapa, acontecem os encontros dentro da linha, isto é, são organizados e geridos pelos docentes e discentes de cada linha de pesquisa do programa. Só então os projetos individuais (a terceira etapa) são finalizados. Essas etapas são cumulativas, ou seja, o tema central escolhido coletivamente pela turma direciona a especificidade a ser tratada em cada linha. Essas escolhas inspiram a construção dos projetos de pesquisa individuais. A experiência da Oficina Interdisciplinar é o ápice e, ao mesmo tempo, o grande desafio da interdisciplinaridade na formação em pós-graduação, uma vez que, embora o ponto de partida seja coletivo, as teses são individuais. Seguindo os pressupostos da interdisciplinaridade na produção do conhecimento do programa, durante a Oficina Interdisciplinar as pesquisas individuais deverão mostrar-se coerentes com a fundamentação e as questões encontradas no trabalho coletivo, de modo que as várias áreas de formação de origem do grupo de pesquisadores sejam contempladas e possam gerar reflexões articuladas desde esse momento até as sínteses finais do conjunto de teses que serão elaboradas (RAYNAUT, 2018; DA SILVA, 2021).

O projeto coletivo da linha do rural, a qual a pesquisadora pertence, desenvolveu-se no Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca (RGTS), localizado no município de Barra do Turvo, estado de São Paulo. Em um contexto de dificuldades e conflitos socioambientais, o quilombo se destacou por suas formas de resistência e foi esse o foco de construção da pesquisa.

Porém, como esta pesquisadora trabalha e mora no litoral do Paraná, continuar a pesquisa no quilombo tornava-se impraticável. Dessa forma, a pesquisa individual foi realizada no litoral, porém, mantendo o foco na agricultura familiar e na relação sociedade e natureza.

A partir desse contexto, constituiu-se o projeto de pesquisa utilizando-se de técnicas e metodologias, fundamentalmente do tipo exploratória de caráter histórico, delineada por pesquisa bibliográfica e documental, respaldada por diferentes abordagens metodológicas (QUIVY; VAN CAMPENHOUDT, 1992; GIL et al., 2002).

Partindo do objetivo geral de analisar os CCCs agroecológicos como forma de garantia da produção e reprodução social dos/as agricultores/as familiares no litoral do Paraná, os objetivos específicos foram desenvolvidos, delineando o trajeto da tese, justificada em razão da realidade agrícola e agrária do país, por conseguinte, no litoral do Paraná, a qual impacta sobre a agricultura familiar, tendo como consequência à falta de políticas e projetos de desenvolvimento para esse setor socioeconômico, o que tem dificultado a manutenção do trabalho e as condições de permanência no campo.

De maneira a atender os objetivos e confirmar ou refutar a hipótese realizada a partir da pergunta central, examinando se o trabalho realizado na comercialização dos CCCs agroecológicos garante a reprodução social das famílias no litoral do Paraná, elegeram-se algumas categorias, indicadores e meios de verificação, relevantes à questão, inferindo-se sobre cada um deles. De modo que, por meio da investigação realizada a campo, encontrasse respostas aos elementos suscitados. Na tabela 08 é apresentada a proposta.

TABELA 7 - CATEGORIAS, INDICADORES E MEIO DE VERIFICAÇÃO A SER EXAMINADO<sup>63</sup>

<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meio de verificação</b>
Socioeconômico	Moradia	Se há (Sim / Não), e a qualidade da construção, materiais e tamanho.
	Alimentação	Quantidade e qualidade das refeições.
	Meios de produção (recursos naturais) terra e capital.	São os proprietários? E de quais recursos dispõe.
	Educação	Participação no ensino formal e informal. Disponibilidade de escolas na área rural
	Financiamento e política pública	Acesso
	Trabalho	Contam com a força de trabalho da família? Quantas horas trabalham por dia? Contratam mão de obra (quantas horas/dia)?
	Tecnologia	Dispõem de tecnologias que facilitam o trabalho (equipamentos, veículos, tratores, insumos alternativos etc.)
	Renda mensal	O que retiram do sítio para autoconsumo, mais o que obtém da comercialização (Salários-mínimos).
	Saúde, cuidados e disponibilidade	Quais cuidados com a saúde e disponibilidade de profissionais no campo. (Nº de Postos de saúde na comunidade; acesso a consultas médicas, exames laboratoriais etc.)
	Qualidade das florestas	Como está o espaço dos estabelecimentos
Ambiental	Qualidade da água	Cuidado com a manutenção das fontes e usos
	Manejo do solo, interações entre recursos naturais disponíveis e o jeito de produzir	Como preparam o solo e as atividades agrícolas, são mono ou pluriculturas?
	Uso de insumos químicos sintéticos (agrotóxicos / Adubos químicos sintéticos)	O quanto usam de agrotóxico? (herbicida, inseticida, fungicida). Usa adubo químico (Sim, Não).
	Cursos, treinamentos, capacitações	Usa adubo orgânico (S/N)
Cultural	Participação na comunidade	Participam, quais?
	Religiosidade	Tem atividades coletivas
	Associação/cooperativismo/ mutirões	Como pratica a religiosidade?
	Lazer / férias / passeios	Associados e participantes? Tiram férias? Como são? Quais atividades realizam como lazer?

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

<sup>63</sup> Por meio desta tabela são realizadas inferências constantes no capítulo dos resultados.

Foi sobre esses indicadores socioeconômicos, ambientais e culturais, a partir do olhar da totalidade, que se edificou a pesquisa, estabelecidos nos CCCs como eixo norteador.

## 7.2 Arranjo

Análogo a/ao alfaiate, na arte da alfaiataria, as muitas agricultoras ao longo das áreas rurais, são exímias executoras de múltiplas funções, assim era a minha mãe. Quando eu ainda era uma criança, adquirir roupa pronta/fabricada era um exagero negado à classe trabalhadora do campo, os/as agricultores/as, logo, os filhos e filhas eram muitos e o dinheiro era pouco. Dessa forma, eu observava a progenitora, como meu arquétipo que me inspirava pela sua dedicação, firmeza e bravura sertaneja. Antes de iniciar o processo de corte e costura, ela juntava os elementos necessários à confecção das nossas roupas: linhas, tecidos (ora eram retalhos), botões, agulhas, tesoura, máquina de costura etc. Ela aprendera com a minha avó – arte repassada de mãe para filha – além de um curso que realizou por correspondência no Instituto Universal Brasileiro.

Assim, passava a costurar nossas vestimentas, que depois de prontas, para ficarem ainda mais bonitas, acrescentava um bordado em ponto cruz, de maneira que já estávamos prontos para irmos aos festejos da cidade (eram dois festejos e duas mudas de roupas por ano). Propondo-se a cruzar os saberes populares e acadêmicos, esta disposição segue o modo popular, aliado à metodologia científica, em que a arte da alfaiataria, analogamente, visa entrelaçar o tecido social dos CCCs da agricultura familiar no litoral do Paraná. Ademais, busca-se analisar os dados coletados segundo o método do materialismo histórico-dialético, de maneira tal que as peças se unam formando o tecido dos CCCs agroecológicos dos/as agricultores/as familiares no litoral do Paraná, território de lutas e conquistas.

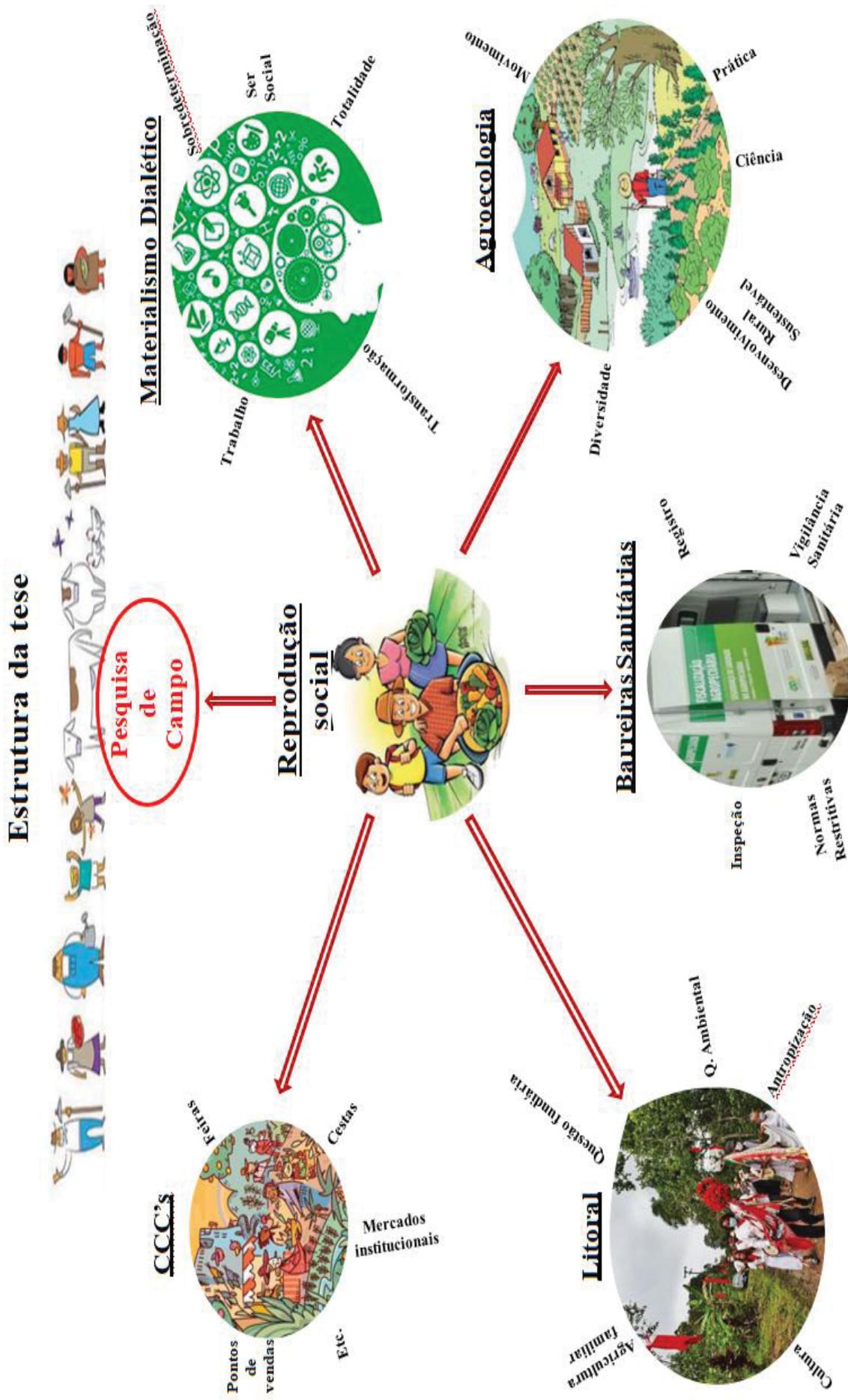
Posto isso, foi reunido o conjunto dos elementos essenciais à construção da tese, isto é, cada tópico representa um elemento a compor a peça do vestuário. A disposição dada, necessariamente, não fora realizada de forma cronológica, muitas vezes, ocorreram concomitantemente, em outros momentos, pegava-se a linha, porém faltava a agulha. Desse modo, foi-se constituindo a pesquisa e igualmente à composição e adversidades das diversas artes, ora com linha de cor diferente do tecido, ora faltando um acabamento, contudo, a pesquisa foi se modelando e, assim, costurada, às vezes, com tecido na fase incompleta da batida do

penne<sup>64</sup>, porém, ainda assim, pronto para sair e irmos aos festejos, à academia e à vida. A Figura 9 esboça a estrutura da tese.

---

<sup>64</sup> Resumidamente, o processo de tecelagem é realizado entrelaçando os fios da trama e do urdume em três passos: 1. Abertura da cala; 2. Inserção da trama; e 3. Batida do pente (CONHECIMENTO POPULAR).

FIGURA 9—A ESTRUTURA DA TESE



### 7.3 Da estrutura da tese e suas analogias

I. Do referencial teórico – análogo ao fio que alinha o tecido, ele é a bússola que orienta a coerência da pesquisa, nesta, à luz do materialismo histórico-dialético, sob a perspectiva de que: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011a, p. 24). Nesse terreno, constituiu-se o trabalho de pesquisa, mediante revisão bibliográfica em livros e artigos.

II. A agroecologia é o universo teleológico de pensar a roupa pronta. É constituída a produção e comercialização com os produtos sob determinados princípios e práticas, realizada por intermédio de pesquisa bibliográfica em artigos e livros, também, na observação empírica da história da própria pesquisadora.

III. As normas sanitárias são análogas a um bolso na peça, inicialmente, pensou-se que elas estariam embutidas na vestimenta, entretanto, ao experimentar a roupa, percebeu-se a importância de colocá-las à vista. Inicialmente, a legislação sanitária não assumiria uma questão central, embora se reconhecesse a sua importância, ela seria apenas mencionada como uma das questões relevantes à temática. Porém, durante a pesquisa de campo<sup>65</sup>, identificou-se a sua relevância, fazendo com que fosse incluída como um capítulo, pois, dada as circunstâncias, esse elemento impede a continuação dos processos e, por conseguinte, da comercialização, sendo essa central à geração de renda na agricultura familiar. Isso aconteceu por meio da pesquisa de campo, aplicando-se questionários, revisão bibliográfica, pesquisas às Normas que tratam do tema, entrevistas com servidores das prefeituras e entidades estaduais, que trabalham com a fiscalização e a Vigilância Sanitária.

IV. O estado da arte dos CCCs, analogamente, é o reconhecimento da história dos elementos que o/a artesã/o ou alfaiate precisa conhecer para se situar no tempo e espaço, de maneira a compor, a partir da realidade existente, sua peça. Isso se deu por intermédio de pesquisa bibliográfica em artigos e livros, que tratassem dos CCCs.

V. Da caracterização do litoral: é nesse ambiente que é possível identificar onde estão os elementos que compõem o conjunto necessário à tecelagem, sem isso, torna-se difícil preparar

---

<sup>65</sup> No processo de comercialização, fundamentalmente dos produtos de origem animal, as normas são mais rigorosas para serem atendidas no processo de comercialização dos CCCs. Durante a pesquisa de campo, identificou-se a insegurança e a desconfiança por parte dos/as agricultores/as em relação à fiscalização e do quanto é importante a regularização sanitária para que os/as agricultores/as estejam aptos a venderem seus produtos e garantirem a renda necessária para se manterem no campo.

as bases necessárias ao desenvolvimento da peça. Por meio dessa descrição, é possível identificar o território e o grupo (agricultores/as familiares) a serem analisadas, sua importância e história. Tal proposta materializou-se recorrendo à pesquisa bibliográfica em livros, artigos, bases de dados do IBGE e outras fontes públicas e privadas.

VI. Se o referencial teórico é a linha que tem a função de alinhar o pano, a identificação dos/as agricultores/as familiares que comercializam nas feiras, cestas e outras formas de comercialização direta é o tecido que permitirá a confecção da peça/tese, com seus diversos elementos de costura. Nesse item, visitaram-se feiras, participou-se de grupos de WhatsApp de comercialização, trabalhou-se na organização e distribuição das cestas agroecológicas, além da visita aos estabelecimentos agrícolas desses/as agricultores/as. Durante a jornada local, aplicaram-se questionários<sup>66</sup> aos/as produtores/as das feiras e das cestas agroecológicas, sendo que muitos deles/as participam tanto da feira quanto da entrega das cestas agroecológicas, em adição a associarem outros meios de comercialização direta (entregas nas residências, vendas em espaços em casa, via internet etc.).

A escolha dos/as agricultores/as a serem entrevistados baseou-se no critério da comercialização nos CCCs, ou seja, produtores/as que integrassem o grupo de comercialização nas feiras livres e aqueles que dispunham de produtos para compor as cestas agroecológicas. Contudo, em decorrência do período da pandemia da Covid-19, apenas a feira de Paranaguá<sup>67</sup> permaneceu em funcionamento. No total, lá estão instaladas 22 barracas, conforme o Anexo I – Disposição da feira. Dessas, apenas duas não compuseram o escopo da pesquisa, em razão de que são constituídos por artesanatos de crochês e tricôs, que não necessariamente tem relação com o objeto de estudo, os demais (vinte agricultores/as) foram entrevistados/as. Logo, o número de produtores/as não foi definido por critério estatístico, portanto, sem a pretensão de representar o conjunto de produtores que realizam esse tipo de comercialização no litoral paranaense, porém objetivou apreender qualitativamente a diversidade de experiências existentes.

A proposta foi entrevistar 22 famílias no total, sendo, 20 famílias de agricultores/as que participam da feira de Paranaguá, mais dois/duas produtores/as que não são integrantes da

---

<sup>66</sup> Elaborou-se um questionário e realizou-se um teste a campo. Todavia, em virtude de sua extensão, percebeu-se certo desconforto nos/nas agricultores/as. Dessa forma, ele foi reelaborado para aplicação, conforme disposto no Anexo 3.

<sup>67</sup> Morretes manteve uma feira às sextas-feiras à noite, mas com outro caráter. Em Matinhos, a Matifeira voltou a funcionar no dia 14/11/2021, também com outra conotação. Antonina não tinha voltado a funcionar e em Guaratuba não há feira livre, apenas no início da distribuição das cestas fora instalada uma feira no local de entrega.

feira<sup>68</sup>, entretanto, forneciam produtos para a composição das cestas agroecológicas, em Guaratuba e Matinhos.

Visitou-se o Assentamento José Lutzenberg (Antonina) em razão do fornecimento de alimentos para integrar as cestas agroecológicas, organizadas a partir da UFPR-Litoral. Além deque a associação dos/as agricultores/as do assentamento possuía grupos de WhatsApp distribuindo cestas agroecológicas em cinco cidades (Antonina, Matinhos, Morretes, Paranaguá, e Pontal do Paraná) do Litoral.

Também se realizaram incursões ao Assentamento do Contestado (Lapa), pois continham fornecedores de produtos orgânicos destinados à formação da cesta agroecológica de Guaratuba e Matinhos; e também ao Centro de distribuição da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA), em Curitiba. Nesse espaço, são reunidos produtos de diversos agricultores do estado do Paraná e de outros estados para constituição das cestas, realização de feiras etc.

Em tal interstício, publicaram-se matérias em jornais do Litoral com o objetivo central de criar laços<sup>69</sup> entre a pesquisadora e os/as agricultores/as, bem como a divulgação da importância da pesquisa para a região abordada.

O questionário<sup>70</sup> designado aos/as agricultores/as familiares foi amplo: iniciando pela caracterização do/a produtor/a e da família que trabalha no estabelecimento, de modo a perceber as mudanças ocorridas nos domínios da família. Passando para identificação do estabelecimento, com localização, os acessos que as famílias dispõem e o vínculo, se própria, arrendada, posse etc. Posteriormente, conhecer a produção e o jeito de produzir, a relação com os recursos naturais e a disponibilidade de pessoal disponível, além da assistência de políticas públicas presentes. Dando sequência com a busca pelo conjunto das informações da comercialização, formas de processamento, os locais onde vendem seus produtos (feiras,

---

<sup>68</sup> A maioria dos agricultores que forneciam produtos para a composição das cestas agroecológicas também é participante da feira.

<sup>69</sup> Importante salientar que a maioria dos/as agricultores/as era desconhecida/o da pesquisadora, diante de todos os problemas enfrentados pelos/as agricultores/as, principalmente de fiscalização, há muita desconfiança de alguém novo no local, criando barreiras à obtenção de dados e a pesquisa nos estabelecimentos, sem mencionar ser o período da pandemia da Covid-19. Os/As agricultores/as não queriam receber e também era difícil para o/a pesquisador/a se propor, pois passava a mensagem de que não estava preocupado com a saúde deles/as, principalmente no caso de pessoas idosas.

<sup>70</sup> A aplicação dos questionários aos produtores familiares foi realizada durante visitas aos respectivos estabelecimentos e, em alguns casos, nas feiras livres, de modo a observar a forma como estavam produzindo, organizando a produção e o trabalho no estabelecimento, assim como as técnicas de comercialização por eles empregadas.

programas governamentais, cestas, casa etc.)<sup>71</sup> e os valores comercializados etc. Acrescido de informações quanto à participação em outras atividades fora do estabelecimento e o lazer na comunidade. Finalizando com a organização social das famílias. Esse conjunto de prerrogativas objetivava constituir os elementos à compreensão necessária à questão central da pesquisa: o trabalho realizado no processo de comercialização dos CCCs agroecológicos garante a produção e reprodução social das famílias participantes?

Compreendendo que este trabalho envolve o processo de produção, conhecê-lo, ainda que minimamente, tornou-se fundamental. Por esse motivo, a ida a campo foi elementar para compreender as dinâmicas dos/as agricultores/as familiares do litoral do Paraná.

Finalmente, tal como a peça do vestuário, desejando estar pronta para as festividades, podendo ou não ser a mais bela e acabada de todas. No entanto, esses foram/é o conjunto de informações e recursos (materiais e imateriais) ao alcance da pesquisadora em relação ao percurso metodológico traçado para a investigação.

---

<sup>71</sup> Levantando-se os dados referentes à quantidade comercializada, aos preços médios estabelecidos para cada produto, o número de clientes, a frequência da venda, bem como as formas e locais utilizados para realizar a comercialização. Também foram incorporadas aos questionários perguntas abertas, visando registrar as impressões dos produtores sobre seus produtos e sobre o processo de comercialização.

## 8 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS

Às vezes, eu penso, é sofrida, reclamo demais, mas dificuldade todo lugar tem, mas eu não troco esse lugar por outro não, mesmo que seja sofrido, eu gosto daqui, não me vejo em outro lugar, quando eu vou para Curitiba, eu começo a pensar, como é que esse povo vive nesse lugar louco, é muito louco lá, pode ter chance de emprego melhor, mas o sossego que a gente tem no mato, não se compara, pode ter a maior dificuldade do mundo, mas eu conheço todo mundo, eu sei onde eu piso isso não dá para trocar, não tem valor, por mais que eu sofra aqui. [...] Eu não consigo viver em outro lugar se não for aqui, hoje eu digo isso. [...] Às vezes a gente não dar valor para o que tem, mas é muito bom, eu gosto porque eu sou dona do meu horário, né?, Não recebo ordens, às vezes até recebo ordem de marido, rrsrrs, mas a gente é dona do horário da gente [...] não tem nada que pague isso, é gratificante pra gente. Meu filho me pergunta, quando é que nós vamos ficar rico, eu digo, nós não vamos ficar rico nunca, só se a gente tiver de roubar [...] porque tem outro jeito de viver, ele ainda não dar valor para isso, mas com o passar do tempo [...], que nem trabalhar com o povo, que nem trabalhar em feira, ficar mais perto das pessoas, conhecendo a realidade das pessoas, a gente vai valorizando mais com o que a gente faz, o outro reconhecer que gosta do meu produto, né! Ah! Esse produto é o melhor, eu adoro seu produto, eu já comi do outro não era igual ao seu, isso é muito gratificante pra gente, não tem preço que valha tudo isso que a gente vive e recebe dos outros, o carinho [...]

(ENTREVISTADA MANJUBA).

Como um dos resultados apresentados ao longo da pesquisa, a publicação de matérias em jornais locais possibilitou a sensibilização com a temática da comercialização direta, além da divulgação dos produtos e locais de comercializados na região, também colaborou com a aproximação entre a pesquisadora e o público envolvido diretamente na pesquisa. Esses materiais foram elaborados na seguinte cronologia e disposição de temas:

I. A primeira foi a matéria intitulada **“Conheça um pouco da agricultura urbana de Guaratuba”**<sup>72,73</sup>. A agricultura urbana é uma das diretrizes apontadas pelo grupo das cestas agroecológicas, incentivando os consumidores urbanos para o cultivo e aproveitamento de espaços em casa. Locais que podem ser destinados à produção de alguns alimentos, desenvolvendo e fortalecendo a relação com a agricultura, favorecendo novos hábitos alimentares e culturais.

II. Posteriormente: **“Com quantos sonhos se produz um alimento?”**<sup>74</sup>. Por meio dela foram discutidas as relações que envolvem o alimento e, sobretudo, uma maneira encontrada para divulgar as cestas agroecológicas no litoral do PR. Conforme a Figura 10, em Guaratuba, quando iniciou a entrega das cestas agroecológicas, também eram realizadas feiras com os

---

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/33457/artigo/conheca-um-pouco-da-agricultura-urbana-de-guaratuba/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

<sup>73</sup> Essa matéria deu origem à outra publicada no jornal impresso, Jornal de Guaratuba, na edição de 24 a 30 de maio de 2021.

<sup>74</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/34612/artigo/com-quantos-sonhos-se-produz-um-alimento/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

produtos agrícolas e alguns artesanatos locais. Nesse período, a distribuição era feita no Colégio Estadual Prefeito Joaquim da Silva Mafra.

FIGURA 10 - FEIRA AGROECOLÓGICA EM GUARATUBA



FONTE: Capturada pela autora (2020).

III. Por intermédio da matéria **“Sucessão de Solidariedade em tempos de pandemia”**<sup>75</sup>, buscou-se incentivar que as muitas campanhas de alimentos, as quais se tornaram comuns no período da pandemia, tivessem um ingrediente a mais: que os alimentos e produtos fossem adquiridos da agricultura familiar, ocorrida a partir de uma campanha realizada por servidores da Prefeitura Municipal de Guaratuba.

IV. **“Feira Regional de Paranaguá – 30 anos de história”**<sup>76</sup>: a matéria objetivava, por um lado divulgar a feira de Paranaguá, por outro gerar uma proximidade e retorno aos produtores que lá comercializam. Conta um pouco da história da feira e de seus participantes, procurando divulgar e valorizar espaços como esses. Essa matéria deu origem a outra em jornal local

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/37507/noticias/op-ed/sucessao-de-solidariedade-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/38319/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/feira-de-paranagua-30-anos-de-historia/>. Acesso em: 18 maio 2021.

impresso de Paranaguá – JB litoral – jornal semanal, ano X, edição nº 669 - 17 a 23 de julho de 2021<sup>77</sup>, também a outras, em que os/as agricultores/as foram os/as protagonistas.

V. Por fim, publicou-se **“Alimentação saudável, cooperativismo e qualidade de vida. Saiba de onde vem parte das cestas agroecológicas do Litoral”**<sup>78</sup>. Essa matéria mostra a síntese das informações colhidas na visita ao Assentamento do Contestado na Lapa/PR, de modo que não será repetido neste capítulo.

Como resultado central, disposto na metodologia, a pesquisa de campo buscou alcançar 100% das famílias que praticam a comercialização na feira de Paranaguá, ou seja, 20 (vinte) famílias, mais aquelas que forneciam alimentos para compor as cestas agroecológicas do litoral, sendo apenas 02 (duas)<sup>79</sup>. Portanto, 22 (vinte e duas) famílias no total, contudo, 03 (três) delas não foram entrevistadas em razão das adversidades encontradas ao longo da pesquisa, ocasionadas por diversos motivos, entre eles: I. duas dessas famílias possuem pessoas que estão com idades acima dos 70 anos, logo, é possível que nessa idade a desconfiança gerada a partir de alguns percalços vivenciados estejam mais consolidados; II. a pandemia da Covid-19 faz com que muitas pessoas mantenham o distanciamento em razão dos riscos causados pelo vírus. A falta de conhecimento deles/as em relação à pesquisadora; III. faltou um pouco de sensibilidade dos técnicos da assistência local para apresentar a pesquisadora aos/as agricultores/as, de maneira que não me tornasse a “fiscal” perante os/as agricultores/as. Além de que a outra família está ligada à pesca artesanal e, desse modo, tem outras lógicas de interação e relação com a agricultura familiar. Todavia, isso não comprometeu o trabalho, pois não houve uma diferença grande entre eles/as. Há certa repetição, de modo que os dados coletados são representativos do universo dos/as agricultores/as que realizam a venda direta aos consumidores no litoral do Paraná.

Outros materiais foram produzidos e publicados nos mesmos meios de comunicação, contudo, a relação com a tese é indireta, portanto, não se considerou necessário dispor neste espaço.

Os dados resultantes da pesquisa de campo estão dispostos seguindo a ordem estabelecida no questionário, de maneira a permitir a caracterização e discussão do conjunto

---

<sup>77</sup> Nessa matéria, ocorreu algo inusitado, o plágio, pois foi passado o conteúdo da matéria para a jornalista, pensando ser igual ao que ocorria no correio do litoral, a jornalista publicou como se a matéria fosse dela. Quando questionei, fez menção a mim como se houvesse me entrevistado. É um comportamento antiético e reprovável, pelos quais, às vezes, nos submetemos.

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/42072/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/alimentacao-saudavel-cooperativismo-e-qualidade-de-vida-saiba-de-onde-vem-parte-das-cestas-agroecologicas-do-litoral/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

<sup>79</sup> O número é pequeno porque a maioria das famílias que fornecia produtos para a composição das cestas são os mesmos produtores que comercializam na feira de Paranaguá.

das famílias acerca dos aspectos abordados, podendo assim responder à questão central da pesquisa<sup>80</sup>.

Para melhor resguardar os/as agricultores/as nas falas quando transcritas, a identificação deles/as foi substituída por elementos da natureza, fauna e flora regional.

## **8.1 Caracterização das famílias**

As projeções do IBGE realizadas em 2013 revelavam que a população brasileira deve crescer até 2042, quando o número de nascidos vivos será ultrapassado pelo número de óbitos. Assim, para 2060, as estimativas indicam que o conjunto de pessoas com 65 anos e mais deverá ser de 26,7% (58,4 milhões) e a expectativa de vida se aproximará dos 81 anos. Com o crescimento populacional até meados de 2040 e o conseqüente prolongamento da longevidade, as questões relativas à velhice passaram a figurar, não somente como objetos privilegiados de investigação em diferentes áreas do conhecimento nas duas últimas décadas, mas também fizeram emergir paradoxos, desafios e dilemas às políticas públicas (FERREIRA; LEESON; MELHADO, 2019).

O censo agropecuário de 2017 apontou o envelhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários familiares, da mesma forma à propensão dos/as filhos/as para trabalharem em outras atividades fora do domicílio agrícola<sup>81</sup>.

### **8.1.1 Composição, idade, sexo e disponibilidade do trabalho familiar**

Os dados referentes à área abordada nos aspectos da composição, idade, sexo e disponibilidade do trabalho familiar foi um quesito verificado por meio da identificação da quantidade de filhos/as que permanecem morando e trabalhando com os pais no estabelecimento e a distribuição deles nos grupos familiares. A Tabela 09 apresenta a realidade encontrada.

---

<sup>80</sup> O trabalho realizado na comercialização dos CCCs garante a reprodução social das famílias no litoral do Paraná?

<sup>81</sup> Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

TABELA 8 - COMPOSIÇÃO, IDADE, SEXO E DISPONIBILIDADE DE TRABALHO FAMILIAR<sup>82</sup>

Variável	Média de idade	Desvio padrão	Quant. de filhos	Mora e trabalha no sítio acima de 16 anos	Percentual em relação à quant. de filhos que mora e trabalha no estabelecimento	Distribuição dos 09 filhos nas famílias
S. Masculino	53	11	23	5	21,7	6 famílias ou 32%
S. Feminino	48	11,9	21	4	23,8	
<b>TOTAL</b>			<b>44</b>	<b>9</b>	<b>20,5</b>	

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

A média de idade dos chefes de famílias do sexo masculino é de 53 anos, variando entre os mais velhos, (02 pessoas) com 67 anos, e o mais novo, com 23 anos. Entre as mulheres, a média é de 48 anos, sendo a mais velha com 65 e a mais nova com 21 anos. Os desvios padrões<sup>83</sup> de 11 (onze) e de 11,9 (onze vírgula nove) representam um grupo com grau razoavelmente alto de dispersão no que se refere à idade, pois, considerando a média, por exemplo, da variável do sexo feminino de 48, e uma dispersão de 11,9, isso implica dizer que há uma dispersão dos dados a partir da média<sup>84</sup>.

A pesquisa mostrou que 26% das famílias têm idade acima de 60 anos<sup>85</sup>. O relatório “**Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**”, publicado em 2017, pelo IBGE, revelou que uma grande parcela dos idosos – categoria que denota homens e mulheres com mais de 60 anos, segundo a Política Nacional do Idoso (1994) – encontrava-se na posição de aposentados. A pesquisa realizada no litoral denota que são 26% de idosos/as, divididos meio a meio (13%) entre os sexos, masculinos e femininos. Políticas públicas como a aposentadoria rural tem contribuído para a permanência dos/as trabalhadores/as rurais no campo (FROEHLICH, 2011), a garantia de que conseguirão se manter, ainda que minimamente, suas condições de vida, embora continuem trabalhando, a aposentadoria rural é um benefício que contribui à melhoria da qualidade de vida dos/as idosos/as no ambiente rural. Do público masculino pesquisado acima de 60 anos, um (01) deles

<sup>82</sup> Anexo 5 - Dados expandidos.

<sup>83</sup> Os desvios padrões foram calculados em planilha de Excel, calculando a média, o desvio, a variância e finalmente o desvio padrão.

<sup>84</sup> Interpretar todas as estatísticas para Armazenamento de Estatísticas Descritivas. Disponível em: <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/21/help-and-how-to/statistics/basic-statistics/how-to/store-descriptive-statistics/interpret-the-statistics/all-statistics/>. Acesso em: 11 agos. 2022.

<sup>85</sup> Segundo o estatuto do idoso, art. 1º, considera-se nessa condição aquelas pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 13 set. 2022

tem aposentadoria como servidor público e outro com aposentadoria, segundo ele, metade é comprovada com atividade urbana e metade como atividade rural<sup>86</sup>.

A sucessão familiar tem sido objetivo de vários estudos em razão das dificuldades enfrentadas pelos jovens para se manterem no campo com emprego, diversão, lazer etc., compatíveis com as demandas da juventude. De acordo com a Tabela 9, dos 44 filhos, apenas 09, ou seja, 20% (vinte por cento) deles trabalham no estabelecimento dos pais. Segundo Froehlich et al. (2011), na pesquisa sobre a masculinização do campo, onde grande número de filhas se mudou para a cidade permanecendo os filhos, no caso da realidade encontrada no litoral, o problema não é propriamente a masculinização, pois, de acordo com os dados da Tabela 9, eles estão equiparados. A questão é mesmo a sucessão familiar, tendo em vista que, dos 09 (nove) filhos acima de 16 anos que moram nos estabelecimentos, eles/as estão concentrados em apenas 06 (seis) famílias, de maneira tal que, mantendo-se essa tendência, apenas 32% dos estabelecimentos agropecuários conseguiriam garantir à sucessão familiar. Contudo, alguns dos/as filhos/as que não moram nem trabalham com os pais, isto é, 68% dos estabelecimentos, em algum momento de alta demanda de trabalho, eles/elas contribuem com as atividades dos estabelecimentos dos progenitores, às vezes, realizam parcerias em determinadas atividades. Muitos dos que não residem com os pais, não necessariamente se mudaram para a cidade. Alguns se casaram e moram em sítios em localidades próximas.

### **8.1.2 Escolaridade**

A educação compõe uma das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em razão da primordialidade que o acesso ao conhecimento é para o bem-estar, essencial ao exercício das liberdades individuais e da autonomia. A educação é fundamental à expansão das habilidades das pessoas, proporcionando a melhor capacidade à tomada de decisão sobre suas vidas, construindo suas histórias presentes e futuras. O conhecimento engendra confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida<sup>87</sup>.

Na visão de Estimado e De Paula Santos (2014), o otimismo gerado em decorrência da expectativa de que a escolarização traria igualdade e socialização do bem-estar, advinda das conquistas sociais em meados do século passado, com o passar do tempo foi se comprovando a sua ineficiência e incapacidade de promover uma educação igualitária, de inclusão, participação e construção histórica. Apesar disso, no momento vivenciado no Brasil, o esforço

---

<sup>86</sup> Um destes casais, em decorrência do vínculo com o rural, a companheira conseguiu se aposentar como agricultora.

<sup>87</sup> Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 25 jun. 2022.

está dirigido para manter as mínimas conquistas estabelecidas ao longo dos anos, e não no sentido de aperfeiçoá-las, transformá-las, de modo a permitir o cumprimento do papel da educação, na permanência das conquistas das liberdades individuais e coletivas. A Tabela 9 mostra o nível de escolaridade das famílias pesquisadas.

TABELA 9 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES DAS FAMÍLIAS

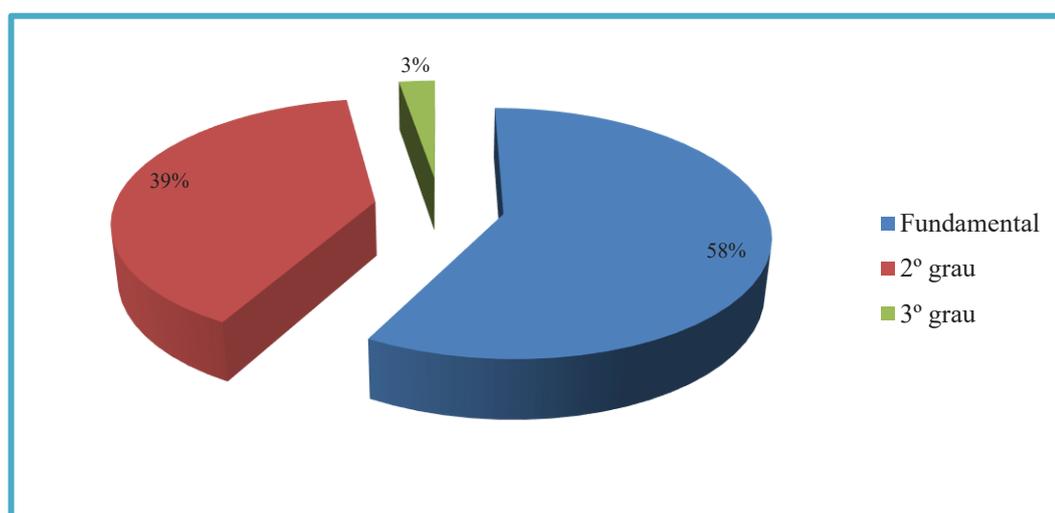
Variável	Fundamental incompleto	Fundamental completo	2º grau	3º grau	3º grau incompleto
S. Masculino	04	08	06	01	X
S. Feminino	05	05	08	X	01
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

Das famílias entrevistadas, ao somar-se as pessoas que permearam o nível fundamental (9 + 13), elas representam 58% do total. Dessas, 24% não concluíram e 34% concluíram o nível fundamental, isto é, o primeiro nível do ensino. Do total das pessoas, 14, ou 39%, concluíram o nível médio, e apenas 1, ou 3%, concluíram o ensino superior. Segundo ele, isso aconteceu em decorrência da religião, cursou teologia, outra iniciou, não conseguiu concluir, segundo ela, casou-se e foi preciso trabalhar, dessa forma, investir na produção e direcionar para a comercialização foi a escolha possível a ser realizada.

A partir do Gráfico 1 é possível visualizar os dados da pesquisa.

GRÁFICO 1-NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DIRIGENTES FAMILIARES



FONTE: Elaborado pela autora (2022).

Segundo Kischener, Kiyota e Perondi (2015), até meados dos anos 70, a produção era destinada mais para o consumo das famílias do que propriamente para o mercado, e os cultivos eram realizados com a colaboração do trabalho dos filhos, nos quais as famílias mais extensas procuravam superar as dificuldades enfrentadas da incipiente tecnificação, ou dos meios rudimentares de produção. A educação do e no campo era algo longínquo, os jovens rurais, quando acessaram a escola, deixavam-na em poucos anos. A diferenciação de anos de estudos entre rurais e urbanos foi se tornando algo naturalizado, muitos deles buscavam os estudos como uma estratégia à exclusão do processo sucessório, concorrendo para a tendência de sair mais mulheres do que homens para estudar em virtude dessa situação foram sendo estabelecido um processo de masculinização do rural. Entretanto, essa realidade vem se alterando, já que estudos como o de Kiyota et al. (2012) mostraram condição diversa em município do Sudoeste do Paraná, inclusive, apontando que os anos de estudos dos jovens rurais atuais tem crescido muito nos últimos anos, ocorrendo equidade de escolaridade segundo o gênero entre os jovens que permaneceram e saíram das Unidades de Produção (UP).

Mesmo com esse novo contexto, essa ainda não era a realidade dos dirigentes das famílias de muitos dos/as agricultores/as do litoral do Paraná, mas os filhos seguem a tendência do estudo apontado por Kiyota et al. (2012). Esta pesquisa mostrou que o nível de educação dos filhos já é bem maior, muitos têm curso superior completo, alguns com mestrado.

Portanto, são gerações com oportunidades de vida diferentes daquelas que os pais lograram, devendo usufruir da melhor forma as conquistas obtidas por seus antepassados e continuar a luta destinada às gerações vindouras.

### **8.1.3 Origem das famílias**

Identificar a origem das famílias tem por premissa assinalar os processos migratórios, ou o caldo de cultura reunido no litoral paranaense. Das 38 pessoas, ou 19 casais entrevistados, 06 pessoas são de origem nordestina, mais especificamente do estado de Pernambuco, 01 pessoa veio do RS, 01 de SP e 02 são de SC, isto é, 26% são de outros estados. As demais foram migrações internas dentro do próprio estado do Paraná, alguns são da região norte paranaense que, no processo de expansão da propriedade agrícola dessa região, tiveram de migrar para outros lugares à procura de condições para garantir a manutenção da vida. Muitos passaram primeiro pela região metropolitana de Curitiba, posteriormente para o litoral. Contudo, muitos se constituíram na região litorânea, sendo possível uma maior compreensão das dinâmicas

climáticas, ambientais, socioculturais e do meio como um todo, o que pode expressar processos de identidade e resistências.

## 8.2 Dos estabelecimentos agropecuários

Das famílias entrevistadas, 04 (quatro) têm suas unidades de produção no município de Morretes e 15 (quinze) no município de Paranaguá<sup>88</sup>. A Figura 11 apresenta a espacialidade das famílias dos dois municípios, além do assentamento José Lutzenberger em Antonina.

---

<sup>88</sup> Importante mencionar que foi realizado levantamento nos assentamentos de Reforma Agrária: José Lutzenberger, no município de Antonina, e do Contestado, no município da Lapa. Essas duas comunidades têm relação com a composição das cestas agroecológicas, sendo que o assentamento do Contestado foi tratado em matéria de jornal – correio do litoral, intitulada (Alimentação saudável, cooperativismo e qualidade de vida. Saiba de onde vem parte das cestas agroecológicas do Litoral), cujo *link* foi disposto anteriormente. E o assentamento José Lutzenberger será exposto um resumo nos anexos.

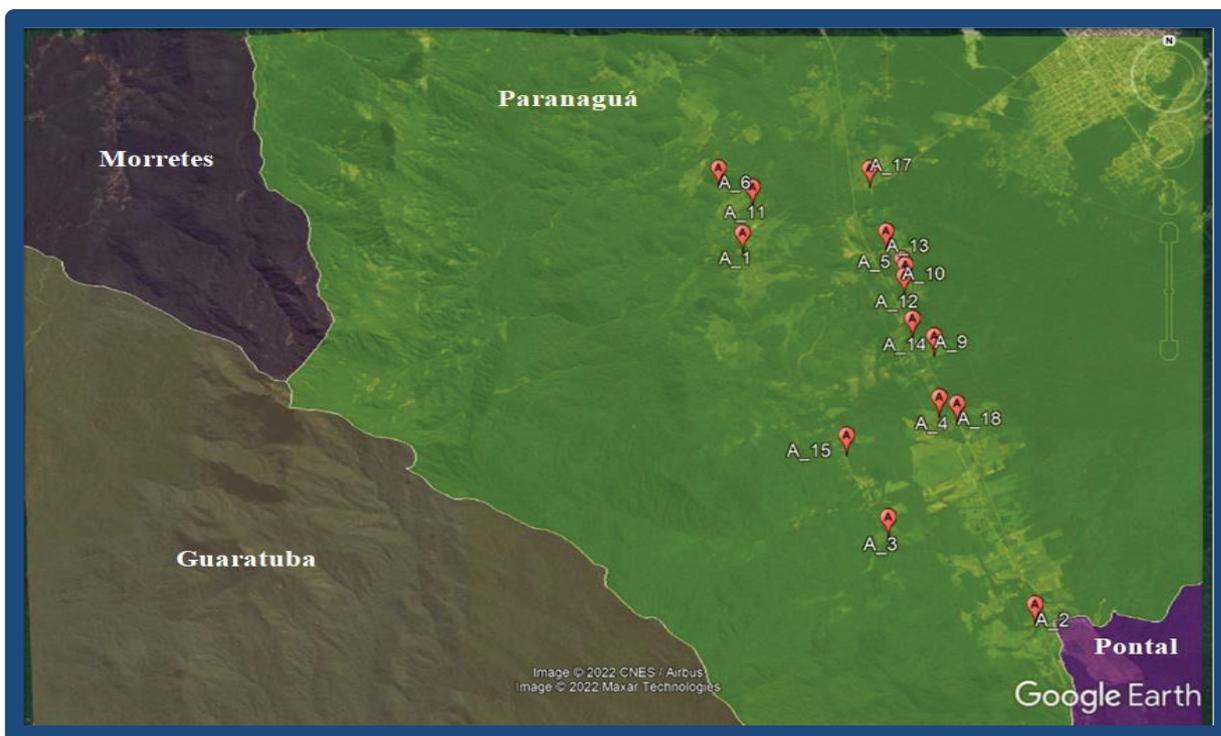
FIGURA 11 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO LITORAL PARANAENSE



FONTE: Elaborada pela autora (2022).

De maneira a melhor identificar a espacialidade dos estabelecimentos do município de Paranaíba, foram criadas as Figuras 11 e 12 para uma melhor identificação da espacialidade na região.

FIGURA 12 - ESPACIALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



FONTE: Elaborada pela autora (2022).

Observa-se a distribuição dos estabelecimentos na região sudoeste do município de Paranaguá, contudo, de modo a identificar os estabelecimentos espacializados no território do município, a Figura 13 mostra a posição dos estabelecimentos e as UCs.



### 8.2.1 Estrutura e infraestrutura do local do estabelecimento

Itens como energia elétrica, internet e estradas são necessários ao melhor desempenho da produção. As famílias moram relativamente perto quando comparadas as distâncias na área rural das sedes municipais e das rodovias, que, por vezes, estão em bom estado de conservação. A energia elétrica funciona bem e o desabastecimento de energia ocorre quando há eventos naturais, que estão cada vez mais frequentes no litoral. O mais forte dos últimos 05 (cinco) anos foi o ciclone bomba em 2019, que deixou muitas famílias sem energia elétrica e com muitos estragos na produção, nas casas e barracões<sup>89</sup>. O acesso à internet – fibra óptica – é algo recente, já que, segundo os/as agricultores/as, isso está acontecendo após o fim do contrato com a concessionária (ecovia) da BR 277. Anteriormente, a empresa impedia a passagem dos fios pelas estradas. Apesar desse contexto, a internet é um componente oneroso para as famílias, o que justifica o fato de muitas delas ainda não a possuírem. Uma agricultora relatou que estava pagando aproximadamente R\$250,00 mensais, representando mais de 20% do salário-mínimo<sup>90</sup>, logo, ainda inacessível a todos/as. Porém, é uma necessidade cada vez maior para os/as agricultores/as, não apenas relacionada às facilidades decorrentes da comunicação, mas para quem realiza a venda direta, ela tem sido essencial à divulgação e consequente comercialização.

Quanto aos recursos naturais, o litoral é uma região privilegiada pela quantidade de água, pois os estabelecimentos são cortados por rios e riachos de boa qualidade e quantidade abundante. Os solos estão classificados, na maior parte, entre os latossolos vermelho-amarelos distrófico argissólico hálico e argissolos vermelho-amarelo distrófico latossólico hálico (PPDI, 2007)<sup>91</sup>. Portanto, solos de boa qualidade, necessitando dos cuidados e correções necessárias à produção. Sendo clima<sup>92</sup> da região úmido, isso favorece a ocorrência de doenças, insetos e fungos indesejáveis na lavoura, devendo manter os cuidados preventivos, de maneira a evitar ou reduzir a utilização de agrotóxicos para controlá-los.

---

<sup>89</sup> Sobre esse tema, publicou-se uma matéria no jornal, onde demonstrava a recuperação de algumas famílias após um ano do ciclone, em uma comunidade no município de Guaratuba. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/40057/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/comunidade-do-cubatao-um-ano-apos-o-ciclone-bomba-2020/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

<sup>90</sup> Conforme a Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022, que dispõe sobre o salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, o valor é de R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais). Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.358-de-1-de-junho-de-2022-404843135>. Acesso em: 11 jun. 2022.

<sup>91</sup> Disponível em: [https://www.paranagua.pr.gov.br/plano\\_diretor/PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20V%20-%20Mapas.pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/PLANO%20DIRETOR/PDF/PDDI%20-%20Volume%20V%20-%20Mapas.pdf). Acesso em: 12 jun. 2022.

<sup>92</sup> De acordo com a classificação de Köppen, o clima é: Aft – Clima Tropical Super-Úmido: sem estação seca e isento de geadas. Disponível em: <https://geovest.files.wordpress.com/2012/09/parana.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Fato recorrente nas narrativas dos entrevistados foram os deslizamentos de morros na região pesquisada. Em março de 2011, em decorrência das fortes chuvas no litoral paranaense, mais de 10 mil pessoas ficaram desabrigadas por causa dos deslizamentos de terras<sup>93</sup>. Essa é uma região que requer atenção, o que justifica a existências das UCs por lá, objetivando salvaguardar o território e as pessoas.

Segundo um dos entrevistados, as modificações no local foram muitas. Na visão dele, inclusive, sobre a qualidade do solo, tendo em vista a quantidade de matéria orgânica arrastada de cima dos morros.

[...] a composição da terra que era argilosa passou pra arenosa e com bastante nutrientes porque todos os nutrientes que desceu da serra folha, galho, serrapilheira, terra preta, tudo desceu e ficou armazenado aqui na região né! E como ele ficou armazenado aqui durante 01 ano, a gente não pôde plantar devido à carga de enxofre que desceu, e isso matou as plantas porque as plantas absorveram o enxofre que tava no chão, e na água e as plantas foram morrendo, algumas que não morreram ficaram com cicatrizes, com algumas tortuosidades, porque elas conseguiram respirar, absorver aquele enxofre<sup>94</sup> e elas sofreram muito, as plantas mais resistentes conseguiram as mais fracas morreram todas. Aí a gente teve um ano de vazio sem poder plantar só acompanhando o solo pela instrução da Emater. E aí fazendo várias análises de solo até que o enxofre desapareceu após os oito meses pra nove meses o enxofre já tava bem baixinho a gente já começou a produzir e hoje nós estamos aqui graças a Deus tudo maravilhoso tudo verdinho, tudo produzindo [...] (ENTREVISTADO GRALHA AZUL).

Não obstante, esse fato alterou a propriedade dos estabelecimentos agrícolas da região, conforme o Gralha Azul:

[...] tivemos um grave atrapalho em nossas vidas aqui que acabou com praticamente 100% da agricultura da região e no município de Morretes também teve um estrago muito grande no mesmo dia, e aqui na minha região teve gente que teve perda de 100% e a maioria deles no desespero venderam suas propriedades e foram embora, hoje querem retornar e não podem [...] as pessoas que venderam hoje vem aqui e choram! Choram literalmente porque querem voltar e não têm condições de comprar de novo [...] geralmente as pessoas que compraram são pessoas de outra região, eles compraram aqui mais pra lazer né! Eles moram longe e aí eles vêm pra praia e aí eles têm as propriedades deles aqui e aí ele só usufrui do bom, que trabalhar mesmo aqui ninguém trabalha não, é só mesmo, é só lazer (ENTREVISTADO GRALHA AZUL).

Esse acontecimento contribuiu para modificar a realidade enfrentada pelos agricultores, que sem condições para permanecerem na área por um período sem produção,

---

<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Dez-anos-apos-desastre-no-Litoral-Defesa-Civil-promove-lives-para-relembrar-episodio>. Acesso em: 13 jun. 2022.

<sup>94</sup> Não foi encontrado material sobre o enxofre, houve grupos de pesquisadores da UFPR que realizaram pesquisas, resultando em artigos e dissertações, porém tratando dos aspectos ecológicos relacionados com as mudanças na diversidade de espécies de plantas com esses eventos naturais.

tiveram que vender os estabelecimentos muito baratos e, desse modo, quebrando o ciclo da reprodução social na agricultura.

### 8.2.2 Condição do agricultor em relação a propriedade da terra

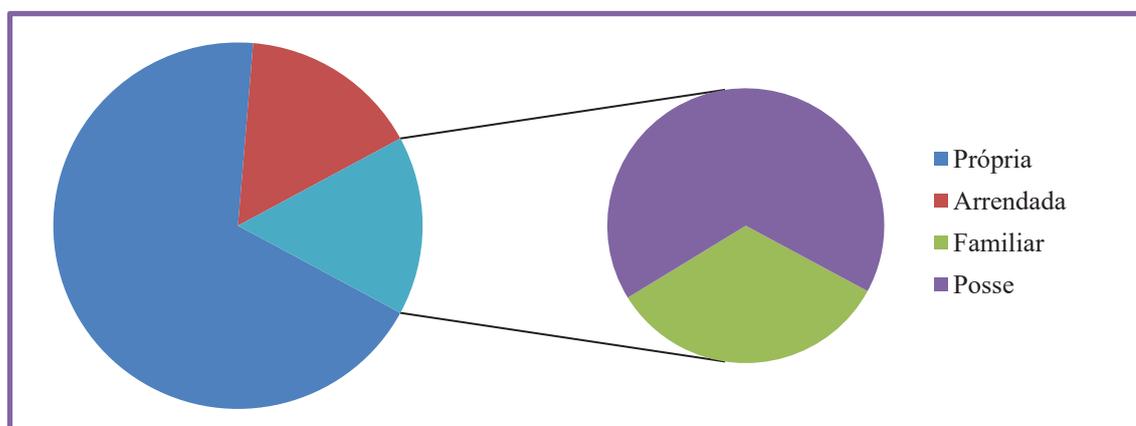
Um dos aspectos observados na pesquisa foi a condição do agricultor em relação às terras das unidades de produção, sendo identificados 04 (quatro) tipos de vínculos, dispostos na Tabela 10, sendo própria, arrendada, familiar e posse. Visualizadas por meio do Gráfico 2.

TABELA 10 - CONDIÇÃO DO AGRICULTOR EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE DA TERRA

Proprietários		Percentualmente	
<b>Própria</b>	13	<b>Própria</b>	68%
<b>Arrendada</b>	03	<b>Arrendada</b>	16%
<b>Familiar<sup>95</sup></b>	01	<b>Familiar</b>	5%
<b>Posse</b>	02	<b>Posse</b>	11%
		<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

FONTE: Elaborada pela Autora (2022).

GRÁFICO 2 - CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE DA TERRA



FONTE: Elaborado pela autora (2022).

A tipologia própria e familiar de agricultores/as familiares, os quais possuem a titulação da terra, somam 73% dos estabelecimentos agropecuários. Se acrescentarmos a categoria posseira, o percentual passa para 84%. Diferentemente da categoria arrendatária, o vínculo criado com a área, nessa categoria, almeja a permanência de uma relação de longo prazo, com os recursos naturais (terra, água, vegetação etc.), e com a região, constituindo raízes

<sup>95</sup> Essa categoria foi criada (proprietário familiar) com a intenção de apenas destacar uma diferença, pois, nesse caso, a terra não está dividida entre cada membro da família, toda a família trabalha na propriedade e apenas é identificada a área de cada um. Portanto, o somatório 74% é a soma dos 68% + 5% dos proprietários.

com a cultura e o jeito de produzir do ambiente local, indicando relações mais estáveis e duradouras.

De acordo com o Censo Agropecuário (2017), o percentual de agricultores/as familiares proprietários de terras, no Brasil, totaliza 81% dos estabelecimentos. No entanto, entre o público entrevistado do litoral do Paraná esse percentual é maior do que o percentual da média nacional, e menor do que a média do litoral do Paraná. Segundo o Censo Agropecuário por Município (2017), ele é de 93,69%, demonstrando uma alta concentração de terra no litoral do Paraná, como já foi evidenciado no capítulo referente à sua caracterização. Entre os/as agricultores/as pesquisados/as, a média dos estabelecimentos foi 14,6 hectares. Isto é, pertencentes à categoria dos 93,96% estabelecimentos agropecuários do litoral (0 – 100 há), contudo, detendo 27,16% das terras.

De acordo com a pesquisa realizada a campo, 16% dos/as agricultores/as são sem-terra. Razão pela qual, garantir as condições mínimas dos meios de produção, é condição elementar para a sustentabilidade da produção e reprodução social.

### **8.3 Produção local**

A produção é bastante diversificada, tendo em vista que foram computadas mais de 80 espécies de produtos vegetais e animais. Destaca-se que foram elencadas apenas as espécies e, dentro dessas, há muitas variedades, o que implica dizer o quanto é diversa a produção local. Por exemplo, banana, tem as variedades: caturra/nanica, prata, pratinha, da terra, são tomé, roxa, maçã, pacovã, cinza etc. Isso também vale para quem produz hortaliças como alface (crespa, lisa, americana etc.). A diversidade é uma das características e necessidade de quem atua na comercialização direta. Reafirmando que um dos atrativos dos consumidores da modalidade de compra direta é a variedade de alimentos (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018). De tal sorte que para garantir o negócio, os/as agricultores/as necessitam proporcionar diversidade de produção, oportunizando variados benefícios para o meio ambiente e para a segurança alimentar.

Assim, caso fossem descritas as variedades e não apenas as espécies, a lista contida na Tabela 11 seria extensa. A diversidade é grande, existem produtores que desenvolvem o Sistema Agroflorestal (SAF), com mais de 20 espécies de frutas, associadas com outras espécies, além da criação de animais. Quando há um produtor que atua substancialmente com uma atividade principal, por exemplo, o leite, isso decorre em razão da realização do processamento do produto no estabelecimento, onde são produzidos iogurtes, queijos, picolés, além da própria venda do leite no local. Porém, isso está associado a atrativos naturais para consumidores que

procuram belas paisagens na área rural, realizando o turismo de natureza ou turismo rural e compra de produtos artesanais.

TABELA 11 - VARIEDADE DE ALIMENTOS PRODUZIDOS NOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DO LITORAL

Legumes, hortaliças, grãos etc.	Frutas	Produção animal	Tubérculos e raízes
Variedades de Alfaces	Variedades de Bananas	Galinhas – produção de ovos	Gengibre
Variedades de Couves	Pocan	Galinha para corte	Mandioca
Cebolinha	Aracá-pera	Bovinos para leite e derivados	Inhame
Salsinha	Melancia	Suínos	Rabanete
Coentro	Pitaya	Caprinos	Taioba
Agrião	Lichia	Ovinos	Batata doce
Mostarda	Café	Apicultura	Beterraba
Variedades de abóboras	Cupuaçu	Galinha d'angola	Cenoura
Pepino	Jabuticaba	Diversas espécies de Peixes	Cará
Abobrinha	Laranja	Patos	<b>Subtotal = 09</b>
Chuchu	Cambuci	<b>Subtotal= 10</b>	
Acelga	Cereja negra	<b>TOTAL GERAL = 38 + 27 + 10 + 09 = 84</b>	
Brócolis	Cacau		
Repolho	Brejaúva		
Almeirão	Limão		
Acerola	Maracujá		
Milho	Araçá		
Açafrão	Açaí Jussara		
Tomate	Abacaxi		
Cheiro verde	Jaca		
Berinjela	Abacate		
Alho poro	Carambola		
Ervilha	Figo		
Plantas medicinais	Goiaba		
Rúcula	Mamão		
Pupunha	Mimosa		
Feijão	Amora		
Arroz	<b>Sub-Total = 27</b>		
Vagem	Certamente nesta tabela não consta toda a diversidade de alimentos cultivados. Contudo, foram estes mencionados ou lembrados pelos agricultores		
Jiló			
Quiabo			
Pimentas			
Ora-pro-nobis			
Orégano			
Pimentão			
Cana de açúcar			
Radite			
Urucum			
<b>Sub-Total = 38</b>			

A divisão entre legumes, hortaliças, grãos etc. foi utilizada para fins de identificação e diferenciação, não houve rigor “científico” na disposição. Por exemplo, o tomate é uma fruta, porém é normalmente utilizada como legume em saladas.

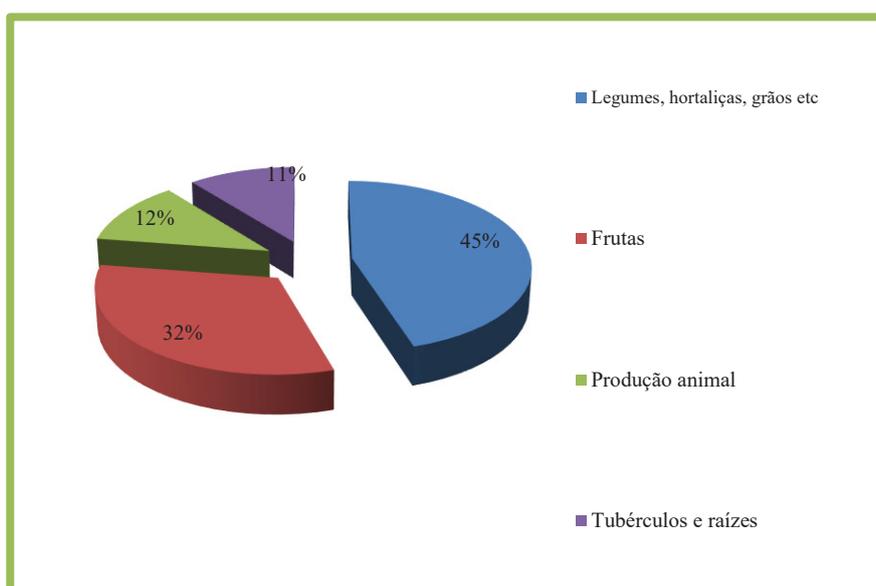


Cacho de brejaúva. Fonte: Internet. Disponível em: <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/palmeirabrejavva/index.htm>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

A partir do Gráfico 3, observa-se que na divisão realizada entre legumes, frutas, animais e tubérculos, a produção de hortaliças, legumes e grãos são preponderantes, correspondendo a 45%. A produção de frutas também é significativa, representando, 32%. A produção de tubérculos, embora apareça com o menor percentual, isso não significa em quantidade, mas na variedade das espécies. A criação de animais, ocupando 12% da produção total e tem grande importância para as famílias, não apenas em diversificação e garantia de proteína animal na alimentação das pessoas, mas na geração de renda, uma vez que a quantidade produzida não é diretamente proporcional à renda obtida.

GRÁFICO 3–PERCENTUAL DA PRODUÇÃO DOS GRUPOS ALIMENTARES NO ESTABELECIMENTO FAMILIAR



FONTE: Elaborado pela autora (2022).

Dos produtos comercializados no universo da feira de origem extrativa, a Brejauva – *Astrocaryum aculeatissimum*<sup>96</sup> da família das Arecaceae, foi uma das únicas a ser encontrada *in natura*. Embora o araçá – *Psidium cattleianum* (Myrtaceae) também seja de ocorrência

<sup>96</sup> Palmeira silvestre, cujos frutos são usados pelas crianças para fazer piões e as sementes são consumidas ao natural, funcionando como uma espécie de brinquedo de comer, numa gostosa e nutritiva distração, distribuída pelo bioma Mata Atlântica desde o sul da BA a SC. Disponível em: <http://www.klimanaturali.org/2011/06/brejauva-astrocaryum-aculeatissimum.html>, <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/palmeirabrejauva/index.htm> <https://portal.unisepe.com.br/univr/bosque-registro/e0008/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

natural na região<sup>97</sup> e utilizado em sucos comercializados, ele não foi citado como fruto extrativo.

### **8.3.1 A Assistência Técnica e a Extensão Rural – ATER**

A relação com a ATER é complexa. Embora na pesquisa fosse verificado que todos/as os/as agricultores/as tenham tido algum tipo de atendimento ou vínculo com a ATER, no entanto, são poucos/as técnicos/as para atender à demanda dos/as agricultores/as, de modo que o trabalho fica restrito ao auxílio de questões pontuais, por exemplo, emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) etc., sendo isso insuficiente para suprir os desafios que requer a produção agropecuária familiar. O entrevistado Fogo relatou que ele prefere assistir aos vídeos na internet, segundo ele, “é mais ágil e sabe do assunto que eu preciso” (ENTREVISTADO FOGO). De certo que, sim, pois aquele que vai falar sobre determinado assunto se prepara antes de ir para as câmeras.

De acordo com um técnico do IDR, ele atua nas seguintes áreas: organização e gestão rural; arranjo e participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR); organização das associações para a gestão do PNAE, PAA; orientação da produção e manejo de hortifruticulturas; atuação na agroindústria (boas práticas, cursos de capacitação e regularização); elaboração de projetos para captação – investimento e custeio; realização da articulação junto aos bancos; atuação na área da cidadania (acesso às políticas públicas); condução das cadeias produtivas de comercialização das feiras, PAA e PNAE; além de trabalhar com tamanhos temas e conseguir identificar, de imediato, uma doença em um universo de vegetais encontrados na região litorânea. Em tudo isso, o que parece espantoso é que, para ele, isso é algo vantajoso. Apesar da importância de todas essas políticas públicas, elas pulverizam a possibilidade de o técnico realizar uma ATER mais qualificada. Crê-se ser essa uma das causas da dificuldade de interlocução com os técnicos locais<sup>98</sup>.

As estruturas de assistência técnica vêm sofrendo um processo gradual de desmonte das entidades criadas ao longo da história da prestação de serviços dirigidos ao desenvolvimento rural e à atividade agropecuária. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica

---

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/lista-de-especies-nativas/araca-amarelo>. Acesso em: 14 jun. 2022.

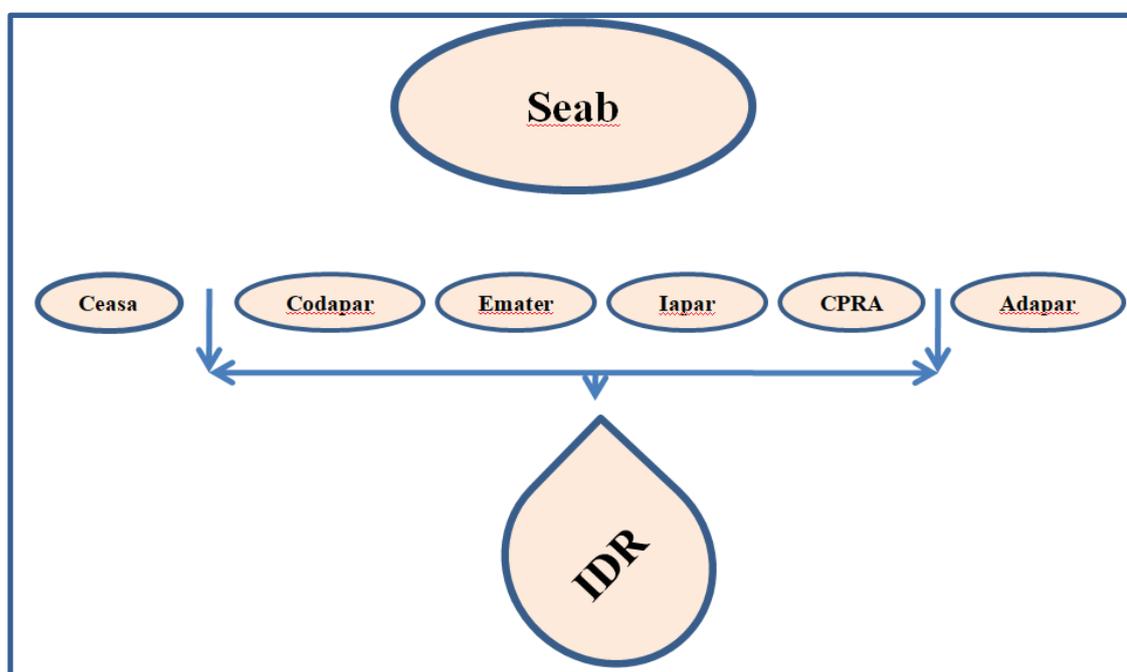
<sup>98</sup> Nesta pesquisa, por mais que se tenha tentado, não se conseguiu colaboração por parte dos técnicos que realizam a ATER para atuar ou que abrissem espaço à pesquisadora junto aos agricultores, isso dificultou em muito a pesquisa de campo.

e Extensão Rural (Embrater), criada em 1974, por exemplo, foi extinta em 1989<sup>99</sup>. Após a extinção dela, grande parte do aparato estatal destinado à prestação dos serviços de ATER pública em todos os estados do país passou a enfrentar, paulatinamente, a perda da capacidade de prestar um serviço de qualidade e abrangente para os/as agricultores/as em seus territórios de atuação. Com as dificuldades financeiras resultantes da considerável redução dos aportes financeiros nessas instituições, as empresas que não foram extintas viram sua atuação ser reduzidas pela crescente falta de funcionários e de orçamento para investimentos e custeio. Passaram a ser frequentes as evidências caricaturescas sobre dificuldade em prestar o serviço de ATER por falta de combustível para os veículos (CASTRO; PEREIRA, 2017).

No intuito de compreender as políticas e os programas destinados à agricultura familiar no litoral, entrevistou-se um representante da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (Seab) da regional Paranaguá. Segundo ele, o papel da Secretaria é de coordenação dos programas, o executor é o IDR, braço dela no campo.

Após a reestruturação, a Secretaria de abastecimento ficou com a seguinte estrutura, conforme Figura 14:

FIGURA 14 - ESTRUTURA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)



FONTE: Elaborada pela autora (2022).

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Das seis entidades que compõem a Secretaria, quatro delas foram incorporadas ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), quais sejam: a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), o Centro Paranaense de Referência Agroecológica (CPRA). A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e a Central de Abastecimento do Paraná (Ceasa) não foram incorporadas ao IDR pela Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019<sup>100</sup>. A Seab opera diversos programas, inclusive feiras e compras diretas da agricultura familiar. O coordenador destacou a importância da presença regional dela no litoral, contudo, evidenciou que o número de técnicos/as é pequeno, frente às demandas para atuar nas diferentes áreas do setor agropecuário e atender projetos e programas instituídos.

As circunstâncias em que se encontram os serviços de ATER nos conduzem, cada vez mais, a repensar as formas de conhecimentos desenvolvidos nos processos de difusão das práticas agrícolas. O modelo propalado no contexto da modernização da agricultura brasileira da ATER com técnicas difusionistas, onde a introdução de tecnologias possuía papel principal e os agricultores eram meros depositários de conhecimentos de pacotes tecnológicos exógenos, padronizados, e frequentemente inadequado às realidades dos agricultores familiares, carece-se de outra concepção. Essa proposição foi bastante discutida na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Para Nunes, Da Silva e De Sá (2020), a ATER comprometer-se-á em:

Propor um caráter mais extensionista com apelo à sustentabilidade no meio rural, e com ênfase em processos mais diversificados de desenvolvimento rural endógeno. Na concepção da PNATER são sugeridos a utilização de métodos mais participativos e tecnologia e conhecimentos na agricultura familiar baseados nos princípios da agroecologia, numa ação de ATER mais educativa e continuada com prática dialógica e uma pedagogia construtivista (NUNES; DA SILVA; DE SÁ, 2020, p. 859).

Contudo, na atual situação em que o Brasil se encontra, está cada vez mais difícil a implementação, em razão da falta de incentivos e cortes nos programas e políticas destinadas à agricultura familiar. Enquanto a fome alcança patamares alarmantes no país, o Governo Federal destruiu, e praticamente zerou o orçamento do principal programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com doação de comida para pessoas em situação de insegurança alimentar

---

<sup>100</sup> Disponível em:  
<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=230514&codItemAto=1430033>. Acesso em: 11 set. 2022.

e nutricional. E em 2014 o PAA dispôs de 430,06 milhões de reais, em 2021, contou com 58,9 milhões (TURTELLI, 2022)<sup>101</sup>.

### 8.3.2 Financiamento

Os recursos do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) continuam com papel preponderante frente às demandas da agricultura familiar. Para os/as agricultores/as entrevistados/as o financiamento tem sido destinado às atividades de investimentos nas agroindústrias, máquinas e implementos. Do total, 74% das famílias acessaram algum tipo de financiamento. Dessas, apenas 1 (uma) acessou o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), em virtude de ser aposentado como servidor público, portanto, não se enquadrar nos requisitos do Pronaf. As demais 26%, não acessaram ao financiamento agrícola foi em decorrência de: I. ser posseiro; II. não possuir a escritura da terra; III. ser arrendatário; e IV. não se enquadrar nos requisitos por outros motivos. Em relação ao custeio, um agricultor apresentou a seguinte ponderação:

Eu já fiz, mas agora você só faz em último caso, só se você precisar mesmo, se não, não vale a pena, porque os juros até que não é muito, mas tem muitas outras coisas que tem que pagar, seguro de vida, seguro de operação e etcétera, daí se você somar tudo, melhor não pegar o dinheiro, não vale a pena (ENTREVISTADO TERRA).

Embora nem todas as famílias consigam acessar ao financiamento, em razão dos limites da própria condição com a terra, todas destacaram a importância do acesso ao crédito, pois, ainda que as taxas e juros estejam condicionando à admissão aos financiamentos, o que precisa é melhorar essa situação, já que o financiamento para a agricultura familiar é fundamental ao aporte dos investimentos necessários para o desenvolvimento da produção, comercialização e consequente melhoria de vida das pessoas do campo.

---

<sup>101</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 12 jun. 2022.

## 8.4 A comercialização

FIGURA 15 - MODO DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA (AS FEIRAS)



FONTE: Internet (2022)<sup>102</sup>.

### 8.4.1 A Feira Regional de produtos agrícolas, pesca e do artesanato, ou Feira da Catedral<sup>103</sup>

A feira da agricultura familiar de Paranaguá é tão importante para a manutenção de renda das famílias que há agricultores/as que permanecem nesse espaço desde que iniciou a feira há 31 anos. No Anexo 6 consta o estatuto da feira, nele, é possível identificar as normas gerais que os feirantes devem seguir para se integrarem e manterem comercializando, além de outras regras infra estatutária, cujo regulamento foi se atualizando ao longo dos anos. Um dos agricultores entrevistados disse que acompanhava os pais quando ele ainda era criança e, ao se aposentaram, o primogênito deu continuidade aos trabalhos na feira. Atualmente, trabalha com

<sup>102</sup> Disponível em: [https://docs.google.com/document/u/0/d/1L6gMovAgrhNVvJQkKkMrcQ-rNz0FPkTomByQVfCdwU/mobilebasic?urp=gmail\\_link](https://docs.google.com/document/u/0/d/1L6gMovAgrhNVvJQkKkMrcQ-rNz0FPkTomByQVfCdwU/mobilebasic?urp=gmail_link). Acesso em: 03 jul. 2022.

<sup>103</sup> Matéria apresentada no jornal com um pouco da história da feira, disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/38319/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/feira-de-paranagua-30-anos-de-historia/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

a esposa e a filha mais velha, que, às vezes, colabora. Conforme a Figura 16, a tradição se mantém, tendo em vista que aquele filho que acompanhava os pais dele, no contexto atual, traz a filha caçula, que brinca sobre as caixas da feira enquanto os pais atuam na comercialização.

FIGURA 16 - CRIANÇA BRINCANDO SOBRE AS CAIXAS NA FEIRA



FONTE: Capturada pela autora (2022).

Um dos grandes atrativos da feira para os/as produtores/as é a capacidade que elas têm de proporcionar o ingresso de renda semanalmente, pois, para alguns agricultores/as, essa é a maior fonte, uma vez que com a venda em casa e as cestas agroecológicas o faturamento é bem menor. Para a agricultora da família Ar, com o que se auferem semanalmente, “[...] eu consigo investir, eu consigo ter uma noção do que eu consigo gastar e o que eu não posso, e garantir o sustento semanal da minha família” (ENTREVISTADA AR). Ainda que haja variação na quantidade comercializada na feira, o/a produtor/a tem a garantia de faturamento.

No caso dos programas institucionais como o PAA e PNAE, mesmo que a entrada de recurso não seja semanal, a participação nos programas possibilita a comercialização e garante às famílias a capacidade de organização e planejamento da produção e, assim, assegurarem a reprodução social. A entrada fixa de renda é tão importante que na pesquisa realizada por

Kischener, Kiyota e Perondi (2015), demonstrou-se que a preferência dos agricultores pela atividade leiteira decorre, em grande medida, da capacidade que esse setor apresenta em proporcionar renda fixa. Ainda que a entrada de renda seja mensal, ela possibilita maior mobilidade econômica, permitindo o planejamento de novos investimentos, bem como a manutenção na atividade produtiva.

Ela é entendida enquanto reprodução realizada por meio do trabalho humano em interação com a natureza, retirando dela os meios para sua sobrevivência, constituindo-se enquanto ser social pelo processo de produção e reprodução da vida na sua totalidade, que de modo mais extenso reflete: I. a produção dos meios para a sobrevivência humana, numa dimensão referente às condições econômicas de produção; e II. ampliada às relações sociais de indivíduos, grupos e classes, numa dimensão da vida social que engloba a reprodução espiritual, as formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas e religiosas (PFEIFER; ADAMS, 2016).

Para Araújo e Ribeiro (2018), a quantidade a ser produzida, consumida e comercializada é ditada pelo impacto de uma variedade de fatores inter-relacionados. Nos espaços da agricultura familiar não é a dinâmica comercial que direciona e organiza a produção, mas sim aquilo que as famílias e consumidores julgam ser necessário.

Sendo assim, na feira é rica a diversidade de produtos, dos mais de 80 alimentos identificados na produção, quando processados, eles são mais de 100. A Tabela 12 mostra os itens identificados na feira de Paranaguá.

TABELA 12 - VARIEDADE DE ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE PARANAGUÁ

<b>In natura-Vegetal</b>	<b>Processados</b>	<b>Origem Animal</b>
1. Maracujá	. Molhos diversos	. Galinha bandeja
2. Milho	. Pasteis	. Galinha caipira – inteira
3. Abóboras diversas	. Bolos diversos, inclusive, sob encomenda	. Ovo vermelho
4. Plantas medicinais e ornamentais	. Massa de pastel, panquedel, nhoque, macarrão, etc.	. Carnes de galinha d'angola
5. Couves diversas	. Coxinhas diversas	. Leite
6. Cebolinha	. Empadões	. Mel
7. Salsinha	. Biscoitos diversos	. Própolis
8. Coentro	. Berereca	. Queijos
9. Agrião	. Bijus	0. Peixes diversos
10. Mostarda	0. Pães diversos	1. Iogurtes
11. Tomates diversos	1. Chips de banana	2. Picolés
12. Pepino	2. Chips de mandioca	3. Carnes de patos
13. Alfaces diversas	3. Sucos diversos sabores e tamanhos	4. Carnes de ovinos
14. Abobrinha	4. Conservas diversas (chuchu, pepino, quiabo...)	5. Ovo caipira
15. Batata doce	5. Hambúrgueres	6. Carnes de Suínos
16. Chuchu	6. Balas de banana	7. Carnes de caprinos
17. kit sopa	7. Polpas de açaí, acerola e várias outras	<b>SUB-TOTAL = 17</b>
18. Acelga	8. Sal aromatizado	
19. Açafraão	9. Cafés prontos e variados	<b>TOTAL = 111</b>
20. Brócolis	0. Farinha	
21. Repolho	1. Mandioca congelada	
22. Almeirão	2. Diversos tipos de doces	
23. Bananas diversas	3. Diversos tipos de compotas	
24. Mimososa	4. Goma fresca	
25. Pocã	5. Iguaba de mandioca	
26. Brejaúva	6. Temperos diversos (cebolinha, salsinha, coentro, açafraão, etc).	
27. Melancia	7. Tortas	
28. Mudanças de hortaliças	8. Cachaças	
29. Cenoura	9. Cuscuz de mandioca	
30. Inhame	<b>SUB-TOTAL = 29</b>	
31. Radite		
32. Berinjela	<b>Continuação - produtos in natura</b>	
33. Cheiro verde	53. Mamão	
34. Alho poro	54. Goiaba	
35. Salgados variados	55. Quiabo	
36. Gengibre	56. Pimentas	
37. Mandioca	57. Ora-pro-nobis	
38. Ervilha	58. Orégano	
39. Pupunha	59. Pimentão	
40. Pitaya	60. Rabanete	
41. Lichia	61. Taioba	
42. Feijão	62. Urucum	
43. Arroz	63. Abacate	
44. Cará	64. Carambola	
45. Rúcula	65. Figo	
46. Beterraba		
47. Vagem	<b>SUB-TOTAL = 65</b>	
48. Jiló		
49. Café		
50. Jabuticaba		
51. Laranja		
52. Amora		



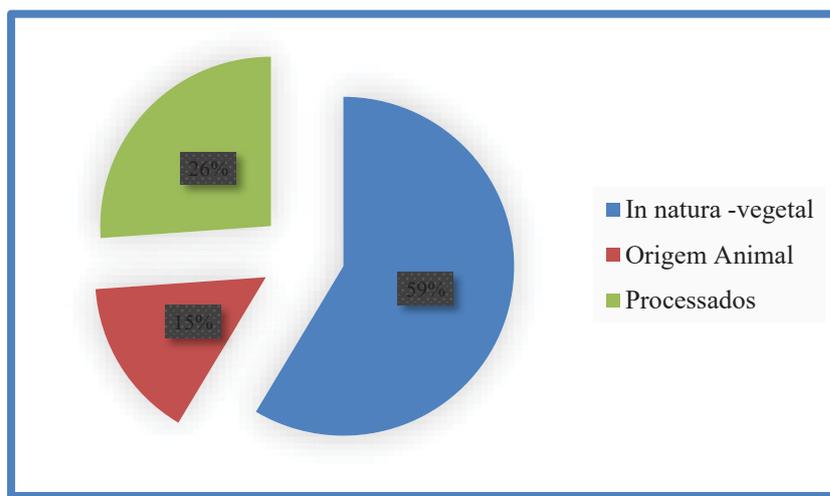
Cachaças e sucos



Derivados de mandioca

Foram identificados 111 produtos alimentícios, distribuídos entre aqueles de origem vegetal (*in natura* e processados) e de origem animal (*in natura* e com algum nível de processamento). Essa é a maior feira de produtos da agricultura familiar de Paranaguá<sup>104</sup>, possivelmente, do litoral, que acontece de forma regular<sup>105</sup>. O Gráfico 4 apresenta a proporção dos grupos alimentares comercializados.

GRÁFICO 4 – PERCENTUAL DOS ALIMENTOS *IN NATURA*-VEGETAL, DE ORIGEM ANIMAL E PROCESSADOS COMERCIALIZADOS NA FEIRA DE PARANAGUÁ



FONTE: Elaborado pela autora (2022).

A feira da agricultura familiar de Paranaguá tem se constituído como evento que faz parte da história da cidade, tanto que, em 2022, foi instituída a Lei nº 4.111 de 10 de janeiro<sup>106</sup> oficializando-a como evento social, econômico, patrimônio imaterial e cultura do município. Na cidade existem outras feiras, contudo, comercializando outros tipos de produtos.

#### 8.4.2 Programas institucionais – PAA e PNAE

<sup>104</sup> Pode-se enunciar que no litoral, de forma permanente.

<sup>105</sup> Segundo a Secretaria de Agricultura do município, no sábado à noite há a feira da lua, no aeroparque, na sexta durante a manhã há A feira da Rua Fernando Amaro, além do domingo, onde acontecia uma feira na praça dos bombeiros, a feira deixou de existir, mas uma barraca que comercializa salgados, e participa também no sábado, na feira da catedral, permaneceu atuando todos os domingos. Contudo, estas outras feiras apresentam um caráter mais urbano com produtos que não, necessariamente são da agricultura familiar.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2022/412/4111/lei-ordinaria-n-4111-2022-institui-e-oficializa-a-feira-municipal-de-produtos-agricolas-pesca-e-do-artesanato-como-evento-social-economico-patrimonio-imaterial-e-cultural-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=FEIRA+do+produtor+COMO+PATRIM%C3%94NIO+IMATERIAL+DE+PARANAGU%C3%81>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Segundo Cunha, Freitas e Salgado (2017), a partir dos anos 2000, em decorrência de diversos problemas no meio rural, surgiram um conjunto de ações que impactaram positivamente a agricultura familiar, destacando-se os programas institucionais PAA e PNAE, ampliando a renda dos produtores por meio da venda de seus produtos, promovendo os CCCs e a aproximação de consumidores e produtores. Os autores evidenciaram diversas transformações no público-alvo, economicamente, verificou-se o estímulo à diversificação da produção, aumento de renda, ampliação de postos de trabalho de base familiar no setor agrícola e o acesso a novos mercados. Socialmente, os programas estimularam o fortalecimento da organização local dos agricultores e ampliaram a participação de membros da família, como as mulheres e os jovens. Ambientalmente, intensificou a adoção de práticas sustentáveis por meio da produção de alimentos livres de agrotóxicos, além da valorização dos saberes culturais. Quanto à segurança alimentar, os programas colaboraram para a ampliação do leque de alimentos disponíveis à família, auxiliando no combate à fome e à desnutrição, melhorando a saúde e a qualidade de vida das pessoas do campo (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

Na perspectiva de Cunha, Freitas e Salgado (2017), os programas institucionais foram um marco da comercialização na agricultura familiar, valorizando-a por meio de um conjunto de políticas públicas essencialmente voltadas a permitir o acesso ao mercado da pequena produção familiar.

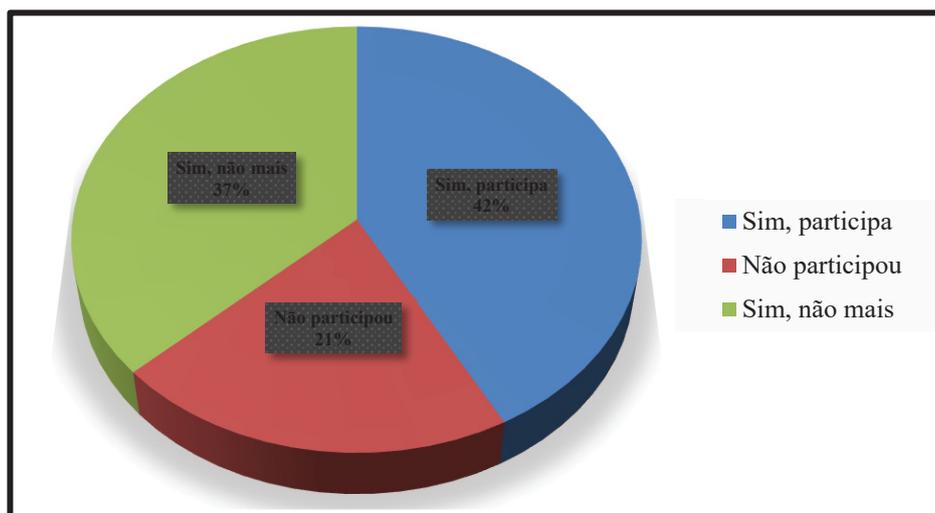
Conforme já mencionado, com o desmonte das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, os programas como PAA e PNAE enfrentam problemas na região pesquisada. A Tabela 13 lista a relação em que os/as agricultores/as se encontram frente ao programa agora. Por intermédio do Gráfico 5, também é possível visualizar a participação dos/as agricultores/as do litoral do Paraná.

TABELA 13 - PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA COMERCIALIZAÇÃO NOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

<b>Produtor</b>	<b>Participa ou participou</b>	<b>Porque continua porque saiu</b>
Ar	Sim, participa	Continua participando, pois é garantia da entrada de recursos financeiros. Já representou 50% da renda mensal.
Solo	Sim, não mais	Não estava mais compensando
Saguarú	Não participou	Não se manifestou
Fogo	Sim, não mais	Entregava iogurte, porém as medidas sanitárias se tornaram inatingíveis, preferindo sair do programa, além de problemas de atrasos no pagamento.
Araçá	Sim, não mais	Não estava mais compensando
Açaí-Jussara	Não participou	Não preenche os requisitos, um dos dirigentes da família tem aposentadoria como servidor público.
Saíra	Sim, não mais	No momento, está sendo mais interessante a feira, por conta do dinheiro à vista e o preço ser melhor, se tivesse algum produto encalhado poderia ser viável, porém, não há.
Marumbi	Sim, não mais	Chegou um momento em que os fornecedores tinham de entregar na porta das escolas, a quantidade era pouca e não compensava o investimento.
Guará	Não participou	O sítio é familiar, o casal em especial, não entregou
Bicudinho do brejo	Sim, participa	Entrega bolos e pães
Gralha azul	Sim, participa	Está entregando, mas não está compensando, uma vez que produz alimento orgânico, mas a Associação não é cadastrada como tal.
Aroeira	Sim, participa	Hortalças é uma renda garantida
Água	Sim, participa	Entrega biscoitos e pães
Brejaúva	Não participou	Não se enquadra nos requisitos
Tiê-sangue	Sim, não mais	Não tinha produção suficiente, entregava banana
Manjuba	Sim, participa	Mas, está com dificuldade, por conta das regras que estão mudando. Mas eles são importantes por conta da segurança que dão, é seguro, podem se organizar para produzir.
Terra	Sim, não mais	Não está compensando, a produção já tem destino certo, feiras e quitandas.
Guanandi	Sim, participa	Entrega pouca produção, mas ainda está compensando, em razão da garantia da renda.
Mar	Sim, participa	Sim, este ano ainda não. Mudaram as regras, desta forma está mais difícil, mas considera importante pela segurança que o programa representa para o planejamento da produção.

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

GRÁFICO 5–PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS



FONTE: Elaborado pela autora (2022).

Das 19 famílias pesquisadas, 4 (quatro), ou 21%, não participaram ou continuam participando do programa. Porém, isso decorreu da inadequação ao enquadramento e não porque os programas não eram relevantes. Na atualidade, o PAA não está mais presente para o conjunto desses/as agricultores/as, conforme já citado, em razão dos cortes sofridos desde 2013. O PNAE se mantém, todavia, para 8 (oito) famílias, ou 42%, o programa deixou de ser interessante, alguns dos motivos foram elencados na Tabela 13, fruto do desmonte paulatino sobre as políticas públicas destinadas à agricultura familiar e à segurança alimentar no Brasil. Contudo, ainda assim, 42% das famílias continuam participando e se mantêm em decorrência do que representa a garantia da comercialização para programara produção e a segurança de renda mensal e anual.

No período recente da história, em que a agricultura familiar brasileira foi mais fortalecida, o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008, tinha por objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, de maneira a constituir a integração de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas (SILVA et al., 2018). Ele foi fundamental para as regiões com alta vulnerabilidade social. Todavia, logo que assumiu a presidência do país, em 2016, Michel Temer expediu a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, alterando e revogando os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Logo, isso já demonstrava sinais claros do descompromisso dos governos a partir de 2016.

### 8.4.3 Cestas agroecológicas no litoral do Paraná

Objetivando o fortalecimento do vínculo campo-cidade, conectando os/as produtores/as da agricultura familiar e agroecológica com consumidores conscientes de seu papel nesse circuito, as cestas agroecológicas expandiram-se nos últimos anos fruto da necessidade de diversificar as estratégias de comercialização. Conforme Balem et al. (2017), uma forma relativamente nova nos centros urbanos, porém derivado de um dos mais antigos formatos de comercialização da agricultura familiar: “o ato de quitanda”.

No litoral do Paraná, com o avanço da pandemia da Covid-19, o principal meio de comercialização direta do litoral – feira de Paranaguá – fechou, acarretando prejuízos aos produtores locais em decorrência da falta de opção à venda dos seus produtos. Dos 19 (dezenove) produtores/as entrevistados/as, 3 (três) comercializavam apenas para as cestas agroecológicas. Dos 16 (dezesesseis) agricultores/as que participam na feira de Paranaguá, 2 (dois) comercializavam também nas cestas. Outros 2 (dois) comercializaram no começo do projeto das cestas no litoral, mas já haviam deixado de entregar. Segundo eles, a demanda era pequena e requeria uma logística que tornava inviável a venda. Além de outra família que é integrante da feira e tem seu próprio grupo de WhatsApp onde comercializa alimentos orgânicos.

Em entrevista com um dos coordenadores do projeto das cestas no litoral, ele informou que esse fato criou as condições à expansão da comercialização das cestas agroecológicas no litoral, contudo, em razão de possuir poucos produtores na região, a proposta foi buscar parceria com a CCA, que depois de construída a cooperação entre o coletivo da UFPR litoral e a CCA, formou-se o grupo de WhatsApp, em que o público-alvo eram professores e alunos da própria universidade, buscando construir redes de ampliação. As entregas iniciaram na UFPR litoral, em Matinhos, no ano de 2020.

Após dois meses de funcionamento foram inseridos os/as agricultores/as do litoral. Um dos coordenadores da proposta no litoral acrescentou que havia um trabalho anterior de preparação realizado pela UFPR junto aos agricultores locais, construindo, assim, as condições e possibilidades de venda dos produtos por meio das cestas agroecológicas. Efetuou-se um movimento destinado a organizar a logística de entrega e armazenamento, nesse período o trabalho era manual (planilhas de Excel), posteriormente, buscou-se descentralizar, sendo

incluído o coletivo de convivências agroecológicas de Matinhos<sup>107</sup>. Em agosto de 2020 começou a transição para outro sistema tecnológico que facilitou o trabalho.

Inicialmente, além da distribuição das cestas, havia a feirinha no local, bem como estímulo aos/as consumidores/as para destinarem algum valor para que fosse direcionado às doações para populações em situação de vulnerabilidade social, mediado por meio de alguma entidade que desenvolvesse ações junto a esse público.

Em fevereiro de 2021, as cestas passaram a ser entregues em Guaratuba, no começo funcionou no Colégio Estadual Prefeito Joaquim da Silva Mafra, no Cohapar<sup>108</sup>. As entregas eram associadas à instalação de uma feirinha, entretanto, com o avanço da pandemia, ela precisou ser suspensa e a escola, que teve as aulas suspensas, não poderia manter esse tipo de atividade nela, diante disso, o local de entrega das cestas precisou ser alterado passando a ser na igreja São Francisco no mesmo bairro, sendo as feiras suspensas.

Em decorrência do avanço das vacinas de combate à Covid-19, logo a feira de Paranaguá voltou a funcionar e a vida retornou a certa normalidade, alterada no período da pandemia, e as vendas de cestas agroecológicas passaram a deixar de ser interessantes, tanto por parte daqueles produtores que participam da feira, os quais puderam retomar a venda de seus produtos, bem como dos próprios consumidores que já dispunham de maior liberdade para adquirir. Logo, somada às dificuldades do grupo que organizava a entrega das cestas, conduziram para que, ao final do ano de 2021, em razão do recesso do final de ano, essa organização só voltasse a funcionar no final de abril de 2022<sup>109</sup>.

Durante esse período de desmobilização, os/as produtores/as locais já não estavam mais participando e as cestas, que chegaram a ser de mais de 90 no pico das entregas, na entrega de 27 de julho de 2022 foram de apenas 19 (11 Matinhos e 8 Guaratuba). Portanto, se não houver um movimento de rearticulação, ela deixará de ser viável para a CCA, possivelmente, no momento, continuam mantendo o projeto, em razão de que a proposta é maior do que apenas a venda dos produtos agroecológicos, mas está associada a um projeto de transformação social, afirmou um dos coordenadores da CCA-PR.

---

<sup>107</sup> Maiores informações sobre o grupo podem ser encontradas na página disponível em: <https://www.facebook.com/cca.matinhos/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

<sup>108</sup> Utilizando dos meios de comunicação para divulgação, fora publicada a primeira matéria neste jornal para divulgar as cestas agroecológicas no litoral do Paraná. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/34290/noticias/reportagem/projeto-oferece-cestas-agroecologicas-e-solidariedade-na-crise/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

<sup>109</sup> Mais uma matéria, no sentido de divulgar para que as pessoas voltassem a adquirir as cestas agroecológicas. Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/51427/noticias/reportagem/cestas-agroecologicas-voltam-a-ser-entregues-em-guaratuba-e-matinhos/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

Na atualidade, os grupos de WhatsApp de Matinhos constam com 229 participantes e, o de Guaratuba, com 122. Não obstante, destacam-se outros grupos: o de reserva de orgânicos organizado por uma família de Morretes, com 246 participantes; o grupo do agricultor Ambrósio de Paranaguá, com 246 participantes, com diversos produtos não orgânicos. Segundo uma consumidora, os produtos são de boa qualidade, mas supõe-se não ser de produção própria, muitos podem ser da Ceasa, porém não houve investigação nesse sentido.

Em razão da importância da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR) na viabilização das cestas agroecológicas, visitou-se a Central das cooperativas em Curitiba, sendo entrevistada uma das coordenadoras. De acordo com ela, a iniciativa desse formato no estado do Paraná é fruto da articulação da Cooperativa Terra Livre (Lapa/PR), Incubadora Trilhas de Economia Solidária (PUC/PR), Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel (Cecopam), Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria) e Sinergia Alimentos Saudáveis, no ano de 2016.

A proposta passou por uma fase experimental junto à PUC/PR, o que demandou ampliar a iniciativa para outros públicos da periferia da cidade, onde trabalhadores/as voluntários/as no cadastramento e acompanhamento do público beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos sentiam falta de que suas famílias também experimentassem os mesmos alimentos saudáveis fornecidos no programa. Dessa forma, a Paróquia São Pedro Apóstolo (Xaxim) e São José das Famílias (Sítio Cercado) acolheram os/as primeiros/as consumidores/as, semanalmente, que apreciavam os produtos trazidos da Lapa e podiam ser escolhidos na feira, informou a coordenadora.

Essas redes alimentares alternativas ao modelo industrial agroalimentar predominante possui o tipo de característica essencial, como a cooperação social por meio das parcerias entre produtores/as e consumidores/as, colaborando para a valorização da sustentabilidade que conecta produção e consumo, impulsionando os mercados locais, de maneira a valorizar a identidade territorial e a circulação de produtos com qualidade diferenciada, o que permite ao consumidor/a o conhecimento necessário sobre onde, por quem e como foi produzido o produto que está adquirindo (DAROLT et al., 2016; CONTRIGIANI et al., 2020).

Nesse sentido, de acordo com a coordenadora, ao longo do período, surgiu dos/as próprios/as consumidores/as a intenção de criar o primeiro grupo de WhatsApp, o que facilitou os pedidos dos produtos que viriam para a cidade na semana. Todavia, o projeto foi crescendo e foram se complexificando as ações para garantir a logística das cestas, entre os anos 2017 e 2018, a Cooperativa Terra Livre ganhou reforço da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR), que reúne 19 cooperativas espalhadas pelo Estado e dialoga com outras

associações cooperadas de diferentes regiões do país. Em setembro de 2018, a CCA ingressou na Rede Paranaense de Economia Solidária Campo Cidade - Rede Mandala, de modo a potencializar a iniciativa de integração Campo e Cidade, mantendo a parceria de produção e relação com os produtos da terra. A Figura 17 apresenta a página da internet para acesso às compras<sup>110</sup>.

FIGURA 17 - PRODUTOS DA TERRA



FONTE: Internet (2022).

Nas cestas de produtos da terra, consta-se uma variedade de aproximadamente 200 itens, distribuídos entre diversos produtos ou categorias, entre eles: folhosas, legumes e caules, tubérculos e raízes, frutas e sementes, temperos, ervas medicinais, frios, polpas de frutas agroecológicas, grãos e farinhas, panificados, doces e geleias, leites, bebidas alcoólicas, sucos integrais, sucos naturais, massas, conservas e antepastos, mercearia, derivados de porco, cosméticos naturais, cestas fechadas e exclusividade produtos da terra PR.

Seu formato comumente é aberto, isto é, o/a consumidor/a escolhe a cada semana os itens disponíveis de acordo com sua necessidade. Não obstante, associam outros formatos. Também são promovidas feiras permanentes na cidade de Curitiba e feiras pontuais em eventos organizados por outros coletivos e/ou entidades parceiras. Os produtos comercializados vêm de cooperativas da Reforma Agrária, da agricultura familiar e coletivos da Economia Solidária participantes da Rede Mandala, sendo todos eles hortifruti *in natura* orgânicos certificados pela Rede Ecovida.

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.produtosdaterrapr.com.br/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

#### **8.4.4. A composição de preços na comercialização das famílias**

Quanto à composição dos preços dos produtos, todos/as os/as participantes utilizam-se de várias combinações para compô-los. Algumas estratégias foram, entre outras: preço do concorrente/vizinho, preços dos supermercados e outros estabelecimentos, posteriormente, realizam uma média. Para quem faz salgados, analisa também os preços dos itens que adquire para a elaboração dos produtos. No caso dos orgânicos, foi citado o seguinte método: verifica os preços dos convencionais no mercado, dependendo do ano, coloca 40-45 a 50% a mais nos preços dos alimentos orgânicos.

#### **8.4.5 A variação de preços na comercialização das famílias**

Durante o período de aproximadamente 1 ano, houve variação significativa de preços. Em 1º de maio de 2021, foram pesquisados os preços na feira de alguns itens e, em 09 de julho de 2022, repetiu-se a mesma pesquisa, conforme Tabela14.

TABELA 14 - VARIAÇÃO DE PREÇO NO PERÍODO DE 01 ANO

Produto	Unidade	Preço em 1º de maio 21	09 de jul 22	Variação
Galinha	Bandeja	R\$ 12,00	R\$ 20,00	67%
Ovos vermelho	Dúzia	R\$ 8,00	R\$ 10,00	25%
Alface lisa	Unidade	R\$ 1,50	R\$ 3,00	100%
Alface crespa	Unidade	R\$ 1,50	R\$ 3,00	100%
Alface americano	Unidade	R\$ 2,50	R\$ 4,00	60%
Couve folha	Unidade	R\$ 2,00	R\$ 3,00	50%
Cebolinha	Maço	R\$ 0,75	R\$ 1,00	33%
Salsinha	Maço	R\$ 2,00	R\$ 2,50	25%
Coentro	Maço	R\$ 2,00	R\$ 2,50	25%
Agrião	Maço	R\$ 3,00	R\$ 3,50	17%
Mostarda	Maço	R\$ 2,50	R\$ 3,00	20%
Tomate	Kg	R\$ 4,00	R\$ 5,00	25%
Abobrinha	Kg	R\$ 3,00	R\$ 4,00	33%
Batata doce	Kg	R\$ 3,00	R\$ 4,00	33%
Chuchu	Kg	R\$ 3,00	R\$ 5,00	67%
Acelga	Unidade	R\$ 4,00	R\$ 5,00	25%
Couve flor	Unidade	R\$ 5,00	R\$ 6,00	20%
Brócolis	Unidade	R\$ 4,00	R\$ 5,00	25%
Repolho	Unidade	R\$ 3,00	R\$ 4,50	50%
Almeirão	Maço	R\$ 2,50	R\$ 3,00	20%
Banana Prata	Kg	R\$ 3,00	R\$ 5,00	67%
Banana Caturra	Kg	R\$ 2,50	R\$ 4,00	60%
Banana da terra	Kg	R\$ 6,00	R\$ 8,00	33%
Pocã	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,50	17%
Mimosa	Kg	R\$ 3,00	R\$ 3,50	17%
Pinhão	Kg	R\$ 8,00	R\$ 10,00	25%
<b>VARIAÇÃO MÉDIA</b>				<b>38%</b>

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

Na média geral, o aumento foi de 38%, contudo, houve alimentos como a alface lisa e crespa, que sofreram 100% de acréscimo, e aqueles alimentos com menor variação de preço, a somatória foi de 17% (pocan, agrião e mimosa). Considerando que, quando o aumento é de um alimento substituto, é possível trocá-lo por outro (manteiga e margarina), o que é diferente quando o aumento é de um produto, por exemplo, o arroz com feijão, os quais fazem parte da dieta básica alimentar brasileira. Tendo em vista que o aumento do salário-mínimo, em 2022, foi de 10%, a defasagem é grande.

Quando perguntados se tentavam compor os preços pela mão de obra, insumos etc., os entrevistados responderam que até participaram de curso onde foi ensinado a realizar a composição de preços dos alimentos que produziam, entretanto, confessaram que têm medo de fazer isso e ver que não está compensando, uma vez que esse é meio de viabilizar suas vidas. Conforme Araujo e Ribeiro (2018), ainda que a agricultura familiar seja capaz de assegurar a manutenção das famílias por meio da atividade agrícola, garantindo a alimentação e gerando renda, ela, em muitos casos, não é mensurável pelo sistema contábil tradicional, ou inconsistente quando os métodos convencionais são aplicados à economia camponesa. Mesmo que se haja um sistema produtivo rural familiar, essas atividades não geram salários, tampouco lucros (do ponto de vista dos conceitos da economia para salário e lucro).

O fato de empregar a mão de obra da própria família na atividade é uma das razões da manutenção dos/as agricultores/as no campo. Considerando os custos de produção na planilha da Conab para a safra 2021/2022 em plantio convencional para a um hectare de alho no município de Cunha/RS, a despesa com mão-de-obra era de R\$25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais)<sup>111</sup>. Decerto que os/as agricultores/as utilizam outras lógicas de produção, porém denota que ela emprega sua própria força de trabalho na atividade, gerando seu próprio trabalho/emprego. A agricultura familiar dá trabalho para 10 milhões de pessoas, correspondendo a 67% da força produtiva ocupada em atividades agropecuárias (IBGE/2017).

Quando os participantes foram questionados sobre a reinvestimento na produção, eles responderam que vão investindo à medida que os negócios vão expandindo e naquilo que há maior necessidade. Entretanto, não há um planejamento antecipado, ponderações etc., seguem reinvestindo naquilo que dar retorno.

Em relação à pergunta sobre divulgação dos seus produtos, individualmente, alguns têm redes digitais, além do WhatsApp. Coletivamente, para a feira existe uma boa divulgação nos mecanismos de rádio e redes digitais de Paranaguá, em que eles contribuem com um valor semanal e isso possibilita ter um espaço nas rádios e outros meios. Também distribuem brindes, conforme a Figura 18.

---

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao/planilhas-de-custo-de-producao/itemlist/category/789-alho>. Acesso em: 03 set. 2022.

FIGURA 18 - CESTA COM PRODUTOS SORTEADOS NA FEIRA



FONTE: Capturada pela autora (2022).

No exemplo dado, cada feirante doa algo para o sorteio realizado ao final da feira. Outra ação no aspecto da divulgação, que está acontecendo mais recentemente, é uma barraca de som, ao que eles denominam de animador, instalando-se entre os feirantes todas as manhãs de sábado tocando música e realçando a qualidade dos produtos. Isso, por sua vez, contribui para que os feirantes possam ir encontrando formas de divulgar seus alimentos e aumentar as vendas. Há uma responsável pela divulgação da feira, de modo que ela se torna mais dinâmica. Os feirantes se utilizam de outros mecanismos, por exemplo, o último evento foi a festa-feira, realizado no final de agosto em comemoração aos 31 anos de existência dela, conforme matéria<sup>112</sup>.

Todos são unânimes em afirmar que os dois últimos sábados de cada mês são os mais difíceis para as vendas, em decorrência de que os/as consumidores/as recebem no início do mês, e ao final resta poucos recursos para serem gastos na feira. Contribuindo, assim, para a redução das vendas nessa parte do mês.

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/55339/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/festa-feira-comemorou-31-anos-da-feira-de-paranagua/>. Acesso em 02 set. 2022.

Para a comercialização direta da agricultura familiar, a questão da identidade do produto vai além daquela vinculada a uma marca<sup>113</sup>. Ela está intimamente associada à demanda de consumidores que têm levado em consideração seus atributos e valores culturais. Tais características “são expressas nas relações de proximidade entre produtores e consumidores, com base em aspectos históricos, tradição, modo de vida, preocupação com a segurança alimentar e, de modo geral, no saber-fazer cultural do seu processo de produção” (ESTEVAM; SALVARO; DOS SANTOS, 2018, p. 264). Prezando pela dimensão da qualidade com base nos valores culturais e simbólicos dos alimentos, e ainda segundo os mesmos autores, a integração entre produção e consumo nos CCCs valoriza os produtos artesanais locais e suas características histórico-culturais enraizadas socialmente, onde os valores da confiança, localidade e reconhecimento favorecem as dinâmicas socioeconômicas (ESTEVAM; SALVARO; DOS SANTOS, 2018).

Como elemento importante tanto à produção quanto à comercialização, precisou-se destacar o papel da produção animal para esses/as agricultores/as e os requisitos que garantem a regularização da comercialização dos produtos animal e vegetal no litoral do Paraná.

---

<sup>113</sup> Segundo o artigo 123 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, considera-se marca:

I - de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;

II - de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e

III - coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm). Acesso em: 17 jun. 2022.

## 8.5 Produção animal e regularização dos estabelecimentos no litoral do Paraná

FIGURA 19 - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL



FONTE: Capturadas pela autora (2022).

### 8.5.1 A importância da produção animal à segurança alimentar e nutricional na comercialização direta

Todas as famílias participantes da pesquisa criam animais para consumo próprio, o que é importante do ponto de vista da autonomia alimentar. De acordo com o Gráfico 4, em relação à proporção dos produtos comercializados na feira de Paranaguá, 15% deles são de origem animal. A produção animal é muito importante à segurança alimentar, à geração de emprego e renda e a diversificação da produção, contribuindo fortemente no processo de comercialização.

Já no componente cultural, por exemplo, uma das famílias estudadas é de origem nordestina e, em função disso, criam no município de Paranaguá, em uma área de aproximadamente 2,5<sup>114</sup> hectares, a seguinte variedade de animais (ovinos, caprinos, aves, bovinos e suínos), além de que as aves são de diversas espécies (patos, galinhas, galinhas d'angola), conforme a Figura 20.

Os animais são criados livres, exceto os suínos, que ficam nos estábulos. Os demais, embora tenham compartimentos destinados a eles, ficam livres, permanecendo nas acomodações em momentos de reprodução e à noite. De acordo com a entrevistada Água, quando indagada sobre quem eram os consumidores de caprinos, ela respondeu: “tenho bodes,

<sup>114</sup> A área é maior, porém adquiriram recentemente, já criavam antes da aquisição.

e carneiros também, a gente não vence criar, aqui tem saída para carneiro, carneiro em Paranaguá é por causa dos turcos né! Carneiro e cabrito a gente come bastante, e os bodes são para os nordestinos” (ENTREVISTADA ÁGUA).

Tradicionalmente, o/a nordestino/a é um/a consumidor/a de caprino no preparo de diversos pratos típicos. A questão aqui não é realizar uma defesa da criação de animais destinados à comercialização, mas destacar que é importante para a diversificação do agroecossistema e segurança alimentar e, fundamentalmente, explicitar que criar ou não criar deveria ser uma opção das famílias, de possuir a liberdade de escolha, cumprindo a legislação, contando que ela seja compatível com a escala de produção. Segundo Cruz (2020), é preciso reconhecer e encontrar caminhos para que, independentemente dessa escala, o processamento de alimentos seja reconhecido e possa ter meios para se qualificar, pois, na medida em que não é reconhecido, não há política de apoio que contemple o setor. Desse modo, o processamento tradicional ou familiar de alimentos se mantém na informalidade e, uma vez mantendo-se invisibilizado, pouco será possível avançar em relação aos atributos ou à legitimação da qualidade desses produtos. Portanto, a produção e o processamento aliados à cultura, ao meio ambiente, à saúde e não restritivos por interesses outros que não estejam fundamentados na autodeterminação dos povos. Nesse aspecto, destacam-se as questões centrais da regularização animal e também vegetal.

FIGURA 20 - CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE UM ESTABELECIMENTO NO LITORAL



Fonte: Autora (2022).

De acordo com Silva et al. (2018) em pesquisa sobre a produção animal na economia da agricultura familiar, um estudo de caso no semiárido brasileiro, os/as autores/as apresentaram a importância da produção animal na segurança alimentar, geração de emprego e renda, força de tração, transporte, e produção de adubo e fibra. O estudo mostrou que as famílias pluralizam a produção animal, manejando algumas espécies conjuntamente: ovinos, caprinos, aves, bovinos e suínos, sendo a diversificação diretamente proporcional ao tamanho da área. Isto é, as condicionantes para os diferentes propósitos dos sistemas de produção podem ser de ordem ecológica ou conjuntural, envolvendo preços e mercados, associada à constância de garantir a produção ao longo do ano.

Considerando a relevância da produção e comercialização dos produtos de origem animal, de acordo com a Tabela 13, que elenca os produtos comercializados na feira, dos 17 (dezessete) de origem animal dispostos lá, exceto raras exceções, por exemplo, do produtor orgânico em que o mel é certificado, a maioria comercializa seus produtos na informalidade,

diante da dificuldade encontrada à regularização. Dessa forma, apresentam-se elementos à estruturação do estabelecimento e do produto e a situação pela qual passa os municípios do litoral.

### **8.5.2 Regularização da produção e requisitos à estruturação do estabelecimento e do produto para o registro de estabelecimentos e produtos de origem animal**

A Norma dispõe sobre os requisitos preliminares ao registro do estabelecimento de planta do imóvel, memorial descritivo de construção etc. No caso de o município ou estado estar cadastrado no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), é a legislação do estado ou do município que definirá os critérios e procedimentos de inspeção e de aprovação de plantas de instalações e o registro dos estabelecimentos, desde que não fira os princípios legais descritos no SUASA.

A inspeção dos produtos de origem animal é de responsabilidade dos órgãos e entidades da agricultura. Na esfera federal, o SIF, na estadual, o SIE, e na municipal, o SIM, sendo esse último vinculado às Secretarias de Agricultura de cada município responsável para regulamentar a legislação, de maneira que os estabelecimentos com registro no SIM possam comercializar os seus produtos no território local. No entanto, se o SIM fez a adesão ao SUASA, os produtos das agroindústrias inspecionadas por esse serviço poderão ser comercializados em todo o Brasil, Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998.

No SIF tem-se como regulamentador a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, as quais dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, tendo o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017<sup>115</sup>, regulamentando ambas as leis (Lei nº 1.283/1950 e a Lei nº 7.889/1989), dispendo sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (BRASIL, 1950; BRASIL, 1989; BRASIL 1917).

O Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) foi a primeira orientação relacionada à inspeção de alimentos dessa natureza, documentado no Decreto nº 9.013/2017, com mais de 500 artigos. Em 2020, foi publicada outra legislação sobre o assunto, Decreto nº 10.468, de 18 de agosto, alterando alguns dispositivos daquele de 2017.

---

<sup>115</sup> Esse Decreto revogou o Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, no sentido da revisão e atualização, contudo, a configuração da versão atual continua voltada ao processamento em larga escala.

Segundo Wilkinson e Mior (1999), no setor lácteo, até a década de 50, não existia regulamentação do setor primário para normatizar as diversas etapas da produção, sendo considerada formal aquela que historicamente era realizada pelas famílias rurais. Após a publicação do RIISPOA, primeiro regulamento brasileiro voltado à formalização do processamento de alimentos, a inspeção dos produtos de origem animal passa, portanto, para o âmbito do setor formal, significando que o processamento como ocorria tradicionalmente pelos/as agricultores/as, fossem deslocados para a esfera da informalidade.

No âmbito estadual, o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), que no Paraná está vinculado à Seab, a Lei nº 10.799, de 24 de maio de 1994, torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial em todo o território estadual de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis. O Decreto nº 3.005, de 20 de novembro de 2000, para além das normas técnicas destinadas aos diferentes setores, isto é, estabelecimentos de pescados, mel e derivados, ovos e derivados, abatedouro de aves e coelhos, construção de estabelecimentos de leite e derivados, à indústria de produtos cárneos e abate de bovídeos, suídeos, caprinos e ovinos, uma vez que os estabelecimentos de produtos de origem animal estejam registrados no SIE, eles podem comercializar seus produtos no território do estado. Contudo, se o SIE fez a adesão ao SUASA vigente a partir do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, regulamentando a atuação do Sistema, esses produtos das agroindústrias inspecionados por esse serviço poderão ser comercializados em todo o Brasil.

Dessa forma, a norma objetiva que os municípios, uma vez aderindo ao Sistema e, por sua vez, os estabelecimentos adequando-se às normas fixadas e se cadastrando no SUASA, estejam aptos à utilização do selo de identificação em seus rótulos, destinados à comercialização dos produtos industrializados coloniais, derivados de carne, leite, pescado, ovos e mel, podendo ser comercializados entre os municípios do Estado (PREZOTTO, 2016), sendo a Adapar responsável pela coordenação desses processos.

De modo geral, a proposta das organizações representativas dos/as agricultores/as familiares era a de que o Sistema de inspeção de produtos de origem animal se tornasse integrado, ou seja, ao invés de cada serviço de inspeção (municipal, estadual e federal) atuar isoladamente, passasse a compor um único sistema. E com isso, não houvesse restrição entre a comercialização intermunicipal para a inspeção municipal, e a interestadual para a inspeção estadual, superando as incoerências da inspeção de alimentos no Brasil. Ademais, para o caso de produtos de origem animal, no município em que são processados, não fariam mal aos consumidores, mas, cruzando as fronteiras do município, seria um risco à saúde da população, expondo mais claramente o argumento dos/as agricultores/as familiares de que a questão latente

não está na esfera da sanidade dos produtos e da segurança dos consumidores, mas na garantia de mercado, uma vez que restringido o produto ao local de produção, esse reduzirá a sua concorrência (CRUZ, 2020).

Para obter o registro no SIF, SIE ou SIM, o estabelecimento deverá iniciar o processo de registro junto a cada órgão respectivo, seja federal, estadual ou municipal, atendendo às exigências estabelecidas nas regulamentações.

No litoral, os/as produtores/as reconhecem os riscos que assumem, como, ter seus produtos apreendidos, condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, multa etc. Contudo, diante da necessidade de oferecer diversidade de produtos, da agregação de renda dos produtos de origem animal, e da própria cultura etc., permanecem comercializando livremente na feira para consumidores/as fiéis da boa qualidade e identidade, sobretudo pelo reconhecimento da origem da produção e do saber-fazer dos/as agricultores/as locais.

Para Silva et al. (2018), os animais criados em agroecossistemas familiares têm elevado e variado grau de mestiçagem, esse tipo de animal consegue se adaptar a sistemas de produção pouco tecnificados, a um manejo nutricional ainda precário e as condições climáticas adversas. As aves caipiras são oriundas de um sistema de produção no qual a alimentação é, basicamente, natural. É justamente esse sistema de produção que atraem muitos/as consumidores/as, que associam e os identificam como produtos naturais, saudáveis e de sabor acentuado, permitindo o retorno da atividade produtiva do conhecido “frango de quintal,” proporcionando o incentivo ao resgate das tradições.

Decerto que a maioria dos/as agricultores/as permanece comercializando produtos de origem vegetal, todavia, o ideal seria dispor da opção de produzir de forma diversificada, quer sejam produtos de origem animal ou vegetal, em que as normas fossem adequadas ao sistema de produção, ou escala, de tal maneira que a agricultura familiar pudesse atender aos requisitos normativos, sendo esses compatíveis com realidade encontrada localmente. Ainda que incorrendo em riscos, algumas famílias comercializam os produtos de origem animal na feira, nas cestas, em casa e entregam em domicílio, incidindo no que Wilkinson e Mior (1999) denominam de informalidade.

## 8.6 As experiências locais do litoral paranaense

### 8.6.1 No município de Guaratuba

Existe o Sistema de Inspeção Municipal criado pela Lei nº 1.616, de 14 de outubro de 2014<sup>116</sup>, regulamentado por meio do Decreto nº 19.731, de 11 de setembro de 2015<sup>117</sup>, passando a exercer as ações de inspeção municipal. Em entrevista com o responsável pelo SIM, ele afirmou que existem 16 (dezesesseis) estabelecimentos com registros, porém apenas 14 (catorze) desses estão ativos. O SIM municipal não está inscrito em nenhum outro sistema (Susaf<sup>118</sup>, SUASA). Os estabelecimentos com registros são os pescados, produtos com maior representatividade entre a produção agropecuária no município. Segundo o Valor Bruto da Produção (VBP/DERAL, 2020)<sup>119</sup>, em 2020, Guaratuba registrou R\$149.486.541,37 (cento e quarenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos), desses, R\$69.664.348,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais), ou aproximadamente 47% (quarenta e sete por cento), foram dos produtos<sup>120</sup> das águas e mangues.

Apesar desse cenário, passou pelo serviço de inspeção, em 2020, segundo o coordenador do SIM de Guaratuba, 160.603,45 kg de camarão e 96.274,83 kg de pescados, a fim de observar o percentual que isso representa, transformaram-se esses dois itens em dados monetários, segundo o índice do VBP/Deral (2020), são R\$2.295.023,30 (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, vinte e três reais e trinta centavos), isto é, aproximadamente 5% (cinco por cento) da produção dos produtos de origem animal (águas e mangues) inspecionados.

---

<sup>116</sup> Dispõe sobre a constituição do serviço de inspeção municipal no município de Guaratuba e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal (GUARATUBA, 2014).

<sup>117</sup> Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no município de Guaratuba (GUARATUBA, 2015).

<sup>118</sup> A Portaria nº 081, de 29 de abril de 2020, estabeleceu os requisitos e critérios para adesão dos Municípios ou Consórcio de Municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, com atenção especial à Agricultura Familiar e de Pequeno Porte no Estado do Paraná – SUASA-SUSAF-PR (PARANÁ, 2020).

<sup>119</sup> Da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e Departamento de Economia Rural (Deral), o VBP é um índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc. disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp>. Acesso em: 20 dez. 2021).

<sup>120</sup> Camarão marinho, caranguejo, carpa, ostra, pescado marinho (de captura) siri (carne) e tilápia (VBP/Deral, 2020), convém mencionar que nem todos os produtos mencionados estão registrados no SIM, a ostra de Guaratuba, por exemplo, uma das melhores ostras do mundo, não está registrada. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/litoral-paranaense-tem-uma-das-tres-melhores-ostras-do-mundo#.YbhsBL3MKUk>. Acesso em: 20 dez. 2021.

O VBP é um índice que compõe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), permitindo a composição de 8% no cálculo usado para a determinação do índice final a ser aplicado sobre a arrecadação do ICMS, resultando na cota-parte devida a cada Município<sup>121</sup>.

Esses dados carecem de ser mais bem analisados, pois a pesca é, do ponto de vista da produção agropecuária, a maior fonte de renda do município. Conforme Mafra (2018), Guaratuba possuía cerca de 1.000 pescadores e pescadoras artesanais<sup>122</sup>. A atividade é essencialmente artesanal, considerando-a como aquela integrada por pescadores menos capitalizados e tecnicizados, os quais exploram estoques pesqueiros menores e geralmente mais próximos às áreas continentais (BERKES et. al., 2006), é um contraponto à pesca industrial.

Nesse sentido, algumas questões são suscitadas: será que a produção está superdimensionada de modo a obter maior percentual sobre o ICMS? O que representa um baixo número da produção inspecionada frente a um negócio expressivo no município? De certo que os estabelecimentos com o registro no SIM são aqueles com a melhor estrutura e poder local, as pequenas peixarias estão à margem da legalidade, assim como o mel, embora haja uma associação que há bastante tempo requer o registro do mel e demais derivados das abelhas.

Importante salientar que o coordenador mencionou que a baixa produção inspecionada se deu em decorrência da pandemia da Covid-19, já que, no ano de 2019, a inspeção de camarão (sete barbas, branco, rosa etc.), de 379.588,00 kg, e de peixe (tilápia, linguado, robalo, salmão etc.), foi de 178.269,99 kg.

### **8.6.2 No município de Morretes**

No município de Morretes foi entrevistado o responsável pela Vigilância Sanitária do município, uma vez que não há Serviço de Inspeção na cidade. A Visa envolve a Vigilância Epidemiológica, saúde do/a trabalhador/a, dengue e outras epizootias, atuando em conjunto com os agentes comunitários de saúde, além de outras atribuições.

O responsável reconhece que o Sim não existe no município não seja por falta de demanda, mas em decorrência da dificuldade ao cumprimento da legislação e a própria dificuldade da legislação nas atribuições entre SIM, SIE e MAPA/SIF para os diferentes alimentos.

---

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp>. Acesso em: 15 dez. 2021.

<sup>122</sup> De acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 2010, a população total do município era de 32.095 pessoas (IBGE). Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

### 8.6.3 No município de Paranaguá

Em Paranaguá não há SIM, segundo a entrevistada, a Veterinária da prefeitura, isso se dá em decorrência de não haver demanda. Na verdade, existe a demanda, a pesquisa de campo mostrou isso, mas ocorre que os/as produtores/as, ao se depararem com o conjunto de regras a serem cumpridas, sem condições de atendê-las, desistem de colocar em prática o registro. A Lei Complementar nº 219, de 05 de dezembro de 2018<sup>123</sup>, criada pelo município, tornou-se sem eficácia prática. Há uma minuta de Decreto, porém ela não foi publicada, tendo em vista a não efetividade da certificação municipal. Ainda que Paranaguá seja o município onde há o maior número de feiras agrícolas, havendo nelas a comercialização de produtos de origem animal, os estabelecimentos da agricultura familiar não são capazes de se enquadrarem no atendimento das Normas sanitárias.

### 8.6.4 No município de Antonina

Por não haver Serviço de Inspeção Municipal, entrevistou-se o coordenador da Visa do município. A entrevista começou questionando sobre a forma de regularização ou fiscalização do palmito, para verificar a informação dada por Guaratuba sobre a embalagem em sacos plásticos. Segundo ele, em Antonina, há duas formas de palmito em conserva e estão sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, ao município, cabe o palmito minimamente processado em outro tipo de embalagem, menos conservado<sup>124</sup>.

### 8.6.5 No município de Pontal do Paraná

Em Pontal do Paraná, há uma experiência inovadora e cheia de vitalidade composta por um grupo de jovens, coordenada por um oceanógrafo, o **olha o peixe**, projeto criado, em 2018. A iniciativa ocorreu em razão do trabalho que o coordenador desenvolvia na área de pesca, e uma vez sensibilizado com a situação causada pela dragagem realizada pelos empreendimentos portuários na região litorânea paranaense, que impactam negativamente a pesca artesanal, os/as pescadores/as idealizaram e implementaram o projeto objetivando viabilizar a comercialização do pescado oriundo da pesca artesanal, de modo a garantir emprego

---

<sup>123</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2018/22/219/lei-complementar-n-219-2018-dispoe-sobre-a-producao-e-comercializacao-de-produtos-de-origem-animal-no-mbito-municipal-e-cria-o-servico-de-inspecao-municipal-de-produtos-de-origem-animal-de-paranagua?q=110>. Acesso em: 12 set. 2022.

<sup>124</sup> É bastante controverso identificar o que é conserva, e assim, determinar o que é responsabilidade do município e do estado.

e renda às famílias, por meio do fortalecimento da produção, valorização e divulgação da cultura e do sistema de produção desses/as trabalhadores/as.

A proposta/projeto trabalha a difusão de espécies locais e o consumo dos peixes da região para consumidores/as que buscam produtos de qualidade com agregação social, ambiental e econômica. Entretanto, em entrevista com o coordenador do projeto, ele relatou as dificuldades enfrentadas nessa tarefa, ainda que tenha recebido apoio de diversos parceiros contando com uma rede de apoio bem distribuída no estado e fora dele, e se empenhado na busca para atender à normatização, permanecem na informalidade. Isso mostra as adversidades enfrentadas pelos/as pescadores/as que não dispõem de tecnologias e expertise para esse tipo de atividade, uma vez que o trabalho deles/as está direcionado para o ato de pescar e sua cultura está voltada para outras lógicas de manutenção da vida.

O coordenador relatou muitos percalços encontrados na jornada pela regularização, um deles é quando foi à instituição oficial do estado nessa tentativa, segundo ele, a técnica/veterinária responsável:

[...] Não quis ver a planta, e tal, e ela já adiantou, disse, cara, projeto em *container* não vai passar aqui na Adapar, porque a gente já teve vários problemas com projetos, até com o mel e tal! E eu sei que na legislação não vai ser permitido, daí eu falei, sério! Porque a Embrapa já tá fazendo isso, e o pessoal da Tilápia já tá fazendo até em *container* com unidade móvel né! Em cima de caminhão e tão conseguindo SIF né! Então! Por que, que no Paraná, não pode? Ela falou, é a regra aqui, não deu certo para gente, e tal, e se você já tem um alto impedindo de você trabalhar, e se você tá buscando a regularização, que é legal, você vai ter que parar até a regularização ocorrer, porque você corre risco de ser preso né! E aquilo me assustou demais, assim, eu lembro que eu chorei lá na frente deles porque não sabia o que fazer, porque se o projeto não fosse aprovado, se eu não pudesse trabalhar, beleza! Eu conseguiria achar um outro emprego assim, né! Só que já eram 10 comunidades pesqueiras, 100 famílias né! Com uma relação com a gente, já era o ganha-pão fixo de pescadores que trabalham com a gente o dia inteiro no beneficiamento, assim, que não tinha outra fonte de renda e eu falei, falei assim ó! Pode ser ruim eu falar isso, mas, assim eu preciso assumir esse risco porque não é mais sobre mim né! É sobre muito mais pessoas, né! Que eu preciso continuar o trabalho [...] (ENTREVISTADO COORDENADOR DO PROJETO)<sup>125</sup>.

A partir desse arcabouço normativo, pressupõe-se que a legislação para o registro de produtos de origem animal executada por meio do SIF, SIE e SIM, não foi dimensionada de maneira a permitir a participação dos agricultores familiares, o que requer mudanças.

---

<sup>125</sup> No dia 10 de novembro de 2022, recebemos a informação de que a olhe o peixe, recebeu o SIM, e uma vez que o município de Ponta do Paraná participa do consórcio de municípios da região metropolitana, o **olha o peixe** pode comercializar nesta região, em supermercados, merenda escolar e nos diversos espaços de comercialização.

Para os produtos de origem vegetal, exceto aqueles alimentos que requerem registro no MAPA, a situação é mais amena para a comercialização. Expressam-se os requisitos para o registro de estabelecimentos e produtos e a situação encontrada nos municípios pesquisados.

## 8.7 Registro dos estabelecimentos e dos produtos de origem vegetal

Os estabelecimentos destinados ao processamento de alimentos de origem vegetal devem ser licenciados pela Vigilância Sanitária municipal ou estadual, mediante a expedição do alvará sanitário ou documento equivalente. Sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), que engloba as unidades da Vigilância Sanitária nas três esferas de governo, e atribuições compartilhadas pela inspeção sanitária dos estabelecimentos industrializados de produtos de origem vegetal, vinculando-se:

- I). Na esfera federal ao Ministério da Saúde, por meio da Anvisa<sup>126</sup>.
- II). Na esfera estadual, compete à Secretaria Estadual da Saúde, por meio da Visa estadual.
- III). E, no âmbito municipal, à Secretaria Municipal da Saúde, por intermédio do Serviço de Vigilância Sanitária de cada município.

### 8.7.1 Produtos alimentícios de competência do SNVS

São divididos em três grupos: **a) Alimentos com registro obrigatório prévio à comercialização;** **b) Alimentos dispensados da obrigatoriedade de registro**, tratados pelas resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) - Anvisa nº 23, de 15 de março de 2000<sup>127</sup>, RDC nº 22<sup>128</sup>, de 15 de março de 2000, e RDC nº 27, de 06 de agosto de 2010<sup>129</sup>; etc.). **Produtos dispensados de registro e de comunicado de início de fabricação:** alguns deles são dispensados da obrigatoriedade de registro e da necessidade de informar o início de fabricação, entre eles estão as matérias-primas alimentares, os alimentos *in natura* etc.

---

<sup>126</sup> A Anvisa é uma agência reguladora, vinculada ao Ministério de Saúde, tendo como uma de suas finalidades fiscalizar a produção e consumo de produtos submetidos à vigilância sanitária como alimentos, medicamentos, agrotóxicos, medicamentos etc. Coordenando, supervisionando e controlando as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e definição das normas e padrões (BRASIL, 1999).

<sup>127</sup> Dispõe sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos (RDC, nº 23/2000).

<sup>128</sup> Dispõe sobre os Procedimentos Básicos de Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Importados Pertinentes à Área de Alimentos (RDC, nº 22/2000).

<sup>129</sup> Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário (RDC, nº 27/2010).

### 8.7.2 No município de Guaratuba

Em entrevista com o coordenador da Visa, foram mencionadas muitas dificuldades do órgão, por exemplo, no registro de um produto, caso esse alimento contenha na sua composição mais de 51% de produtos de origem animal, a competência para o registro é do Mapa. Todavia, se a composição for acima de 51% de outros produtos que não são de origem animal, a competência é da Visa. “A legislação sanitária é assim: uma legislação diz pode, a outra diz que não pode. Ela dá uma margem muito grande para interpretação”, mencionou o coordenador.

Foi citado o exemplo do palmito de Antonina, pois, ao se pensar em conserva, consideram-se os processos físicos e químicos. Por exemplo, ao dispor o palmito, como normalmente se vê nas gôndolas dos mercados, em vidros, isto é, uma conserva química. Porém, existe a conserva física, entre elas, as de baixas temperaturas. Em Antonina, os produtores estão utilizando saco plástico próprio para alimentos, uma vez que a norma especifica o seguinte: se a conserva não for posta em vidro, a competência é do município. Os/As agricultores/as, sabedores/as dessa informação, passaram a utilizar saco plástico próprio para produto alimentar e estão resfriando o palmito. A partir dessa situação, está havendo uma querela nos órgãos e entidades sanitárias do estado e do município.

Para os produtos de origem vegetal, a partir do momento que a vigilância diz sim para aquele produto, é porque ele cumpriu todas as exigências sanitárias. Assim, esse alimento está apto para ser comercializado em todo o Brasil, diferentemente dos produtos de origem animal, afirmou o diretor e coordenador da Visa de Guaratuba.

O Coordenador disse ser favorável ao processamento dos alimentos, tendo em vista que eles são agregadores de valor. Por exemplo, em vez de vender um saco de milho, recomenda-se o emprego de processos simples como retirar a palha e plastificar numa bandeja, a outros processos mais elaborados, pois eles vão agregando valor, à medida que aperfeiçoam o processamento. Isso vale para a banana<sup>130</sup>, morango e demais produtos e seus muitos derivados. O importante é que o/a agricultor/a tenha a opção de escolher entregar *in natura* ou processá-lo. Segundo ele, o registro não é complicado e abre muitas portas. Porém, acrescenta-se que as normas são vastas, complexas e contraditórias, elas dificultam a vida e o trabalho do/a agente sanitário/a e do/a produtor/a.

---

<sup>130</sup> A cultura da banana é a segunda maior fonte de renda agropecuária do município (VBP/DERAL, 2020).

### 8.7.3 No município de Morretes

Segundo o diretor de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura, em Morretes, existem várias estratégias de planejamento a serem implementadas à agricultura familiar no município, sendo constituídas sob três pilares: a produção, o beneficiamento e a comercialização.

Na produção, o trabalho é a efetivação destinada à transição agroecológica. No beneficiamento está em andamento um projeto de cozinha-escola para que os alimentos da agricultura familiar possam ser embalados e ensacados, passando por um beneficiamento/processamento mínimo, para que, na etapa da comercialização, seja agregado mais valor. Na comercialização, há em ação o projeto do frete solidário, uma vez que o município conta com aproximadamente 540 (quinhentos e quarenta) agricultores/as familiares cadastrados/as que utilizam nota do produtor, a maioria deles entrega para atravessadores que comercializam na Ceasa. Portanto, a proposta da Secretaria é quebrar essa lógica, já que, com o frete solidário, o caminhão que a prefeitura disponibiliza recolhe os produtos e eles mesmos comercializam na Ceasa, alguns acertos carecem de serem realizados, mas estão empreendendo esse desafio. Além disso, há o estímulo à participação nos editais para fornecimento de alimentos às escolas, à assistência social, ao PAA e ao PNAE, afirmou o diretor de entrevistado nesta pesquisa.

A feira da Agricultura Familiar de Morretes tem uma característica mais turística, porque esse local tem se consolidado no setor. Segundo a serra verde *express*, descem por ano a Morretes mais de 100 mil pessoas, apenas por meio de trem. De acordo com a Secretaria de Agricultura, ainda não se tem demanda<sup>131</sup> para fazer uma feira de frutas e legumes como em Paranaguá, pois é persistente por parte dos/as agricultores/as a produção da porteira para dentro, produzindo e deixando disposto no sítio para o atravessador pegar. São poucos aqueles que trabalham os três pilares da cadeia (produção, beneficiamento e comercialização), mas há agricultores/as que atuam nas três etapas no Município.

Para o Diretor da Secretaria de Agricultura, a edição anual da festa-feira agrícola e artesanal de Morretes, foi um importante evento para o comércio local, possuindo o caráter mais turístico, contando também com a participação dos/as produtores/as agrícolas locais. Durante o período da pandemia, o evento foi suspenso em razão das medidas sanitárias de combate à Covid-19. Contudo, mesmo que no ano de 2022, muitas atividades como essas voltaram a

---

<sup>131</sup> Quatro dos dezenove agricultores/as entrevistados/as da feira de Paranaguá são de Morretes.

acontecer, não foi possível viabilizar a festa-feira, uma vez que o município não disponibilizou de orçamento para esse tipo de acontecimento, em grande medida, devido à queda de arrecadação por conta do fim do contrato de pedágio da BR 277, que cruza o município. Com isso, Morretes deixou de arrecadar aproximadamente seis milhões de reais de Imposto Sobre Serviços (ISS), esse valor era significativo para investir nesse tipo de empreendimento (SANTOS, 2022)<sup>132</sup>.

A Visa local atua bastante na agroindústria familiar. O Coordenador da unidade de Morretes disse que existe uma planta baixa padrão, onde os/as agricultores/as precisam se adequar e seguir o fluxo disposto na planta, não precisa segui-la, precisa seguir o fluxo. A Vigilância procura orientar quem pretende se regularizar, porque até recentemente a maioria das agroindústrias eram clandestinas. Todavia, atualmente, o Órgão tem trabalhado para mudar essa realidade, orientando os/as agricultores/as para que façam a regularização. Segundo ele, 90% das agroindústrias de Morretes são legalizados, a Visa orienta e constantemente, revisita as agroindústrias. Aqui cabe um parêntese para dispor sobre o licenciamento de produtos vegetais que, exceto alguns alimentos, o cumprimento da legislação para produtos de origem vegetal, ainda é bem mais acessível aos/as agricultores/as, havendo em Morretes aproximadamente 40 (quarenta) agroindústrias. De acordo com o entrevistado, houve um hiato do trabalho durante a pandemia, mas isso agora está se normalizando.

#### **8.7.4 No município de Antonina**

Em entrevista com o diretor da Visa municipal, foi afirmado que existem registros de agroindústrias de palmitos minimamente processados, os quais são realizados pela entidade do município. Nesses registros, o palmito é reconhecido como produto congelado, não como conserva. Quando há requerimento para a formalização do palmito em conserva, a Visa acompanha o órgão do estado, fazendo chegar toda a documentação à primeira regional de saúde, ficando ela com a função de liberar a licença sanitária estadual. No município existem aproximadamente 15 (quinze) agroindústrias de produtos vegetais com registro, sendo 5 (cinco) agroindústrias de palmitos e outras de conservas, balas de banana, doces e farinhas.

Para o diretor, as normas são básicas, antes era mais difícil, pois agora pode registrar uma agroindústria com tamanho de até 40 m<sup>2</sup>. Porém, quando questionado, por exemplo, sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos

---

<sup>132</sup> Disponível em: <https://jblitoral.com.br/edicao-da-festa-feira-de-morretes-e-cancelada-saiba-os-motivos/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

estabelecimentos produtores e industrializadores de alimentos e a verificação das boas práticas de fabricação nestes estabelecimentos, ele ponderou que, de fato, a situação está mais difícil, uma vez que a mudança no termo de inspeção, que agora segue uma lista de pontuação dos estabelecimentos para emitir a licença, muita gente não conseguirá se estabelecer. Segundo ele, no período dos governos do PT, foi muito liberado e segue expondo o problema dos riscos físicos, químicos e biológicos. Nesse sentido, destacou que a norma é para todos e não consegue estabelecer a diferença dos processos entre uma micro agroindústria familiar e um grande empreendimento, reincidindo sobre o debate do ensino superior ou a educação cartesiana e os interesses por trás da propagação de modelos axiomáticos padronizados e incompatíveis com a diversidade existente (FARIA et al., 2017; MAYR, 2008).

Portanto, essa é uma questão urgente e necessária a ser trabalhada junto e com os/as agricultores/as familiares, visto que todos/as estabelecem os seus sistemas de trocas em alguma medida, talvez esse tema seja uma porta de entrada para outras discussões junto a eles/as.

## **8.8 Diversificação das fontes de renda**

Na direção da diversificação das fontes de rendas, existem iniciativas para investir no turismo rural. A agricultora Rio possui um *camping* na propriedade. O estabelecimento do agricultor Fogo está em local privilegiado, com vista panorâmica da Serra do Mar e a exuberância da Mata Atlântica. A partir da sede da propriedade visualizam-se em um ângulo de 360 graus as belezas litorâneas, próxima ao Parque Saint-Hilaire-Lange, a visitação ocorre durante todo o ano. A Figura 21 mostra um fragmento dessa paisagem, muitas das pessoas que se dirigem ao local objetivam o lazer, associando a oportunidade para comprar produtos direto do/a produtor/a, constituindo-se como programa familiar. Como não há cobrança para o acesso, muitos moradores de Paranaguá<sup>133</sup>, realizam esse movimento como atividade de lazer nos finais de semana, onde compram o leite, o queijo, o iogurte etc., adultos e crianças consomem picolés, além de andarem a cavalo. Casais vão ao local para tirar fotos para composição do álbum de casamento. Também organizam cafés da manhã para grupos que praticam turismo de natureza. O negócio tem dado tão certo que a família está planejando e se estruturando para cobrar uma taxa de R\$20,00 (vinte reais) para o acesso e permitir adquirir produtos com esse valor dentro do estabelecimento.

---

<sup>133</sup> Não foi realizada pesquisa neste sentido, a partir da observação, pode-se inferir que muitos são moradores de bairros, com menor disponibilidade de recursos financeiros para atividades que demandem esse requisito. Com distância de aproximadamente 19 km do centro de Paranaguá.

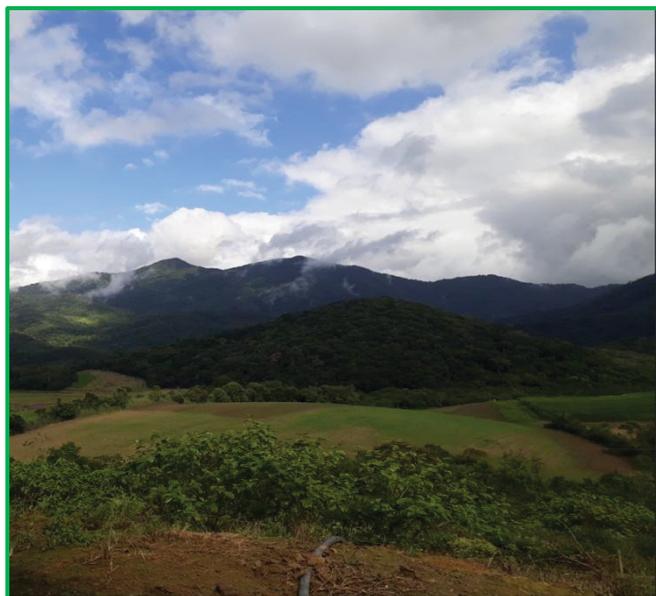
A família Açaí Jussara dispõe de uma barraca em frente de casa onde fazem sucos e salgados. Os ciclistas são os consumidores-alvos dessa iniciativa, pois a região é de rota deles. Enquanto estava visitando o estabelecimento, tive a oportunidade de verificar isso, conforme a Figura 22.

Tais acontecimentos têm atraído outras famílias para esse tipo de negócio, por exemplo, o entrevistado Tiê-sangue disse:

Estamos terminando um barracão lá para fazer um *camping* para fazer tipo assim, turismo, mais uma fonte de renda, tem mais dois tanques para limpar, também, para peixe, porque fica mais bonito, porque nós vamos usar lá mais assim, é almoço daqueles caipiras, por ela gosta de fazer, minha cunhada também (ENTREVISTADO TIÊ-SANGUE).

Quando Tiê-sangue menciona: “- lá”, ele se refere ao estabelecimento, pois, no momento, ele não mora na UP. E quando alude a “- ela gosta de fazer”, refere-se à esposa.

FIGURA 21 - PAISAGEM DO ESTABELECIMENTO – FOGO



FONTE: Capturada pela autora (2022).

FIGURA 22 - ROTA DE TRILHA ESTAB. ACAÍ JUSSARA



FONTE: Capturada pela autora (2022).

Assim, os/as agricultores familiares estão buscando diferentes fontes para garantirem a renda familiar e a manutenção da vida, com todas as vantagens de possuírem uma gama de fontes para comporem a receita agrícola e também os percalços para administrarem, trabalharem e associarem essas diversas atividades ou negócios. De acordo com De Oliveira Alves et al., (2019), os agricultores necessitam desenvolver novas habilidades, pois as estratégias e estruturas de realocização da agricultura exigem conhecimentos que os/as

agricultores/as não dominam ou perderam com o processo de modernização. Contudo, também há um limite da disponibilidade de pessoas para a realização desse “novo” trabalho.

## 8.9 Aspectos socioculturais

Este item buscou apreender os aspectos socioculturais das famílias, a convivência e a participação nos espaços coletivos, a importância dos cursos de capacitação no desenvolvimento do trabalho, as representações da religião e da religiosidade, o lazer e a relação na conciliação entre trabalho e os momentos de descanso. A Tabela 15 mostra de forma condensada as conformações dos aspectos mencionados.

TABELA 15 - ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DAS FAMÍLIAS DO LITORAL

<b>Tiram férias?</b>	<b>Fazem o quê?</b>	<b>Participam de cursos de capacitação?</b>	<b>Praticam religião</b>	<b>Qual?</b>	<b>Participa de associação ou cooperativa etc.</b>
Nenhuma família desfruta de férias.	Quando viajam é para visitar parentes	90% das famílias já participaram de algum curso organizado pela antiga Emater, atual – IDR ou Senac.	Sim	Evangélicas (protestantes, neopentecostais) e católicos	79% são sócios de alguma entidade

FONTE: Elaborada pela autora (2022).

Houve uma questão que se considerava relevante, porém, devido à negativa de respostas, não foi colocada na tabela anterior. Tratava-se da realização de atividades coletivas no que diz respeito à integração e festas na comunidade, não foram mencionadas nenhuma iniciativa nessa seara, a não serem aquelas atividades realizadas na igreja ou nos cursos de capacitação, não há ações integradoras na e pela comunidade.

Quando perguntadas se retiravam férias, todas as famílias disseram que não, isso é uma realidade da própria dinâmica da agricultura, do constante cuidado e regeneração. Houve um casal que afirmou ter retirado um fim de semana no final do ano passado, onde deixaram os filhos para cuidarem do estabelecimento. As demais famílias afirmaram não conseguir tirar férias, o máximo que conseguem realizar é viajar na região para visitar parentes (filhos/as, irmãos/os, tias/os etc.). Vários fatores contribuem para isso, segundo De Escobar Paixão (2014)<sup>134</sup>, que realizou pesquisa de mestrado sob o tema da reprodução da agricultura familiar do Alto Jacuí/RS, frente ao modelo de desenvolvimento agrícola regional, na região rural

<sup>134</sup> Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/Marcio-de-Escobar-Paixao-REPRODUCAO-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-DO-ALTO-JACUI-RS-FRENTE-AO-MODELO-DE-DESENVOLVIMENTO-AGRICOLA-REGIONAL.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

estudada, está cada vez mais reduzido o número de pessoas, a começar pelos/as filhos/as em razão das dificuldades para permanecerem no estabelecimento familiar, na maioria dos casos, quem permanece é o casal, impossibilitando realizar rodízio e folga. Terceirizar o trabalho é um fator limitante, em razão do aumento dos custos, o que tem inviabilizado a contratação.

Dessa forma, se parar o trabalho, para, também, a entrada de recursos, por conseguinte, a própria manutenção do estabelecimento e da família. Diferentemente de quando se é assalariado, que continua recebendo no período de férias, inclusive adicional<sup>135</sup>. Diante disso e da insegurança das políticas para a agricultura, os/as agricultores/as quando dispõem de recursos, além daqueles destinados à própria manutenção, preferem reinvestir e, assim, ampliarem a capacidade de auferir renda.

Outros fatores podem ser acrescentados nesse quesito, especialmente aqueles considerados subjetivos, como a própria concepção do descanso ou ócio, reforçado cotidianamente por uma doutrina cristã. Nessa concepção, o ócio é considerado um desvio de conduta, resultando em um sentimento de culpa quando não se está trabalhando ou produzindo. Para Camarano (2013), essa reprodução dos preceitos cristãos deriva da moral capitalista que condena o ser humano ao papel de máquina, de modo a entregar trabalho sem cessar<sup>136</sup>.

O conjunto das famílias já participou de algum curso de capacitação com diferentes temas e conteúdo, em geral, os cursos relacionam-se diretamente com as questões práticas da produção, por exemplo, como usar agrotóxicos, como fazer panificados e biscoitos, produção de alimentos orgânicos para quem tem interesse em produzir e certificar a produção ou em transição, gestão do estabelecimento, entre outros. No período da pandemia os cursos foram interrompidos, mas muitos comentaram que está cada vez mais difícil participar, em razão de ter de deixar ou parar a produção para se dedicar a tais finalidades que não possibilitam o retorno imediato, muitas vezes, a lógica está associada a uma recompensa de ganhos financeiros de curto prazo, acrescentado pela alta demanda de trabalho na agricultura.

O grau da divisão social do trabalho dos/as agricultores/das pesquisados/as é baixo, é tal qual o artesão descrito por Marx (2011b) que executa alternadamente todas as operações, estando os/as agricultores/as, desde a preparação do solo, passando por todas as etapas da produção e ainda a comercialização. Se anteriormente, conforme Kischener, Kiyota e Perondi (2015), as famílias eram extensas para superar as deficiências tecnológicas ou rudimentares de

---

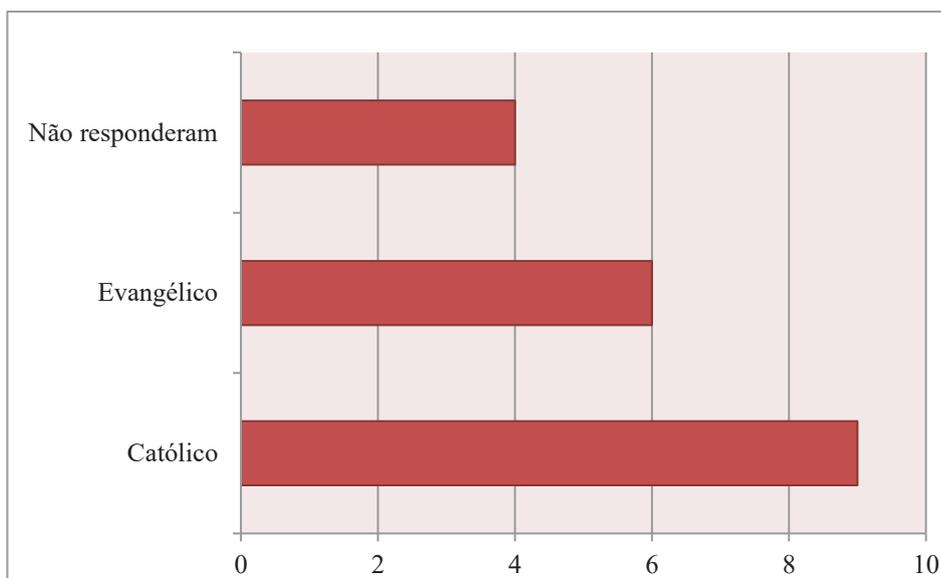
<sup>135</sup> Importante destacar que nada foi dado, foram conquistas da classe trabalhadora, assim como a aposentadoria rural, neste sentido a importância da organização e participação das famílias, na busca por melhores condições de trabalho, de recursos, enfim de vida.

<sup>136</sup> Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2013/10/a-satanizacao-do-descanso-e-a-santificacao-do-trabalho/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

produção, no litoral, de acordo com a pesquisa, elas dispõem de pouca força de trabalho, resultando em uma ampla jornada laboral.

Quanto à religião, o Gráfico 6 demonstra o nível de participação das famílias nesse quesito.

GRÁFICO 6 - RELIGIÃO DOS/AS DIRIGENTES/AS FAMILIARES



FONTE: Elaborado pela Autora (2022).

Ainda que seja cada vez mais presente o avanço das igrejas neopentecostais no espaço rural, até o presente momento, há um predomínio da religião católica na região, sendo que 4 (quatro) famílias não responderam, em decorrência da própria condução da entrevista. Segundo Boyer (2022), no livro a expansão evangélica e as migrações na Amazônia brasileira, a investigação tinha por finalidade analisar se existiriam distinções marcantes, assim como há entre o meio urbano e rural, para o progresso das igrejas evangélicas. Para a antropóloga, é tênue a diferença, pois não há um lugar na Amazônia que não tenha uma igreja ou uma casa de oração mais estruturada ou coberta de palha. Baseados na teologia da prosperidade e fundamentalismo<sup>137</sup>, as igrejas evangélicas estão crescendo e criando laços sociais e dando respostas individuais aos problemas coletivos. No litoral do Paraná, nas comunidades pesquisadas, esse cenário está presente.

<sup>137</sup> Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-avanco-do-fundamentalismo-nas-igrejas-protestantes-historicas-do-brasil/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

## **8.9 Associativismo e cooperativismo**

Para os/as agricultores/as, o associativismo está relacionado à participação nos programas institucionais ou em outras atividades pontuais, não há ações organizativas e reivindicativas que demandem atividades de mobilização. Nenhum dos entrevistados tem alguma função de dirigente na associação ou na cooperativa. Os participantes da pesquisa que são de Paranaguá estão como sócios na Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá (Aprumpar). Os de Morretes são cotistas da Cooperativa de Antonina. Filiaram-se a ela devido a oportunidade de poder vender seus produtos para o PNAE fora de Morretes, contudo, acabaram não podendo comercializar para o próprio município, já que o edital lançado pela prefeitura continha cláusulas que os excluía.

Dessa forma, uma vez que não há iniciativas destinadas à participação dos associados, as entidades, nos locais onde foi realizada a pesquisa, são conduzidas apenas pelos dirigentes, que assumem o papel de viabilizar as demandas pontuais, por exemplo, a participação no PNAE e em outros programas, gerando uma situação de acomodação por parte dos membros, ao mesmo tempo em que há muitas reclamações e desconfianças dos/as agricultores/as locais, reincidindo em um problema, o da cobrança sem participação e atuação efetiva.

## **8.10 Indicadores e meios de verificação**

A fim de responder à pergunta central da pesquisa, qual seja: o trabalho realizado na comercialização dos CCCs agroecológicos garante a reprodução social das famílias no litoral do Paraná? A Tabela 16 constitui-se de categorias centrais, indicadores e meios de verificação, de modo a permitir o embasamento e as considerações da pergunta suscitada.

TABELA 16 - CATEGORIAS, INDICADORES, MEIO DE VERIFICAÇÃO E INFERÊNCIA DE DADOS

<b>Categoria</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meio de verificação</b>	<b>Inferência</b>
Moradia	Se há (Sim / Não), e a qualidade da construção, materiais e tamanho.		As casas, raras exceções são bem estruturadas, construídas em material de boa qualidade com tamanhos que chegam a mais de 300m <sup>2</sup> , com suítes, espaçosas e de boa qualidade. Conforme figura 24.
Alimentação	Quantidade e qualidade das refeições.		Esta inferência se constituiu a partir da observação nas visitas às famílias. Elas se alimentam bem em quantidade e qualidade. Reafirmadas a partir de: 1º produzem em diversidade, 2º Tem quantidade suficiente. 3º Devido a comercialização semanal, às vezes diária, o que não é produzido na UP, há dinheiro para ser adquirido.
Meios de produção (recursos naturais) terra e capital.	São os proprietários? E de quais recursos dispõe.		84% das famílias são proprietários e posseiros. As UPAs são ricas em recursos naturais. Quanto ao capital monetário, têm conseguido ampliar seu capital, e reinvestir na produção.
<b>Socioeconômico</b>	Educação	Participação no ensino formal e informal. Disponibilidade de escolas na área rural	No que se refere ao ensino, a pesquisa mostrou que os dirigentes dos estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 60% permaneceram na faixa do nível fundamental (concluído ou não). Em razão das condições sociais que viviam, as quais impediam a conciliação entre trabalho e estudo, porém os seus filhos/as, já se encontram em melhores condições de acesso ao ensino, no movimento do próprio avanço das forças produtivas. Em Paranaguá, na região estudada, as mais próximas são de 1ª a 4ª série, depois são encaminhados para Alexandra ou Paranaguá. Em Alexandra também há creche, o problema é como transportar, pois o transporte é o mesmo para todos/as.
Financiamento e política pública	Acesso		Em Morretes, há escolas do 1º ao 5º ano, na área rural, após esta etapa o transporte conduz os estudantes/as para a cidade. Quanto ao aprendizado informal é aquele vivenciado na troca entre os agricultores, na busca de soluções para questões práticas. Em relação ao crédito, o Pronaf é o meio de financiamento acessado pela maioria dos agricultores. 74% acessaram financiamento, aqueles que não acessaram, decorre de não

Trabalho	<p>preencher os requisitos dos programas.</p> <p>Contam com a força de trabalho da família? Quantas horasO trabalho é familiar, contudo, como a maioria das trabalham por dia? Contratam mão de obra (quantas famílias conta apenas com o casal, às vezes necessita contratar. Porém evitam ao máximo, pois a agricultura familiar se viabiliza em razão de contar com a própria força de trabalho.</p> <p>Trabalham durante todo o dia, não são computados intervalos de descanso.</p>
Tecnologia	<p>Dispõem de tecnologias que facilitam o trabalhoA maioria dos agricultores dispõe de maquinários e (equipamentos, veículos, tratores, insumos alternativosimplementos simples que facilitam o trabalho e a penúria etc.) de algumas atividades agrícolas.</p>
Renda mensal	<p>O que retiram do sítio para autoconsumo, mais o queMuitos itens alimentares para o autoconsumo são obtêm da comercialização (Salários-mínimos). produzidos no estabelecimento, e aqueles que não são produzidos, são adquiridos nos mercados locais.</p>
Saúde, cuidados e disponibilidade	<p>Quais cuidados com a saúde e disponibilidade deNo município de Paranaguá, na região estudada, há um profissionais no campo. (Nº de Postos de saúde naposto de saúde, com atendimento clínico geral e comunidade; acesso a consultas médicas, examesginecologista, quando são solicitados exames, são laboratoriais etc.) encaminhados para a sede municipal. Segundo os entrevistados, até gente da cidade vem ao posto de saúde da Maria Luiza em razão do atendimento, a demanda é menor. Não há agentes de saúde. Em Morretes, também, há postos de saúde com clínico geral e dentista. As demais especialidades e exames são encaminhados para a cidade. Tentou-se verificar por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR, porém, há sobreposição de áreas o que demandaria outro estudo. Por meio de verificação <i>in loco</i>, averiguou-se que as condições das florestas e demais recursos naturais são boas, ainda que não se possa afirmar se por causa da compreensão da importância destes elementos, ou por receio da fiscalização.</p>
Qualidade das florestas	Como está o espaço dos estabelecimentos
Qualidade da água	Cuidado com a manutenção das fontes e usos
<b>Ambiental</b>	

## Ambiental

Manejo do solo, interações entre recursos naturais disponíveis e o jeito de produzir	Como preparam o solo e as atividades agrícolas, são mono ou pluriculturas?	abastecimento coletivo (Ver nota ao final desta tabela). Todos/as utilizam trator ou tobata para manejo do solo. Existe por parte daqueles que praticam agrofloresta um cuidado maior no trato com o solo e os demais recursos naturais. Isso foi mais bem identificado com as famílias que trabalham com produção orgânica, em razão do que representa o solo para este sistema de produção.
Uso de insumos químicos sintéticos (agrotóxicos / Adubos químicos sintéticos)	O quanto usam de agrotóxico? (herbicida, inseticida, fungicida). Usa adubo químico (Sim, Não). Usa adubo orgânico (S/N)	As famílias que não produzem alimentos orgânicos adubotilizam agrotóxico em menor ou maior quantidade, e isso não está relacionado à quantidade de dinheiro disponível à aquisição do insumo, mas à capacidade de compreensão dos malefícios ocasionados por eles.

Adubos químicos sintéticos – quem não é produtor orgânico usa.

Todos/as utilizam adubos orgânicos.

Exceto as famílias dos assentamentos, as demais realizaram alguma capacitação promovida, sobretudo pela antiga Emater, atual IDR. Com temas relacionados à atividade que desenvolvem.

As atividades coletivas foram identificadas nos assentamentos de Reforma Agrária, nas demais comunidades, quando há alguma atividade conjunta elas estão relacionadas às igrejas.

Todos/as têm religião. Não foram identificadas pastorais rurais que tratassem dos temas da agricultura e da realidade das famílias.

A maioria dos agricultores/as são associados/as ou cooperados. Contudo isso não necessariamente significa um grau elevado de atuação coletiva em prol da melhor qualidade de vida da comunidade e dos agricultores/as familiares.

Não há férias, a falta de uma renda fixa impede essa programação. As viagens, quando ocorrem, são para visitar parentes, raros casos de passeios ou saídas que não sejam para este objetivo. Nos assentamentos, associam as capacitações em outros locais aos passeios culturais.

## Cultural

Participação na comunidade	Tem atividades coletivas
Religiosidade	Como pratica a religiosidade?
Associação/cooperativismo/mutirões	Associados e participantes?

Lazer / férias / passeios	Tiram férias? Como são? Quais atividades realizam como lazer?
---------------------------	---

## Cultural

---

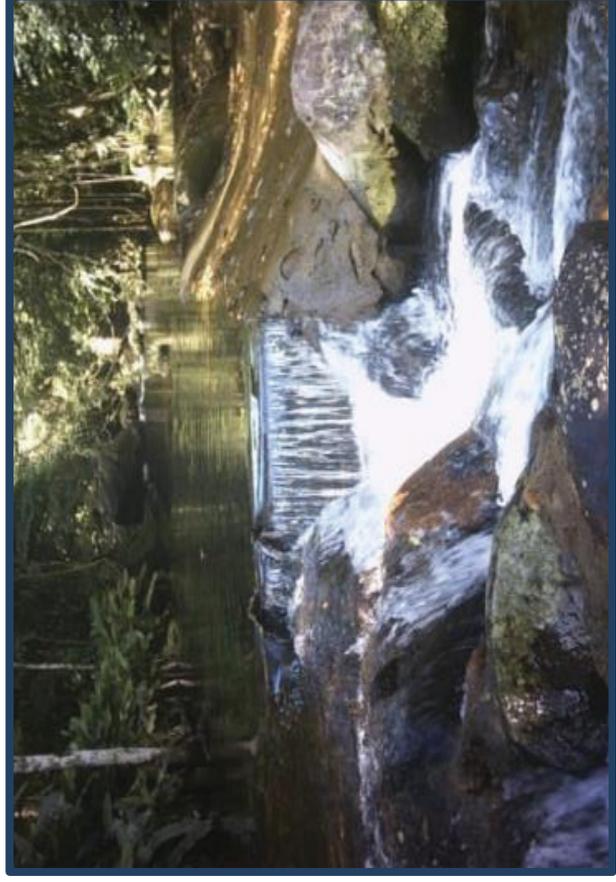
FONTE: Elaborada pela autora (2022).

**NOTA:****Abastecimento de água coletiva da Colônia Maria Luiza**

O abastecimento de água na Colônia Maria Luiza foi implantado em 1993, por meio de convênio envolvendo o Governo do Estado, a prefeitura municipal de Paranaguá, Emater-PR, Cagepar e Associação dos Usuários do Sistema de Água Colônia Maria Luiza (ASA). O sistema visava ao abastecimento da Colônia Maria Luiza, alcançando a Colônia São Luiz e parte da Colônia Quintilha, as quais não são atendidas pelo sistema público de abastecimento, todas no município de Paranaguá.

O gerenciamento é executado pela ASA, segundo o diretor da Associação, atualmente, são atendidas 218 famílias, onde o volume é medido por hidrômetros gerando cobrança de acordo com o consumo. Por meio da Figura 23, é possível identificar a qualidade do rio e da represa.

FIGURA 23 - REPRESA E RIO QUE ABASTECEM AS COMUNIDADES – MARIA LUIZA, SÃO LUIZ E QUINTILHA



FONTE: ASA (2022).

FIGURA 24 - RESIDÊNCIAS DAS FAMÍLIAS



FONTE: Capturadas pela autora (2022).

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não foram os camponeses que disseram a mim:  
Paulo, tu já leste Marx?  
Não, eles não liam nem jornal,  
foi a realidade que me remeteu a Marx.*  
Paulo Freire

### **Prolegômeno<sup>138</sup>**

Somos nós, mulheres e homens, que fazemos a história, não nas condições que escolhemos, mas que a fazemos. O fato de existir esse potencial, que conduz ao desenvolvimento das forças produtivas, cria as bases para se pensar em uma sociedade mais igualitária, na qual as pessoas produzem para atender às necessidades humanas de fato (MARX, 2011a).

Em qualquer tempo histórico o ser humano faz a sua história de acordo com a realidade histórica que se encontra e com os recursos materiais de que dispõe. Portanto, esta tese é fruto da realidade histórica e das condições materiais acessíveis à autora, isto é, alguém que ao longo da vida precisou conciliar trabalho e estudo. Adicionada de a adversidade da pesquisa ser realizada no período da pandemia da Covid-19, logo, o aumento da jornada de trabalho semanal, para acréscimos nos finais de semana cumprindo escalas, em razão das ações de combate à pandemia; do impedimento da pesquisa de campo, em função das medidas de controle e isolamento social; de encontrar-se atuando fora de sua área de formação. Contudo, ainda que não nos deparemos com as condições que escolheríamos, ainda que os recursos materiais não fossem adequados, ainda somos muitos de nós que fazemos a história ou construímos pesquisas, pois ela é resultado da ação coletiva de homens e mulheres que operam no ensino, na pesquisa e na extensão deste país e de todos/as aqueles/as que mantêm os serviços públicos e gratuitos.

### **Gênesis**

Partindo da análise geral da investigação de o trabalho enquanto promotor do desenvolvimento das forças produtivas na produção e reprodução social dos/as agricultores/as nos CCCs agroecológicos do litoral do Paraná, de modo a atender aos objetivos e pressupostos da pesquisa, nas considerações finais perpassou-se pelos caminhos percorridos durante o itinerário, de maneira tal que se possa concatenar a teoria principal às teorias subordinadas (não

---

<sup>138</sup> As considerações finais estão constituídas de prolegômeno, gênesis e epifania, remetendo ao princípio meio e fim do percurso. Ou uma alusão aos livros das escrituras sagradas, quando a epifania é também o apocalipse, não na compreensão de catástrofe, mas do recomeço e da regeneração.

no sentido de importância subsidiária, mas de estar contida na teoria principal), relacionando as com as categorias abordadas no trabalho de campo e, assim, permitir a análise e elucidação dos desafios propostos na investigação.

Em vista disso, o caminho conduzido é o da análise de cada tópico contemplado no percurso da pesquisa, no intuito de realçar a coerência e a interseccionalidade entre eles, as categorias tratadas e o marco teórico (QUIVY; VAN CAMPENHOUDT, 1992).

**1º** A compreensão do CCC, envolvendo a produção, a circulação e o consumo, os quais visam estabelecer uma relação de proximidade entre produtor e consumidor enquanto processo de desenvolvimento local e pertença territorial (DAROLT, 2013), de modo a permitir a reconstrução da identidade entre o alimento, a sociedade e o território, expandindo para o entendimento de uma mudança de atitude, que reflita nas ações daqueles/as que participam dos CCCs e, desse modo, propiciando a reconstrução de movimentos participativos e colaborativos (ROVER; DAROLT, 2021). Sob a ótica da relação de proximidade entre produtor/a e consumidor/a, a pertença ao território local, os CCCs do litoral tem cumprido esse papel há mais de 30 anos na feira de Paranaguá e vem se consolidando na venda direta nos próprios estabelecimentos e na entrega de cestas agroecológicas.

Contudo, na construção de movimentos cooperativos na perspectiva de uma sociedade inclusiva e de igualdade, existe um germe nos CCCs do litoral paranaense, pois, embora a produção seja individualizada, a circulação ocorre em conjunto, os/as agricultores/as necessitam uns/umas dos/as outros/as para se viabilizarem, os/as consumidores/as vão à feira para adquirirem alimentos e objetos variados, por exemplo, a aquisição de produtos derivados do leite, soma-se à compra de legumes e verduras e de outros itens, além daqueles/as que se dirigem à feira para comer pastel, tomar caldo de cana e sucos naturais etc. Resumindo, os produtores/as se complementam e cooperam entre si, ainda que numa fase germinal.

Entretanto, convém evidenciar que, para Marx (2011b), a produção capitalista é cooperativa no sentido capitalista. Quando nos referimos ao germe da cooperação, é para presumir que esse embrião da comercialização pode desenvolver-se sobre outras relações sociais de cooperação, que não sejam baseadas na exploração e na expropriação de uns/umas sobre outros/as, mas em uma cooperação que tenha por finalidade do trabalho cooperativo a participação conjunta das necessidades de todos/as, logo, uma sociedade que supere o egoísmo e o individualismo referidos por Lukács (2015b). Havendo na feira a cooperação, mesmo que não seja uma cooperação num sentido mais abrangente, ainda que a divisão social do trabalho seja grande, há elementos cooperativos presentes. A produção de um/a complementa a produção do/a outro/a na comercialização e é possível identificar, ainda que na fase embrionária, a

existência de um caráter cooperativo de socialização na comercialização. É esse broto que necessita ser manejado e cuidado, de modo a estabelecer outras relações sociais possíveis de superação do já conhecido jeito capitalista. Assim posto, fortalecer essas iniciativas e ações é tarefa de todos/as e de cada um/a de nós, por meio dos diversos mecanismos acessíveis. Não foi identificada uma entidade com um trabalho focado nessa reconstrução, há entidades, como a UFPR/Litoral, algumas associações, mas elas executam atividades pontuais, o que requereria certa centralidade na organização.

2º Agroecologia compreendida sob as três dimensões – movimento, prática e ciência, na qualidade de movimento com habilidade de organizar e estabelecer novos estilos de agriculturas compatíveis com a capacidade de reprodução e regeneração da vida na terra. A Agroecologia enquanto prática do conhecimento aprendido ao longo das gerações passadas e impulsionada pela ciência. Como conjunto capaz de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas não como uma tecnologia, na perspectiva cientificista da ciência burguesa evolucionista, que principalmente nos países dependentes está relacionada a um projeto político desenvolvimentista, mas baseada nas formas de organização do trabalho, que, na atualidade, talvez não signifique novo ímpeto industrial, mas outros tipos de industrialização, de tecnologias e de um novo tipo de configuração das relações de trabalho, da convivência entre pessoas e da maneira como ele se organiza, que esse não reitere e aprofunde a alienação (FARIA et al., 2017; MAYR, 2008; WEZEL, 2009; MARX, 2011B). Que seja conduzida a um tipo de agricultura e de organização do trabalho que permita construir objetivos coletivos para suprir as necessidades sociais da reprodução humana cotidiana.

Na concepção de pensar entre tecnologia e impulso industrial de máquinas e implementos a serem utilizados na produção agroecológica, é possível identificar o aprimoramento e a busca dos/as agricultores/as, sendo eles/as mesmos, muitas vezes, os que encontram soluções tecnológicas para dar respostas às suas demandas cotidianas, uma vez que tem sido pequeno o aporte para investimentos em pesquisas tecnológicas compatíveis e adequadas à realidade dos/as agricultores/as familiares agroecológicos. Logo, no litoral, a agroecologia ainda pode estar associada a um jeito de produzir que permite a agregação de valor à produção, no momento da comercialização. Por exemplo, o suco natural da agricultora Araçá, o panquetel da produtora Aroeira, a linguiça defumada da agricultora Água etc. O que também é um objetivo a ser alcançado, porém é preciso ir além e tratar a agroecologia e suas dimensões e, de fato, contribuir com o estímulo à dimensão de estilos de vida compatíveis com a reprodução social da vida, que envolvam o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural baseado em valores de solidariedade e ética.

**3º** As normas sanitárias foram analisadas sob o enfoque da incapacidade dos/as agricultores/as ao atendimento da legislação da forma como ela está constituída, especialmente em razão das estruturas dos pequenos/as produtores/as familiares destinados/as ao processamento serem incompatíveis com as exigências estabelecidas nos regulamentos atuais. Importante destacar que esses regulamentos são/foram organizados a partir da estrutura das grandes empresas de alimentos. Em resumo, sem condições de se enquadrarem nas Normas e necessitando comercializar seus alimentos, ao realizarem esse ato, recaia sobre os/as agricultores/as familiares a sentença da informalidade (SANTOS JUNIOR et al., 2013; DORIGON, 2008; GUIMARÃES, 2001).

Nessa perspectiva, no litoral do Paraná, os/as agricultores/as familiares continuam a comercializar bastantes alimentos de origem vegetal com licença sanitária, porém, fundamentalmente os de origem animal, em que as exigências à normatização são muito restritivas. Os/As agricultores/as estão buscando formas de se regularizarem para conseguirem comercializar os seus produtos, de modo a garantir a diversidade da produção, bem como a geração de renda das famílias. E isso é benéfico tanto para os/as agricultores/as como para os/as consumidores/as que gostam de saborear o “frango de quintal”, para os povos turcos que gostam daquele tipo de carneiro, para os/as nordestinos/as que almejam saborear o bode assado com cheiro e sabor da sua terra Natal, revivendo e despertando memórias afetivas. Enfim, muitos se beneficiam localmente desse ato de produção e comercialização direta.

Mas, para isso, é necessário um trabalho conjunto que pode ser começado pensando-se meios de sensibilização da assistência técnica com capacidade de compreender a dimensão vivida pelos/as agricultores/as familiares, de perceber as diferenças existentes e não apenas cumprir o papel de repassar as normas vigentes; da implementação de políticas públicas compatíveis com o setor; da constituição de grupos que possam pensar e elaborar Normas que contemplem a realidade da agricultura familiar. E também reunir a legislação existente, por exemplo, a RDC-49/2013, fazendo correlação com outros normativos para que sejam de fato implementados; de pesquisas que contemplem as necessidades prementes da agricultura familiar, suas particularidades e peculiaridades. Mas isso são construções coletivas que se fazem a muitos sons, braços e mãos e pode iniciar com pequenas atitudes, desde o momento de consumir os alimentos e outros itens diários, adquirindo-os da produção local, participando dos espaços ou criando, que facilitem a comercialização e fortaleça a agricultura familiar e a agroecologia.

**4º** Os temas transversais foram evidenciados por considerar que o debate da agricultura camponesa/familiar, necessariamente envolve o conjunto das camadas ou condicionantes, sem

as quais a discussão torna-se estéril, no texto, foram elencados alguns conteúdos, todos imbricados numa teia que permeia a agricultura familiar. Entretanto, um deles destaca, em razão da preponderância do papel da mulher nos CCCs, concernente a feira de Paranaguá, onde a maneira de atender aos/as consumidores/as e a versatilidade da mulher, faz com que, entre todas as barracas da feira, apenas duas sejam dirigidas por homens, nas demais, ou é o casal, porém sendo elas a manterem a relação direta com os/as consumidores/as, ou são elas mesmas que dirigem o negócio contratando força de trabalho externa ou com ajuda dos/as filhos/as. Nas cestas agroecológicas, a iniciativa que chegou ao litoral, partiu de mulheres do assentamento do Contestado-Lapa/PR. Essa condição permite maior liberdade e autonomia das mulheres nas relações de produção e reprodução social, estabelecida por meio da comercialização direta.

É preciso que, cada vez mais, nós mulheres possamos ocupar os espaços de fato que atuamos, ainda que nesse modelo de produção capitalista, o trabalho da reprodução da força de trabalho (cuidados da família), seja desvalorizado, não pago e invisibilizado. Todavia, sem ele, não haveria a reprodução da vida, portanto, se faz necessário valorizar e reconhecer esse aspecto do trabalho feminino. Ademais, é preciso ir além, tendo em vista que é o trabalho de todos/as que atuam e que procuram estabelecer novas relações sociais que vai criar as bases para a superação da sociedade patriarcal e capitalista.

## **Epifania**

Por fim, considera-se a análise da Tabela 16, que apresentou de forma condensada a pesquisa de campo, de maneira a permitir o exame das categorias e indicadores, que análogos à construção de um prédio cujas colunas de sustentação apoia-se sobre 03 pilotes necessários à estrutura, tendo em vista a junção do social e do econômico, apresentados a seguir.

**Socioeconômico** – esta categoria envolveu os indicadores de moradia, de alimentação, dos recursos - terra e capital, da educação, do financiamento, da saúde etc. Sendo apresentados os meios de verificação e o cenário, compete aqui a análise geral do agrupamento.

A partir da Tabela 16, nota-se que os indicadores e meios de verificação dispostos na categoria socioeconômica, que como pilotes que sustentam a estrutura, no caso deste piloto, em especial, estaria ele mais consolidado, e os outros dois, numa situação mais debilitada. A inspiração, portanto, é o reestabelecimento de interações entre os múltiplos fatores sociais, políticos, ideológicos e culturais. E repensar formas de atuação e de trabalho que consigam balancear o peso de cada um, proporcionando o entrecruzamento e a valorização da estrutura como um todo. O que requer o fortalecimento da ATER, a implementação das políticas públicas e mudanças de atitude frente ao papel da agricultura familiar pela sociedade em geral, além do

comprometimento dos detentores dos poderes constituídos, para isso, é preciso formação e informação da sociedade organizada para reivindicar e juntos/as construirmos as mudanças necessárias à participação de todos/as.

Segundo a concepção materialista, o fator determinante da história é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Isso não significa dizer que o fator econômico é o único determinante, uma vez que, na história, operam em choque as mais diferentes forças de impulso e neutralização (inclusive os conflitos de ideias), mas em graus de intensidade diferenciados. A força dos interesses econômicos, em última análise, abre o caminho e se reitera como a mais perene e poderosa e isso, no sistema capitalista, está acima da condição biológica de estarmos vivos e de nos reproduzirmos, está na própria essência do sistema de acumulação de riquezas do modo de produção capitalista. Portanto, retoma-se o debate de que é preciso entender os desafios que o sistema nos impõe, para pensar globalmente e agir localmente.

**Ambiental** – Considera-se o fato de a região estar em boa condição de conservação, possivelmente em razão das características geográficas, mas, também, em consequência da existência de regulamentação para protegê-la. Apesar disso, essa região, em relação às questões ambientais, tem sofrido muitos golpes nos anos recentes, leis e normas foram alteradas, outras descumpridas, necessitando, portanto, restabelecer os avanços já conquistados. Por isso, destaca-se a importância de um trabalho continuado junto às famílias para que compreendam a importância das riquezas naturais e que o desenvolvimento sustentável ou a agroecologia só se mantém em espaços onde seja possível a conciliação entre sociedade e natureza.

A questão da natureza ou da ecologia é o grande desafio para uma renovação do pensamento, inclusive de correntes marxistas no século XXI, ao exigir uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna, de modo a reorientar o desenvolvimento humano, tornando-o compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta. Isso requer, portanto, políticas contínuas e perenes junto às comunidades, por conseguinte, a construção de novas possibilidades junto ao poder público e a afirmação das políticas e programas já existentes para o meio ambiente, inclusive, a retomada e implementação da PNATER.

**Cultural** – A falta de atividades coletivas e culturais, na perspectiva de Suassuna de um Brasil das comunidades, da cultura popular e do povo simples, em contraponto ao “Brasil oficial”, o país dos governantes, dos poderosos e das elites. Nas demais extensões geográficas do território e no litoral têm sido abertas espaço para a teologia da prosperidade e do fundamentalismo que tem encontrado campo fértil para se propagar nas comunidades rurais, onde as famílias dedicam

a maior parte do tempo ao trabalho e, no tempo livre, precisam manter “os compromissos com deus” como uma dívida a ser paga nos fins de semana ou no tempo livre.

Em razão do muito tempo dedicado à produção e o desinteresse na participação em atividades associativas e cooperativas, em cursos ou no próprio desenvolvimento da religiosidade que preze pela solidariedade de classe e emancipatória, é possível que isso possa ter e tenha propiciado o fortalecimento de ações focadas no indivíduo, reforçando condutas individualistas, logo, a necessidade de estabelecer novos laços baseados em outros valores sociais da reciprocidade e de solidariedade. A efetivação de eventos como festa da colheita ou outros temas que aglutine a comunidade, poderia colaborar à socialização, à confraternização e a constituição de laços no afeto no coletivo e o sentimento de pertença ao território. A feira livre, embora para o/a agricultor/a seja momento de trabalho, é também lazer; lá, ele/a estabelece conexões e parcerias que, muitas vezes, extrapolam aquele ambiente.

Em suma, respondendo se o trabalho realizado na comercialização dos CCCs agroecológicos garante a reprodução social das famílias no litoral do Paraná, pode-se enunciar que eles cooperam para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Ainda que com as limitações impostas pelo próprio sistema, que restringem a liberdade de se viver a plenitude, a complexidade e a riqueza do Ser. A comercialização direta proporciona meios para que os/as agricultores/as possam desabrochar, não só no campo econômico, mas nas interconexões com outros atores e atrizes, fornecendo os insumos necessários para a semente que almeja desabrochar e alcançar novos espaços. Isso, naturalmente requer o envolvimento da sociedade por meio de diversas ações, inclusive, pesquisas com esse segmento aplicadas e continuadas, na busca do desenvolvimento da capacidade humana de transformação da realidade e de criação do novo, utilizando-se dos meios já existentes para criar meios, novos processos materiais e novas finalidades de “um outro mundo possível.” Dos pressupostos de Paulo Freire e Orlando Fals-Borda, do “inédito viável”, a uma *ciência sentipensante*, não apenas emancipadora de pessoas e povos, mas ousadamente apontada para um horizonte aberto à criação de ideários, de seres livres da opressão e de imaginário, finalmente, libertados de qualquer colonização e dispostos a alçar voos da mente e do coração.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**, p. 27-43, 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS. **Diário Oficial da União** nº 165, de 31 de agosto de 2021. Brasília-DF, 2021. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6320178/RDC\\_560\\_2021\\_.pdf/478d123e-0fd3-4a4a-933d-b09572eceb57](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6320178/RDC_560_2021_.pdf/478d123e-0fd3-4a4a-933d-b09572eceb57). Acesso em: 07 nov. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 23, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos. **Diário Oficial da União** nº 52, de 16 de março de 2000. Brasília-DF, 2000. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_23\\_2000\\_COMP.pdf/6c73b487-c1e7-4fcc-b753-0ad4382ab417](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_23_2000_COMP.pdf/6c73b487-c1e7-4fcc-b753-0ad4382ab417). Acesso em: 10 nov. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 22, de 15 de março de 2000. Dispõe sobre os Procedimentos Básicos de Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Importados Pertinentes à Área de Alimentos. **Diário Oficial da União** nº 52, de 16 de março de 2000. Brasília-DF, 2000. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC\\_22\\_2000\\_.pdf/01aa8c82-3f0c-4dc2-8d64-b80286fa7c8b](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC_22_2000_.pdf/01aa8c82-3f0c-4dc2-8d64-b80286fa7c8b). Acesso em: 10 nov. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 27, de 06 de agosto de 2010. Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário<sup>139</sup>. **Diário Oficial da União** nº 151, de 9 de agosto de 2010. Brasília-DF. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%283%29RDC\\_27\\_2010\\_COMP.pdf/4a353250-909a-4d2c-9914-c2b98d6e25ac](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%283%29RDC_27_2010_COMP.pdf/4a353250-909a-4d2c-9914-c2b98d6e25ac). Acesso em: 14 dez. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. **Diário Oficial da União** nº 213, de 1º de novembro de 2013. Brasília-DF, 2013. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3745721/RDC\\_49\\_2013\\_.pdf/143d12a8-0a38-4596-93e9-48f7376b91ad](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3745721/RDC_49_2013_.pdf/143d12a8-0a38-4596-93e9-48f7376b91ad). Acesso em: 13 dez. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 153, de 26 de abril de 2017. Dispõe sobre a Classificação do Grau de Risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, n. 57, 25 de mar. 2015. Disponível em:

---

<sup>139</sup> Redação dada pela Resolução – RDC nº 240, de 26 de julho de 2018.

[http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2922152/%281%29RDC\\_153\\_2017\\_COMP.pdf/6deb5f6e-0a23-4e06-b876-fd90e513de0c](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2922152/%281%29RDC_153_2017_COMP.pdf/6deb5f6e-0a23-4e06-b876-fd90e513de0c). Acesso em: 10 dez. 2021.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRS, 1995. Parte 1, p. 33-55.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998. 110 p.

ALTIERI, Miguel Angel. Sustainability and the rural poor: a Latin American perspective. *In*: ALLEN, P. **Food for the future**. New York: John Wiley & Sons, 1993. p. 193-209.

ALTIERI, Miguel Angel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA. Presidente Prudente**, ano 13, nº 16. p. 22-32, jan.-jun./2010.

ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro:Ed. Zahar 1979.

ALVES, Rik Ferreira. Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 01, p. 222-227, 2021.

ALY JUNIOR, Osvaldo. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. **Le Monde Diplomatique**, 2. jun. 2017. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Ces Revista**, v. 21, n. 1, p. 43-56, 2007.

ANGULO, Rodolfo José; DE SOUZA, Maria Cristina; NOERNBERG, Mauricio Almeida. Anthropic impacts on the morphological and sedimentary processes in the coast of State of Paraná, in Southern Brazil: past and future perspectives. **Journal of Integrated Coast al Zone Management/Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 20, n. 1, p. 5-25, 2020.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Uma resposta sólida a um regime agroalimentar em crise: o fenômeno GAS na Itália. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.

ARAÚJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras e desenvolvimento: impactos de feiras livres do comércio urbano no Jequitinhonha. **Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento**, v. 7, n. 2, p. 300-327, 2018.

ARAÚJO, João Paulo Andrade et al. Uma análise histórico-crítica sobre o desenvolvimento das normas brasileiras relacionadas a queijos artesanais. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 72, p. 1845-1860, 2020.

ARL, Valdemar. Um desafio metodológico e estratégico: bases para uma metodologia popular transformadora. *In*: DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar. **Da extensão rural à construção**

**social do conhecimento:** um desafio para o desenvolvimento local sustentável. Laranjeiras do Sul: Ceagro, 2015. p. 332-381.

BALEM, Tatiana Aparecida et al. Compra de produtos agroecológicos: a entrega de cestas como prática de mercado de circuito curto. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 55., 2017, Santa Maria. **Anais [...]. Santa Maria: UFMS**, 2017. p. 1-19.

BERKES, Fikret et al. **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: Editora da Furg/IDRC, 2006.

BESTAKU, Alketa; BERTE, Marccella Lopes; DE TOLEDO PEREIRA, Lucimeire Alves. Cestas agroecológicas da agricultura familiar no município de Cunha/SP - saúde e economia solidária em tempos da Covid -19. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 127-140, 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra et al. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia agraria**, v. 8, n. 4, p. 421-429, 2007.

BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 8, 2016.

BOYER, Véronique. **Expansão Evangélica e Migrações na Amazônia Brasileira: o renascimento dos perdedores**. São Paulo: Editora Unifesp, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006. **Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências**. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5741.htm). Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política agrícola**. Brasília, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm). Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998. **Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária**. Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9712.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9712.htm). Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. **Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal**. Brasília, 1950<sup>140</sup>. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l1283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1283.htm). Acesso em: 05 out. 2021.

---

<sup>140</sup> Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.12.1950.

BRASIL. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. **Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.** Brasília, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17889.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017. **Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.** Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9013.htm). Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 13 jan. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In:* BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **Texto para discussão IPEA**, 2017.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002.

CONTRIGIANI, Ariele Carolina et al. O uso das estratégias de marketing para a comercialização de cestas agroecológicas: um estudo de caso na Cooperflora. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In:* VELA, Hugo. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.p. 157-194.

COUTINHO, Edilma Pinto et al. Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas. *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais [...].** SOBER/UFC: Fortaleza, 2006. p. 1-13

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

CRUZ, Fabiana Thomé da; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, p. 427-444, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

DA CUNHA FARIA, Andréa Alice. A construção da agroecologia no Brasil: uma historiografia de três tempos. In: SOUSA, Carla da Silva; SOUSA LIMA, Francisco de; SABIONI, Francisco de. (Orgs.). **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Editora Científica Digital LTDA, 2021. p. 43-68.

DA SILVA, Rodrigo Ozelame et al. Experiências interdisciplinares da linha do rural da turma XIII do PPGMade: Elementos para compreender e intervir na complexa problemática socioambiental. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 257-285, 2021.

DA ROCHA, José Roberto Caetano et al. A experiência da certificação pública de produtos orgânicos no litoral do Paraná: entraves e desafios. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DAROLT, Moacir Roberto et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01-22, 2016.

DE MORAES SILVA, Maria Aparecida; DE MELO MELO, Beatriz Medeiros; DE MORAES, Lara Abrão. Saindo das sombras: mulheres sitiadas paulistas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 179-207, 2016.

DE ALENCAR, Maria Wanda. **Financiamento público do BNDES à agricultura dependente de agrotóxicos no Brasil, no intervalo de 2002 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DE CAMARGO, Regina Aparecida Leite; BACCARIN, José Giacomo; DA SILVA, Denise Boito Pereira. Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar/Institutional Markets for Family agriculture and food sovereignty/Los mercados institucionales para la agricultura familiar y la soberanía alimentaria. **REVISTA NERA**, n. 32, p. 34-55, 2016.

DE LEON, Leonardo Patricio Miguez Vergílio. **O sistema de abastecimento agroalimentar local: entre mercado e segurança alimentar**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DE MORAES, Jorge Luiz Amaral. Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 21, n. 3, p. 238-256, 2016.

DE OLIVEIRA ALVES, Ethyene et al. **Compra de produtos agroecológicos:**a entrega de cestas como prática de mercado de circuito curto. *In:* TULLIO, Leonardo. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais Rurais 2**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.p. 217-237.

DE OLIVEIRA, Laíssa Pacheco et al. Canais de comercialização da produção de um assentamento rural em transição agroecológica. *In:* JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 8. 2017, Campinas. **Anais [...]** Campinas: FEAGRI/Unicamp, 2017.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, p. 72-96, 2012.

DE SOUZA, José Gilberto. A geografia agrária e seus elementos de crítica sobre os avanços do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribben a Studies**, v. 34, n. 68, p. 147-175, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. Natureza e cultura no estuário de Iguape-Cananéia-Paranaguá. *In:* AZEVEDO, Orlando. **Expedição Coração do Brasil-Paranaguá:** Lagamar. Curitiba: Voar, 2012. p. 15.

DORIGON, Clovis. **Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina:** em construção. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Engenharia, Rio de Janeiro, 2008.

EINSTEIN, Albert. Why Socialism? **Monthly Review:** An independent socialist Magazine, 1949. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2009/05/01/why-socialism>. Acesso em: 15 set. 2021.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 4. ed. São Paulo: Editora Global, 1990.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

ESTADES, Naína Pierri. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 8, 2003.

ESTIMADO, Roberta Baessa; DE PAULA SANTOS, João Luís Lemos. Limites e possibilidades da educação formal: um debate entre Paulo Freire e Ivan Illich. **Humanidades em diálogo**, v. 6, p. 175-190, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106268/104930>. Acesso em: 21 jun. 2022.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; DOS SANTOS, Vanda Jandira Dala. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 262-281, 2018.

FARIA, Andréa Alice da Cunha et al. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico**. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERREIRA, Angela Duarte Damaceno; ZANONI, Magda. **Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. Para pensar outra agricultura**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. Cartografias do envelhecimento em contexto rural: notas sobre raça/etnia, gênero, classe e escolaridade. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00176>. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00176>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FLORIANI, Dimas. História da construção da Pós-Graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR): aspectos epistemológicos, metodológicos e institucionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, Edição especial: 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, p. 87-104, outubro 2018

FLORIANI, Dimas et al. Construção interdisciplinar do programa de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR. *In*: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 342-378.

FROEHLICH, José Marcos et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, p. 1674-1680, 2011.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 122 p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FÜHR, Aline Luiza; ANCINI, Neiva Aparecida; TRICHES, Rozane Márcia. **A agroindústria familiar e as regulamentações sanitárias: Análise da aplicabilidade da resolução 49/2013 em um município do sudoeste do Paraná**. **Extensão Rural**, v. 26, n. 4, p. 69-89, 2019. DOI: 10.5902/2318179634490. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34490>. Acesso em: 20 set. 2021.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: SOBER/UFMS, 2010. p. 1-15.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. **Padrão de desenvolvimento e meio ambiente**, paper. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. **Um olhar sobre a cidade de Paranaguá: os impactos sócio-ambientais das mudanças portuárias**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

GOUVÊA, Marina Machado. **Imperialismo e método**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GOUVÊA, Marina Machado. Considerações sobre marxismo, filosofia da práxis e “questão social.” *In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, Vitória, 2017. **Anais [...]**. Vitória: 2017.

GOVERNO DO PARANÁ. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. Curitiba: Governo do Paraná, 2006. 250 p.

GUARATUBA-PR. Lei nº. 1.616 de 14 de outubro de 2014. **Dispõe sobre a constituição do serviço de inspeção municipal no município de Guaratuba e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e dá outras providências**. Guaratuba, 2014. Disponível em: <https://www.camaraguaratuba.pr.gov.br/pdfs/1616.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

GUARATUBA-PR. Decreto nº 19.731 de 11 de setembro de 2015. **Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal no município de Guaratuba**. **Diário Oficial** - edição digitalizada nº364 - Guaratuba, 15 de setembro de 2015.

GUIMARÃES, Gisele Martins. A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte. **Santa Maria-RS, CPGERUFMS**, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos** IBGE. 2017.

JUNIOR, Dimas Soares et al. Aspectos da heterogeneidade nas agriculturas familiares da microrregião de Toledo/PR e do território norte Pioneiro Paranaense. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 283-300, 2019.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 303-320, 2004.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Ângelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrário**, v. 16, n. 33, p. 00-00, 2015.

KIYOTA, Norma et al. A sucessão geracional da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: um estudo de caso no município de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2010. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 50., 2012, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: SOBER/UFES, 2012. p. 1-20.

LIEBLEIN, Geir; ØSTERGAARD, Edvin; FRANCIS, Charles. Becoming an agroecologist through action education. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 2, n. 3, p. 147-153, 2004.

LIRA, Luiz Fernando Fontoura. Althusser e as duas etapas do pensamento de Marx: o conceito de “sobredeterminação”. **Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia**, n. 59, p. 87-102, 2021.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015a.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015b.

MAACK, Reinhard. Contribuição à história das explorações geográficas e geológicas do estado do Paraná. *In*: MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Paraná**. Curitiba: BADEP, UFPR, 1968. p. 450.

MAFRA, Tiago Vernize. **Produção socioespacial do litoral do Paraná e as estratégias de resistência dos pescadores artesanais na luta pelo seu território**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2018.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização. **Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livro Docência apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas–FFLCH/USP**. São Paulo, v. 1, p. 139-146, 2004.

MARCHIORO, Nilson de Paula Xavier. **A sustentabilidade dos sistemas agrários no litoral do Paraná**: o caso de Morretes. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) -Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 1999.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Diretoria Regional de Geografia do Estado do Paraná, 1944.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2011b.

MAYR, Ernest. **Isto é Biologia: a ciência do Mundo Vivo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**. Do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. **Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul**. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Formation, evolution et transformation d'un système agricole dans le sud du Brésil (Litoral Nord de l'état du Paraná). Une paysannerie face à une politique de protection de l'environnement: "Cronique d'une mortannoncée?"**. Tese (Doutorado) – Institut National Agronomique, Paris/Grignon, 1997.

MIGUEL, Lovois de Andrade; ZANONI, Magda. Impactos sócio econômicos de uma política de proteção ambiental sobre os agricultores familiares e produtores rurais do litoral norte do Estado do Paraná. *In*: AGUIAR, DRD; PINHO, JB. (Orgs.). **Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas**, Artigos e Resumos do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 1998. p. 179-191.

MUÑOZ, Estevan; NIEDERLE, Paulo. Críticas cívicas ao regime alimentar corporativo: mercados da reforma agrária em Porto Alegre, RS. **Geo UERJ**, n. 33, p. 33779, 2018.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: Seed, 2001. p. 49.

NIEDERLE, Paulo André. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014.

NUNES, Emanuel Márcio; DA SILVA, Vivian Menezes; DE SÁ, Vinicius Claudino. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 857-881, 2020.

PAPY, Louis. En marge de l'empire du café, la façade atlantique de São Paulo. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, v. 5, n. 20, p. 357-398, 1952.

PARANÁ. Lei nº 10.799 de 24 de outubro de 1994. **Torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial, em todo o território estadual, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, conforme específica e adota outras providências.** Curitiba, 1994. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=142998>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PARANÁ. Decreto nº 3005 de 20 de novembro de 2000. Fica aprovado o novo Regulamento da Lei nº 10.799, de 24 de maio de 1994, que torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial. Curitiba, 2000. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-3005-2000-parana-fica-aprovado-o-novo-regulamento-da-lei-n-10799-de-24-de-maio-de-1994-que-torna-obrigatoria-a-previa-inspecao-sanitaria-e-industrial>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira.; DE GRANDI, Alessandra Bueno; SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *In*: PAULILLO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PDA. Plano de Defesa Agropecuária. MAPA. Brasília - DF. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/secretario-do-mapa-explica-em-video-metas-do-plano-de-defesa-agropecuaria/1.pdf>. Acesso em: 15. nov. 2021.

PERIN, Gabriela et al. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Texto para Discussão, 2021.

PFEIFER, Mariana; ADAMS, José Rodrigo Barth. Aspectos da concepção de produção/reprodução social na teoria marxista. *In*: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2005. p. 1.

PICANÇO, Jefferson De Lima; MESQUITA, Maria José. A mineração aurífera na ocupação do planalto curitibano e litoral paranaense (Séculos XVI-XVIII). **Geosul**, v. 27, n. 54, p. 116-137, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; BREMM, Cristina. Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 104–130-104–130, 2016.

PIERRI, Naína. **O processo que conduz à proposta hegemônica de desenvolvimento sustentável e as alternativas em discussão.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2002.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **Agroindústria da agricultura familiar:** regularização e acesso ao mercado. Brasília, DF: CONTAG, 2016.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **Entre o tempo e a eternidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRIGOGINE, Ilya. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. Universidade de Brasília, 1984.

PROCÓPIO, Elóide F. Fiorese. **Paraná: Colonização, ocupação humana e uso econômico da terra**. S/D.

PUGAS, Adevan da Silva; ROVER, Oscar José. A comercialização de alimentos orgânicos nas regiões metropolitanas do Sul do Brasil: uma análise a partir da diversificação produtiva. *In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 46-62.

QUIROZ, Diana. A Agroecologia é uma Revolução Epistemológica (Entrevista com Victor M. Toledo). **Revista Agriculturas**, v. 13, n. 1, p. 42-45, 2016.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em ciências sociais**. 1992.

RABELLO, Diógenes; SILVA, Lucas Souza; NEGRÃO, Gustavo Caique Pereira. Estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “raízes do pontal”. **Pegada-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 62-80, 2019.

RANGEL, Iara Maria Lopes et al. Estratégia de comercialização de cestas com produtos dos assentamentos agroecológicos: economias dos sistemas agroalimentares de base agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

RAMOS, Pedro. **Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. Dimensões do agronegócio brasileiro—políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, p. 18-52, 2007.

RAYNAUT, Claude. Paradoxos e ambiguidades na ideia de interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, 2018.

RODRIGUES, Aníbal dos Santos. **A sustentabilidade da agricultura em Guaraqueçaba: o caso da produção vegetal**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, 2002.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In: DAROLT, Moacir Roberto. (Org.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-44.

SANTANA, Antônio Lázaro et al. **Qualidade partilhada e relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta no noroeste paulista**. CONTERATO, MA; NIERDELE, PA; TRICHES, RM; MARQUES, FC, p. 133-154, 2013.

SANTOS, Eidrian Diones dos; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos: análise dos estabelecimentos no varejo de Curitiba-Paraná. *In*: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 83-102.

SANTOS JUNIOR, Silva et al. O futuro dos produtos coloniais: a influência da idade na preferência do consumidor. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém: SOBER/UFPA, 2013. p. 1-20.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 10, n. 1, p. 61-94, 1992.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Yuri Lopes et al. **A produção animal na economia da agricultura familiar**: estudo de caso no semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 53-74, jan./abr. 2018

SOUSA, João Marcos Alves de; TAVARES, Mariana Barros. Experiência da feira agroecológica no município de Crato-CE. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 9., 2017. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-15.

SOUZA SANTOS, Boaventura de; MENEZES, M. P.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STADEN, Hans et al. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

TRICHES, Rosana Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VAILATI, Paulo Henrique; DE CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. **Agroecologia no Brasil**: história e polissemia de um conceito. *In*: HERNÁNDEZ GARCÍA, Luis Manuel. (Org.). **Agroecologia**: princípios e fundamentos ecológicos aplicados na busca de uma produção sustentável. Canoas: Mérida Publishers, 2021. p. 63-94.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

VAN LOON, Hendrik Willem. **A história da humanidade**: a história clássica de todas as eras para todas as eras, atualizada em nova versão para o século XXI. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: una guía práctica. Centro Cultural Poveda, Proyecto Comunicación y Didáctica, 2003.

VIA CAMPESINA. **El caminar del feminismo campesino y popular en la via campesina**. 2022. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/nueva-publicacion-el-caminar-del-feminismo-campesino-y-popular-en-la-via-campesina-17abril2021/>. Acesso: 14 set. 2022.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto et al. A Indicação Geográfica como instrumento para o desenvolvimento de uma região: caso indicação de procedência do “Vales da uva Goethe” – SC. **PIDCC, Aracaju, ano III. Edição**, n. 5, p. 407-425, 2014.

VIEIRA, Rute. **Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá**. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VILAR, José Wellington Carvalho. **Geografia da produção, circulação e consumo**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

VILLWOCK, Ana Paula Schevinski; PERONDI, Miguel Angelo. Análise das estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara D'Oeste–PR. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 215-238, 2016.

WACHOWICZ, Ruy Chritovam. **História do Paraná**. 10. ed. 1 reimp. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2016.

WEZEL, Alexander et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999.

ZANETTI, Ricardo Murilo et al. Alternativas para a agricultura familiar no litoral paranaense: o caso das casas de farinha. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 1, 2011.

## ANEXOS

### ANEXO 1–O ASSENTAMENTO JOSÉ LUTZENBERGER

O assentamento José Lutzenberger envolveu-se no escopo da pesquisa em decorrência de estar situado no litoral e fornecer produtos para compor as cestas agroecológicas, no caso do assentamento, as famílias fornecem produtos orgânicos para a CCA que os redistribui na sua rede de economia solidária. Tendo em vista no Assentamento do Contestado ter sido realizada uma matéria a partir da incursão<sup>141</sup>, no Assentamento José Lutzenberger, não se conseguiu fazer o mesmo, logo, achou-se necessário elencar alguns elementos e ponderações a respeito da comunidade e a conexão com as demais famílias/comunidades pesquisada.

Estabelecidos numa área de aproximadamente 300 hectares no município de Antonina (PR), o assentamento pertence à Unidade de Conservação – APA de Guaraqueçaba. As famílias trabalham numa perspectiva de longo prazo com os recursos naturais, desenvolvem o Sistema Agroflorestal – SAF, com respeito ao ambiente natural e a busca de um modelo mais sustentável e coletivizado de exploração agrícola. Antes do estabelecimento do assentamento, a área estava coberta por braquiária (*Brachiaria* spp.), onde a cultura encontrou clima ideal para o seu desenvolvimento (quente e úmido), fazendo com que os agricultores/as identificassem como necessário e crucial o contínuo trabalho de recuperação ambiental por meio do plantio de espécies nativas, reconstituição da mata ciliar, incentivo à busca de soluções endógenas para os problemas e utilização de recursos autóctones no processo de produção, de maneira a garantir a soberania alimentar das famílias no assentamento. A retirada da invasora precisou ser realizada com enxada, em razão da incompatibilidade do uso de agrotóxicos e a produção orgânica, porém muitas das operações de cultivo foram realizadas manualmente (BORSATTO, et al, 2007)<sup>142</sup>.

A produção é orgânica sendo distribuída, em grande parte, ao próprio suprimento das famílias, ao PNAE e à CCA. Anteriormente, mais ativamente no período da pandemia, estavam entregando cestas agroecológicas em 05 municípios do litoral (Antonina, Matinhos, Morretes,

---

<sup>141</sup> Disponível em: <https://www.correiodolitoral.com/42072/noticias/op-ed/maria-wanda-de-alencar/alimentacao-saudavel-cooperativismo-e-qualidade-de-vida-saiba-de-onde-vem-parte-das-cestas-agroecologicas-do-litoral/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

<sup>142</sup> BORSATTO, Ricardo Serra et al. Agroecologia e a valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 37, n. 8, p. 14-23, 2007. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=9043>. Acesso em: 22 jul. 2022

Paranaguá e Pontal do Paraná), na atualidade, em decorrência de diversos fatores de produção e comercialização, não estão realizando a venda de cestas, mas estão se reorganizando porque pretendem retornar com a modalidade de comercialização direta.

O Assentamento tem constituída a Associação de Pequenos Produtores Rurais para a Sustentabilidade da Mata Atlântica, ou Filhos da Terra, por meio dela são estabelecidos os contratos e parcerias com universidades, centros de pesquisas e várias outras entidades. A UFPR setor litoral, por exemplo, têm bastantes trabalhos implementados junto às famílias.

Houve um longo processo de luta destinado à conquista dessa área, na turma XII, do PPGMade/UFPR duas teses de doutorados foram constituídas sobre a temática do assentamento. Portanto é uma comunidade bastante aberta a receber pesquisadores/as e à construção de novas alianças, por exemplo, em dia de visita ao assentamento havia uma roda de conversa com mulheres discutindo saúde e os cuidados das mulheres, conforme Figura 25.

FIGURA 25 - RODA DE CONVERSA SOBRE SAÚDE DA MULHER



FONTE: Capturada pela autora (2022).

A reunião foi mediada pelo coletivo roda d'água<sup>143</sup>, que utiliza metodologia própria para falar de saúde e também discutir os problemas cotidianos das mulheres assentadas, onde elas relatam suas adversidades, as dificuldades de convivência entre o grupo, procurando encontrar soluções coletivamente.

<sup>143</sup> Mais informações sobre o coletivo estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/coletivoaguas/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

Existe o cuidado do uso sustentável dos recursos naturais, as moradias são construídas com materiais disponíveis na própria região. Na atualidade existem 20 famílias, mas o assentamento comporta 30 famílias, muitas delas já passaram pelo assentamento, porém não conseguiram se adequar à forma de produção, onde a terra é coletiva, porém as famílias podem optar por um espaço de produção da família/individual, em que a associação adquire a produção e repassa para os programas institucionais, CCA e cestas agroecológicas.

A pesquisa não objetivava estabelecer comparativo entre os assentamentos e as demais famílias, porém convém pontuar que há muitas diferenças na forma de organização, posto que os assentamentos são, em geral, organizados como uma unidade, havendo grande investimento em formação política e no trabalho cooperado. Desta forma estabelecem outras relações sociais e de produção. Desta maneira, é possível identificar que a reprodução social numa perspectiva, que vai além da manutenção econômica, mas envolvendo outras dimensões socioculturais está mais presente e visível nos assentamentos José Lutzenberger e Contestado. As quais realizam festas com temas culturais, de modo a fomentar e enriquecer o capital cultural das famílias. A figura 26 mostra uma das festas organizadas no assentamento José Lutzenberger com o tema da reforma agrária e da festa do divino.

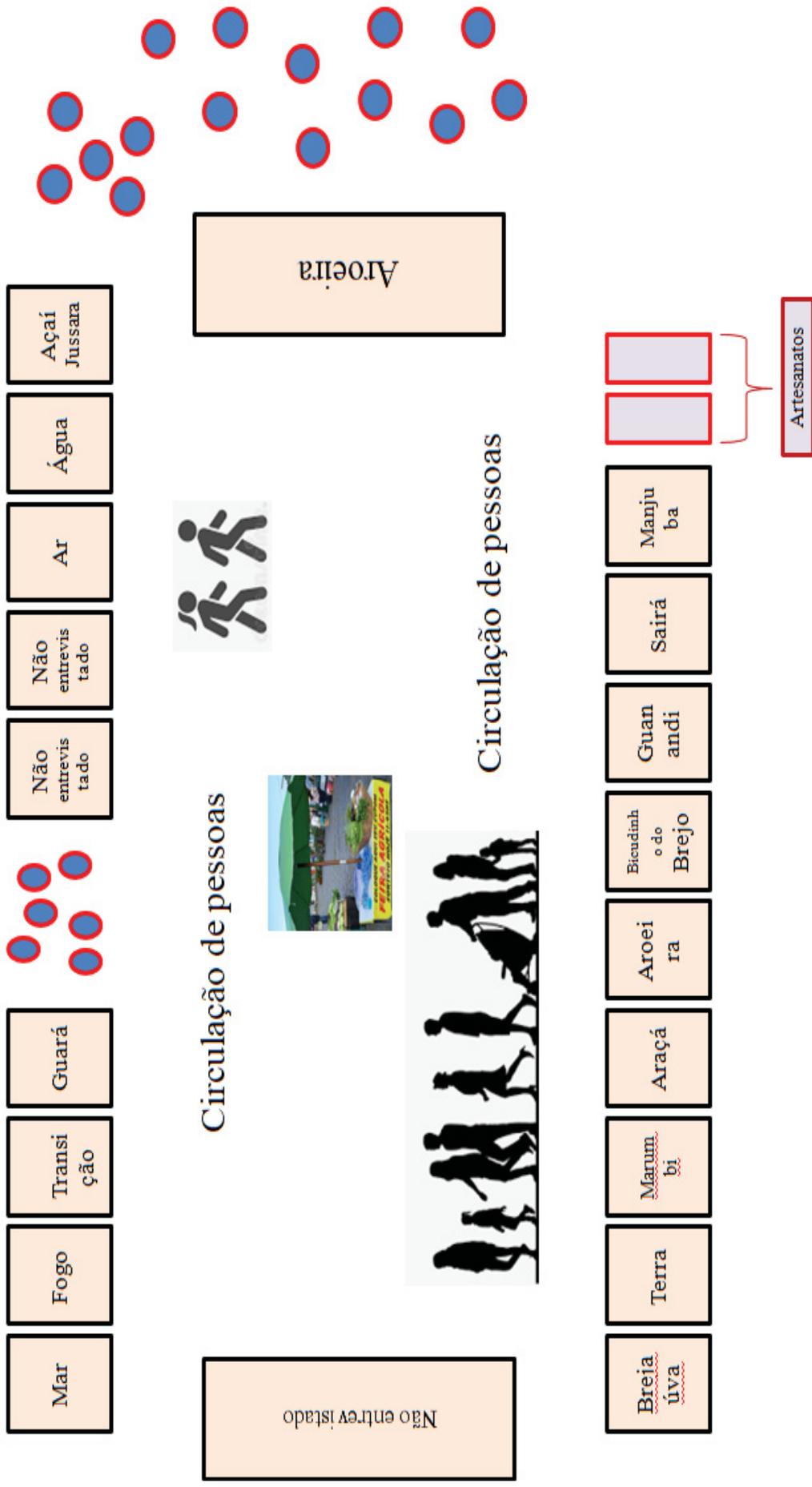
FIGURA 26 - PROCISSÃO DA BANDEIRA DO DIVINO



FONTE: Juliana Barbosa (2022).

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas vai muito além da viabilidade financeira, embora ela seja fundamental, mas necessita do desenvolvimento de outras capacidades humanas de cooperação e do sentimento de pertença a um povo.

ANEXO 2 - DISPOSIÇÃO DA FEIRA DO AGRICULTOR/A DE PARANAGUÁ



FONTE: Elaborada pela autora (2022).

ANEXO 3–QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

**1. PESSOA/FAMÍLIA**

Nome completo \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Conjuge \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Filhos/as ( ) Sim ( ) não. Quantos ( ). Masc ( ) Fem ( ) Idades \_\_\_\_\_

Alguém trabalha no sítio ( ) sim ( ) não ( ). Quantos? ( )

Quem se mudou, para onde? \_\_\_\_\_

Escolaridade, as pessoas da família estudaram até: \_\_\_\_\_

Qual a origem da família? \_\_\_\_\_

Está vinculado a algum programa do governo (PAA, PNAE, PRONAF ou Bolsa Família)?

Sim ( ) não ( ) Quais \_\_\_\_\_

Como conseguiu vincular-se? \_\_\_\_\_

Qual a importância desse programa à família? \_\_\_\_\_

**2. ESTABELECIMENTO**

Qual o endereço? \_\_\_\_\_

Tamanho \_\_\_\_\_

Está a quanto tempo no estabelecimento? \_\_\_\_\_

Vínculo (própria/arrendada)... \_\_\_\_\_

Acessos (água, estradas, energia, net etc.): \_\_\_\_\_

**3. PRODUÇÃO/PRODUTO**

Qual a/s cultura/s principal/s da produção \_\_\_\_\_

Quais outras culturas/variedades? (também animal) \_\_\_\_\_

Quais são destinados à comercialização? por que? \_\_\_\_\_

De que forma produz (processo e relação com os recursos naturais) \_\_\_\_\_

Recebe assistência de extensionistas ou técnicos rurais? sim ( ) não ( )

De quais instituições? \_\_\_\_\_

É suficiente? Sim ( ) não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

Acessou algum financiamento? ( ) sim ( ) não. Qual? \_\_\_\_\_

Como é a divisão do trabalho na propriedade (homem, mulher, filh@s)? \_\_\_\_\_

Contrata mão de obra ( ) sim ( ) não. De que forma, quando? \_\_\_\_\_

#### **4. COMERCIALIZAÇÃO**

Quais produtos comercializa? \_\_\_\_\_

Processa algum alimento? sim ( ) não ( ) O que processa e como? \_\_\_\_\_

Já tem uma marca/identidade? ( ) sim ( ) não. Como é feito? \_\_\_\_\_

Onde e como comercializa? \_\_\_\_\_

Como foi o seu processo de entrada neste meio de comercialização? \_\_\_\_\_

Como faz para saber por quanto vender seu produto? (composição do preço/lógica) \_\_\_\_\_

Sabe quem são seus consumidores? ( ) sim ( ) não. Quem/impressão? \_\_\_\_\_

Quanto comercializa (semana/mês...) \_\_\_\_\_

Existe algum mecanismo de controle? ( ) sim ( ) não. Qual/s \_\_\_\_\_

O que isto representa na sua renda? \_\_\_\_\_

Reinveste na produção? ( ) sim ( ) não. Como? \_\_\_\_\_

Utiliza algum mecanismo de divulgação? ( ) sim ( ) não. Qual/s \_\_\_\_\_

### **5. CULTURA/LAZER/FORMAÇÃO**

Participa de cursos ou troca de experiências? ( ) sim não ( ). Qual/s \_\_\_\_\_

Com que frequência você participa? \_\_\_\_\_

Qual importância? \_\_\_\_\_

O produto é agroecológico? ( ) sim ( ) não. O que entende por agroecologia? \_\_\_\_\_

Tem certificação? ( ) sim ( ) não. Qual \_\_\_\_\_

Como se deu o processo? \_\_\_\_\_

### **6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL (ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO/MUTIRÃO)**

Participa de alguma organização? ( ) sim ( ) não. Qual? \_\_\_\_\_

Como começou a participar? \_\_\_\_\_

Qual a sua função? \_\_\_\_\_

Existe algum mutirão na comunidade? ( ) sim ( ) não. Como é organizado? \_\_\_\_\_



ANEXO 5 - COMPOSIÇÃO, IDADE, SEXO E DISPONIBILIDADE DO TRABALHO FAMILIAR (TABELA ESTENDIDA)

<b>Disposição</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>Sexo Feminino</b>
<b>Família</b>	<b>Idade</b>	<b>Idade</b>
Ar	23	21
Solo	38	28
Saguarú	41	36
Fogo	46	37
Araçá	46	39
Açaí-Jussara	49	43
Saira	49	45
Marumbi	50	47
Guará	53	47
Bicudinho do brejo	54	48
Gralha azul	55	49
Aroeira	55	53
Água	57	54
Brejaúva	59	54
Tiê-sangue	64	60
Manjuba	64	62
Terra	67	62
Guanandi	67	64
Mar	67	65

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

ANEXO 6 - ESTATUTO DA FEIRA DE PARANAGUÁ

**FEIRA REGIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, PESCA E DO  
ARTESANATO  
REGULAMENTO INTERNO**

**Capítulo I : Objetivos, Finalidades, Localização e denominação**

Artigo 1º - Denominação- Feira Regional de produtos agrícolas, pesca e do Artesanato;

Artigo 2º - Localização – Praça Iria Correa – Município de Paranaguá;

Artigo 3º - Proporcionar aos participantes, a oportunidade de expor e comercializar seus produtos diretamente com o público consumidor.

I - Divulgar as potencialidades agropecuárias e pesqueiras do Município e Região;

II - Incentivar o incremento das atividades agropecuárias, pesqueiras, artesanato bem como o desenvolvimento do espírito organizacional, associativo e comercial dos participantes;

III - Buscar a unidade de esforços entre as entidades afins, abrindo espaço para que os agricultores, pescadores e artesãos de Paranaguá e região, possam comercializar seus produtos;

IV - Oferecer a população e seus visitantes, produtos frescos, de boa qualidade e preços acessíveis.

**Capítulo II : Formação**

Artigo 4º - A feira será formada por:

I - Feirantes participativos; (Agricultores, Pescadores e Artesãos)

II - Comissão organizadora.

§ 1º - São feirantes participativos todos os membros integrantes da Feira aceito no decorrer do tempo e dentro das normas deste regulamento

**Capítulo III : Administração**

Artigo 5º - A feira será administrada por:

I - Comissão organizadora;

II - Entidades envolvidas.

§ 1º - A comissão organizadora será formada por três membros eleitos pelo grupo de feirantes sendo de preferência, um representante dos agricultores, um dos pescadores e um do Artesanato. Terão uma vaga para compor a comissão as entidades parceiras que deverão oficializar a indicação do representante.

§ 2º - Terá mandato de dois anos com direito a reeleição;

§ 3º - Representará os feirantes perante as autoridades e entidades;

§ 4º - Cuidará da parte burocrática da feira;

§ 5º - Fiscalizará os produtos podendo solicitar a retirada dos mesmo, caso não apresentem boa qualidade ou estejam sendo comercializados acima dos preços máximos permitidos para a feira;

§ 6º - Os preços dos produtos a serem praticados na Feira, serão definidos em relação no custo de produção de cada produto pelo feirante.

#### Capítulo IV : Funcionamento

Artigo 6º - As barracas deverão estar completamente organizadas para início da Feira, a partir das 06:00 horas encerramento previsto para às 11:00 horas, não podendo desmontar a barraca antes deste horário;

Artigo 7º - Cada participante será responsável pela limpeza e apresentação, conservação de sua barraca e do local após a feira, qualidade dos produtos, rotulagem com as informações obrigatórias sobre a origem e o produto de forma legível e de fácil visualização conforme a orientação da comissão organizadora e manual orientativo distribuído aos feirantes que esclarece sobre lei Nº 13.331, de 23 de Novembro de 2001, resolução da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná- SESA Nº748 de 17 de Dezembro de 2014, resolução SESA Nº 292 de 23 de julho de 2015;

Artigo 8º - A comissão organizadora não se responsabilizará por danos causados ou roubos, troca de produtos expostos ou dos utensílios dos expositores;

Artigo 9º - O feirante que utilizar gás ou energia elétrica em sua barraca, ficará inteiramente responsável pelo funcionamento, segurança, extintor de incêndio;

Artigo 10º - Somente poderão ser comercializados produtos agrícolas, transformados ou pescados produzidos na região pelos próprios feirantes e vizinhos, com exceção de batata inglesa, cebola e laranja; (produtos que não é possível de produção na região).

Artigo 11º - O feirante que comercializar batata inglesa, cebola e laranja, deverá ter no mínimo 60% da produção própria.

Artigo 12º - O feirante deverá estar em dia com as obrigações fiscais (alvará da Prefeitura, licença sanitária quem transforma a produção, taxas de limpeza do imóvel alugado, limpeza do local da barraca após as feiras, fundo de reserva para reforma do imóvel previsto no contrato de aluguel);

Artigo 13º - As condições de higiene devem obedecer às normas estipuladas pela Saúde Pública a qual fará a fiscalização das barracas visando o cumprimento de tais normas;

Artigo 14º - Ficarão obrigados o uso do boné ou lenço na cabeça, avental ou guarda-pó a todos que manipulam alimentos.

#### Capítulo V : Preços

Artigo 15º - os preços máximos serão escritos em quadro próprio e exposto em local visível durante o decorrer da feira pelo feirante e obedecendo as resoluções da SESA- Secretaria de Estado de Saúde do Paraná sobre rotulagem;

Artigo -16º -Os preços dos produtos a serem praticados na Feira, serão definidos em relação no custo de produção de cada produto pelo feirante.

#### Capítulo VI : Cadastros

Artigo 17º - A inclusão de novos feirantes obedecerá o preenchimento de ficha cadastral feitas na EMATER/PR;

Artigo 18º - A Apresentação das fichas cadastrais, serão na reunião trimestral, através de grupo de feirantes.

Artigo 19º - O produtor que receber duas advertências por escrito será suspenso por duas feiras consecutivas e na terceira será excluído da feira;

Artigo 20º - Cadastros de produtores de outros municípios serão analisados com maiores critérios;

Artigo 21º - Produtores do Município de Paranaguá terão prioridades com a participação mínima de 70% dos feirantes na feiras.

Artigo 22º - As informações cadastrais serão atualizadas e aprovadas anualmente nos meses de Abril a Junho.

### **Capítulo VII : Reuniões**

Artigo 23º - Serão adotados como critérios de reunião:

I - Participação mínima de 50% mais um dos votos em primeira convocação e com 1/3 em segunda convocação;

II - Participação de pelo menos um membro da comissão;

III - Votação sempre em aberto;

IV - Não será aceito voto de representação;

V - Comissão organizadora votarão sempre por ultimo.

Artigo 24º -Reuniões trimestrais no segundo sabado, poderão ser tratados os seguintes os seguintes assuntos:

I - Avaliação de cadastro;

II - Troca de comissão organizadora;

III - Alteração de regulamento;

IV - Assuntos Gerais.

### **Capítulo VIII : Penalidades**

Artigo 25º - Nas reuniões trimestrais os feirantes não poderão ter 2 faltas consecutivas;

§ único - O feirante não poderá faltar 2 feiras consecutivas sem justificativas.

Artigo 26º - Ficarà obrigatório o cumprimento deste estatuto para todos os participantes da feira;

Artigo 27º - Penalidades previstas:

I - Advertência por escrito;

II - Suspensão por duas feiras consecutivas;

III - Eliminação de participante da feira.

Artigo 28º - O infrator tem direito a prévia defesa, feitas por escrito, datada e assinada;

Artigo 29º - A aplicação dos níveis das penalidades serão de responsabilidades de todos os participantes em votação aberta, com aprovação de 2/3 dos votos;

Artigo 30º - O infrator não poderá participar da votação, nem mesmo estar presente no momento da mesma para não constranger os demais participantes.

## Capítulo IX : Disposições Gerais

Artigo 31º - Para qualquer alteração deste regulamento e/ou troca da comissão organizadora antes do término do seu mandato, será necessário aprovação por  $\frac{2}{3}$  dos votos;

Artigo 32º - Os casos omissos e dúvidas pela aplicação do presente regulamento, conforme a importância ou urgência serão convocadas reuniões extraordinárias;

Artigo 33º - Para cumprir com as cláusulas do contrato de aluguel do imóvel que os feirantes ocupam para guarda das barracas será organizado um fundo reserva com uma taxa semanal por barraca. O custo de manutenção e reforma do imóvel como consta no contrato de aluguel será dividido entre todos os participantes no final do contrato.

Artigo 34º - Para avaliar, cientizar e confirmar a participação no grupo de feirantes assinados no verso;

Artigo 35º - As entidades envolvidas a que se refere no capítulo III, artigo 3º são:

INSTITUTO - EMATER;  
SEMAPA;  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. (VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

PARANAGUÁ- 18/04/2016

*MSIO de 1992*

# FEIRA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ARTESANATO E PESCA DE PARANAGUÁ

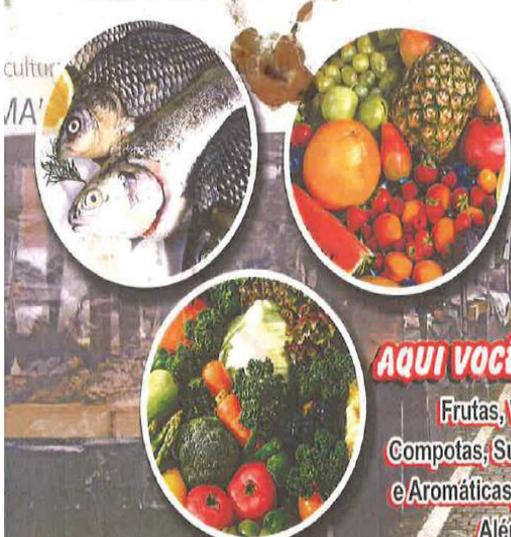
**LOCAL: LARGO IRIA CORRÊA  
FUNDOS DA CATEDRAL**

**TODOS OS SÁBADOS  
DAS 6:00 ÀS 12:00 HORAS**

**AQUI VOCÊ VAI ENCONTRAR:**

Frutas, Verduras, Temperos, Aipim, Banana, Farinha de Mandioca, Geléia, Compotas, Sucos, Conservas, Ovos Caipiras, Peixes, Artesanato, Plantas Medicinais e Aromáticas, Bólachas, Mel, Vários Produtos Orgânicos, Pastel, Bolo, Tapioca, Biju Além de um delicioso Café com produtos da Agricultura Familiar.

**AGRICULTORES, FAMILIARES, PESCADORES E ARTESÕES AGRADECEM SUA PRESENÇA!**



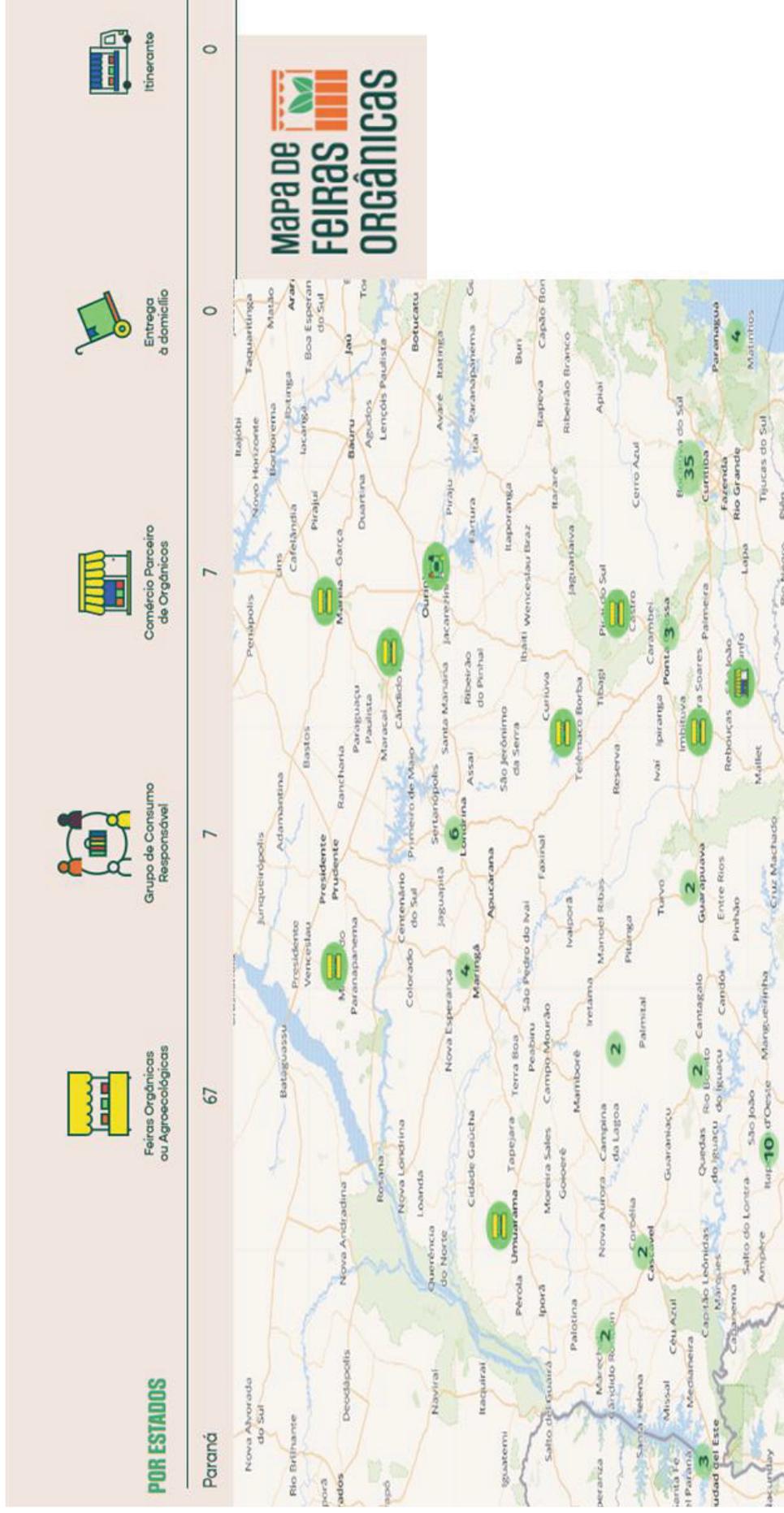
**PREFEITURA DE PARANAGUÁ**  
CIDADE MÃE DO PARANÁ  
SEURP

**EMATER**  
INSTITUTO PARANAENSE DE  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

**PARANÁ**  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, Pecuária e Abastecimento

--	--	--	--

## ANEXO 8 - MAPA DE FEIRAS ORGÂNICAS DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: Adaptada pela autora a partir de informações disponibilizadas no site das feiras orgânicas (2022)<sup>144</sup>.

<sup>144</sup> Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 05 nov. 2022.